

## ERRATA

- 1 - p. XI, sumário:  
"O campesinato, uma questão política para o imperialismo"
- 2 - p. XV, parágrafo 1, linha 7  
...do trabalho camponês via integração repercute...
- 3 - p. XVI, linha 12  
...as unidades de produção camponesa e põe em causa...
- 4 - p. XVI, linha 14  
...já os clássicos denominavam...
- 5 - p. 2, linha 8  
..., de "small farmer" ou "low income"...
- 6 - p. 3, linha 7  
...nações asiáticas...
- 7 - p. 38, parágrafo 1, linha 10  
...trunfo político...
- 8 - p. 45, parágrafo 1, linha 3  
...in wheat yields was the water...
- 9 - p. 55, parágrafo 1, linha 3  
... central location and in cooperation with...
- 10 - p. 55, parágrafo 2, linha 3  
...International Livestock Center for Africa...
- 11 - p. 133, parágrafo 1, linha 5  
...que a oligopolização não se desse apenas...
- 12 - p. 134, Tabela 2.2  
Coluna 1, linha horizontal 2.1: em vez de "Com vendas de US  
10.000 e mais", leia-se: "Com vendas de US 10.000".
- 13 - p. 157, parágrafo 1, linha 14  
...embora a renda global tenda a cair...
- 14 - p. 206, linha 9  
...A utilização dos quadros locais...
- 15 - p. 301, parágrafo 1, linha 10  
...empresas horizontalmente a ela integradas), racionalização...
- 16 - p. 358, citação 165, linha 1 e 2  
"Estamos entrando em contato com um pessoal..."

Este exemplar corresponde à redação final  
da Tese defendida por Dinarte Belato  
e aprovada pela Comissão Julgadora  
IFCH 14.6.85



DINARTE BELATO

OS CAMPONESES INTEGRADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, em maio de 1985, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: José Roberto do Amaral Lapa

Campinas, maio de 1985

UNICAMP  
BIBLIOTECA

## AGRADECIMENTOS

Desejo expressar agradecimento a todas as pessoas que me ajudaram a realizar este trabalho: o professor José Roberto do Amaral Lapa, meu orientador; os professores de mestrado de História: Dea, Estela, Ítalo, Bruit, Michael, Peter; os colegas do curso, especialmente Laura, Elvira, Lisete e Beatriz.

Agradeço aos que me financiaram os estudos, dinheiro repassado pela CAPES, mas oriundo de milhares de anônimos trabalhadores que dificilmente chegam à universidade e muitas vezes ficam apenas na porta da escola. A estes pretendo devolver esse dinheiro com trabalho e assessoria comprometida.

Agradeço à FIDENE pelo apoio que me tem dado, tanto institucional, quanto financeiro e moral.

Agradeço à Neyta, Juliano e Luisa, que acabaram vivendo no cotidiano as peripécias da elaboração da tese.

Agradeço, por último, aos camponeses integrados, produtores de aves do Oeste de Santa Catarina, que me mostraram as marcas deixadas no corpo e na alma pelo funciona-

mento do capital e as formas de dominação que ele instala quando se apropria do controle da produção camponesa.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	xi
1 - O CAMPEPINATO, UMA QUESTÃO PARA O IMPERIALISMO	1
1.1 - Prática e teoria do imperialismo em relação ao campesinato .....	4
1.2 - A transformação do campesinato .....	10
1.2.1 - O Programa ACAR .....	10
1.2.2 - O Programa Comila no Paquistão Oriental .....	22
1.2.3 - O Programa Cornell-Vicos no Peru	30
1.3 - A pesquisa agrícola como força do capital	35
1.3.1 - Sob o signo da revolução verde ..	48
1.3.2 - Centros Internacionais de pesquisa e as redes regionais de difusão .....	50
1.3.3 - Objetivos dos Centros .....	56
1.3.4 - Financiamento e controle dos Centros Internacionais .....	68
1.4 - Montagem dos sistemas nacionais de pesquisa; o caso brasileiro: a EMBRAPA .....	75
2 - DA TRANSFORMAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA À INTEGRAÇÃO .....	121

2.1 - Etapas de expansão do capital na agricultura .....	121
2.2 - A transformação do "farmer" americano e do camponês francês .....	126
2.3 - Modernizar a agricultura .....	145
2.4 - Teoria do Agribusiness: a agricultura e o capital monopolista .....	160
2.5 - A crítica do Agribusiness e do capital <u>mo</u> <u>nopolista</u> na agricultura .....	168
3 - A OLIGOPOLIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AVÍCOLA .....	184
3.1 - A estrutura do complexo avícola .....	187
3.2 - O monopólio da genética de aves .....	194
3.3 - A crescente concentração e monopolização da produção de rações .....	217
3.4 - O monopólio da indústria química-veterin <u>á</u> <u>ria</u> .....	225
3.5 - Máquinas e equipamentos .....	232
3.6 - Frigoríficos e abatedouros .....	234
4 - A SUBORDINAÇÃO DO CAMPONÊS À CADEIA ALIMENTAR DA AVICULTURA .....	261
4.1 - As agroindústrias e a agropecu <u>á</u> <u>ria</u> de con <u>tr</u> <u>ato</u> .....	264
4.1.1 - As agroindústrias e as formas de integração e de contrato de produ <u>ç</u> <u>ão</u> .....	267
4.2 - A subordinação do trabalho camponês ao ca <u>p</u> <u>ital</u> : estratégia da integração .....	285

4.2.1 - A teoria e a ideologia da integração .....	285
4.2.2 - O discurso do integrador sobre a integração .....	296
4.2.3 - O discurso do Estado sobre a integração .....	307
4.2.4 - A reação do produtor independente frente a integração .....	309
4.3 - Mecanismos de seleção dos camponeses integrados .....	312
4.4 - Contratos de produção .....	322
4.5 - O controle do trabalho camponês integrado .....	334
4.5.1 - A assistência técnica .....	335
4.5.2 - Ameaças e punições .....	338
4.5.3 - As festas e os prêmios .....	347
4.6 - A resistência dos integrados .....	349
5 - CONCLUSÕES .....	376
BIBLIOGRAFIA .....	382
ANEXOS .....	395

## LISTA DE TABELAS

1.1 - Renda dos produtores de milho e trigo - Bajio-Mexico .....	44
1.2 - Número de experimentos internacionais e número de países (1970/1973) .....	65
1.3 - CIMMYT: Patrocinadores de programas básicos (1975-1977) .....	72
2.1 - Evolução da produção comercial de pintos de corte e postura (1938-1965) .....	130
2.2 - Participação da propriedade familiar na agricultura norte-americana (em %) .....	134
2.3 - Número de explorações (em milhões) e taxas médias anuais de variação - França (1963-1981) .....	140
2.4 - Número e superfície das explorações segundo o tamanho da superfície agrícola útil (SAU) - França - 1981 .....	141
2.5 - População ativa total e agrícola segundo os recenseamentos da população - 1954/1982 .....	143
3.1 - Produção de matrizes no Brasil - totais anuais - 1969/83 .....	208
3.2 - Distribuição estadual e regional da produção de matrizes (1978/83) .....	211



3.3 - Produção e consumo de frangos e ovos em Brasília (1979/83) .....	215
3.4 - Evolução da produção de rações balanceadas - Total Brasil - (1965/1980) .....	219
3.5 - Abate de aves SIF e sob Inspeção Estadual no Rio Grande do Sul - (1979/82) .....	241

## LISTA DE ANEXOS

1.1 - Empréstimos do Banco Mundial por região: América Latina e Caribe - 1964-1975 .....	396
1.2 - Empréstimos do Banco Mundial por região: Ásia Meridional - 1964-1975 .....	397
1.3 - Empréstimos do Banco Mundial por região: Oriente e Pacífico - 1964-1975 .....	398
1.4 - Empréstimos do Banco Mundial por região: Europa, Oriente Médio e Norte da África .....	399
1.5 - Empréstimos do Banco Mundial por região: África Ocidental - 1964-1968 .....	400
1.6 - Empréstimos do Banco Mundial por região: África Oriental - 1964-1975 .....	401
1.7 - Amostragem das fontes e destinação de recursos do Centro Internacional de Melhoramento do Trigo e do Milho - CIMMYT - anos selecionados .....	402
3.1 - Quadro demonstrativo das empresas controladoras de material genético da avicultura brasileira - Brasil - situação de 1980/81 .....	414
3.2 - Produção mensal de matrizes de corte - 1977-1984 .....	415

3.3 - Produção mensal de matrizes - ovos brancos - 1977-1984 .....	416
3.4 - Produção mensal de matrizes - ovos vermelhos - 1977-1984 .....	417
3.5 - Distribuição espacial do complexo avícola - <u>si</u> <u>tuação</u> de 1980/81 .....	418
3.6 - Distribuição espacial das empresas produtoras e distribuidoras de rações - por Estado - 1980/81 .....	419
3.7 - Quadro demonstrativo do controle da produção de antibióticos, biológicos, desinfetantes, endoparasiticidas, suplementos para rações ( <u>si</u> <u>tuação</u> de 1980/1981) .....	420
3.8 - Quadro demonstrativo do controle da produção de microelementos e aditivos para ração, hi- giene e sanidade das aves e outros animais ( <u>si</u> <u>tuação</u> de 1980/81) .....	421
4.1 - Contrat de Pension .....	422
4.2 - Termo de Compromisso .....	423
4.3 - Contrato de compra e venda em forma de inte- gração .....	426
4.4 - Contrato de criação de frangos de corte .....	431
4.5 - Contrat por la production à façon de poulets de chair .....	435
4.6 - Sample Broiler Chicken contract .....	440

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a questão da integração na agricultura e a dinâmica de transformação do campesinato implicada por tal integração. A temática da integração indica sempre a ação do capital sobre a agricultura, seu movimento de concentração nos segmentos a jusante e a montante da produção, bem como a transformação do campesinato expressa na destruição irreversível de suas formas históricas de organização e produção, seguida da expulsão da população excedente do campo.

O capital encontrou, a nível mundial, na agricultura em geral e na agricultura camponesa em especial, um poço sem fundo de valorização. Até o fim da segunda guerra mundial, o capital subordinava, no chamado "terceiro mundo", regiões e produtos selecionados. O salto qualitativo produzido pelo avanço técnico-científico da agricultura evidenciou que o lugar privilegiado da acumulação não se situava apenas em produtos selecionados e controlados a nível dos circuitos mercantis internacionais, mas também e simultaneamente a jusante e a montante da produção agropecuária direta como um todo. Não são os produtos selecionados, geralmente tropicais interessam à acumulação, mas a totalidade das

terras e dos produtores. Se considerarmos que imensos contingentes camponeses e vastas áreas de terra estavam à margem da dinâmica da valorização, é fácil imaginar com que voracidade o capital se lança sobre elas. São também bilhões de homens e mulheres disponíveis à exploração. É isto que explica o interesse do capital pelo leite, trigo, feijão, milho, ovos, verduras, legumes, mandioca, inhame, sorgo, etc. e a negação de as continuar produzindo de forma "tradicional".

Todo este vasto processo pode ser entrevisto pelas estatísticas do consumo de tratores, adubos, sementes melhoradas, produtividade por hectare, incorporação de novas terras, ou pelo lado menos luminoso do êxodo rural, da miséria das periferias urbanas, pelo excesso ou pela falta de alimentos, ou até mesmo pela resistência e rebeldia dos camponeses de aceitar pacificamente o destino que lhes seria "natural", o despojamento puro e simples. É essencial enfatizar, nesta dinâmica, que o capital tende a se concentrar e a se acumular, concentração e acumulação manifestas de inúmeras formas a nível mundial:

- pela destruição das variadas formas históricas da organização, do trabalho e do excedente camponês mediante uma estratégia concentrada no sentido de eliminar os mecanismos de autonomia e identidade camponesa, de extrair-lhe do controle as instâncias de poder e representação e de anular-lhe o potencial revolucionário oriundo da transformação das relações de produção promovidas pelo capital.

Nesta direção, o capital internacional desenvolveu e privilegiou estratégias globais inseridas na dinâmica da ação imperialista expressas pela intervenção direta das agências internacionais mediante a implantação dos serviços de extensão e crédito rural e no controle rígido da tecnologia tanto insumística, quanto técnica de valorização do capital;

- pela diferenciação crescente do campesinato, tocando profundamente na estrutura de classes no campo;

- pela seleção e exclusão dos camponeses, recriando um campesinato para o capital e multiplicando constantemente os excedentes populacionais;

- pela elevação contínua do patamar técnico da produção, modificando em escala ascendente a composição orgânica do capital na agricultura;

- pela concentração do meio essencial de produção: a terra;

- finalmente, pelo enquadramento dos padrões e dos produtos agropecuários às especificações dos segmentos oligopolizados a jusante e a montante, quando, então, se efetua, de forma acabada, a integração, isto é, a junção direta da agropecuária aos circuitos oligopolizados da agro-indústria<sup>1</sup>.

A consolidação e o avanço da produção integrada vem colocar uma nova série de questões sobre a penetração do capital no campo e sobre os fundamentos nos quais se as-

senta a produção camponesa. Nesta direção, é fundamental levar em consideração:

- que a integração da produção camponesa às indústrias fornecedoras (a montante) e às indústrias compradoras (a jusante) subvertem necessariamente a lógica da produção camponesa mediante uma forma superior de exploração direta do trabalho, muito próxima à do processo de exploração capitalista propriamente dita;

- que do ponto de vista da formação do valor, é o conjunto do tempo dos camponeses e dos trabalhadores das empresas integradas (e oligopolizadas) que determina o montante do valor gerado, o qual é necessariamente diferente da soma destes tempos tomados separadamente quando as unidades camponesas são tomadas independentemente, pois a produção integrada se faz acompanhar de uma modificação dos processos, dos ritmos que modificam o tempo de trabalho total<sup>2</sup>. As unidades camponesas passam a compor os elos da fábrica;

- que a implementação dos mecanismos da integração é do interesse do capital industrial, de vez que o excedente da produção camponesa é extraído ao máximo graças a uma combinação produtiva eficaz e a supressão das "aleas" da produção e do mercado. Descarrega-se o peso dos investimentos em capital fixo e de custeio necessários à produção agropecuária, segundo montantes rigidamente estipulados a priori pelos segmentos a seu montante e/ou jusante, sobre o camponês. A taxa de lucro auferida pelo capital oligopoliza

do pode, então, ser excepcionalmente alta e constante;

- que, por fim, a tendência à generalização da produção integrada pode ter seus limites contornados ou re-freados quer pelo efeito indireto que a integração produz sobre os não integrados, na medida em que seus efeitos atin-gem toda a produção camponesa, elevando-a compulsoriamen-te aos níveis da produção integrada, isto é, que a explora-ção do trabalho camponês via integração repercute sobre a totalidade da atividade agropecuária, dispensando, em boa parte, este pesado sistema de controle, quer pela adoção deste processo apenas na produção de culturas de alto ris-co, quer ainda pelo avanço das empresas oligopolizadas na produção de suas próprias matérias-primas agrícolas.

Duas questões estão implícitas nos elementos aci-ma: a exploração do trabalho camponês mediante nova forma, superior e avançada, de extração de excedentes, e a oligopo-lização das empresas agroindustriais. Tais elementos devem aclarar a natureza da produção camponesa, as transformações que ela sofre frente ao impacto da penetração do capital. Se é lícito pensar que o campesinato, em sua lógica histórica, se modificou, é preciso investigar em que consiste tal modi-ficação em seu desdobramento histórico. Estudos há que ten-dem a entender a produção camponesa transformada, particu-larmente aquela que opera com alta composição de capital, como a geradora de um "neo-campesinato", mais ou menos afas-tado tanto do camponês histórico, quanto do capitalista<sup>3</sup>.



O que fica patente é que o capital penetra na agricultura sem eliminar necessariamente a totalidade do campesinato. Pretendo analisar esse processo de modificação da produção camponesa sob sua forma específica da penetração do capital no campo articulada pelas indústrias capitalistas que se situam simultaneamente a jusante e a montante da produção camponesa, tendo como resultante tanto as novas formas de dominação do campesinato, quanto do vertiginoso crescimento da produtividade do trabalho camponês e do desenvolvimento da superprodução e degradação dos preços e compressão da renda camponesa. Esse conjunto de elementos modifica profundamente as unidades de produção camponesa e põe em curso a própria produção camponesa em seus fundamentos. A este processo já os clássicos o denominavam industrialização da agricultura. Acreditava-se que a industrialização devesse eliminar a produção camponesa. O capital monopolista, porém, "reinventou" a produção camponesa, mantendo-a e submetendo-a à sua lógica. Não foi, portanto, necessário destruí-la. Manteve-a rompendo com sua impossibilidade estrutural de absorver de forma ampliada os componentes de capital produtivo. A extração do excedente, outrora fraco, por via mercantil ou por coação extra-econômica, se multiplica mediante sua submissão ao capital e forçando-a a "acumular capital", o que lhe permite apropriar-se de um excedente cada vez maior, na medida mesma em que o capital industrial não só subordina o camponês e sua produção, mas o integra ao circuito industrial.

Se é verdade, segundo suponho, que a integração da produção camponesa às cadeias agroalimentares representa a forma mais perfeita e acabada de transformação da produção camponesa, ela é também última em seu aparecimento e consolidação histórica. Precede-a uma longa trajetória de transformações articuladas pelo capital monopolista internacional. Essa trajetória é descrita no primeiro capítulo privilegiando os seguintes aspectos:

- montagem de projetos-piloto de intervenção sobre o campesinato a nível mundial, com vistas a manter sob controle as transformações que o capital põe em curso ao produzir a disrupção da produção camponesa em sua forma histórica. São esses projetos-piloto que irão dar origem às atuais formas de extensão rural;

- montagem de projetos-piloto com vistas a manter sob controle do capital internacional os padrões técnico-científicos da produção agrícola capitalizada, bem como assegurar-se o controle da produção da totalidade dos meios alimentares das massas populacionais dos países da esfera capitalista. Tais projetos-piloto darão, posteriormente, origem aos Centros Internacionais de pesquisa agrícola e a constituição, a partir do modelo dos Centros e com eles mantendo vinculação, dos sistemas de pesquisa agropecuária no interior de cada país. O primeiro capítulo trata de entender as razões que levaram o imperialismo a intervir diretamente nos países da América Latina, da Ásia e África, não só do

ponto de vista da abertura de espaço de valorização do capital, mas da necessidade de conter as possibilidades revolucionárias do campesinato. O imperialismo compreendeu que era preciso fazer a "revolução verde" do capital, antes que ocorresse uma "revolução vermelha".

Mas não é só a produção camponesa do terceiro mundo que se transforma. O campesinato dos países desenvolvidos também sofre o impacto do avanço do capital no campo. Pretendo discutir esta questão no capítulo segundo, mostrando que nos últimos cinqüenta anos modifica-se profundamente tanto a feição do "farmer" americano, quanto do campesinato francês, tidos e havidos como formas exemplares de manutenção, pelo capital, do trabalho familiar e do trabalho camponês respectivamente. O modelo americano de capitalismo na agricultura, cujo perfil se esboça com o fim do "farmer" tradicional e a crescente oligopolização das agroindústrias e se expande a nível mundial, produz os fundamentos de uma nova teoria da agricultura denominada teoria do "agribusiness"<sup>4</sup>. É nela que, pela primeira vez, se explicitam as condições do processo de oligopolização das agroindústrias, a formação das cadeias agroalimentares e, por conseguinte, a integração a essas cadeias da totalidade da produção agrícola.

O capítulo terceiro descreve a cadeia agroalimentar da avicultura brasileira em seus vários segmentos monopolizados: genética animal, produtos químico-veterinários, rações, equipamentos e frigoríficos. A cadeia agroalimentar

da avicultura é a mais internacionalizada e oligopolizada, além de ser nesta cadeia onde a integração da produção atingiu os mais elevados índices. A descrição da cadeia agroalimentar tem também o objetivo de indicar o lugar exato do camponês subordinado à cadeia.

Finalmente, o capítulo quarto resgata e aprofunda a questão da integração, seus pressupostos, sua prática, bem como a luta dos camponeses no sentido de reverter os pesados mecanismos de exploração.

## NOTAS REFERENTES À INTRODUÇÃO

- 1 BELATO, Dinarte. Tendências do desenvolvimento regional. Ijuí, FIDENE, 1981. p.5-6.
- 2 MOLLARD, Amedée. Paysans exploités. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1977. p.208.
- 3 CORADINI, Odaci Luis. Estrutura agrária, classes sociais e cooperativismo no sul do Brasil. Tese de Mestrado apresentada à UFMG, 1979. mimeo.
- 4 DAVIS, John & GOLDBERG, Ray A. A concept of agribusiness. Boston, Harvard University, 1957.

## 1 - O CAMPESINATO, UMA QUESTÃO POLÍTICA PARA O IMPERIALIS- MO

A preocupação sistemática do imperialismo em relação aos camponeses de todo o mundo, particularmente do chamado terceiro mundo, é relativamente recente. A repercussão desta preocupação se mostra também num vasto esforço intelectual que produziu um imenso acervo de obras em disciplinas altamente especializadas como a sociologia, a antropologia e a economia rural.

Já na órbita do pensamento marxista, a questão é mais antiga e recebeu, particularmente no fim do século XIX e no século XX, massas crescentes de estudo. Nenhum teórico importante do marxismo deixou de lado a questão, porque todos tinham a clareza meridiana que uma revolução capitalista ou uma revolução socialista seria inviável sem a participação decisiva do importante segmento da população camponesa da maioria absoluta dos países europeus ou não europeus<sup>1</sup>. É evidente o papel estratégico do campesinato na teoria da revolução socialista junto aos clássicos do marxismo e mais recentemente numa vasta produção marxista de extração acadêmica<sup>2</sup>.

Embora fosse de suma importância uma revisão dos

avanços, recuos e oscilações do pensamento marxista na questão camponesa que refletem, sem dúvida, as próprias oscilações e dúvidas e mesmo recuos da teoria e da prática da revolução ou até mesmo conjunturas revolucionárias ou pré-revolucionárias em países determinados, o presente trabalho tenta resgatar o pensamento e a estratégia do imperialismo, em plano mundial, em relação àquilo que ele denomina, eufemisticamente, de "Small Farmer" ou "Low Income", visando compreender as formas concretas de "recriação do campesinato"<sup>3</sup> e sua subordinação direta ao capital<sup>4</sup>. Trata-se, para o imperialismo, de uma ação direta sobre vastas áreas do "terceiro mundo" com contingentes populacionais radicados no campo, desenvolvendo uma "agricultura tradicional"<sup>5</sup> e com um perigoso potencial revolucionário antes, durante e depois do período de descolonização da África e Ásia ou no bojo das políticas populistas da América Latina. A dominação colonial da África e Ásia e semi-colonial da América Latina a partir da segunda grande revoada colonialista, esta última patrocinada principalmente pelo imperialismo inglês e francês<sup>6</sup> e, em menor medida, pelo alemão, norte-americano, holandês, belga e japonês, conferia segurança de domínio sobre o mundo não industrial e agrícola, articulado na imensa divisão internacional do trabalho e conferindo-lhe funções políticas e econômicas complementares às nações colonialistas. O fim da segunda guerra mundial deixa claro a impossibilidade de manutenção do colonialismo e, ao mesmo tempo, a necessidade de elaboração de uma estratégia política para manter sob controle a descolonização, evitando o de

sencadeamento de guerras de libertação e a conseqüente construção de nações autônomas e que fossem capazes de sacudir, por processos revolucionários profundos, o jugo do imperialismo<sup>7</sup>. Tratava-se de promover uma "transição" para a independência a menos radical possível e que não tocasse nos mecanismos profundos de dependência. Daí porque, em inúmeras nações asiáticas e africanas, os promotores da independência foram as próprias potências coloniais, entregando o Estado àquela classe autóctone que fosse sensível "aos valores da civilização ocidental"<sup>8</sup>. É neste espaço que contingentes camponeses, maioria absoluta da população, representam um papel estratégico para o imperialismo. Seu domínio, sua aquietação e exclusão da participação política e sua gradativa articulação ao mercado sob a égide do capital são garantias de uma transição "pacífica". Já na área daqueles países colonizados pela primeira revoada colonialista e que haviam obtido a independência sob o controle da Inglaterra no vasto eco das revoluções burguesas européias do fim do século XVIII e século XIX, que desmantelaram os impérios coloniais espanhol e português<sup>9</sup>, tratava-se de abrir espaços rápidos de expansão do capital para evitar a radicalização revolucionária que poderia nascer nas três grandes nações da América Latina: Argentina, México e Brasil, que articularam vastos segmentos da população na dinâmica populista ou pior ainda, pautar-se, a partir do fim da década de 50, pelo exemplo cubano<sup>10</sup>. A estratégia de destruição do populismo como ameaça potencial revolucionária se configurou no grande projeto da "aliança para o progresso"<sup>11</sup> numa primei-



ra fase e, posteriormente, por uma particular reinvenção da política do "Big Stick" acionada pelas velhas ditaduras militares do Caribe e das novas do Cone Sul da América do Sul<sup>12</sup>. O campesinato da América Latina já havia demonstrado uma enorme capacidade de luta e ficou patente que, caso não fosse controlado, poderia gerar situações revolucionárias em todos os países da região, como o haviam demonstrado a luta dos camponeses mexicanos, bolivianos<sup>13-14</sup> e peruanos.

### 1.1 - Prática e teoria do imperialismo em relação ao campesinato

"O homem que exerce atividade agrícola de maneira idêntica a de seus antepassados não pode produzir muitos alimentos, apesar da riqueza da terra ou da intensidade do seu trabalho. O agricultor que tem acesso ao que a ciência conhece sobre solos, plantas, animais e máquinas, e sabe como usar esses conhecimentos pode produzir alimentos em abundância, mesmo que a terra seja pobre. E não precisará trabalhar tanto nem tão duramente. Pode produzir em tal quantidade que seus irmãos e alguns de seus vizinhos poderão transferir-se para a cidade, a fim de ganhar seu sustento, pois suficientes produtos agrícolas poderão ser produzidos sem o concurso deles. O conhecimento que possibilita essa transformação é uma forma de capital, sempre que for parte integrante dos insumos materiais usados pelos agricultores e sempre que constituir uma parte de suas habilidades e do seu saber."<sup>15</sup>

A aprendizagem que o imperialismo efetuou no trato com os camponeses é recente, mas de considerável rapidez. O capitalismo americano desenvolveu durante todo o sé-

culo XX um sistemático trabalho de "assistência técnica e extensão rural" denominado nos Estados Unidos "F.S.A." = "Farm Security Administration", programa desenvolvido junto aos produtores de "baixa renda"<sup>16</sup> e vastamente testado no grande projeto de eletrificação do vale do rio Mississippi e, em geral, nos Estados meridionais dos Estados Unidos, inclusive o vale do Mississippi onde se concentra a maior faixa de trabalhadores agrícolas de "baixa renda"<sup>17</sup>. Mas não foram apenas os "baixa renda" objeto de um sistemático cerco de ação por parte dos mecanismos privados e públicos para viabilizar a penetração do capital no campo. Um trabalho sistemático e de maior alcance, de vez que se dirigia à grande massa do "farmer" típico americano, foi desenvolvido pelo programa "F.H.A. = Farm and Home Administration" cujo instrumento básico consistia na elaboração e execução de um plano de melhoramento para a propriedade e o lar, reforçado pela concessão do crédito rural supervisionado<sup>18</sup>. A ação concentrada no meio rural articulada pelo Estado, Universidades<sup>19</sup> e empresas privadas garantiu o "back ground" necessário e a formulação de modelos que seriam posteriormente exportados massivamente pelo imperialismo a todos os países do terceiro mundo. Outro mecanismo de vital importância para a expansão do capital na agricultura, também difundido a nível mundial, foram os "Clubes 4-S" dirigidos aos jovens do meio rural<sup>20</sup> em virtude de sua maior disponibilidade de "aceitar as mudanças".

O imperialismo soube aproveitar e mesmo incenti-

vou no período colonialista volumes sem precedentes de estudos etnológicos, antropológicos, históricos e sociológicos dos povos que dominava, freqüentemente mesclados, como o demonstra abundantemente Hannah Arendt, por um indisfarçado racismo e por uma perspectiva etnocêntrica<sup>21</sup>, estudos estes, no entanto, úteis para calibrar de forma mais precisa os mecanismos de dominação colonial, e que na etapa seguinte de descolonização e independência se mostraram eficazes para as novas formas de dominação.

A estratégia da nova expansão do imperialismo nas áreas agrícolas de população camponesa não pode ser desvinculada das multiformes práticas oriundas da guerra fria e da acelerada expansão das grandes corporações multinacionais após a segunda guerra. A infinita quantidade de intervenções armadas americanas diretas ou diretamente estimuladas pelo imperialismo americano visaram sempre reservar espaços para sua atuação nos quatro cantos do mundo. Um bom exemplo desta combinação de intervenção armada, seguida de uma penetração maciça de "assessoria" econômica é o da Ásia como um todo e, particularmente, o sudeste e o sudoeste asiáticos. A Coréia do Sul, Filipinas, Formosa, Vietnã são exemplos contundentes disso, ou da reversão de processos revolucionários como o ocorrido na Indonésia<sup>22</sup>.

Não é possível, neste trabalho, dar conta de todos os mecanismos postos em ação pelos diversos Estados imperialistas nos anos pós-guerra. É recomendável, no entanto, estabelecer aquelas formas específicas de penetração ar

articuladas inicialmente em forma experimental e, posteriormente, generalizadas pelos aparelhos criados ou controlados pelo imperialismo como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, as Nações Unidas, particularmente o FAO. Trata-se, inicialmente, de estabelecer a estratégia de transferência, em forma experimental, de mecanismos que facilitassem a abertura ao capital externo naquelas regiões de grande densidade camponesa, articulados pela Fundação Rockefeller e pela Fundação Ford conveniadas com universidades americanas. Estas ações "experimentais" não são casuais, nem nascem de uma bondade humanística em relação aos países pobres. São, ao contrário, uma percepção clara e pioneira, por parte das Fundações Rockefeller e Ford, das possibilidades de intervenção política geral sobre as populações rurais pobres dos países subdesenvolvidos. Para apanhar essa problemática, analisamos neste capítulo, duas questões correlatas e aparentemente desvinculadas: a montagem da estratégia de ação, mediante projetos-piloto, em relação ao campesinato dos países imperialistas e a estruturação, também sob a forma de projetos-piloto, dos centros internacionais de geração e difusão de pesquisa e técnica agrícola para os mesmos países. Essa direção de ação não é, certamente, incompatível com inúmeras outras ações, projetos e políticas, mas são exatamente estas duas linhas de ação que se desenvolvem sem solução de continuidade ao longo dos últimos quarenta anos e que vão fornecendo os elementos coerentes e as linhas de ação de caráter cada vez mais abrangente em relação à popu-

lação camponesa e em relação à produção agropecuária como um todo. É este conjunto de projetos-piloto cuidadosamente elaborados a fonte de aprendizagem para a etapa de expansão do imperialismo durante e depois da 2ª guerra, marcada pelas tensões revolucionárias, em quase toda a parte sediadas no campo. Vista retrospectivamente, a história da ação do imperialismo no campo mostra que sua preocupação segue as duas linhas mestras básicas: a destruição do campesinato tradicional através de sua incorporação crescente à lógica da produção capitalista, recriando-o como um novo campesinato e excluindo e proletarizando massivamente aqueles que não fossem capazes de se adequar à nova realidade; a transformação do processo produtivo mediante aplicações crescentes de capital sob sua forma "técnica", mediada por uma nova ação do capital financeiro.

No item 1.2 analiso três projetos-piloto destinados a fornecer os parâmetros de ação junto às massas camponesas: o primeiro, a implantação no Brasil do programa de extensão rural<sup>23</sup>, planejado, financiado e implantado pela Fundação Rockefeller, em Minas Gerais, iniciado em 1947, expandindo-se rapidamente por todos os Estados brasileiros na década de 50 sob a forma de "Sistema ABCAR", transformando-se, em 1975, na EMBRATER<sup>24-25</sup>; o segundo é um plano-piloto destinado a intervir sobre o campesinato de uma região do antigo Paquistão Oriental, hoje Bangladesh, conhecido como "Programa Comilla"; o terceiro, denominado "Cornel Programa", desenvolvido em Vicos, no Peru, com o objetivo de

encontrar uma "metodologia" que visasse a integração dos índios peruanos à sociedade capitalista.

No item 1.3, analiso a estratégia de montagem dos Centros Internacionais de pesquisa, seu surgimento como projeto piloto no México, sua consolidação, bem como do surgimento dos demais centros em pontos estratégicos a nível mundial, sua prática difusiva sobre os países "subdesenvolvidos". Como complemento, a esse item, analiso a estruturação da EMBRAPA como resposta e adequação dos mecanismos de difusão do capital a nível brasileiro.

É provável que a compreensão desta dupla estratégia de ação permita estabelecer:

a) que a solução da questão camponesa a nível mundial é uma questão de sobrevivência do capitalismo em sua etapa de expansão rápida na agricultura mundial, no contexto da descolonização e nos movimentos de industrialização dependente dos países imperializados mais avançados;

b) que a solução da questão camponesa implica uma violenta transformação das relações sociais de produção no campo, mas esta transformação não pode assumir a forma da luta política, mas a forma de "fatalidade das exigências técnicas";

c) que a solução da questão camponesa implica não a sua solução, mas a destruição do campesinato, quer subordinando-o às formas de produção capitalista, quer excluindo-o.

do-o do campo e, ao mesmo tempo, favorecer o aparecimento e a fortificação da burguesia agrária e a industrialização da agricultura como um todo;

d) que a subordinação do novo campesinato ao capital abre espaços novos de expansão e valorização do capital e sendo a integração dos camponeses às agroindústrias não uma exceção ou anomalia, mas a lógica natural para a qual caminhará todo o campesinato sobrevivente enquanto forma superior e aperfeiçoada de subordinação e de exploração.

## 1.2 - A transformação do campesinato

### 1.2.1 - O programa ACAR

"Na América Latina os serviços de extensão com a filosofia da função educativa, institucionalizaram-se, na maioria dos países, há apenas algumas décadas sob a influência da filosofia de extensão dos Estados Unidos da América. Antes disso, a assistência técnica ao produtor era de assessoria técnica, ou divulgação e "fomento", ou ainda de serviço direto; e se cumpria, na maioria dos casos, em função de programas específicos de expansão e melhoramento de cultivos determinados (cereais, algodão, café, etc.)<sup>26</sup>, que atuavam administrativa e funcionalmente independente ou com caráter geral, sem programas e objetivos definidos"<sup>27</sup>. A importância da ação da pesquisa e da assistência técnica an-

tes da implantação dos sistemas tipo ACAR de molde norteamericano provinha fundamentalmente da insistência e do interesse das potências coloniais sobre determinados produtos (como o caso do café, do algodão, borracha natural, banana, etc.), ou seja, tratava-se de programas que aliavam freqüentemente pesquisas e assistência técnica com enfoque sobre um produto de exportação. Isto acabava gerando organizmos paralelos e conflitivos<sup>28</sup> embora tivessem evidenciado as vantagens do "benefício social dos serviços de pesquisa e extensão agrícola...". É neste espaço que a experiência norte-americana apresenta vantagens. Ela se institucionaliza, isto é, tende a associar o Estado, os interesses privados e a unidade de produção agrícola, considerando a unidade de produção independentemente do produto como um todo e apta a responder e se organizar para a produção de qualquer produto, ressalvadas as condições climáticas e de solo. Esta é a diretriz que está subjacente ao programa "F.H.A. = Farm and home administration" ou, no caso dos produtores de baixa renda, ao programa "F.S.A. = Farm security administration". Se antes o imperialismo se interessava por produtos específicos, com esta perspectiva ele passa a se interessar pela produção como um todo e pela capacidade que a agricultura tem de absorver capital, qualquer que seja o produto em questão, a situação social do produtor ou o tamanho da propriedade<sup>29</sup>. A acumulação de capital viabilizada pelo controle de produtos de tipo tropical ou não, produzidos pelos países do terceiro mundo, a capacidade que as unidades de produção monocultoras possuíam de absorver o capi-



tal mostraram-se insuficientes para a nova etapa do imperialismo. Tornou-se imperioso avançar a ação do capital sobre a totalidade da produção agrícola qualquer que seja, e sobre a totalidade dos produtores, quaisquer que sejam. Alargam-se, assim, ao infinito as novas possibilidades de valorização do capital.

A introdução do novo estilo de assistência técnica com a "filosofia de função educativa" só poderia ser feita de forma lenta e experimental e só tenderia a se generalizar se os resultados obtidos nos "projetos-piloto" fossem suscetíveis de produzir um impacto favorável. Esta sempre foi a estratégia adotada tanto pela Fundação Ford, Rockefeller ou USAID. Os projetos-piloto deveriam ser capazes de fornecer as linhas e a substância para a implantação da assistência técnica e a extensão em plano nacional. Daí a necessidade de rigoroso planejamento e controle das experiências-piloto. O programa ACAR em Minas Gerais e o programa "CBR" na Venezuela<sup>30</sup>, ou The Cornell Program in Vicos, Peru<sup>31</sup>, ou ainda, na década de 60, o "Comilla Program in East Pakistan"<sup>32</sup> e em inúmeros outros países subdesenvolvidos selecionados, tinham todos eles o mesmo direcionamento.

Em 1946 o grupo Rockefeller criou a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social, mais conhecida pela sigla "AIA"<sup>33</sup>. Em 1948 a AIA "organizou, a 'convite' do governo do Estado de Minas Gerais, um programa de desenvolvimento rural denominado Associação de Crédito e Assistência Rural, geralmente chamado de ACAR"<sup>34</sup>.

O caráter institucional do programa, embora supusesse uma ação decisiva do Estado, não poderia assumir a forma de organismo do Estado, nem empresarial pura e simplesmente. A ênfase deveria incidir sobre seu aspecto civil, apolítico, e quase filantrópico e técnico-econômico. O programa assume a forma, então, de sociedade civil sem fins lucrativos, com o objetivo explícito de "dar assistência às famílias rurais, principalmente através de crédito supervisionado e atividades de extensão rural"<sup>35</sup>. O caráter técnico-econômico da ACAR e de todos os órgãos desse tipo insistem sobre sua natureza neutra e apolítica. Ocorre, no entanto, que é exatamente o apoliticismo e a neutralidade seu caráter explicitamente político, sua estratégia política. Atribui-se o sucesso dos programas exatamente a esta característica:

"... houve uma notável continuidade administrativa e financeira do programa, com isolamento do processo político. Por exemplo, não houve mudança nos dois representantes do governo do Estado no Conselho do ACAR desde 1951 (a AIA manteve dois representantes no Conselho de 1948 a 1960). Contudo, durante este mesmo período, Minas Gerais teve quatro governadores de três partidos políticos diferentes. Parte da continuidade e estabilidade do programa foi devida ao suporte financeiro assegurado por uma agência externa: a AIA. Além disso, a ACAR, na qualidade de entidade privada embora operando com fundos do governo estadual e federal, era encarada como entidade privada, experimentou pouca interferência política. Autoridades governamentais proeminentes foram envolvidas desde o início e rapidamente estabeleceram o status da ACAR como sendo fora da esfera política. A natureza apolítica da ACAR conduziu à crescente confiança na organização, não somente entre as autoridades governamentais e legisladores como também entre os agricultores. Uma vez que a tradição foi estabelecida, ela tornou-se reforçativa."<sup>36</sup>

A política é um estorvo ao desenvolvimento do trabalho. A política é substituída pela técnica. O apoliticismo visa salvaguardar o espaço da ação do capital quaisquer que sejam as comoções que ocorram no âmbito das lutas pelo poder. Além do mais, na medida mesma que a interferência é articulada pela ação do capital externo as "suspeitas" de interferência nos assuntos internos dos países tendem a se escamotear, reforça igualmente a idéia de que a técnica e a economia são independentes da política. Mas o segredo do apoliticismo, garantia de continuidade do trabalho da organização, consiste em não politizar a mudança por que passa o campesinato sob o capital. Trata-se de evitar que as transformações em curso assumam a forma de luta política. O engajamento do camponês deve ser feito paulatinamente, fechando todas as alternativas de comoção.

"A ACAR tem empregado os métodos de extensão mais conhecidos: clubes de juventude, projetos de nutrição e saúde, exposições ou demonstrações comunitárias, boletins técnicos e programas de rádio para difundir inovações, novas práticas domésticas e agrícolas"<sup>37</sup>. A interferência controlada sobre o camponês privilegia dois aspectos básicos que englobam a totalidade das ações a serem desencadeadas sobre o campesinato: o crédito supervisionado que interfere diretamente na produção e a "extensão rural" como "educação": enquanto "serviço" educativo tende a desempenhar "uma ampla gama de atividades. ... todas as atividades de uma dada área são coordenadas e não mantidas separadas..."<sup>38</sup>. Inicial

mente, pelo menos, dada a dificuldade de "assistir" a todos os camponeses, adota-se a tática do "efeito-demonstração". ... as atividades são exercidas apenas em áreas selecionadas dentro dos municípios e não por toda a área. Atividades individuais e de grupos são concentradas entre aqueles agricultores e naquelas áreas que pareçam fornecer melhores perspectivas para a décolagem desenvolvimentista e que também possam servir como pontos dentro do município, de onde novas práticas, idéias e tecnologias possam se estender para agricultores, não participantes"<sup>39</sup>. Para que o efeito-demonstração seja eficaz, torna-se necessário envolver as "lideranças comunitárias". Estas lideranças, uma vez cooptadas, tornam-se os elementos de ligação entre os agentes e os camponeses. A ACAR chegou mesmo a integrar estas lideranças nos seus esquemas operativos mediante as "comissões de extensão rural". "As comissões ofereciam uma oportunidade para as pessoas que estavam participando nos diversos aspectos do programa ACAR em cada comunidade, para dar sugestões (sic) relativas aos problemas da comunidade e participar na determinação de programas para ajudar a resolver esses problemas. Essas comissões e mais a participação em grupos de liderança e grupos de adultos, contribuíram consideravelmente para o maior envolvimento da população rural e para a maior experiência com organização comunitária e consideração de problemas comunitários"<sup>40-41</sup>.

A forma concreta, o fio condutor da intervenção e que se faz acompanhar da atividade de educação é a dissemi-

nação do crédito rural. Não se trata do crédito em si; mas do crédito supervisionado, isto é, da penetração do capital financeiro em condições de transformar a produção e subordinar o camponês à sua lógica, transformando profundamente a estrutura da produção camponesa. A ação do capital financeiro na produção camponesa requer uma modificação completa da rotina do trabalho e vida do camponês. Este é o espaço criado para a extensão enquanto ação educativa. O crédito supervisionado no programa ACAR intervém em três áreas básicas: "planejamento agrícola e doméstico, visitas educacionais e empréstimos"<sup>42</sup>. O empréstimo é o último elemento e, sem dúvida, o menos importante. A intervenção global para chegar ao empréstimo funciona da seguinte forma: "... um agricultor ouve algo a respeito ou se torna interessado no programa de crédito supervisionado da ACAR e solicita uma visita dos técnicos. Eles visitam sua propriedade e se o agricultor for considerado um candidato qualificado para esse tipo de assistência<sup>43</sup>, os técnicos e o agricultor, juntos, *preparam um plano agrícola* (grifo meu D.B.) para o ano seguinte. Esse formulário inclui os ativos do agricultor, seu passivo, a produção e despesas do ano anterior, as novas práticas a serem seguidas, culturas que devem ser plantadas, *gastos projetados e o uso dos fundos de empréstimos nessa projeção* (grifo meu D.B.), o prazo proposto para pagamento do empréstimo, produção e renda esperados. Esse formulário se torna a base para a recomendação da ACAR para o empréstimo do banco. Se o requerente for julgado qualificado, ele então recebe, além do empréstimo, visitas dos técni

cos da ACAR durante o tempo em que perdure a participação. A supervisão e orientação para cada família que obtém empréstimo abrange problemas gerais da agricultura e do lar, assim como adesão (sic) aos melhoramentos planejados e ao uso programado dos fundos de empréstimo. Assim, o agricultor recebe instruções pessoais sobre como melhorar suas práticas agrícolas, enquanto a família é ensinada a fazer melhoramentos no lar e na vida familiar ... Essa abordagem dupla reflete a filosofia básica da ACAR de que os fatores que afetam o agente humano, tais como nutrição, higiene e moradia, são igualmente importantes; e, que, não é suficiente apenas aumentar a renda, mas que a população rural deve ser ensinada (grifo meu D.B.) quanto à maneira de conseguir melhores níveis de vida"<sup>44</sup>.

Se o crédito, do ponto de vista da "estratégia educacional", neste caso, da preparação das condições materiais e subjetivas da penetração do capital, é último e menos importante, na verdade ele é o primeiro, encarnação do capital enquanto tal e viabiliza a estruturação da lógica da produção à sua lógica. Assim, o capital financeiro dá acesso às mercadorias capitalistas necessárias à produção e com elas às correspondentes práticas: "os agricultores obtêm crédito para comprar sementes, fungicidas, equipamentos e animais para melhorar suas operações agrícolas"<sup>45</sup>. Os camponeses selecionados para receber crédito são intensamente "educados" para se adaptarem às novas condições e, ao mesmo tempo, funcionam como "modelos", neste sentido é importante

que participem "de outros projetos da ACAR, como aulas, demonstrações, reuniões de grupos e serviços educacionais semelhantes"<sup>46</sup>.

Esses serviços se dirigem indistintamente a todos os camponeses e incluem novas práticas agrícolas e pecuárias, bem como práticas familiares tais como: orientação sobre silos-trincheira, semente melhoradora, controle de formigas, pulverização e alimentação do gado, preparação do solo e curvas de nível; preparo, proteção e armazenamento de alimentos, cuidados das crianças e do lar; serviços de carpintaria e costura"<sup>47</sup>. A educação do camponês se completa quando tiver absorvido os mecanismos básicos oriundos do crédito supervisionado, isto é, quando o processo de produção como um todo se tiver instalado na órbita do capital. Estes camponeses receberão, a partir daí, uma orientação mais geral.

O caráter apolítico da intervenção dos organismos de extensão e, no caso em foco, da ACAR, a estruturação dos camponeses sob o enfoque da ideologia comunitária, e mais, o intenso trabalho sobre as unidades individuais de produção e, em última instância, sobre o indivíduo, permitem uma rápida diferenciação no interior do campesinato acionada pelos mecanismos de seleção e exclusão. A instalação de uma atitude individualista que permite explicar o sucesso, isto é, a continuidade na produção e a exclusão e proletarização dos demais, como fatores pessoais, ou como fatores puramente técnicos. É por isso que a ideologia comunitária se tor-

na não apenas factível, mas necessária para escamotear as diferenças sociais existentes ou que vão gradativamente surgindo. Apesar dos pesares todos são iguais, ou seja, todos pertencem à comunidade, embora, individualmente e aos poucos muitos deles sejam excluídos. Mas esta questão não cabe e não pode passar pela comunidade já que a exclusão é um problema pessoal e justifica, em última instância, a necessidade de seleção dos produtores preconizada por Schultz.

As mudanças profundas que ocorrem na sociedade não vão além dos conflitos específicos provocados pelas mudanças, isto é, de uma articulação fracamente dominada pelos mecanismos do capital comercial sem intervenção sobre a produção, para uma articulação estreita da produção direta. É este caráter conservador que o capital visa executar e de fato executa. É desta concepção conservadora que se pode então extrair o caráter propriamente político da intervenção do capital junto às massas camponesas. No mesmo ano que inicia o projeto ACAR em Minas Gerais, o grupo Rockefeller (coincidentemente o mesmo grupo a quem pertence a AIA que financiou o projeto ACAR) investe maciçamente na área de sementes melhoradas, através da IBEC (Internacional Basic Economy Corporation). A IBEC passou a produzir sementes melhoradas de milho em Minas Gerais, nas áreas de atuação do projeto ACAR, no Paraná (Santo Antonio da Platina) e no Rio Grande do Sul (Carazinho). Em Minas Gerais, incorporou uma pequena empresa produtora de sementes (Agroceres), controlando 64% das ações, mas mantendo os antigos proprietários



que ficaram com o restante das ações. "A IBEC pretendia investir em programas agrícolas no Brasil e em outros países ... Era a época da guerra fria ... Havia McCarthy e o anticomunismo. E a intenção de Rockefeller era, justamente, fazer uma companhia que pudesse agir na área de economia básica em países subdesenvolvidos, provando a importância do capitalismo para o terceiro mundo (grifo meu D.B.). Para isso, selecionou setores e países prioritários neste contexto. O Brasil seria a prioridade A. Vieram ao Brasil para um trabalho capitalista em duas áreas - instrução<sup>48</sup> e agricultura (grifo meu D.B.). A segunda mereceu ênfase, com o desenvolvimento de atividades em armazenamento, serviços de mecanização agrícola, o primeiro enfoque de suínos e milho híbrido"<sup>49</sup>. "A companhia IBEC", afirma o atual diretor da Agroceres, "havia sido criada dentro de uma filosofia claramente política para intervir nos países da América Latina"<sup>50</sup>. O caráter político da expansão imperialista que pode ser resgatado em seus delineamentos desde os "Quatorze pontos do Presidente Wilson", toma a feição clara, imediatamente antes do início da 2ª guerra mundial: "Em vista do possível envolvimento das nações do Hemisfério Ocidental na Segunda Guerra Mundial, o Presidente Roosevelt criou, por decreto executivo, o cargo de Coordenador dos Assuntos Internacionais. O Sr. Nelson Rockefeller foi nomeado para exercer esse cargo e pouco depois registrava, de acordo com as leis do Estado de Delaware, uma corporação de propriedade do governo e chamada "Instituto de Assuntos Interamericanos"<sup>51</sup>, com autorização para conduzir programas de cooperação com

governos da América Latina a fim de promover a saúde pública e o desenvolvimento agrícola. Em 1944 organizou-se uma corporação semelhante, denominada Fundação Educacional Interamericana e autorizada a prestar o mesmo tipo de cooperação no setor de educação primário e secundário. Essa experiência latino-americana precedeu a criação da UNESCO e preparou os EUA para empreenderem, dentro dos princípios do Ponto IV ... a extensão da cooperação técnica a todas as regiões do mundo. O Ponto IV, proposto por Truman em 1949, foi apenas uma extensão ao nível mundial do programa de assistência técnica e econômica à América Latina"<sup>52</sup>. A insistência sobre a assistência e cooperação técnica (agrícola, econômica, educacional), do ponto de vista da estratégia global, era claramente política. "Desde o começo, os programas bilaterais de educação adotaram certas premissas básicas. Primeiro, admitia-se que a melhoria das condições sociais e econômicas em qualquer parte do mundo livre redundariam em benefício dos Estados Unidos. Considerava-se isso uma justificativa suficiente para prodigalizar o dinheiro e as energias norte-americanas nos programas de cooperação. Mas, quaisquer que fossem as vantagens políticas que o Departamento de Estado e o Congresso esperavam auferir para os EUA, os administradores dos programas cooperativos sempre agiram na convicção de que se deviam interessar pelo trabalho profissional que lhes competia realizar e, se esse trabalho fosse feito, as vantagens políticas se seguiriam necessariamente. Isso eximia o pessoal dos programas de preocupar-se com considerações políticas"<sup>53</sup> (o grifo é meu DB).

E acrescenta mais adiante: "O princípio de 'cooperação e não assistência'<sup>54</sup> também implicava que o nosso trabalho *de via ser de natureza essencialmente técnica*"<sup>55</sup>. Só quando as lutas de classe estivessem ao ponto de produzir mudanças revolucionárias é que se justificariam as intervenções abertamente políticas, como a intervenção na Grécia e Turquia "visando" ajudá-las "a dominarem a dissensão interna e impedir a conquista do poder por uma minoria comunista..."<sup>56</sup>.

A articulação da intervenção do imperialismo sobre as massas camponesas da América Latina e Ásia, mediante programas piloto postos em ação quer pelo Estado norte-americano, quer por missionários religiosos<sup>57</sup>, ou pela iniciativa privada de grandes grupos econômicos<sup>58</sup>, tem invariavelmente a mesma dimensão política de transformação das estruturas sociais camponesas de forma "ordenada e pacífica", isto é, conservadora e capitalista<sup>59</sup>. Para melhor entendimento da questão examinamos, a seguir, o programa desenvolvido em Bangladesh, ex-Pakistão Oriental.

### 1.2.2 - O "Programa Comilla" no Pakistão Oriental (Bangladesh)

Os constantes conflitos entre o Pakistão Oriental e Ocidental, agravados a partir de 1956, e entre o Pakistão e a Índia, a expansão da China em direção ao Sul, no Tibet, na região de Llassa, tornaram o Pakistão Oriental um objeto

de preocupação por parte do capitalismo internacional. Tratava-se de encontrar uma forma segura e rápida de intervir na economia da região sem que ocorressem transformações revolucionárias, sob influência da China, ou da União Soviética. Tratava-se, em outras palavras, de integrar a região no grande projeto da revolução verde<sup>60</sup> que estava se estendendo em toda a área do subcontinente indiano e sudoeste asiático. Uma explosão camponesa no Paquistão Oriental poderia facilmente propagar-se pela Índia Oriental, Nepal, Butão, Birmania e Tibet. Estes países não poderiam ser "perdidos" pois funcionavam como tampões naturais à expansão da China. A queda de um deles poderia levar à queda dos demais, segundo a "teoria do dominó" formulada na época por John Foster Dulles<sup>61</sup>.

Os países asiáticos dispõem de avassaladores contingentes populacionais camponeses. A questão da terra assume aí uma significação muito séria. As mudanças no processo de produção pela introdução massiva de capital pode multiplicar a fome pela terra e produzir situações de conflito não superáveis de forma "pacífica". Além do mais, a propriedade da terra está, freqüentemente, articulada com a estrutura de castas<sup>62</sup>. O controle sobre a mudança torna-se então essencial. A questão básica para o capital consiste em encontrar as formas mais adequadas de introdução de relações sociais capitalistas na agricultura sem que o controle lhe fuja das mãos<sup>63</sup>. A Índia havia sido um repositário importante destas formas de "transição", e forneceu um modelo bási-

co de ação em toda a área asiática<sup>64-65</sup>. A disseminação da estratégia de ação global na área sob a forma de assistência técnica se fez em dois momentos sucessivos: pelos Estados Unidos, no bojo da política do Ponto IV e pela Inglaterra, que em 1950 deu início às ações do "Plano Colombo". "Os membros originais do Plano Colombo eram a Austrália, o Canadá, o Ceilão, a Índia, a Nova Zelândia, o Paquistão, a Malásia, o Borneo Britânico e o Reino Unido. Os EUA, que a princípio foram designados como *observadores* (grifo meu DB) e já haviam começado a trabalhar naquela área, tornaram-se membros efetivos em 1952, se bem que a assistência norte-americana seja ministrada através da 'United States Operation Mission' em cada país e não através das agências do Plano. Desde aquela data (1951), o Cambodja, o Laos, O Vietname, a Birmânia, o Nepal, a Tailândia, o Japão e as Filipinas também se tornaram membros. Há, igualmente, muitos programas dos organismos especializados das Nações Unidas que funcionam através de representantes residentes da Diretoria de Assistência Técnica ... os vários organismos colaboram sem tropeços na condução de programas técnicos por toda a parte, programas de índole diversa, mas que se dão todas as mãos no propósito comum de ajudar os povos do Sul e do Sudeste da Ásia a elevarem os seus padrões de vida, numa área que abriga a quarta parte da população mundial e que sofreu grandes devastações em consequência da guerra"<sup>66</sup>. Não é difícil supor a imensa preocupação do imperialismo sobre esta área asiática. A perda do controle sobre o sul e o sudeste asiático representa a mais séria ameaça à "sobrevivência do

mundo livre". A combinação da assistência técnica, cultural, política e militar era necessária para manter sob controle esta importante área. Apesar deste formidável esforço nem toda a área, inicialmente, pode ser coberta na primeira fase de ação (1948-1960), muito embora a primeira fase tenha sido essencial para preparar as condições para uma intervenção sobre todas as áreas, numa segunda etapa, conhecida pelo célebre nome de "revolução verde" que teve, junto com o México, seu palco principal. O Paquistão Oriental, hoje Bangladesh, não havia ainda sido tocado até 1960, muito embora o Paquistão Ocidental tivesse recebido uma massiva intervenção similar à Indiana<sup>67</sup>. A intervenção começou quando a Fundação Ford e a Michigan State University prestaram ao governo paquistanês assessoria para a instalação das "Pakistan Academy for Rural Development", uma no Paquistão Ocidental e outra no Oriental, esta última sediada em Comilla. Em 1960 a "Pakistan Academy" montou um conjunto de projetos piloto integrados visando o desenvolvimento da agricultura de subsistência (fundamentalmente arroz)<sup>68</sup>, na "Thana" de Comilla. Cabia à Academia, mediante a execução do projeto, "desenvolver e testar padrões e procedimentos desejáveis para o desenvolvimento da agricultura do Paquistão Oriental"<sup>69</sup>. O programa deveria dar conta de um complexo conjunto de problemas que, a rigor, consistem na busca de uma solução o menos conflitiva possível da passagem de uma estrutura de produção agrícola tradicional para uma "moderna", trabalhando sobre uma área de microfúndios cuja média é 1,7 acres por família de 6 membros<sup>70</sup>, trabalhados pelos membros da

própria família e com baixíssimos índices de produtividade, e grande ociosidade de mão-de-obra. Os camponeses são explorados pelos agiotas (que lhes adiantam o crédito) e comerciantes de arroz (que lhes compram a produção na época da colheita quando os preços estão mais baixos). A proposta do programa Comilla consiste numa intervenção global sobre a área tentando eliminar os mecanismos "grosseiros" da clássica exploração do camponês via mecanismos do comércio e da usura, substituindo-os pela exploração tipicamente capitalista, isto é, pela articulação da produção direta pelo capital. O primeiro passo consistiu na montagem de um sistema cooperativista com cooperativas locais, articuladas por uma cooperativa central cujas funções eram múltiplas: organizar os camponeses, viabilizar a distribuição de sementes, adubos, inseticidas, distribuição de água, comercialização da produção e educação. Foi aberta uma agência de um banco comercial para eliminar os usuários tradicionais. O financiamento do programa e os financiamentos repassados aos produtores foram fornecidos pela Fundação Ford<sup>71</sup>. Neste, como em todos os programas de intervenção, duas preocupações básicas nortearam a estratégia e a tática dos programas-piloto implantados sob a égide do imperialismo: de um lado, o sistemático envolvimento do Estado que aparece como o promotor e responsável pelo projeto<sup>72</sup>, de outro, diminuir ao máximo os assessores estrangeiros envolvendo e treinando o máximo de agentes locais<sup>73</sup>. A intervenção do Estado significa, antes de mais nada, que as mudanças a serem efetuadas não ultrapassarão certos limites. Previsivelmente, uma penetração

massiva de capital na agricultura produz modificações igualmente nos demais segmentos da produção, particularmente na Ásia onde a produção artesanal ainda estava umbilicalmente articulada com a produção agrícola. A substituição dos meios de produção acaba destruindo este artesanato. Torna-se necessário, então, um cuidadoso trabalho de modificação deste segmento da produção reciclando-o para novas funções. O Programa Comilla previu a articulação destes artesãos também em cooperativas de grupos ocupacionais: carpinteiros, pedreiros, açougueiros, gráficos, etc. Estas cooperativas subordinam-se também à cooperativa central. A organização global dos trabalhadores sob o comando da Cooperativa Central permite a montagem e o acionamento dos mecanismos de subordinação do trabalhador ao capital e, principalmente, o trabalho gradual de preparação ideológica e treinamento para as práticas exigidas pelo capital dos trabalhadores associados: "The Central Association has organized a large number of demonstration and training classes. Selected members of the societies have been trained as accountants, tractor drivers, mechanics, and the like"<sup>74</sup>. A implantação de uma prática de uso sistemático de crédito de molde capitalista requer uma intervenção sistemática e controlada, de cima para baixo: "Every week, on fixed day, the managers of the corporative societies come to the office of the Central Association. Special training are arranged for them. They learn about use of fertilizers, new methods of cultivation, use of insecticides, and the like. They ask questions and present their problems to the experts. They are given ins-



truction sheets, pictures stories, and so forth. They see demonstration arranged at the five-acre farm near the Central Association's office. The managers go back, and in their own village meeting they pass on the information to other members. They read out the instruction sheets, answer the questions raised ... Beside the managers, other groups of leaders - teachers, model farmers, weavers ... - come for such one-day-a-week training courses. The extension programs is further strengthened by demonstrations in the villages organized by a japanese team of rice experts stationed at Comilla"<sup>75</sup>.

A intervenção massiva do Programa Comilla sobre a totalidade da população e, especialmente sobre os camponeses, com o objetivo específico de viabilizar a penetração da lógica do capital<sup>76</sup> na produção camponesa, não fica nas questões essenciais de classe, nem na estrutura de apropriação da terra. É revelador que os analistas do programa, de um lado, tenham que confessar que "it has not been possible to devise a permanent program for the landless laborers, 20 per cent of the total population"<sup>77</sup> e, de outro, o aumento da "fome de terra" particularmente por parte daqueles produtores que introduziram as novas práticas implantadas. A ação do capital, evidentemente, por força de um adequado uso de insumos, máquinas e implementos se encarregará de efetuar uma limpeza dos produtores reticentes às novas técnicas ou que, pelas condições objetivas não poderão permanecer na produção agrícola. Neste caso, novamente, trata-se

de um problema pessoal. No entanto, se tomarmos como exemplo os investimentos necessários para a instalação de um sistema de irrigação da cultura do arroz, é fácil perceber que um grupo razoável de produtores não poderá fazê-los e automaticamente será excluído da terra: "it is estimated that the average cost of irrigation by tube well would be about RS 53 per acre (calculated on the basis of 60 acres irrigated per tube well). To cover this cost, maximum utilization of water and improved cultivation is required"<sup>78</sup> (grifo meu DB). A experiência piloto executada em Comilla produziu seus efeitos quando "has resulted in a nationwide Public works Program of building roads, canals, embankments, and so on. Fertilizers are being sold at highly subsidized rates. Irrigation facilities are being developed. The Comilla results are being used in making policy decisions (grifo meu DB). The Comilla experiment has aroused interest in the minds of many people working on similar problems in other countries"<sup>79</sup>. Os investimentos feitos pelo imperialismo pela mão da Fundação Ford frutificaram abundantemente. A trajetória do programa executado em Comilla tem exatamente a mesma direção da verificada através do programa ACAR que se difunde de seu pólo gerador em Minas para o Nordeste e para o Sul e, em poucos anos, se constituía num vasto programa nacional, veículo de políticas agrícolas, da expansão do crédito, de práticas melhoradas e de equipamentos e insumos. Em outras palavras, do casamento das forças imperialistas com o Estado nasce um instrumento fundamental de ação, de transformação e de subordinação do campesinato ao capital.

### 1.2.3 - O "Programa Cornell-Vicos" (Peru)

O Programa Cornell foi desenvolvido em Vicos, Peru, numa das regiões típicas de "latifúndios feudais", constituídos sobre a dominação espanhola da população indígena. Não se trata aqui de discutir a natureza deste feudalismo, já estudado por muitos autores<sup>80</sup>, mas de mostrar a urgente necessidade de encontrar um método de intervenção que permita uma transição "pacífica" dos latifúndios em empresas capitalistas e dos índios submetidos à "servidão" para um tipo de "liberdade" estatuída pelas regras da produção capitalista. No início da década de 50, por toda a parte, as populações indígenas da cordilheira estavam em franco processo de mobilização. O exemplo boliviano e o ainda mais antigo exemplo mexicano poderiam incendiar o planalto andino. Se o capital podia vingar utilizando as formas arcaicas existentes desde o século XVII ou recriar outras no século XX<sup>81</sup>, as lutas de classe efetivas iniciadas no fim da década de 50 e durante toda a década de 60 colocavam, de forma cada vez mais urgente, a necessidade de romper os velhos mecanismos de exploração das massas camponesas indígenas submetidas a estruturas feudais ou semi-feudais ou a elas assemelhadas. Tratava-se, para o capital, de "integrar" os camponeses índios à sociedade peruana, destruindo as estruturas feudais, ou seja, libertá-los das coações extra-econômicas próprias daquelas formas de dominação e subordiná-los ao capital. Esta transição deveria, obviamente, ser pacífica, lenta, gradual e minuciosamente executada. Se a luta de

classes fugisse do controle das classes dominantes seria até mesmo possível prever as catastróficas conseqüências para a burguesia e seus aliados da região andina. É neste espaço, enquanto projeto-piloto fornecedor de uma metodologia de mudança aplicável a toda a região, que o programa Vicos se implanta, entre muitos outros, evidentemente.

O projeto Vicos foi financiado, por muitos anos, pela "Carnegie Corporation of New York"<sup>82</sup> e executado pela Cornell University mediante convênio bilateral com o governo peruano, inicialmente através de seu "Instituto Indígena Peruano" e, depois, de seu "Plano Nacional de Integração da População Aborígene"<sup>83</sup>. O programa tinha dois objetivos básicos, o primeiro, "melhorar o padrão de vida da população de Vicos", o segundo e mais importante, visava estudar "the independent variables involved in increasing agricultural and human productivity by starting from the base just outlined"<sup>84</sup>. O projeto, explicitamente, se propõe uma metodologia de mudança que atue exclusivamente sobre a "variável" produtividade e não sobre as questões políticas que envolvem a questão básica da dominação feudal sobre o servo e sobre a terra. O controle sobre a mudança foi de tal ordem que o "Cornell Peru Project" assumiu a "posição de senhor feudal por cinco anos (sic): 'so it was able to institute sweeping innovations' from a status with powerful leverage"<sup>85</sup>. A posição dos agentes do projeto conferia-lhes total poder sobre os camponeses servos, não como observam Holmberg e Dobyms, para usar os mecanismos de coerção físi-

ca<sup>86</sup>, embora pudessem fazê-lo, mas para persuadí-los à mudança "by a process of explanation and enlightenment that exposed serfs to new experiences and afforded them new knowledge on which to build perceived needs and desires and with which to structure novel ways to satisfy needs and desires"<sup>87</sup> e para obrigá-los a continuar prestando os três dias semanais de trabalho gratuito aos novos senhores feudais. A manutenção da corveia permitia executar uma "gradual transition and to provide a demonstration and training experience in new agricultural and social practices; and to produce a new investment capital"<sup>88</sup>. A introdução das novas práticas nas terras do senhor obrigou os servos a ajustar a estas práticas, as executadas nos seus próprios lotes<sup>89</sup>. Os servos foram organizados em cooperativas e passaram a ter acesso e treinamento para o uso de sementes melhoradas, fungicidas, inseticidas, fertilizantes, etc.. Crédito supervisionado foi posto à disposição dos servos pelo Banco de Desenvolvimento Agrícola. O resultado foi que "... efficiency has reached the point where today knowledge of modern potato production techniques is generalized in Vicos among its *new peasants* (grifo meu DB), who are now purchasing their own lands"<sup>90</sup>.

Os agentes do Projeto Cornell não escondem sequer o conservadorismo de sua proposta, mas afirmam claramente que este é o único caminho para destruir as arcaicas estruturas de dominação de extração pré-capitalista e substituí-las, ordenadamente, pelo domínio do capital: "Only by

firmly establishing its legitimate power (sic) over the Vicos serfs could the Cornell Peru Project open up for them the degrees of freedom of choice and action necessary if they were to achieve meaningful liberty"<sup>91</sup>. O modelo proposto e executado em Vicos pode ser posto em ação "widely in the Andean region"<sup>92</sup>. "The Vicos case holds regional significance because, this experience has proved that sociopolitical techniques are already at hand to solve many of the socioeconomic problems most characteristic of the Andean area, through the application of modern technological knowledge"<sup>93</sup>. As mudanças conservadoras tornam-se essenciais para o capital na medida em que os largos segmentos da população não subordinados a ele: "... could move ahead more rapidly into the industrial, more affluent and in many respects more egalitarian society ..."<sup>94</sup>. O exemplo de Vicos pode ser generalizado não só para a região andina, mas para todas aquelas áreas onde a "less-than-subsistence production constitutes a national development problem in other countries plagued by food deficits arising from social structures of gross inequality, with peasants or serfs subordinate positions with little motivation to produce minimal access to modern technological skills"<sup>95</sup>.

Pretendo, pela análise de três exemplos escolhidos, entre muitos, ter demonstrado, de um lado, a importância da questão do campesinato para o imperialismo e o delineamento dos processos de integração do campesinato ao capital e, de outro, a forma conservadora como esta se deve dar mediante o acionamento de mecanismos despolitizadores pela

redução de todos os problemas camponeses às questões de incremento da produtividade da terra e do trabalho e a absorção dos conhecimentos e práticas necessárias para tal. A integração do campesinato ao capital, além das vantagens políticas óbvias que representa, abre um novo campo, praticamente infinito, para sua valorização a nível mundial. É desta prática que se nutre a teoria que, gradativamente, o imperialismo vai construindo, expressa em suas linhas mestras pelo Dr. Schultz no seu clássico "Transforming Traditional Agriculture".

Se uma das componentes essenciais da subordinação do campesinato ao capital consiste em habilitá-lo ao uso adequado dos "fatores de produção" que o capital lhe põe à disposição, tal habilitação evidencia a importância que a educação assume para o capital, prática educativa fundada não necessariamente na escola formal, mas principalmente no próprio processo de trabalho, consubstanciada nos planos de fomento da produção e, de maneira mais ampla, na extensão rural. A educação passa, então, a ser entendida como um investimento prioritário em capital humano: "Para produzir uma abundância de produtos agrícolas, é necessário que o agricultor tenha acesso ao que a ciência conhece sobre solos, plantas, animais e máquinas e tenha a habilitação e o conhecimento para usar tudo isso. ... O conhecimento que torna possível a transformação (da agricultura tradicional) é uma forma do capital, que requer investimento - investimento não apenas em insumos materiais, nos quais se encaixa uma parte desses conhecimentos, mas também, e em grau muito

importante, investimentos no pessoal do campo"<sup>96</sup>. Mas, qual quer que seja a importância que a educação assume para o capital, tal educação só é "rentável" se se consubstanciar na implementação das práticas da "agricultura moderna". E a agricultura moderna pretende-se aquela que se funda sobre o "saber científico do solo, das plantas, dos animais e máquinas". A pesquisa científica ocupa, portanto, um papel essencial na acumulação do capital na agricultura, ao lado das estratégias de transformação do campesinato tradicional. É esta questão que discuto a seguir. Pretendo mostrar que o capital, a nível mundial, articula e controla a pesquisa agrícola e que a necessidade de controlar a pesquisa tem as mesmas razões políticas e econômicas do controle do campesinato e compõe com este aquilo que os teóricos do imperialismo vieram chamar de modernização da agricultura, ou até mesmo revolução verde.

### 1.3 - A pesquisa agrícola como força do capital

A pesquisa científica de maneira geral e a pesquisa científica na agropecuária, em particular, tem-se constituído em objeto da estratégia do capital internacional, e um importante strunfo de subordinação das regiões pobres da área capitalista. Para o imperialismo a pesquisa científica está acima e além das aspirações de ordem política e dos interesses nacionais:



"... research priorities for the world scientific community should be established and the basis of the definition of problems and determination of their relative importance and promise of solution, and not in relation to the particular preoccupation and claims of national governments" (grifo meu DB). E referindo-se ao caso particular da estratégia do imperialismo inglês afirma: "we tried first decide *what* should be done and thereafter *where* (grifo no original) it could be done best"<sup>97</sup>.

Nos países colonizados ou fortemente dependentes de países colonizadores, a pesquisa científica sempre se tem orientado para determinados produtos cuja importância para o mercado internacional justificavam investimentos em pesquisa e melhoramento da produtividade: "Prior to world war II most developing countries typically stood in a colonial relationship to a European (or American) power, and incentives for development tended to be concentrated on the export sector. As a consequence, research and agribusiness institutions in those countries emerged only in the sugar, tea and coffee, and related export sectors"<sup>98</sup>.

Durante e após a segunda guerra mundial a pesquisa científica assume outra dimensão, quer nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos, quer nos países pobres da esfera capitalista. A pesquisa dos solos, da hibridação de plantas e animais, e as correspondentes formas de manejo de um e de outros abriram um imenso espaço para o desenvolvimento de novos insumos, máquinas e equipa-

mentos, um espaço novo, portanto, de valorização do capital: "The institutional form of most agricultural research systems has been public in character. In the early period of their development, the experiment stations concentrated much of their work on applied plant breeding and agronomic work. The agricultural implement, chemical, and animal health industries were also pursuing research and development programs and inventing new products. While the emerging scientific institutions and the early agribusiness firms generally cooperated with one another, they were not closely integrated. As this institutional system of science matured and extended its research programs into broader areas of economic concern and into more fundamental scientific fields, closer forms of integration became necessary"<sup>99</sup> (grifo meu DB). O exemplo mais taxativo desta integração entre Estado, ciência e agribusiness é o desenvolvimento e expansão da cultura do milho no "Corn Belt" americano: "Private business firms undertake much of the plant breeding of new hybrid varieties. The industry is organized to produce varieties tailored to a wide range of soil and climate conditions as well as end uses. The public sector agricultural experiment station system, in response to business activity, does relatively little plant breeding and concentrates on plant physiological, pathological and microbiological studies, which do not have direct economic payoff but which improve the scope for the applied plant-breeding world"<sup>100</sup> (grifo meu DB). De uma fraca integração a uma integração total, o capital se reserva a fatia imediatamente

lucrativa dos resultados da pesquisa mediante uma "cavalheiresca" divisão de trabalho entre empresas e Estado. O Estado canaliza para a pesquisa básica importantes volumes de recursos que serão apropriados depois, sob a forma de resultados científicos, pelas grandes empresas agropecuárias<sup>101</sup> e agroindustriais.

Este modelo de integração, de complementariedade entre o capital, Estado e pesquisa vai ser massivamente exportado para as regiões subdesenvolvidas, numa dinâmica semelhante e em combinação com os mecanismos da extensão rural que nós vimos na secção anterior. No entanto, duas questões básicas diferenciam a transferência de mecanismos integradores do campesinato mediante a extensão rural ao capital e a transferência da ciência, tecnologia. O primeiro, é de ordem política. A autonomia científica é um importante triunfo político na mão dos governos nacionais que, a partir daí, podem implementar políticas agrícolas autônomas e independentes, até mesmo contrárias aos interesses do capital internacional; a segunda, é propriamente de ordem técnica. A transferibilidade pura e simples de tecnologia agropecuária de uma região para outra é, via de regra, fadada ao fracasso<sup>102</sup>. Assim sendo, trata-se de efetuar as pesquisas agrícolas nas regiões subdesenvolvidas, mas sem que estas regiões possam ter o controle sobre o que e o como pesquisar, bem como sobre o uso que se faz dos resultados da pesquisa. Em outras palavras, trata-se de manter o controle da pesquisa básica na agricultura e pecuária nos países sub

desenvolvidos e, através dela, manter abertos os canais para a penetração do capital internacional na agricultura dos países subdesenvolvidos.

A descoberta dessa estratégia foi lenta, porém segura e acompanhada de importantes investimentos. São as grandes corporações internacionais, na fase experimental principalmente as Fundações Ford e Rockefeller, novamente as pioneiras também nesta área, concertadas evidentemente com a política externa dos Estados Unidos e o clima de guerra e de guerra fria que se forma a partir da década de 1940. Os projetos piloto aqui também exercem aquela função de difusores de experiências bem sucedidas e capazes de fornecer as diretrizes gerais básicas e a política a ser seguida em plano mundial e obedecendo as peculiaridades nacionais e regionais.

Há que se acrescentar ainda um terceiro elemento característico da transferência de tecnologia e que é essencial: a garantia da não interferência dos governos locais, onde se sediam as unidades de pesquisa, na condução da política de pesquisa, ou seja, os centros de pesquisa são organismos internacionais e, como tais, se estruturam independentemente dos interesses locais definidos por limites políticos. As zonas de influência da pesquisa são definidas unicamente pela abrangência das condições de produção de variedades produzidas nestes centros. O imperialismo inglês já havia percebido vantagens do estabelecimento de centros regionais em suas colônias, capazes de atender "a group of

countries linked both by ecology and by a common dependency on Britain"<sup>103</sup>. Mas, acrescenta Mathieson, com a descolonização, os centros regionais de pesquisa perderam justamente os dois pontos essenciais de sua eficácia de ação: rompimento da homogeneidade da região pela criação de diferentes Estados e a perda da comum dependência colonial à Inglaterra: "all these institutions were inherited by successors states; some that were established on a regional basis come under strain with the development of separate nationalisms (grifo meu DB). ... They also began to suffer in the 1960s, from the inevitable dislocations caused by the wholly natural and proper desire on the part of successor states to see them staffed and directed by local scientists and the accompanying faltering of confidence on the part of expatriate scientists, whose career prospects had come under question"<sup>104</sup>. Os novos centros internacionais deveriam, eliminando a inconveniente interferência dos interesses próprios dos Estados, manter determinadas zonas abertas ao desenvolvimento da pesquisa agrícola básica sob controle imperialista. Vencida a etapa colonial, era preciso encontrar então a maneira de atuar em larga escala, em vastas regiões e, de preferência, com a colaboração e anuência do Estado onde o centro se localiza, bem como dos Estados onde a difusão da tecnologia oriunda do centro é compatível<sup>105</sup>.

Dois centros internacionais criaram as bases e a experiência necessária para uma posterior difusão, em escala mundial, dos modelos de centros e de sua estratégia de ação: O "Centro International de Mejoramiento de Maiz y Tri-

go" (CIMMYT) sediado no México e o "International Rice Research Institute" (IRRI) sediado nas Filipinas. O primeiro começou suas atividades no México em 1943 mediante o Programa Cooperativo entre o Ministério da Agricultura do México e a Fundação Rockefeller<sup>107</sup>. Dois produtos foram inicialmente objeto de pesquisa neste centro: trigo e milho, culturas essenciais no regime alimentar do povo mexicano, bem como da América Central, Oriente Médio, Índia e Paquistão. O segundo iniciou suas atividades na Ásia nos primeiros anos da década de cinquenta com a criação, pela Fundação Rockefeller, do "Asian Vegetable Research and Development Center" com sede em Taiwan<sup>108</sup>. Em 1960, com a junção de esforços da Fundação Rockefeller e Ford foi fundado, nas Filipinas, o IRRI. Os programas locais na década de 40 e 50 estruturados a partir desses dois centros, mais os programas intensos de extensão rural em vários países e os programas bilaterais de cooperação técnica criaram as condições para que, a partir da década de 60, ocorresse, o que se convencionou chamar a "revolução verde". Mas antes de abordarmos a expansão a nível mundial desses dois planos piloto convém mostrar de que forma se estruturaram os centros enquanto experiência piloto. Tomo o caso do CIMMYT porque sua trajetória é muito esclarecedora. Mais adiante voltarei a essa questão e aí abordarei o caso do IRRI juntamente com os demais centros.

A estratégia posta em ação na articulação do centro é idêntica à utilizada com a implantação da extensão ru

ral: programa piloto, de caráter cooperativo com o governo local e formação de uma instituição de caráter privado, sem fins lucrativos. O objetivo básico consistiu na produção de novas variedades de trigo e milho, bem como da correspondente tecnologia de produção. Tratava-se de repetir o modelo americano de produção cerealista sob as condições mexicanas. Os cientistas chefes foram escolhidos em universidades americanas para cobrir as áreas básicas da pesquisa: patologia vegetal, genética (de milho e trigo), solos, entomologia. O critério de escolha envolvia desde: preparação científica acurada, capacidade de resolver problemas práticos, juventude e capacidade de enfrentar desafios, acesso às fontes internacionais de informação<sup>109</sup>. Os colaboradores mexicanos foram submetidos a um "service-training" e "the most promising were sent abroad for advanced study ... These young local scientists provided additional information links with specialized research programs under way in the United States. As they completed their specialized training, they also, perfected their knowlegde of English and specialized vocabulary, making the major scientific journals of the world readily accessible to them"<sup>110</sup>. O programa previu instalação de biblioteca e laboratórios, bem como a pronta liberação dos recursos financeiros necessários, tanto para os projetos do milho quanto do trigo. Os cientistas e colaboradores do programa cresceram em número e qualidade. De meia dúzia de cientistas em 1943, a equipe contava em 1955 com 18 cientistas americanos e 100 colaboradores mexicanos<sup>111</sup>. Os resultados da pesquisa foram imediatos, mas o destino das

sementes melhoradas seguiram trajetórias distintas. O milho é um vegetal de polinização aberta, e o vigor das variedades híbridas pode perder-se de um ano para outro, obrigando o produtor adquirir novas sementes a cada safra. O milho depende também, pesadamente, das condições climáticas, da altitude e do tipo de solo. Já o trigo é auto-polinizável e a semente pode ser usada sucessivamente por muitos anos. Mas não são as características genéticas em si que definem a diferença de trajetória, mas as condições sociais dos produtores, e as condições objetivas de acumulação de capital. Desde o início, a multiplicação e distribuição das sementes melhoradas de trigo esteve a cargo de empresss privadas. O Estado mexicano limitou-se a financiar os investimentos iniciais para incrementar a produção de sementes e conferição de certificado de sementes melhoradas aos produtores. No caso do milho, o Estado criou a "Comissão Nacional do milho" encarregada de multiplicar e distribuir as sementes. Em ambos os casos, os produtores interessados dispunham de sementes melhoradas<sup>112</sup>. Aparentemente, seria mais interessante ao capital apropriar-se do controle da produção e distribuição de milho de vez que o mercado de sementes seria praticamente cativo, e aberto a cada safra. Mas isto é só na aparência, pelo menos nessa etapa de expansão do capital na agricultura. Os investimentos necessários para a multiplicação de sementes híbridas de milho são muito elevadas. Em virtude das limitações naturais impostas às variedades híbridas, o tamanho do mercado é restrito a uma determinada região fisiográfica. Além do mais, a produtividade dos ce-



reais híbridos, em geral, depende de uma adequada adoção de práticas culturais, mecanização, irrigação, nos quais o fertilizante químico exerce o papel preponderante<sup>113</sup>, ou seja, a produtividade dos híbridos depende e só é factível com pesados investimentos. A produção de milho e trigo no México se organizou a partir de um critério de classe. O milho, consorciado com o feijão, é a cultura dos camponeses pobres mexicanos ejidatários ou não e é o componente principal de sua alimentação. Embora eles sejam a maioria da população do campo, seus lotes são pequenos, não têm acesso à água e suas terras são de pior qualidade. O produtor de trigo "tend to be the operator of a commercial farming enterprise; he grows his crop under irrigation and sells it, either directly or indirectly, to the millers for processing"<sup>114</sup>. Delbert T. Myren, apresenta um quadro esclarecedor das razões das diferenças existentes entre os produtores de milho e trigo. Neste caso são comparados produtores com o mesmo padrão de investimento, isto é, ambas as culturas são altamente tecnificadas.

TABELA 1.1 - RENDA DOS PRODUTORES DE MILHO E TRIGO - BAJIO-MEXICO

	MILHO	TRIGO
Área total (ha)	464,00	774,00
Produtividade (kg/ha)	2.477,74	2.576,87
Valor da produção (pesos/ha)	2.146,19	2.413,31
Custos (pesos/ha)	2.066,51	2.071,67
Renda líquida (pesos/ha)	79,68	341,64

Fonte: MYREN, Delbert T. - "The Rockefeller Foundation Program in Corn and wheat in Mexico". Op. cit., p.445.

Myren Delbert nos fornece a explicação definitiva da diferença: "undoubtedly the precondition for the takeoff in wheat yields was the water resources policy of the Mexican government, which was responsible for constructing the dams and canals for irrigating the desert valleys of the northwest coast", e a pesquisa científica que pôs à disposição dos empresários rurais novas variedades, resistentes às pragas tradicionais da cultura. Não é de se estranhar que "... this stimulated the farmers to make heavier investments in fertilizer and in equipment for better land preparation, as well as to give greater care to the Crop, specially in applying irrigation. It also stimulated public and commercial investment in farm credit, machinery, and fertilizer distribution. With readily available inputs and assurance of higher yields, the irrigated area planted expanded rapidly"<sup>115</sup>. Pesquisa científica, Estado e capital juntam-se numa tarefa comum para abrir um espaço de valorização no campo. O desenvolvimento da produtividade e a produção de alimentos tendem a encobrir a ação do capital. A pesquisa científica, neste caso específico, aparece como a dinamizadora de uma ação humanística, sua faceta ideológica e reificadora. A incorporação de conhecimentos científicos torna-se compulsória nas diversas etapas de evolução do capital. As estações experimentais tornam-se o foco de difusão destes conhecimentos, e fornecem as condições prévias para a transformação da produção agrícola. Os produtores mexicanos de trigo nascidos sob o impacto do programa do CIMMYT efetuaram esta absorção de conhecimentos. Myren observa com seriedade e eu com iro-

nia: "Now Technology has helped to develop a *new breed* (grifo no original) of farmer in the case of the wheat"<sup>116</sup> e acrescenta, "Corn was not so fortunate". Por quê? Para os cientistas do CIMMYT, por razões técnicas<sup>117</sup>. A expansão das novas variedades de milho se choca com as condições sociais e históricas dos produtores. São exatamente estas condições que precisam ser, de alguma forma, modificadas, e estas modificações quase sempre são lentas e, via de regra, socialmente explosivas<sup>118</sup>. As vantagens auferidas pela produção de milhos híbridos acabou se concentrando inicialmente nos produtores capitalistas. Os demais ou não tiveram acesso a eles ou se beneficiaram indiretamente pela polinização dos híbridos sobre as variedades locais. A lentidão e a dificuldade de implantação dos híbridos nas unidades camponesas, obrigou a encontrar variedades compatíveis com esta lentidão: "... precisely because of this difficult distribution problem, the corn breeders are today working seriously toward the development of improved open-pollinated varieties with equivalent production potencial. They feel now that in many of the developing countries it will be easier to change the breeding procedures than to attempt to surmount the difficult problems of multiplying and distributing hybrids"<sup>119</sup>. A experiência deixou claro que a transformação da agricultura camponesa, como bem havia percebido Theodore Schultz<sup>120</sup>, deve obedecer a ritmos lentos, condicionados à capacidade de adaptação dos produtores pobres às regras que o capital impõe via adoção da tecnologia moderna e forneceu a linha de ação a ser aplicada pelo CIMMYT a ní-

vel internacional a partir da década de 1970: "El CIMMYT no recomienda maíces híbridos in ninguno de los países con los cuales colabora. La carência de técnicos capacitados en numero suficiente, de facilidades para la produccion de semilla y de un sistema de distribucion de semillas, indica que los híbridos retardariam la produccion de maíz más que favorecerla"<sup>121</sup>. A introdução de híbridos só seria viável "when the greater development of various aspects of national economies permits adequate organization of hybrid seed increase and distribution, the grains obtained through varietal selection may serve as a basis for a even more productive hybrids"<sup>122</sup>. Mas, até não se alcançarem as condições gerais de penetração intensiva de capital na produção camponesa é preciso estruturar e acionar os serviços de extensão rural, de crédito supervisionado, de organização dos camponeses em cooperativas, montagem de redes de silos e abertura ou melhoramento das vias de comunicação e transporte. O governo mexicano estruturou em 1954 um plano de emergência para estimular, sob a forma de plano piloto, a produção de milho na região do "Bajío". Este programa, no ano seguinte, se converteu em programa nacional<sup>123</sup>. Com a expansão e consolidação da produção de trigo já no início da década de 50 e, a partir de 1955/56, da produção camponesa de milho, completava-se o ciclo experimental do CIMMYT, bem como do novo modelo mexicano de produção de cereais básicos, modelo que passaria a ser exportado para todos os países do Terceiro Mundo sob a égide da "revolução verde". Do lado asiático, os planos-piloto desenvolvidos na China Naciona-

lista, Índia, Paquistão e Filipinas também provaram a factibilidade da expansão da produção rizícola em todas as áreas cujo componente alimentar se assenta sobre esse cereal. Estava pronto o modelo sob o qual o capital internacional poderia apropriar-se do controle das fontes básicas de alimentação de mais de dois terços da humanidade, bem como do controle de fornecimento dos insumos e máquinas que as novas variedades de cereais exigem. Estava nascendo a revolução verde. Verde exatamente para impedir que viesse a ser vermelha. Estava nascendo também a estratégia do controle da produção e do mercado de alimentos que estava se mostrando uma arma tão ou mais eficaz que as armas de guerra, similar ao controle das fontes de suprimento de energia<sup>124</sup>.

### 1.3.1 - Sob o signo da 'Revolução Verde'

A penetração do capital na agricultura dos países subordinados às forças do imperialismo embora se desse, após a segunda guerra e particularmente na década de 60, de forma rápida e até mesmo espetacular, em alguns países-chave<sup>125</sup>, sob o signo da revolução verde, estava longe de uma efetiva penetração em importantes regiões, quer porque os princípios articuladores da expansão não fossem facilmente adaptáveis a extensas regiões<sup>126</sup>, quer porque se tratasse de outros produtos alimentares que não os três cereais (trigo, arroz e milho) sobre os quais se assentava a "revolução verde"<sup>127</sup>, ou até mesmo porque o montante de capitais a in-

vestir começava a pesar de forma bastante pesada sobre aqueles grupos que foram pioneiros na organização e financiamento dos projetos-piloto<sup>128</sup>. A "revolução verde", no entanto, havia dado provas e argumentos suficientes da viabilidade de transformação da totalidade da produção agrícola sob a égide do capital e sem que essa transformação desbordasse numa "revolução vermelha". Tratava-se, então, de articular, de um lado, o conjunto das forças capitalistas num esforço de investimentos na agricultura dos países pobres em geral e, de outro, construir centros internacionais de produção de conhecimentos científicos e técnicos na área agrícola e que fossem capazes de dar conta não só dos três produtos até então privilegiados, mas da totalidade dos produtos agrícolas e pecuários destinados à alimentação humana e animal e, a partir dos centros internacionais, cujo protótipo eram o CIMMYT e o IRRI, estabelecer redes regionais de distribuição, adaptação e implantação dos resultados da pesquisa<sup>129</sup>. Deixando de lado a questão importante do fluxo de capitais a nível internacional dirigidos à agricultura dos países "pobres", desenvolvo alguns aspectos do esforço não menos significativos de pesquisa, subcentros regionais e locais que fossem capazes de funcionar como condutos naturais de capital travestido de produto científico<sup>130</sup>. Abordo, a seguir, de que forma foram sendo montados os centros internacionais de pesquisa, seus objetivos, estratégias e práticas difusivas bem como os produtos de que se ocupam; delinheiro depois a articulação das forças imperialistas no sentido de implantar, financiar e impor a ação dos centros inter

nacionais e, finalmente, o impacto causado pelo capital, via centros internacionais, sobre as políticas nacionais de pesquisa agrícola. Neste último ponto tratarei apenas e brevemente do caso brasileiro.

### 1.3.2 - Centros Internacionais de pesquisa e redes regionais de difusão

Os centros internacionais nascem, como já foi aludido anteriormente, de uma vasta estratégia do imperialismo para dar conta e para organizar em profundidade e extensão sua ação a nível mundial e para incorporar ao capital regiões e povos que estavam praticamente fora de seu alcance. Os centros nasceram com claros objetivos políticos, isto é, mediante a intervenção na agricultura objetiva-se a transformação econômica e social do tipo capitalista evitando, dessa forma, que as massas rurais possam enveredar por caminhos revolucionários de transformação. Era preciso conter a revolução nas grandes áreas tropicais e subtropicais no período subsequente à descolonização. O imperialismo estava modificando sua forma de domínio, não mais pelos instrumentos coloniais ou semi-coloniais, mas através da ação específica da dinâmica do capital, em primeira instância na produção agrícola porque é nesta área que se encontra a quase totalidade da população dos países em questão.

Nenhum centro internacional nasceu de forma alca-tória. Todos eles obedeceram a pelo menos dois critérios

fundamentais: em primeiro lugar, a importância do produto a pesquisar e veicular pelo centro na composição alimentar da população; o potencial representado pelo produto em termos de absorção de capital e a potencialidade revolucionária da área; em segundo lugar, experiências-piloto que devem indicar com relativa segurança a possibilidade de rápida expansão da ação dos centros, quer do ponto de vista do acionamento de políticas agrícolas condizentes por parte dos governos dos países da região, quanto das condições técnicas propriamente ditas da expansão. Não é por acaso, então, que os dois primeiros centros sejam o IRRI<sup>131</sup> e o CIMMYT<sup>132</sup> e, na esteira desses, os demais centros.

Por ordem de nascimento, são os seguintes os centros internacionais:

- IRRI - Centro Internacional de Pesquisa sobre o Arroz<sup>133</sup>. É por definição um centro orientado para a pesquisa do arroz e seus correspondentes sistemas de cultivo. O ponto de partida do IRRI foi a criação, em 1950, pela Fundação Rockefeller e USAID do Asian Vegetable Research and Development Center (AVRDC) com sede em Taiwan (Formosa). Neste centro foram feitas as primeiras pesquisas de variedades híbridas e cuja característica básica é sua alta capacidade de resposta aos fertilizantes, resistência às pestes e insetos e de alta qualidade nutritiva<sup>134</sup>. Mas, em virtude da peculiaridade estratégica de Formosa, não foi nessa ilha, nem do AVRDC que nasceu o IRRI. Foi procurado um ponto, politicamente mais seguro para sua montagem. Em 1959, a Fundação



Rockefeller inicia a criação do IRRI nas Filipinas. O centro tornou-se o irradiador da nova agricultura do arroz: "The progeny from these crosses were widely distributed to rice-growing countries throughout the world, where national programs renewed efforts, using the plant type concept, to raise yield potentials"<sup>135</sup> e acrescenta o mesmo autor, explicitando alguns pontos da estratégia difusiva:

"Among asian countries that have not only used varieties directly, but have developed their own improved varieties, are India, Bangladesh, Pakistan, Philippines, Thailand, Sri Lanka, Indonesia, Vietnam and Malasia."<sup>136</sup>

Com uma expansão tão rápida e espetacular, que deu lugar ao nascimento da tão celebrada revolução verde, permitiu que o "milagre" fosse atingindo a África e a América:

"In addition, the varieties and genetic lines created at IRRI have formed the basis of accelerated rice development programs in Latin America and west Africa. This has been achieved through intense cooperation with international programs as the International Center of Tropical Agriculture (CIAT) in Colombia, The International Institute of Tropical Agriculture (IITA) in Nigeria, and West Africa Rice Development Association (Warda). Naturally, the programs of the international organization are carried out in conjunction with national programs in cooperating countries."<sup>137</sup>

- CIMMYT - (Centro Internacional de Mejoramiento de Maiz y Trigo) - nasceu de um extenso programa patrocinado pela Fundação Rockefeller e governo mexicano a partir de 1943 até 1966. Em 1966, dada a expansão mundial das variedades

des híbridas de trigo e milho desenvolvidas no programa cooperativo da Fundação e do governo mexicano foi criado o CIMMYT para atender os interesses internacionais. O governo mexicano criou seu próprio instituto para cuidar do programa de pesquisas agrícolas de âmbito nacional<sup>138</sup>. O CIMMYT concentra suas pesquisas sobre o milho, trigo, cevada, sorgo e triticale. É o centro internacional mais solidamente consolidado, com programas regionais específicos por cultura.

- CIAT (Centro Internacional de Agricultura Tropical) - fundado em 1967, com sede na Colômbia. Seu leque de atuação é bem mais amplo que os dois centros acima citados. Pesquisa sistemas de cultivo para os trópicos, com especial ênfase em gado de corte, pastagens, suínos, mandioca, milho, arroz e feijão. Desenvolve programas a nível regional em colaboração com o CIMMYT (milho), com o IITA (feijão), gado com o ILRAD e ILCA.

O CIAT responde também juntamente com o IITA a uma necessidade crescentemente sentida pelo CIMMYT e IRRI no sentido de tratar mais especificamente dos sistemas de produção adaptados às condições sociais da região, frequentemente incapazes de absorver os pacotes tecnológicos embasados no uso intensivo de agroquímicos e controle de suprimento de água, ambos exigentes de massiva aplicação de capital<sup>139</sup>.

- IITA (International Institute of Tropical Agri-

cultura) - sediado na Nigéria e fundado em 1968. Investiga sistemas de cultivo para as regiões tropicais baixas e úmidas. As pesquisas envolvem as culturas do milho, arroz, tubérculos (batata doce, inhame, mandioca), sorgo, milheto e leguminosas destinadas ao alimento humano. A ênfase sobre sistemas de cultivo lhe dá um caráter ainda mais polivalente do que o CIAT, mantendo, porém, com ele um alto grau de complementariedade<sup>140</sup>. O IITA, juntamente com o CIAT, ILRAD e ILCA cobrem a grande faixa tropical úmida e semi-árida e as possibilidades de cultivo agrícola e de produção pecuária destes tipos de região.

- CIP (Centro Internacional de la Papa) - fundado em 1971, com sede no Peru. É um centro que pesquisa a batata (inglesa) visando determinar sistemas de cultivo e variedades adaptadas às condições tropicais e subtropicais.

- ICRISAT (International Crops Research Institute for the Semi-arid Tropics) - com sede em Iderabad (Índia), fundado em 1972. O ICRISAT pesquisa os cultivos do sorgo, milheto, leguminosas destinadas à alimentação humana, bem como os seus respectivos sistemas de cultivo nas grandes áreas semi-áridas dos trópicos. Tais áreas cobrem porções importantes de quatro continentes, as quais, devidamente articuladas e manejadas, permitem a abertura de espaços novos à ação do capital e a esperança de neutralizar regiões atuais ou potencialmente explosivas. Há uma impaciência, uma pressa para encontrar uma saída para essas regiões:

"The institute anticipates working in number ways. It will, for example, establish programs both at its central location and in cooperation with other institutions, agencies, and organizations throughout the semi-arid tropic which will have a rapid impact on the levels and dependability of food production in these hard pressed areas"<sup>141</sup>. Os ideólogos do ICRISAT não deixam de reconhecer o perigo e as dificuldades que a intervenção massiva do capital nessas áreas pode acarretar tanto do ponto de vista técnico quanto do político<sup>142</sup>.

- ILRAD e ILCA (respectivamente International Laboratory for Research in Animal Diseases e International Livestock for Africa) - o primeiro com sede no Kenia, fundado em 1973, e o segundo na Etiópia e fundado também em 1973. O ILCA e o ILRAD são gêmeos e complementares, cabendo ao ILCA encontrar as condições ótimas para a produção de gado de corte no continente africano e ao ILRAD investigar as enfermidades mais graves que afetam o gado na região: a "Tripanosomíase" e a "Febre da Costa Leste"<sup>143</sup>.

- ICARDA (International Center Agricultural Research Development of Arid Lands) - fundado em 1976 com sede no Líbano e Síria. O ICARDA nasceu de um programa anterior da Fundação Ford (ALAD = Arid <sup>Land</sup> Agricultural Development Program) e realiza pesquisas no manejo de solo e água, melhoramento de ovelhas, melhoramento de cultivos de trigo duro, cevada, lentilhas e feijão<sup>144</sup> nas regiões áridas do Oriente Médio e Sahara.

Os centros internacionais sumariamente noticiados acima podem ser classificados em três tipos básicos:

- De cultivos específicos (crop specific):
  - . IRRI - arroz;
  - . CIMMYT - trigo, milho, triticales, aveia e cevada;
  - . CIP - batata.
  
- De gado de corte (Livestock):
  - . ILCA e ILRAD - gado e doenças do gado.
  
- Sistemas de produção para alimentos básicos (Farming systems for basic foods): nesta linha estão o ICRISAT, IITA e, em boa medida, o CIAT e o ICARDA<sup>145</sup>.

### 1.3.3 - Objetivos dos Centros

Os centros internacionais mantêm, hoje, sob controle a quase totalidade dos produtos agrícolas dos países pobres, responsáveis pela alimentação humana e animal, bem como da produção pecuária (gado de corte e suínos) nas regiões com larga disponibilidade de terras e pastagens.

O quadro a seguir pode dimensionar claramente a envergadura da ação dos centros, não sendo computadas as redes internacionais menores que funcionam através dos experimentos internacionais (International Nurseries):

CULTIVO OU ANIMAL	CENTRO	LOCAL
Cevada	CIMMYT	México
Feijão	CIAT IITA ICARDA e ICRISAT	Colômbia Nigéria Síria/Líbano e Índia
Mandioca	CIAT, IITA	Colômbia/Nigéria
Ervilhas	ICRISAT	Índia
Couve Chinesa	AVRDC	Taiwan
Milho	CIMMYT/CIAT	México/Colômbia
Feijão de Corda	IITA	Nigéria
Milhetos	ICRISAT/IITA	Índia/Nigéria
"Mungbean" (feijão Mung)	AVRDC	Taiwan
Feijão guandú	ICRISAT	Índia
Batata	CIP/AVRDC	Peru/Taiwan
Arroz	IRRI CIAT WARDA	Filipinas Colômbia África Ocidental (Libéria)
Sorgo	ICRISAT	Índia
Soja	ICRISAT/AVRDC	Índia/Taiwan
Batata doce	AVRDC	Taiwan
Tomate	AVRDC	Taiwan
Triticale	CIMMYT	México
Verduras	IITA/AVRDC	Nigéria/Taiwan
Trigo	CIMMYT	México
Inhame	IITA	Nigéria
Gado	CIAT/ILCA	Etiópia/Colômbia
Doenças do gado	ILRAD CIAT ILCA	Kenia Colômbia Etiópia
Suínos	CIAT	Colômbia
Lentilhas	ICARDA	Síria/Líbano
Ovelhas	ICARDA	Síria/Líbano
Pastagens tropicais	CIAT	Colômbia 146

Os centros internacionais se auto-definem como organismos "neutros" e apolíticos. A enfática proclamação de sua neutralidade, evidentemente, é sua face propriamente política que lhe permite intervir diretamente na estrutura das relações sociais dos países que recebem sua ajuda. Essa neutralidade é ainda mais acentuada por seu caráter de centro internacional científico, sediado num país determinado, mas sem qualquer vínculo de subordinação ao governo local. As grandes fundações (Rockefeller e Ford) já haviam percebido que os centros enquanto tais não provocam a suspeição política que sempre acompanha os órgãos internacionais vinculados aos países imperialistas. Todos os centros tomam como parâmetro de referência a experiência das fundações e seguem pelo seguinte princípio:

"Los gobiernos de los países en desarrollo reconocen que el CIMMYT [e os demais centros] no representa a ningún gobierno en particular ni a ninguna institución formal regional o internacional. Como tal, suministra asesoramiento sin ninguna 'hacha sobre el afilador': Se dá y se acepta un asesoramiento honesto y directo. Cualquier arreglo de financiamiento que vincule o parezca vincular al CIMMYT con un país o una organización patrocinadora y actuar como su agente, tiende a debilitar el papel neutral del CIMMYT ante los ojos del gobierno al cual se ayuda."<sup>147</sup>

A "neutralidade" dos centros se evidencia também no fato de que o centro não é, rigorosamente falando, a instância que define a política de atuação a nível mundial. Essa tarefa cabe às instâncias coordenadoras articuladas pelo Banco Mundial. Essa dependência política dos centros permite que sejam executores de tarefas de caráter científico

e técnico destinadas a produzir sementes e animais de alta produtividade para os países em desenvolvimento. Os centros, também, têm o máximo cuidado no relacionamento com os países com quem atuam. Jamais agem ou parecem agir em desconformidade com os países locais, executando programas formalmente solicitados por eles ou empurrados a solicitar por instâncias de uma instituição voltada para o desenvolvimento:

"Las solicitudes de ayuda al CIMMYT se reciben directamente de un funcionario del gobierno, o mas ordinariamente, se canalizan o son estimulados por alguna institucion que ya colabora con ese gobierno, por ex., la Agencia para el Desarrollo Internacional de los Estados Unidos (USAID), la Fundacion Ford, u organizaciones semejantes."148

A ajuda dos centros visa desencadear um efeito permanente sobre os países vítimas; neste sentido, os programas de ajuda devem implicar uma réplica do próprio centro na montagem de instituições de apoio, políticas agrícolas adequadas e vinculação do programa nacional a problemas semelhantes desenvolvidos na região:

"Like other centers [o autor está se referindo ao CIMMYT], the primary aim is to increase national research competency in developing countries. We are concerned with increasing yields, improving yield stability, increasing nutritional levels, training scientists from developing countries, providing personal to assist in the development of national programs, and providing regional services to link national programs for the benefit of all nations. We feel that the latter activity should be more strongly developed, since a number of the national programs are now coming of age."149



A forma concreta da consecução dos objetivos não pode, porém, pretender um ataque global sobre, por exemplo, a agricultura ou a pecuária como um todo. Efetua-se mediante programas concretos, delimitados a uma cultura e, através dela, irradia-se aos outros setores. O texto acima citado insiste que o que se deseja é melhorar a quantidade e a qualidade da produção agrícola, mas isso supõe uma política de pesquisa por parte do governo local e uma rede de especialistas para difundir os resultados aos demais países por parte dos centros<sup>150</sup>. A coordenação regional dos programas a cargo dos centros, ancorada nos programas nacionais e na assistência regional se efetua mediante a construção de redes de intercâmbio de cientistas, de instituições e de experimentos (nurseries). São desta forma os centros internacionais, mediante seus programas específicos, se tornam centros internacionais coordenadores da ação do capital:

"... CIMMYT's maize team is rapidly becoming the central axis of a vast global collaboration net work of individuals, national institutions, international agencies, farmers and bankers, all working in harmony in the development of higher-yielding, biologically stable, more nutritive varieties for the tropics."<sup>151</sup>

A formação desse eixo central permite entender melhor a insistência na intervenção local, porque é dessa forma que ela se concretiza simultânea e homoganeamente em toda a parte. Wellhausen explicita esse ponto da seguinte forma:

"Currently with the varietal improvement, this network is also concerned with the development of an improved profitable

package of agronomic practices, including better land management, adequate fertilization and better weed and insect control for the fuller realization of the yield potential of improved varieties in each ecologically different regions, or in different production systems. The global team is not only focusing on the development of the technological package but also on the development of government policies that will promote its adaptations by all kinds of farmers in areas where it can be profitably used."<sup>152</sup>

Vamos analisar rapidamente os programas internacionais de milho e trigo do CIMMYT para entender de que forma tais programas se constituem em ações de intervenção do capital internacional. A formulação e implantação de um programa específico passa por várias etapas. A primeira supõe que o centro detenha um banco de germoplasma, o mais completo possível, para executar os cruzamentos dos quais resultam as variedades desejadas para a região em foco. Essa tarefa é exclusiva do Centro ou dos centros de pesquisa dos países desenvolvidos<sup>153</sup>; definição da região onde, em virtude da contigüidade, características climáticas, situação social, o programa pode atingir o máximo de efeito<sup>154</sup>, em vista a obter uma alta produção do cereal quer quantitativa, quer qualitativamente. Estabelecimento, através do CIMMYT, de estreitas relações entre os centros e órgãos financiadores e de pesquisa dos países desenvolvidos, adequação das instituições nacionais aos objetivos do programa; liberação de técnicos e cientistas do CIMMYT para atuar diretamente sobre a região.

Os programas regionais do milho iniciaram em 1970

e começaram a se implantar e consolidar a partir de 1974. Estão em operação quatro programas regionais:

a) Programa regional do milho para a América Central e Caribe (iniciado em 1974 com financiamento do BID e do governo suíço)<sup>155</sup>;

b) Programa do milho para a região asiática (iniciado em 1976, com financiamento do United Nations Development Program);

c) Programa do milho para a região andina (iniciado em 1976, com financiamento da Agência Internacional de Desenvolvimento - CIDA - do governo canadense);

d) A partir de 1978, foram montados programas de milho para três regiões da África: Região Leste da África; região Oeste da África e Região Centro-Leste da África.

O CIMMYT pretende também coordenar a ação de vários organismos internacionais que mantêm programas de melhoramento de milho e outros cereais. O Sul e Sudeste asiáticos que receberam ajuda do "Programa Interasiático de Milho" da Fundação Rockefeller, passaria à esfera de controle do CIMMYT. O Cone Sul da América do Sul deverá articular um programa de milho, sob a coordenação do IICA e com financiamento do BID<sup>156</sup>.

Os programas de trigo, embora mais antigos (sua grande expansão se dá a partir já do início da década de 50), só na década de 70 recebem um perfil de estruturação

de caráter regional. Até então se davam mediante convênios diretos, com o CIMMYT. Hoje, os programas de trigo já são em número de 7:

1) Programa de Trigo para a região mediterrânea e oriente médio. Essa região compreende um imenso território compreendido pelo Marrocos a oeste, pelo Kenia e Tanzânia ao sul e oeste; e a Índia a leste. Nesta região o CIMMYT havia consolidado, a partir de 50, a implantação de variedades melhoradas com bons resultados. O programa regional visa fundamentalmente controlar a expansão das doenças que atacam o trigo através da montagem de sistemas de alarme e detecção de seu movimento ao longo da região. O sistema de alarme tem seu centro no Líbano e Síria e opera mediante acordo cooperativo com o ICARDA<sup>157</sup>.

2) Programa Regional de Trigo para o leste da África. Esse programa se origina do desdobramento de um programa nacional entre o governo do Kenia e o ALAD e mediante este à "Comunidade Leste Africana". O programa se alastra para a Tanzânia e Zâmbia com financiamento do governo do Canadá (CIDA). Em 1976, o CIMMYT transforma o ILRAD em ponto logístico de um novo programa abrangendo 14 países do leste africano com financiamento do CIDA. O programa visa a implantação de uma produção de trigo e cevada com variedades melhoradas e uma estratégia conjunta de controle das doenças do trigo com o programa Mediterrâneo e Mezo Oriental.

3) Programa de Trigo da região Andina. O ponto de referência para a montagem do programa são 5 países do Pac-

to Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), para viabilizar a produção de trigo, cevada e triticales. O déficit da produção de trigo e cevada da região pode ser medido pela produção de 600.000 toneladas e a importação de 4 milhões, dependência produzida pela política de exportação de excedentes de trigo norte-americano por força de convênios celebrados com base na PL 480<sup>158</sup>. Não é de se estranhar que o CIDA se tenha prontificado a financiar o programa na região. O programa entrou em funcionamento em 1976 e o Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola do Equador se tornou o ponto logístico de execução do programa regional<sup>159</sup>.

4) Programa Regional do Trigo para o Cone Sul. A região compreendida pelo Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, apesar de muita semelhança a nível de seus problemas, não havia ainda realizado uma experiência de cooperação internacional<sup>160</sup>. Em 1978, o CIMMYT toma a iniciativa de organizar um programa conjunto de trigo tendo como apoio logístico o Instituto Nacional de Pesquisa do Chile<sup>161</sup>.

5) Programa em via de implantação. Dois novos programas estão em vias de implantação: um para o sul da Ásia e outro para o oeste africano<sup>162</sup>.

A descrição (sumária) dos programas nacionais (locais) e regionais não permite ainda uma perfeita compreensão da ação dos centros internacionais. A mera descrição de programas pode até parecer que os centros estão animados por um ânimo de gratuidade, de desinteresse puramente huma

nístico. Sua face verdadeira pode ser melhor entendida se a crescentarmos aos componentes anteriores, o segredo do poder dos centros: a montagem das redes internacionais de viveiros de adaptação e seleção das variedades de culturas cujo controle genético é prerrogativo do centro. A definição da região, a determinação de programas regionais, a adscrição do staff de cientistas devidamente treinados, a articulação dos governos regionais abre o espaço para o passo seguinte: o início do processo de intervenção. Os programas regionais e o local de seu apoio logístico se transformam em pontos de difusão mediante a construção de viveiros (Nurseries). "Typically, regionally assigned CIMMYT staff members help a regional program to distribute new germ plasm to collaborators through regional nurseries..."<sup>163</sup>. As variações climáticas, as condições do solo e de seu uso exigem um aprofundamento na adaptação das variedades e, portanto, uma ampliação, a partir do centro regional, dos viveiros em âmbito local. No período compreendido entre 70 a 73, quando se inicia a implantação dos programas regionais, a distribuição das "nurseries" de trigo era a seguinte:

TABELA 1.2 - NÚMERO DE EXPERIMENTOS INTERNACIONAIS E NÚMERO DE PAÍSES (1970-1973)

ANO	Nº DE NURSERIES	Nº DE PAÍSES
1970	435	62
1971	420	64
1972	595	63
1973	1.115	71

Na relação acima não constam um grande número de embarque de sementes destinadas a experimentos fora do âmbito dos programas do CIMMYT<sup>164</sup>.

Se tomarmos como exemplo de estruturação da rede de viveiros no âmbito compreendido pelo programa de trigo da região mediterrânea e Oriente Médio, podemos ter uma idéia da importância e do âmbito de ação das "nurseries" nas estratégias difusivas dos centros. Seu ponto logístico é o ICARDA com sede no Líbano e Síria. Pois é aí que se situam as "nurseries" regionais receptoras do material genético do CIMMYT e se efetua o primeiro "Regional Trial" e se testa o "Regional Crossing Block" numa "Preliminary Observation Nursery". Esse conjunto testa, em primeira instância, o material a ser distribuído. Processa-se, a seguir, o descarte das variedades sensíveis a doenças e insetos através da "Regional Disease and Insect Nursery" (REDISN) e da "Regional Trap Nursery" (RTN). Os materiais testados são distribuídos para nova adaptação, observação e descarte nos viveiros de experimentos locais dos países participantes do programa regional, da Tailândia ao Marrocos e no Leste e Oeste da África<sup>165</sup>.

Os testes de resistência a insetos efetuados pela REDISN e RTN são fundamentais para a realização do programa. "The REDISN comprises some 2.000 to 2.500 varieties, which include nearly universally susceptible varieties and the advanced lines of all national programs of the region willing to contribute their materials. These nurseries are

grown at places with a long history of various disease problems. From the stand point of contributing breeders, their varieties are subjected to disease over a broad range of weather and disease conditions. If their varieties retain resistance to the disease prevalent in their own countries as well as across a broad range, they can expect their varieties to maintain resistance for some time, if they are released ... Finally, the varieties entered may be directly used by another country or be useful in further crossing. *This nurseries forms a linkage between national programs so that mutual benefits can accrue to all*"<sup>166</sup>. Articulada com REDISN e num plano intermediário com os programas locais, situa-se a RTN anteriormente mencionada:

"This Nursery (RTN) comprises all the principal commercial varieties of a region and is grown across the full range of countries"<sup>167</sup>. Com idêntico objetivo e para atender o controle de pragas e insetos do trigo, o CIMMYT criou também a "LADISN: Latin America Disease and Insect Nursery". Os objetivos são os mesmos da REDISN, e afirma Anderson: "We hope to exchange the best in these two nurseries to have a truly global exchange of the best material arising from the breeding programs of different nations"<sup>168</sup>.

Na década de 70, com a estruturação e a prática da ação concatenada a nível internacional pelos Centros Internacionais mais antigos e mais solidamente implantados como o CIMMYT, o IRRI, o CIAT e a criação de novos centros com políticas de expansão e difusão semelhantes, é possível



vislumbrar em que consiste a nova fase de expansão do imperialismo na agricultura: nada, nenhum homem, nenhum pedaço de terra, seja ácido ou alcalino, úmido ou seco, nenhum produto seja trigo, milho ou arroz, sejam os desprezados milho ou sorgo, a mandioca ou feijão e inhame<sup>169</sup> escaparão da ação do capital.

#### 1.3.4 - Financiamento e controle dos Centros Internacionais

A expansão da ação dos centros e sua ação múltipla a nível internacional é acompanhada por uma reestruturação dos seus mecanismos de controle e financiamento, até meados da década de 60 dependentes das Fundações (Rockefeller e Ford) e, no âmbito local, dos governos onde se situavam os centros. A partir de então, principalmente a partir de 1974, o controle passou para a esfera do Banco Mundial através do CGIAR (Consultive Group of International Agricultural Research) e por órgãos das Nações Unidas.

"The group is jointly sponsored by the world Bank, by the United Nations Development Program (UNDP), and by the Food Agricultural Organization (FAO). Its membership [do grupo consultivo] under Bank chairmanship includes, at least count, twenty two representatives of developed countries, the Foundations involved in the work [grifo meu DB], representatives of three regional development banks<sup>170</sup>, representatives from each of the five FAO regions<sup>171</sup>, elected by the general conference of FAO."<sup>172</sup>

Como se pode observar, trata-se de um organismo

típico e exclusivo dos países imperialistas destinado ao controle, financiamento e difusão do capital na agricultura dos países em vias de desenvolvimento. O CGIAR, por se tratar de um organismo político e de decisão, se faz assessorar por um mecanismo capaz de fazer a ligação entre o Grupo e os Centros Internacionais. Esse grupo de assessoramento (Technical Advisory Committee - TAC) é responsável pela elaboração de pareceres sobre prioridades e programas formulados pelos Centros. O "TAC" compõe-se de cientistas da área agrícola de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, representativos das disciplinas científicas que ministram<sup>173</sup>.

A liberação dos financiamentos para a execução dos programas é objeto de ampla negociação entre os Centros e o CGIAR, que organiza e representa os financiadores<sup>174</sup>.

O CGIAR se reúne duas vezes por ano, em Washington, normalmente nos meses de julho e novembro. No primeiro encontro, os diretores dos Centros apresentam seus programas e o orçamento para o ano seguinte. O Grupo examina os pareceres do "TAC" a respeito de outras prioridades que merecem apoio, além dos programas dos centros. Examina, a seguir, as implicações financeiras das várias propostas e organiza um orçamento preliminar global para todas as propostas. No segundo encontro, fecha-se o orçamento e produz-se o pacote financeiro<sup>175</sup>. A formalização dos acordos para financiamento entre financiadores e o Centro não é feito pelo CGIAR, mas pelos próprios Centros, dado que possuem personalidade jurídica para tanto<sup>176</sup>, o que não significa que se-

jam autônomos a nível das propostas de pesquisa ou a nível da difusão de seus resultados. Os Centros sequer podem por si sós decidir o que devem pesquisar e o mérito do resultado das pesquisas. Os Centros não são controlados apenas por força de um efeito financeiro, eles o são também na determinação das prioridades do que e do como pesquisar. William A.C. Mathieson expõe com clareza essa questão ao afirmar que um centro internacional só pode contar com o apoio que tem se cumprir os seguintes quatro requisitos:

"First, it must yield applicable and *observable* [grifo meu DB] results; second, it must be linked through outreach programs<sup>177</sup> with test-beds in many developing countries, since all agricultural technology is location - specific and location is not only *ecologically*, but also *socio-economically* defined;

Third, it must be able to draw on separately funded, backup capacity for sophisticated special aspects of the problems in developed countries;

Fourth, and perhaps crucial, the developing countries must have, or be helped to acquire, the local institutional capacity, both *in adaptative research and extension services*, to bring this product to the farmers, whose growing prosperity in the fundamental justification for this enterprise."<sup>178</sup>

O primeiro desses requisitos: "produzir resultados possíveis de observação e aplicação", ou seja, do mérito da pesquisa enquanto tal. O CGIAR não admite que os centros executem pesquisa fora da busca dos resultados imediatos e palpáveis. E para se assegurar disso, montou um sistema de avaliação fora do controle da direção dos Centros, a ele cabendo o julgamento da validade e oportunidade da pes-

quisa. Esse sistema de avaliação (e controle) "protege" o Centro contra determinados interesses de grupos ou países financiadores:

"Some of the contributors to the system have more exacting requirements than others in this field, and the CGIAR has been working to establish procedures that satisfy all reasonable requirements without impeding unduly the real work of the Centers, nor breaching the authority of individual boards of trustees"<sup>179</sup>. Evidencia-se, assim, que os centros não só são política e, de certa forma, científica e tecnicamente dependentes, mas também dependem de uma estratégia política que ultrapassa seu alcance para efetuar a difusão internacional de seus resultados: "The linkage and networks needed to test results across the whole spectrum of their potential application cannot be an exclusive responsibility of the centers. They will ultimately depend upon the cooperation and effort of national authorities. Here the very wide problem arises of the provision of effective scientific information services in agriculture on a global basis"<sup>180</sup>.

O montante dos recursos canalizados aos centros internacionais me foi de difícil acesso e só obtive dados muito esparsos, principalmente pela dificuldade de acesso aos relatórios do Banco Mundial, BID e do CGIAR. Organizo os dados disponíveis para, pelo menos, ter-se uma idéia dos montantes investidos, já que não disponho de séries anuais de dados globais ou por centro. O que se pode verificar, in

clusive por via indireta, é que os montantes tendem a crescer de forma notável, o que indica a orientação política no sentido de aprofundar e consolidar a ação do capital tanto do ponto de vista da agricultura como um todo<sup>181</sup>, quanto da pesquisa e difusão de seus resultados. Disponho de dados sobre o CIMMYT que devem ser examinados como ponto de referência.

TABELA 1.3 - CIMMITY: PATROCINADORES DE PROGRAMAS BÁSICOS - 1975-1977 (em milhões de dólares)

PATROCINADORES	1975	1976	1977
CIDA (Canadá)	562	850	1.581
Arábia Saudita	-	150	150
BID	1.907	2.300	2.620
Banco Mundial	-	50	-
CIID (Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento)	55	78	-
Dinamarca	150	172	180
EUA	1.765	2.493	2.600
Fundação Ford	650	465	350
Fundação Rockefeller	625	500	400
Holanda	-	88	219
Instituto Mundial do Fosfato	10	-	-
International Minerals and Chemical Corp.	-	40	-
Iran	-	725	350
Japão	-	-	150
PNUD (ONU)	1.018	1.102	1.623
Programa Nac. das U.N.p/melhoramento ambiental	70	-	-
Reino Unido	110	200	284
Rep. Federal da Alemanha	303	338	473
Suíça	-	-	154
<b>T O T A I S</b>	<b>7.225</b>	<b>9.661</b>	<b>11.284</b>
	100%	337,0	561,0

Fonte: CIMMYT. Este es el CIMMYT. CIMMYT, Mexico, 1978.

Se compararmos o orçamento do CIMMYT com os empréstimos regionais do Banco Mundial, guarda-se nítida pro-

porcionalidade. Isto indica que a direção seguida pelos investimentos diretos na agricultura se faz simultaneamente com a expansão e difusão da influência dos Centros Internacionais e mais, através do CGIAR, o Banco Mundial tem condições de impor uma política uniforme de expansão do capital e da tecnologia<sup>182</sup>.

O orçamento dos centros se compõe de três peças básicas para permitir ao doador o direcionamento do capital que doa ao centro. As 3 peças são as seguintes:

a) Orçamento básico sem restrição: é constituído de fundos de operação anual e fundos de ativos fixos tais como: terrenos, prédios, equipamentos. O valor recebido sob esta rubrica, em 1977, foi de US 8.570.000;

b) Fundos restritos: são fundos que só podem ser utilizados em atividades especificadas pelo doador. Em 1977 o valor dessa peça foi de US 2.420.000;

c) Fundos para programas especiais: destinados a programas externos e para incrementar numa região ou local a produção de um cultivo específico<sup>183</sup>. A amostragem dos orçamentos do CIMMYT detalhados no Anexo 07 indica uma crescente participação de doadores tanto em número quanto no montante, embora a Fundação Ford e Rockefeller continuem mantendo presença dominante. Os demais Centros, pelas informações esparsas que foi possível colher, indicam idêntico comportamento.

Para completar o quadro geral da ação integrada do capital internacional na agricultura é preciso fazer menção a um organismo encarregado de coordenar o fluxo de informações das pesquisas agropecuárias em realização a nível mundial nos países em desenvolvimento. Trata-se do Sistema CARIS (Current Agricultural Research Information System). O projeto CARIS nasceu sob a coordenação da FAO e iniciou sua ação, como é de regra, em todos os mecanismos de intervenção do imperialismo, na área agrícola, sob a forma de projeto-piloto, aplicado na África Ocidental no período de 1972/74, envolvendo 14 países da região. A avaliação do projeto-piloto permitiu que os membros da FAO recomendassem a expansão da experiência a todos os países em desenvolvimento. O Programa CARIS consta fundamentalmente do "cadastramento das instituições de pesquisa na área agrícola, assim como do estabelecimento de um banco de dados constantemente atualizado sobre programas/projetos em andamento e pesquisadores responsáveis...". A coordenação central do sistema se localiza junto à sede da FAO, em Roma, com ramificações a nível mundial através dos Centros Nacionais designados pelos governos dos países participantes<sup>184</sup>. "Cabe ao centro coordenador (FAO) assegurar a padronização metodológica do sistema, assim como facilitar o intercâmbio das informações entre as nações operantes. Os Centros Nacionais ficam encarregados de coletar, processar e disseminar as informações dentro dos limites de cada País e também enviar os dados ao centro coordenador"<sup>185</sup>.

O centro coordenador, a partir das informações coletadas pelos centros nacionais elaborará um "guia internacional de instituições, pesquisadores e programas-projetos de pesquisa agrícola"<sup>186</sup>. A organização do programa CARIS no Brasil ficou sob a responsabilidade da EMBRATER/SNIR junto ao projeto PNUD/FAO/BRA/72/020 (sistema nacional de informações e documentação agrícola)<sup>187</sup>.

#### 1.4 - Montagem dos sistemas nacionais de pesquisa: o caso brasileiro: EMBRAPA

A articulação concentrada do capital internacional via centros internacionais vai exigir uma nova estruturação e orientação dos organismos de pesquisa a nível local, que deverão ser suficientemente ágeis no sentido de responder às demandas de pesquisa requeridas pela expansão do capital. A expansão do capital na agricultura requer necessariamente a equação de problemas específicos a nível local, quer seja de adaptação e aclimatação de variedades produzidas em outros centros, quer do ponto de vista do desenvolvimento e adaptação de sistemas de cultivo e produção. Historicamente, a pesquisa nos países subordinados ao capital se orientava, como já foi mencionado, aos produtos de exportação. A nova fase de expansão mundial do capital repõe a questão da pesquisa de forma global e alinhada às tendências dessa expansão. Isso vai requerer, principalmente por parte do Estado, a tomada de um conjunto de decisões que



implicam na formulação de uma política agrícola favorável ao capital e, nesta, da organização centralizada da pesquisa básica e aplicada. É neste movimento que, no início da década de 70, o governo brasileiro decide criar um organismo controlador e promotor da pesquisa, com características empresariais e responsável pela viabilização técnica da produção agropecuária: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) umbelicalmente articulada com a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). Pretendia-se, com isso, agilizar a produção de conhecimentos e técnicas e sua rápida aplicação no campo, particularmente nos setores onde o governo havia estabelecido prioridade de rápida expansão<sup>188</sup>. Se considerarmos que a década de 70 foi o momento em que se concolidou uma nova diretiz de expansão do imperialismo na área agrícola e cujas frentes se constituíram na ação articulada do capital internacional e da difusão massiva de produtos e pacotes tecnológicos originados pelos centros internacionais, é surpreendente que o governo brasileiro reaja de forma tão rápida e eficaz a esta expansão, não apenas no tocante a criação de centros nacionais de pesquisa ao estilo e subordinados aos centros internacionais, mas também na definição de um corpo de políticas agrícolas coerente (com a lógica da expansão) onde a política de pesquisa e de extensão encontram uma definição precisa. Esse corpus recebe forma nos Planos Nacionais de Desenvolvimento do 1º PND (1972-74). Para o setor agrícola se estabelece que a estratégia de desenvolvimento deve orientar-se para a conquista de capacidade competitiva

visando um crescimento anual acima de 7%. Os objetivos básicos a serem atingidos são os seguintes na definição do PND:

a) promover a agricultura em base empresarial<sup>189</sup>, para incremento da produtividade e da produção;

b) corrigir desníveis regionais, tornando viável o desenvolvimento da agricultura do Nordeste, em bases de economia de mercado, com a racionalização da estrutura agrária e introdução de nova tecnologia, inclusive mediante programas de irrigação;

c) expandir as fronteiras agrícolas, aproveitando os fatores abundantes de baixo custo (terra e mão-de-obra);

d) modernizar a infra-estrutura de comercialização;

e) viabilizar como diretriz social, a superação do subconsumo e a absorção da mão-de-obra ociosa, do que decorrerá, inclusive, a expansão do mercado interno, imprescindível ao nosso próprio desenvolvimento industrial.<sup>190</sup>

A definição desses objetivos em "prioridades estratégicas" determina o ponto sobre o qual se funda a política agrícola do Estado e que lhe cabe enquanto favorecedor do capital: o "estímulo" às seguintes áreas prioritárias que cobrem praticamente todas as facetas que o capital assume na agricultura:

"- produção de bens de alta ponderação no custo de vida;

- produção de exportáveis, como suporte de abertura decisiva para o comércio exterior;

- industrialização dos produtos agrícolas;

- fortificação da indústria de bens de produção destinados à agropecuária (máquinas, insumos), como pré-requisitos das exportações;

- infra-estrutura de comercialização (transporte, silos intermediários, terminais, armazéns, portos, etc.)."191

Fica evidente, nas citações dos elementos do PND acima citados, que o Estado passa a determinar de forma quase compulsiva a expansão do capital no campo mediante a articulação de três instâncias básicas de ação:

- o sistema de incentivos fiscais e financeiros para o aumento da produção, o investimento direto, a comercialização e a transformação tecnológica;

- a disseminação do uso de "insumos modernos";

- o programa de pesquisa agrícola em grande dimensão<sup>192</sup>.

Não é casual que, concomitantemente com a elaboração do 1º PND e com base nele, nascesse um organismo de pesquisa, centralizado e atuante em todas as frentes de expansão e que fosse capaz de:

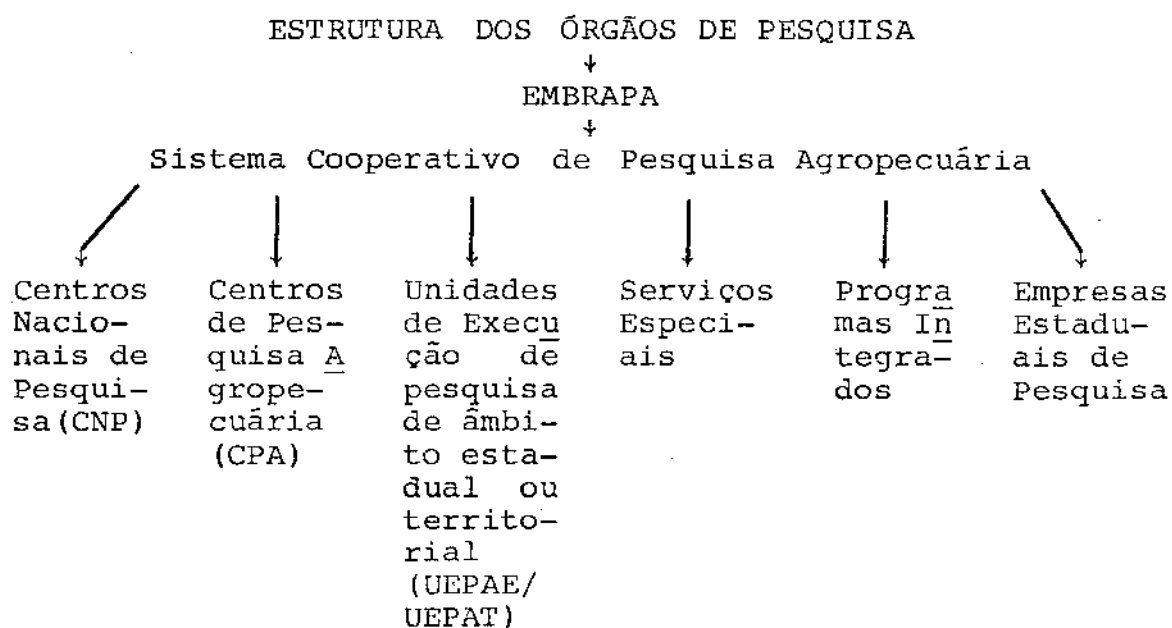
"... promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia a serem empregados no desenvolvimento agrícola nacional e dar apoio técnico e administrativo a órgãos do poder executivo e com atribuições de formulação, orientações e coordenação da política de ciência e tecnologia no setor agrícola."193

Com o 1º PND o Brasil acerta o passo com as exi-

gências do capital internacional em sua nova investida na agricultura, e isso, evidentemente, só poderia, pelas características do Estado capitalista, ser feito pelo próprio Estado que assim cumpre exatamente as tarefas que o imperialismo lhe confere na articulação e expansão do capital<sup>194</sup>.

A centralização da pesquisa em novos órgãos dotados de mecanismos ágeis e acoplados a prioridades e programas do Estado implica a intervenção sobre toda a estrutura institucional de pesquisa até então existente, orientando as velhas unidades e as novas a serem criadas para a pesquisa de produtos prioritários conforme definidos nos PNDs, o que vai conferir aos centros nacionais, por exemplo, um caráter típico "crop specific" e, sob este aspecto se pautam no modelo dos centros internacionais: "A empresa estabeleceu uma política orientada para a pesquisa por produtos prioritários, executada através de centros nacionais, implantados em diversos pontos do território brasileiro. A eles compete a condução direta dos trabalhos de geração de tecnologias, mediante concentração interdisciplinar, em relação a um número limitado de produtos de interesse nacional. Nessa implantação foram seguidos princípios de organização e administração desenvolvidos em Centros Internacionais como o Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo (CIMMYT), Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) e Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI)"<sup>195</sup>. A EMBRAPA, na medida que centraliza toda a pesquisa agrícola e se apropria e transforma todo o patrimônio institucio-

nal de pesquisa promovida pelo governo federal (DNPEA: Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária)<sup>196</sup>, estende também sua ação sobre a totalidade da pesquisa agropecuária executada no país pelos órgãos estaduais, empresas privadas e Universidades. Tal articulação que se estrutura num modelo cooperativo de ação<sup>197</sup> implica a subordinação de toda a pesquisa às diretrizes e prioridades definidas pelo Estado, cujo centro coordenador é a EMBRAPA, através de seus centros nacionais<sup>198</sup>. A modificação acontecida com a criação da EMBRAPA da qual resulta uma nova e inédita estrutura de pesquisa, pode melhor ser visualizada se nos detivermos nas várias instâncias de que se constitui:



Fonte: BRASIL/EMBRAPA. EMBRAPA Ano 8. Brasília, M.A./EMBRAPA, nº 8, 1980. p.64.

a) *Centros Nacionais de Pesquisa*

Centros por produto. Os centros nacionais, como foi anteriormente dito, representam a implantação a nível local do modelo e ação dos centros internacionais, com eles mantendo estreita relação, colaboração e subordinação<sup>199</sup> e localizados em pontos estratégicos do território nacional<sup>200</sup>.

A relação dos centros, os produtos sob sua responsabilidade e a localização indicam a estratégia de ação seguida:

- Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPA) - Campina Grande, Paraíba;
- Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos (CNPC) - Sobral - Ceará;
- Centro Nacional de Pesquisa da Mandioca e Fruticultura (CNPMPF) - Cruz das Almas - BA;
- Centro Nacional de Pesquisa do Milho e Sorgo (CNPMS) - Sete Lagoas - MG;
- Centro Nacional de Pesquisa do Gado de Leite (CNPGL) - Coronel Pacheco, MG;
- Centro Nacional de Pesquisa do Gado de Corte (CNPGC) - Campo Grande - Mato Grosso do Sul;
- Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira e Dendê (CNPSD) - Manaus - AM;

- Centro Nacional de Pesquisa da Soja (CNPS) -  
Londrina - PR;

- Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves  
(CNPSA) - Concórdia - SC;

- Centro Nacional de Pesquisa do Trigo (CNPT) -  
Passo Fundo - RS;

- Centro Nacional de Pesquisa do Arroz e Feijão  
(CNPAF) - Goiânia - Goiás.

Os quatro primeiros centros (CNPA, CNPC, CNPMT e CNPMS) localizam-se no polígono das secas e pesquisam produtos de fundamental importância econômica e/ou alimentar para a região, a respeito dos quais não existiam pesquisas sistemáticas. Sob este aspecto seria um contrasenso localizar o CNPA em São Paulo, que desenvolve pesquisa sistemática do algodão há quase 100 anos. O CNPAF representa a resposta e o respaldo para a expansão do arroz na esteira da abertura da fronteira agrícola do Centro Oeste e Norte. Aí se combinam as culturas de arroz irrigado e de sequeio, bem como a importância estratégica representada pelos feijões no regime alimentar humano e animal de regiões com as características do Cerrado e do trópico semi-árido. Sob este aspecto seria um contrasenso também, localizar a pesquisa do arroz no Rio Grande do Sul, que tem seus órgãos próprios de pesquisa há longo tempo e a cultura já é totalmente articulada pelo capital ao estilo do algodão paulista. Os demais centros se localizam em áreas de intensa produção e os

centros aí têm a função de aprofundar a geração de tecnologias específicas promotoras de intensificação de aplicação de capital, como é o caso do CNPGL, CNPGC, CNPSA, CNPS, CNPSA e CNPT.

*b) Os Centros de Pesquisa Agropecuária (CPA)*

Esses centros não são "crop specific". Sua preocupação é a pesquisa delimitada por uma certa configuração ecológica marcante, homogênea e de alto potencial disponível. Assemelham-se, assim, com o ICRISAT, o IITA, ILRAD e, até certo ponto, com o CIAT. Trata-se de encontrar formas capitalistas de produção, sistemas de produção adequados à região, o que não exclui a pesquisa, no interior da região, de culturas específicas como é o caso do algodão, dos caprinos, da mandioca, sob a responsabilidade dos centros nacionais e localizados em regiões áridas. Os Centros Nacionais de Pesquisa Agropecuária respondem ao movimento internacional do capital para a ocupação das grandes regiões com disponibilidade de terra e que foram sendo postas à disposição do capital com grande rapidez nos últimos 15 anos pelo ILRAD, ICRISAT e IITA.

O conhecimento e a tecnologia de manipulação de regiões semi-áridas, áridas e tropicais-úmidas (que sempre apresentam uma barreira para o capital) multiplicam inúmeras vezes a disponibilidade de recursos naturais a nível mundial, particularmente a nível nacional. A cobiça do capital sobre essas áreas "vazias" (de capital) é imensa:



"Our quest for food must not become confused with the rethoric surrounding rural development and small farmers. *Without neglecting the small producer, we must recognize that if we are to feed people, we have to go to where the great land areas are* [grifo meu DB]. We must become extremely critical of aid efforts that would divert the great investment potentials of these areas and overemphasize the small producer who may occupy only 10 to 20 percent of the land areas."<sup>201</sup>

E o Brasil possui imensas áreas com características de difícil manuseio e ocupação: os Cerrados do Centro Oeste, as regiões áridas e semi-áridas do Nordeste e a região tropical úmida da Bacia Amazônica<sup>202</sup>.

Para articular a pesquisa e elaboração de sistemas de produção para essas regiões a EMBRAPA criou três centros:

- Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC) - Brasília - DF;
- Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-árido (CPATSA) - Petrolina - PE e Juazeiro - BA;
- Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU) - Belém - Pará.

c) *Unidades de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual e/ou Territorial (UEPAE/UEPAT)*

As UEPAES/UEPATs se originam da transformação das antigas estações experimentais. Subordinam-se diretamente à EMBRAPA e executam a tarefa da pesquisa e adaptação de tec-

nologia de âmbito mais restrito. Funcionam também como pontes entre os centros nacionais e a diversidade local. Essas unidades se distribuem da seguinte forma:

- UEPAE de Corumbá - MS;
- UEPAE de Pelotas - RS;
- UEPAE de Cascata - RS;
- UEPAE de Manaus - AM;
- UEPAE de Altamira - PA;
- UEPAE de Terezina - PI;
- UEPAE de Aracaju - SE;
- UEPAE de Bagé - RS;
- UEPAE de Dourados - MS;
- UEPAE de Rio Branco - AC;
- UEPAE de São Carlos - SP;
- UEPAE de Bento Gonçalves - RS;
- UEPAE de Brasília - DF;
- UEPAE de Porto Velho - RO<sup>203</sup>.

*d) Empresas Estaduais de Pesquisa Agropecuária*

A transformação do DNPEA e seus órgãos a nível local em empresas e unidades operacionais (UEPAE) acarreta, em consequência, a transformação dos órgãos de pesquisa e experimentação sob responsabilidade das secretarias estaduais de agricultura, em empresas estaduais de pesquisa e se integram no "programa cooperativo" de pesquisa sob o comando da EMBRAPA<sup>204</sup>. Assim é que surgiram, dessa ampla reformulação, as empresas estaduais de pesquisa agropecuária:

- EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais;
- EMGOPA - Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária;
- EMCAPA - Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária;
- EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária;
- PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro;
- EPACE - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará;
- IPA - Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária;
- EPABA - Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia;
- EMAPA - Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária;
- EMEPA/PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A;
- EMPAER - Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul;
- EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte;
- EPEAL - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Alagoas S/A;
- EMPA/MT - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Mato Grosso<sup>205</sup>.

### e) *Serviços Especiais*

Os chamados "Serviços Especiais" englobam um conjunto de atividades que tocam questões política e economicamente estratégicas tais como: recursos genéticos, tecnologia agrícola e alimentar, levantamento e conservação de solos e produção de sementes básicas. O Estado centralizou e mantém sob controle a manipulação desses componentes essenciais das políticas agropecuárias. Trata-se do controle da entrada, saída e conservação de germoplasma, bem como da sua distribuição para a adaptação e difusão (Centro Nacional de Recursos Genéticos - CENARGEN); do controle do potencial agrícola das terras disponíveis, particularmente em áreas de grande disponibilidade desse recurso (Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos - SNLCS); da adequação às novas exigências da produção industrial de alimentos, bem como de sua difusão e consumo (Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar - CTAA); e da organização centralizada da produção de sementes melhoradas adaptadas às regiões e em quantidade e qualidade necessárias (Serviço de Produção de Sementes Básicas - SPSB)<sup>206</sup>.

### f) *Programas Integrados*

Alguns Estados da Federação criaram, há já longo tempo, instituições de pesquisa de reconhecida atuação, com programas próprios de pesquisa e ciosos de sua independência. A EMBRAPA desenvolveu uma estratégia de integração com tais instituições mediante convênios e manutenção de suas

características históricas próprias. Três Estados possuem órgãos desse tipo: São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

Programas integrados de São Paulo:

- . Instituto Agronômico de Campinas (IAC);
- . Instituto Biológico (IB);
- . Instituto de Economia Agrícola (IEA);
- . Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL);
- . Instituto de Zootecnia de São Paulo.

Programas Integrados do Rio Grande do Sul:

- . Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPAGRO);
- . Instituto de Pesquisa Veterinária Desidério Finamor (IPVDF);
- . Instituto de Pesquisa Zootécnica Francisco Osôrio (IPZFO);
- . Instituto Riograndense de Arroz (IRGA).

Programa Integrado do Paraná:

- . Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR).<sup>207</sup>

A estratégia do imperialismo em relação aos países do chamado Terceiro Mundo consistiu na articulação dos instrumentos de ação e transformação das variadas formas de relações sociais existentes nestes países, impeditivas da implantação do domínio do capital na agricultura em plano

mundial. A destruição das relações sociais em sociedades de população predominantemente camponesa e de um tipo de agricultura chamada tradicional, por oposição a uma agricultura capitalista, sob a égide do imperialismo, se deu de forma controlada, acarretando o duplo movimento da subordinação do campesinato ao capital e expulsão dos excedentes de população camponesa do campo. Para o imperialismo, o campesinato deixou de ser, em boa medida, um barril de pólvora revolucionário. Hoje, já é possível perceber que o imperialismo, ao mesmo tempo em que manejava os instrumentos políticos, ideológicos e econômicos da integração do campesinato ao capital, neutralizava-o, quer pela subordinação direta da produção, quer pela exclusão dos excedentes de população que ele inevitavelmente produz. A rigor, a nível mundial, o campesinato, em sua forma histórica específica própria a cada região, já não mais existe ou está em vias de desaparecer. O que existe, o que sobreviveu é um campesinato crescentemente integrado por força da penetração do capital diretamente no processo produtivo agrícola. É inútil imaginar que esse novo campesinato seja semelhante ao anterior. Aprofundaremos alguns aspectos dessa questão no próximo capítulo.

## NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO 1

<sup>1</sup> LENIN, V.I. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Barcelona, Editorial Ariel, 1974. Ver capítulos II, III e IV, p.53-306.

<sup>2</sup> "O atual surto de marxismo acadêmico tem exercido papel importante, e cada vez mais significativo, nessas considerações. Sua 'globalização' crescente trouxe novamente os camponeses para o foco das atenções. Novas 'insights' e nova força no debate têm nos oferecido oportunidade de reconsiderar tanto o pensamento dos estudiosos como as sociedades... Dentro do quadro de referência conceitual marxista está sendo explorada uma problemática cuja relevância será facilmente reconhecida, mesmo fora desse campo. Muitas das posições tomadas, conclusões oferecidas e dúvidas levantadas demarcam as fronteiras e linhas de batalha entre marxistas e não-marxistas". SHANIN, Theodore. In HUMPHREY, John; SHANIN, Theodore et alii. Trabalho e dominação. São Paulo, Brasileira de Ciências, Petrópolis, Vozes, 1980. Estudos CEBRAP nº 28, p.45.

<sup>3</sup> SILVA, Sérgio. "Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo". In: SINGER, Paul et alii. Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, Col. Estudos Brasileiros 7, 1977. p.18-9.

<sup>4</sup> MOLLARD, Ammedée. Paysans exploités. Grenoble, Presse Universitaire de Grenoble, 1975.

<sup>5</sup> SCHULTZ, Theodore W. A transformação da agricultura tradicional. Zahar, 1965. p.15; JOHNSTON, Bruce F. & KILBY, Peter. Agricultura e transformação estrutural; estratégias econômicas de países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 458p.

<sup>6</sup> ARENDT, Hannah. Imperialismo e expansão do poder. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976.

<sup>7</sup> A longa revolução chinesa se constituiu no caso exemplar seguido, posteriormente, pela também longa luta do Vietnã, da Argélia, de Cuba e, em menor medida, da Índia de Gandhi, do Egito de Nasser, da Indonésia de Sukarno. Os demais países novos, principalmente da África, receberam pacificamente sua independência.

<sup>8</sup> Tratava-se, igualmente, de evitar que grupos de colonos brancos se apoderassem dos mecanismos do poder das novas nações e articulassem estados racistas que escapam ao contro-

le das ex-metrópoles e criam verdadeiros "caldeirões políticos" como os casos da África do Sul, na antiga Rodésia ou as tentativas feitas na Argélia e no Congo.

<sup>9</sup> DONGHI, Túlio Alperin. História da América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 324p.

<sup>10</sup> IANNI, Octavio. A formação do estado populista na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>11</sup> FEDER, Ernest. Violência y despojo del campesino: latifundismo y explotación. México, Siglo XXI, 1978 (particularmente cap. III - "La indecisión de las 'reformas agrarias' de la septima década - p.171-261). Feder salienta o impacto produzido na América Latina pela reforma agrária cubana: "De las tres reformas (México, Bolivia e Cuba) que produjeron cambios radicales en la estructura de los tres países, la cubana es la más drástica ... El efecto inmediato de la inesperada reforma agraria cubana fue tremendo. Produjo muchos cambios en las políticas agrarias nacionales e internacionales de America. Pareció señalar el principio de un gran movimiento de reforma en todo el continente. La naturaleza drástica de la reforma cubana fué comprendido rápidamente por los campesinos latino-americanos porque eliminaba las grandes haciendas privadas, muchas de las cuales eran propiedad de extranjeros y que siempre estan asociadas en la mente de los campesinos con su opresion y debido a que trataba de proporcionar beneficios directos e inmediatos a los pequeños campesinos y trabajadores rurales. Pero también la clase terrateniente comprendió su naturaleza drástica. Durante decadas se han hecho en todo el hemisfério llamados para eliminar los latifundios y la agricultura tradicional que la caracterizam" (p.181-2).

<sup>12</sup> Para um estudo mais apurado do processo de implantação das "novas ditaduras" do cone sul, cf. o ilustrativo estudo de DREYFUSS, René. 1964, a conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

<sup>13</sup> WOLF, Eric R. Las luchas campesinas del siglo XX. México, Siglo XXI.

<sup>14</sup> Uma análise bastante detalhada da estrutura de apropriação da terra originada pela revolução mexicana se encontra em ECKSTEIN, Salomon. El ejido colectivo en México. México, Fondo de Cultura Económica, 1966. 504p.

<sup>15</sup> SCHULTZ, Theodore W. Op. cit., p.15.

<sup>16</sup> RIBEIRO, José Paulo & WHARTON, Jr. Clifton. "O Programa ACAR em Minas Gerais, Brasil". In: ARAUJO, Paulo F. C. de & SCHUCH, G. Edward. Desenvolvimento da agricultura; educa



ção, pesquisa e assistência técnica. São Paulo, Pioneira, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais - Série Estudos Agrícolas, 1975. p.162. O texto foi publicado originalmente por WHASTON, Jr. Clifton in *Subsistence agriculture and economic development*. Chicago, Aldine Publishing Co., 1970. p.424-38. Mais adiante serão feitas referências sobre a obra citada.

17 GADILLE, Rolande. As políticas agrárias. Lisboa, Editorial Estudios Cor, S.A.R.L., 1974. p.27-9. "Quanto aos modos de exploração, são caracterizados pela predominância das explorações por conta própria (explorações familiares), particularmente no norte (onde 72% dos agricultores possuíam - em 1959 - a totalidade das terras que cultivavam, contra 58% no sul - 62% para os brancos, 28% para os negros" (p. 28). A autora, após afirmar que as propriedades de tipo familiares são viáveis "a partir de um certo nível dimensional e técnico" (p.28) acrescenta: "... os agricultores mais pequenos, desprovidos de capital e de crédito, até mesmo de formação profissional, resistem dificilmente ... Daí reinar permanentemente, em especial nos estados do Sul, uma certa miséria rural" que favorece o êxodo rural e a concentração da terra" (p.28-9).

18 BRASIL; Ministério da Agricultura. EMBRATER. EMBRATER: marco geral de referência; estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho. Brasília, EMBRATER, Col. Documentos nº 3, 1975. p.15.

19 As universidades que se destacaram neste tipo de atuação em colaboração com o governo e as empresas privadas são: Wisconsin, Cornell, Purdue e, em economia agrícola, Chicago e Harvard.

20 Um outro importante mecanismo de penetração do capital é o programa também nascido nos Estados Unidos, chamado "Clube 4S". Os clubes 4-S visam a educação da juventude em virtude de sua maior disponibilidade para aceitação das mudanças impostas pelo capital no campo. Os primeiros programas de implantação de clubes 4-S começaram em 1938 no Haiti e Venezuela. Dois anos mais tarde foram implantados na Jamaica, em 1945 no Uruguai, em 1947 na Bolívia e, em 1949, na Costa Rica. A maioria dos programas de implantação dos clubes 4-S aconteceu entre 1950-59, por obra da organização que precedeu a AID, com exceção do Brasil, cujo clube 4-S foi fundado pela ACAR-MG e a AIA (antecessora do Agrícola Development Council, Inc. do Grupo Rockefeller). No total, 15 programas foram iniciados nos anos 50-59 e, com exceção do Brasil e Granada, todos faziam parte dos serviços nacionais de extensão rural. Os clubes 4-S do Brasil foram mais tarde integrados à ABCAR e, hoje, à EMBRATER. Na década de 60, a implantação dos clubes 4-S se concentra na região do Caribe, Cf. ONU-FAO. *A extensão rural na América Latina e Caribe*, Roma, ONU-FAO, 1971. p.109-10.

- 21 ARENDT, Annah. Op. cit.
- 22 GEORGE, Susan. Comment meurt l'autre moitié du monde. Paris, Editions Robert Lafont, 1976. p.90-5.
- 23 "Projeto ABCAR".
- 24 Programa semelhante ao da ACAR, foi financiado pela Fundação Rockefeller, em 1947, na Venezuela. Na época, o instrumento de ações desse tipo de Grupo Rockefeller não era ainda a famosa Fundação, mas a AIA (The American International Association for Economic and Social Development) extinta em 1968. Através da AIA, da IBEC (International Basic Economic Corporation), do IRI (Instituto IBEC de Pesquisa) e da "Special Comissão", o Grupo Rockefeller fez intervenções importantes em todos os países da América Latina e Ásia (cf. DALRYNPLE, Martha. The AIA Story; two decades of International Cooperation. Nova York, IBEC, 1968).
- 25 ACAR = Associação de Crédito e Assistência Rural; ABCAR= Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural; EMBRATER= Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- 26 Para o caso do algodão vide: AYER, Harry & SCHUH, G. Edward. "Taxas de retorno social e outros aspectos da pesquisa agrícola: o caso da pesquisa do algodão em São Paulo, Brasil". In: ARAUJO, P. Fernandes de & SCHUH, Edward. Op. cit., p.117-38. Um estudo de R.G. Saylor faz uma "Análise custo/benefício social dos serviços de pesquisa e extensão agrícola em áreas cotonicultoras da Tanzânia Ocidental" (Cf. SAYLOR, R.G.. In: ARAUJO, Paulo F.C. de & SCHUH, G. Edward. Op. cit., p.191-205). O interesse do texto se prende ao fato de demonstrar o prolongamento do processo de controle da produção de algodão do período colonial ao período de independência, o funcionamento da pesquisa e extensão rural por parte da "Empire Cotton Growing Corporation" e pelo "Western Research Center", substituídos, no período da independência, por mecanismos do novo Estado e cumprindo idêntica função. O período compreendido no estudo vai de 1933 a 1969.
- 27 ONU-FAO. A extensão rural na América Latina e Caribe. Roma, ONU-FAO, 1971. p.67-8.
- 28 "Estas mudanças e diferentes formas de organização determinam uma evidente instabilidade na assistência técnica e educacional do produtor rural; ao mesmo tempo criaram inevitáveis divergências de critérios e rivalidades na ordem institucional, nem sempre construtivas...". FAO-ONU. Op. cit., p.68.

29 Começa a romper-se, desta forma, a clássica estrutura do latifúndio ou grande empresa rural produtora de produtos de exportação e a unidade camponesa.

30 WHARTON, Clifton Jr. "CBR in Venezuela". Inter-American economic affairs. V. 1, IV, nº 3, 1950. p.315.

31 O programa da Cornell visava modificar a estrutura servil dos "manors" da região de Vicos: "The Cornell Peru Project stepped into the kind of manor serf agricultural and social situation outlined at Vicos in 1952 with twofold objective. First, the project was a bilateral endeavor of Cornell University and Peruvian government, initially through the Peruvian Indian Institute and later the National Plan for Integrating the Aboriginal Population, to improve the standard of living of the Vicos population. Second, the project was a joint scientific endeavor designed to study the independent variables involved in increasing agricultural and human productivity starting from the base just outlined ... A bilateral organization was established known as the Cornell Peru Project, *with scientific objectives as well as practical ones* [grifo meu, DB], with the participation of a prestigious North American institutions of higher learning and officials of the national government of Peru ... Change was achieved in the situation of the Vicos serfs by leasing the manor itself for a five-year period. This placed the Cornell Peru Project in the position of manor manager for five years, so it was able to institute sweeping innovation from a status with powerful leverage". O programa foi financiado, por muitos anos, pela "Carnegie Corporation of New York". Cf. HOLMBERG, Allan R. & DOYBINS, Henry F. "The Cornell Program in Vicos, Peru". In: WHARTON, Jr. Clifton R. Op. cit., p.407-8.

32 RAHIN, Syed A. "The Comilla Program in East Pakistan". In: WHARTON, Jr. Clifton, org. Subsistence agriculture and economic development. Chicago, Aldine Publishing Co., 1970. p.415-24. "It is encouraging to note today that at several places around the world pilot experiments for the development of subsistence agriculture are being made. At Comilla, East Pakistan, one such experiment was started by the Pakistan Academy for Rural Development in 1960" (p.415). O projeto piloto foi executado pela Pakistan Academy, esta foi fundada pelo governo pakistanês - "With assistance from the Ford Foundation and Michigan State University" (p.415). A montagem, controle e "the loan was provided by the Ford Foundation" (p.417).

33 A AIA foi assim definida por um de seus agentes: "The American International Association (AIA) is a nonprofit corporation which was founded in 1946 by Mr. Nelson A. Rockefeller to plan organize and operate self-help programs in underdeveloped areas (...)" [o grifo é meu, DB]. E crescen-

ta: "The ACAR programs was only one of AIA's activities in Brazil". Cf. RIBEIRO, José Paulo & WHARTON Jr., Clifton R. "The ACAR Program in Minas Gerais, Brazil". In: WHARTON Jr., Clifton, org. Op. cit., p.424, nota 1. Cf.também: WHARTON Jr., Clifton R. "Aiding the community: a view philosophy for foreign operations". Harvard Business Review, v. XXXII, nº 2, march-april, 1954. p.64-72.

34 RIBEIRO, José P. & WHARTON Jr., Clifton. Op.cit., p. 141.

35 Ibidem, p.141.

36 Ibidem, p.163.

37 Ibidem, p.150.

38 Ibidem, p.150.

39 Ibidem, p.150.

40 Ibidem, p.150.

41 Seria interessante, e aqui apenas levanto a questão, fazer a história da "ideologia comunitária" e a maneira como a tática imperialista a tem difundido como instrumento de intervenção controlada em todas as áreas pobres do mundo. A idéia de comunidade, elaborada por Tönnies, e reelaborada pelos psicólogos funcionalistas americanos da extensão, é um instrumento eficaz para concretizar formas de organização social absolutamente despolitizadas. O suposto apoliticismo da ACAR e organizações similares vai encontrar na estruturação das comunidades seu meio natural. O apoliticismo dos grupos comunitários organizados vai se difundir mais tarde para todas as organizações: cooperativas, sindicatos, clubes.

42 Ibidem, p.151.

43 Inicialmente o programa ACAR, baseado no modelo americano F.S.A. = Farm Security Administration estava voltado para produtores de baixa renda. Mas, com o andar do programa, ficou claro que o trabalho com esta faixa de camponeses "é inútil" e passou-se, então, para a implantação do modelo "F.H.A. = Farm and Home Administration", orientado para o produtor médio, tipo "farmer" americano. Isto obrigou a ACAR "classificar" os produtores em três categorias: grandes, médios e pequenos. São estes pequenos que serão excluídos do programa e Ribeiro e Wharton Jr. explicam porque: "At the other extreme is a second group whose farmer are

too small to produce minimum subsistence living as to provide a modest base for capital formation, who practice traditional techniques, and who are too deficient in all respects to be able to take advantage of the program" [grifo meu DB]. Os autores acrescentam a seguinte nota (nº 8), ao pé da página: "... one of the most significant findings of ACAR's first program efforts was that there were farmers too poor to benefit from the ACAR type approach". Cf. WHARTON Jr., Clifton R. & RIBEIRO, José Paulo. The ACAR Program in Minas Gerais, Brasil. In: WHARTON Jr., Clifton R. Op. cit., p.430. P grupo "qualificado" para receber crédito supervisionado é o médio de vez que os grandes produtores são via de regra administrativamente sofisticados, tecnologicamente modernos e geralmente têm acesso ao crédito" (Ibidem, p.430), não necessitando da especial assistência da ACAR.

44 Ibidem, p.151.

45 Ibidem, p.151.

46 Ibidem, p.151.

47 Ibidem, p.151.

48 A ACAR é um deles e mais os programas de educação comunitária.

49 "Ô abre alas: o capital nacional pede passagem". Revista Raízes. Março. 1981, nº 62, ano VII, p.8.

50 Ibidem, p.10.

51 Em primeiro lugar, não confundir esse Instituto com a AIA. A AIA é uma empresa privada do Grupo Rockefeller, enquanto que o Instituto é um órgão subordinado ao Departamento de Estado. Em segundo lugar, a história da criação do Instituto e do cargo de Coordenador do mesmo foi de inteira iniciativa de Nelson Rockefeller e de seu grupo. É possível imaginar a mobilidade e o poder de ação que tal cargo permitia com vista a articular os interesses privados do grupo e do imperialismo americano como todo. Quando, em 1937, Rockefeller começou a fazer parte do corpo de diretores da "Creole Petroleum", subsidiária venezuelana da "Standard Oil of New Jersey", passou a interessar-se pela América Latina como um vasto campo de expansão para o capital americano, vindo rapidamente a formular a tese da intervenção global do capital sobre o país em que se efetua os investimentos: "American capital must participate in the economic development of the country in which it is investing; if the people of the Venezuela could enjoy a rising standard of living and american business firms be identified

with that happy event, all would benefit" (DALRYMPLE, Martha. Op. cit., p.3-4). A segunda guerra e a forma como os EUA nela entraram, abriu um novo espaço de ação na direção apontada pela tese de Rockefeller. Martha Dalrymple nos fornece importantes dados da evolução da questão: "However, in 1940, before any these proposals could be pursued the world situation became darker. Rockefeller's little group was meeting again in New York to explore what private groups could do *in view of the dislocations caused by the war. Everybody agreed that Europe was a lost cause. It was torn and tattered it was too late to consider any sort of rational economic development. But Latin America, where Rockefeller's recent experiences had been so vivid, loomed large in the immediate future. The loyalties of the republics of Central and South America, their support, even their neutrality, could in time, prove of critical importance to the United States. The group wrote a document ... Rockefeller and Ruml took it to Harry Hopkins at the white house. Hopkins was impressed, rushed to Presidente Roosevelt with it, and on August 16, 1940, the Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics (...)* was born, with Rockefeller as Coordinator ... (idem p. 5-6). O resultado da ação de Office durante a guerra pode ser resumido da seguinte forma: "One of the significant things it accomplished was to pave the way for easing the postwar let down". Ibidem, p.6.

52 BEATY, Willard W. "Lições colhidas nos programas internacionais e bilaterais de educação comunitária; progressos técnicos e científicos". In: HENRY, Nelson B., org. Educação comunitária. Porto Alegre, Globo, 1965. p.161.

53 MAUCK, Wilfred. "Os programas bilaterais americanos de educação comunitária: a Fundação Educacional Interamericana". In: HENRI, Nelson B., org.. Op. cit., p.167.

54 A diferença entre cooperação e assistência não é de natureza semântica. Faz parte de uma estratégia de envolvimento crescente do Estado nos projetos iniciados sob a influência dos órgãos de cooperação externa: "... foi adotado desde cedo o princípio de 'cooperação e não assistência'. Admitiu-se como axioma que não podíamos realizar o trabalho de outros países. Tudo o que podíamos fazer com eficácia era prestar a máxima cooperação possível aos esforços nacionais de auto-melhoramento ... Nos primeiros anos, por vezes os EUA arcavam praticamente com todos os custos; mas dentro de pouco tempo a contribuição do governo beneficiário subia a 60, 80 e 95 por cento". Desta forma, uma vez terminado o convênio, o programa poderia não só se manter mas também se expandir. MAUCK, Wilfrid. Op. cit., p.168.

55 Ibidem, p.169.

56 BEATY, Willard W. "Lições colhidas nos Programas Internacionais e Bilaterais de Educação Comunitária: progressos técnicos e científicos". In: HENRY, Nelson B., org. Op. cit., p.160.

57 Antes de 1940, cerca de 65 entidades religiosas tinham 1600 projetos em operação na América Latina, compreendendo 1.360 escolas, 120 hospitais e clínicas, 43 fazendas de demonstração e projetos agrícolas, bem como uns 94 projetos de vária natureza, inclusive centros de assistência social. Aproximadamente 2.100 pessoas dedicavam seu tempo integral a esses empreendimentos, nos quais eram dispendidos oito a dez milhões de dólares anualmente ... Por surpreendente que possa parecer, a obra missionária norte-americana estava provavelmente mais difundida no globo que a de qualquer outro país e, mesmo em possessões britânicas como a Índia e o Ceilão, tendia a suplantiar em certas áreas o trabalho das missões anglicanas. Não é raro, por isso, deparar-nos com a venturas de educação comunitária empreendidas por líderes missionários norte-americanos desde muito antes da independência e da separação". BEATY, Willard W. Op. cit., p. 161-2.

58 "Tampouco é de surpreender que se encontrem entidades norte-americanas, inclusive as Fundações Ford e Rockefeller, juntamente com subsídios financeiros da Administração de Cooperação Técnica dos Estados Unidos, prestando generoso auxílio a esse tipo de atividades em benefício de milhares de aldeias e milhões de camponeses indianos". BEATY, Willard W. Op. cit., p.162. Para uma visão mais ampla da intervenção sobre os camponeses indianos na década de 50 veja: DATTA, A.K. "Alguns aspectos da transformação social na Índia Rural e o papel do programa de desenvolvimento comunitário". In: COSTA PINTO, L.A. & BAZZANELLA, W. Processos e implicações do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p.15-42; cf. particularmente p.30-45.

59 "Cabia aos líderes da Índia independente injetar e organizar *mudanças sociais desejáveis nas regiões rurais* [grifo meu, DB], em conformidade com os anseios e ambições da nova constituição, na qual o estabelecimento de uma ordem social *justa* [grifo no original] figurava como meta do povo indiano. Em termos concretos, isso significava abolição do sistema de castas, emancipação das mulheres, oportunidades iguais para todos nos campos social, educacional, cultural e econômico e, sobretudo, o estabelecimento de uma sociedade igualitária. *Como a Índia está voltada à democracia, espera concretizar essas mudanças através de processos democráticos e, tanto quanto possível, sem perturbação violenta do equilíbrio existente*" [grifo meu, DB]. DATTA, A.K., in COSTA PINTO, L.A. & BAZZANELLA, W. Op. cit., p.30. Ainda nesta linha de raciocínio é interessante ver também a maneira como o Sr. Rockefeller encarava a ação dos agentes da AIA:

"In my opinion AIA's Staff has, in effect, created a *quiet revolution*. It has given people the education, the health, the opportunity - that are essential to achieve a higher standard of living. AIA can feel proud of being a pioneer in this field". DALRYMPLE, Martha. Op. cit., p.2.

60 Trataréi da questão na segunda parte deste capítulo.

61 PARENTI, Michael. A cruzada anti-comunista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. p.167-70.

62 DATTA, A.K. Op. cit., p.16.

63 "How to modernize traditional farming? How to do it quickly? These are the question that are foremost in the minds of the planners and administrators of most of the developing nations of the world. They want a strategy and tactic for rural agricultural development. They are willing to borrow methods and techniques from anywhere, provided they fit into the social, political, and administrative structure of their country. The problem of modernization of traditional farming is an extremely complex one, and therefore scientific analysis of the problems, experimentation, testing of theories under local conditions, pilot programs, and their continuous evaluation are needed to arrive at a satisfactory solution...". RAHIM, Syed A. "The Comilla Program in East Pakistan". In: WHARTON Jr., Clifton R. Subsistence agriculture and economic development. Chicago, Aldine Pub. Co., 1977. p.415.

64 HOLMES, Horace. "Ensinando a auto-iniciativa aos camponeses asiáticos". In: HENRY, Nelson B., org. Op.cit., p. 177-92; particularmente p.180-6. Horace Holmes, neste texto, fornece um resumo do processo de intervenção junto às aldeias camponesas a partir de 1930, sob a iniciativa britânica, até o grande projeto de âmbito nacional desencadeado em 1952 pelo governo indiano. "Antes de se iniciarem os projetos comunitários propriamente ditos, em outubro de 1952, ..., havia na Índia quinze projetos piloto de extensão. Cinco deles contavam com um centro de adestramento e desenvolvimento de assistentes rurais. O assistente rural desempenha um papel estratégico na ação 'modernizadora'. Na Ásia, o assistente rural se constituiu num agente polivalente, adaptação do assistente rural norte-americano denominado 'county agent' às condições asiáticas: "Trata-se, em parte, de uma adaptação do sistema norte-americano de 'county agent', tal como é praticado com êxito nos EUA, mas concebido de maneira especial para adaptar-se às condições das aldeias indianas". HOLMES, Horace. Op.cit., p.186. Para uma sucinta descrição da formação do "County agent" para as condições asiáticas, v. HOLMES, Horace, op. cit., p.186-8. A assistência técnica a algum equipamento era fornecida, na época, pelo programa norte-americano do Ponto IV, a fim de



cooperar no adiestramento, nos trabalhos de extensão e em alguns outros campos especializados. A Fundação Ford cooperou com o governo da Índia na obra de criar esses centros e outros posteriores, de preencher-lhes os quadros e de fortalecer os serviços subsidiários". HOLMES, Horace. Op. cit., p.189.

65 A Índia se torna a região laboratório em virtude da "boa vontade" demonstrada pelo novo governo nacional para promover "o direito de viver aos homens, mulheres e crianças". DATTA, A.K. Op. cit., p.30; HOLMES, Horace. Op. cit., p.177-92 - especialmente p.180-4.

66 GREEN, T.L. "Lições de educação comunitária colhidas nos programas de assistência técnica". In: HENRY, Nelson B., org. Op. cit., p.219-20. Sobre os programas bilaterais e multilaterais de assistência técnica e sua articulação com os programas da UNESCO, cf. MAUCK, Wilfrid. "Os programas bilaterais americanos de educação comunitária". In: HENRY, Nelson B., org. Op. cit., p.165-77.

67 "The Bengali farmer has lost everything. He has not followed the path of progress. He is bound by the old traditions. To earn a minimum amount of food for subsistence is his biggest problem in life. His fellow farmer in the west (Pakistan) have learned how to earn more from farming. The farmer of the west maintains a high standard of living because he uses tractors and pumps and many other inventions of science in his farming operations. From bullock to tractor is a long struggle with nature. In the west the transformation has taken place gradually over a long period of time. The progress has gone in hand with the development of science and technology". RAHIM, Syed A. Op. cit., p.415.

68 Ibidem, p.415.

69 Ibidem, p.417.

70 "95% das propriedades têm até 5 acres de área". Ibidem, p.416.

71 "The scheme has a five years' total budget of Rupias 4.900 million, about RS 1 million of which is a grant for organizational purposes. The remaining RS. 3.9 million is a loan, of which the working capital of RS 800.000 is repayable in eight equal installments, beginning with the sixth year, and the remaining amount is repayable in 20 installments, beginning with the fourth year. The loan was provided by the Ford Foundation". Ibidem, p.418.

72 O Estado é responsável pelo plano e pelas condições polí

ticas do mesmo, acionando seus organismos em plano local e regional para respaldá-lo: "The Thana level officers of the various nation-building departments of the government such as agriculture, education, health and the like and the Thana Council of the local self-government system are also located in the premisses of the Central Association. These offices assist the Central Association in its training and extension program. The work of the various departamental offices are coordinated by the Thana Council, which operates in close collaboration with Central Association". Ibidem, p.418. Para o caso indiano, cf. DATTA, A.P. Op. cit., p. 30-55; e, ainda, HOLMES, Horace. Op. cit., p.182. Para o programa ACAR, no Brasil, vide RIBEIRO, José Paulo & WHARTON Jr., Clifton R. Op. cit., p.141 e segs. Para o caso peruano, cf. DOBYNS, Henry F. & HOLMBERG, Allan R. "The Cornell Program in Vicos, Peru". Op. cit., p.407.

73 RIBEIRO, José Paulo & WHARTON Jr., Clifton R. Op.cit., p.163-4: "... a ACAR nunca contou com mais de três técnicos norte-americanos em qualquer estágio. A utilização de técnicos brasileiros ..., significava um início lento, talvez mais lento do que se contassem com técnicos norte-americanos. Mas, foram feitos todos os esforços para dar aos técnicos brasileiros o treinamento em serviço ... e movê-los para posições de supervisão tão rapidamente quanto possível". Cf. ainda MAUCK, Wilfrid. Op. cit., p.170-1.

74 RAHIM, Syed A. Op. cit., p.418.

75 Ibidem, p.420.

76 "The Comilla experiment is based on three principles: to supply farmers with new material, new knowledge, and new skills; - to train farmers in using these factors; and insure profit by their use". Ibidem, p.423.

77 Ibidem, p.423.

78 Ibidem, p.422.

79 Ibidem, p.423.

80 Não entra aqui no mérito da questão se tais latifúndios são ou não feudais. Aceito, aqui, simplesmente, a denominação que lhes foi dada pelos analistas do projeto. Para uma abordagem da questão ver: FLORESCANO, Enrique, coord. Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina (Simpósio de Roma). México, Siglo XXI, 2.ed., 1978. Particularmente p.13-444: Primeira Parte: Haciendas y latifundios. Ver também o texto de Hobsbawn, indicado na nota 81.

- 81 HOBBSAWN, Eric. "Un ejemplo de neofeudalismo: la convencion (Peru)". In: SERENI, E. & ZANGHERI, R. Agricultura y desarrollo del capitalismo. Madrid, Alberto Corazon, 1974. p.267-301; particularmente p.300-1.
- 82 HOLMBERG, Allan R. & DOBYNS, Henry E. "The Cornell Program in Vicos, Peru". In: WHARTON Jr., Cliffton R. Subsistence agriculture and economic development. Op. cit., p. 392, nota 1.
- 83 HOLMBERG, Allan R. & DOBYNS, Henry F. Op. cit.,p.407.
- 84 Ibidem, p.407.
- 85 Ibidem, p.408.
- 86 "The manor management always enjoys the right to employ severe sanctions: Andean manors operate with private jails, whipping posts, forceable seizure of person and property of serfs, and the national police at the back and call of the management, plus the national court system cooperating with it as well". Ibidem, p.408.
- 87 Ibidem, p.408.
- 88 Ibidem, p.408.
- 89 "The Cornell Peru Project resorted to persuasion to insure that these innovations would be applied by the serfs to their own fields, and not simply be ignored as things the rich and slightly crazy gringos understood and could afford to do but that poor, ignorant indian could not". Ibidem.
- 90 Ibidem, p.408.
- 91 Ibidem, p.409.
- 92 Ibidem, p.410.
- 93 Ibidem, p.410.
- 94 Ibidem, p.410.
- 95 Ibidem, p.410.
- 96 SCHULTZ, Theodore W. Op. cit., p.206-7.

97 MATHIESON, William A.C. "The emerging structure for worldwide support of agricultural research". In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in the third world; a report on the conference: science and abribusiness in the seventies. Toronto, D.C., Heath and Company, 1975. p.22.

98 HARRAR, J.G. "Science and agricultural development". In THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.16.

99 Ibidem, p.15.

100 Ibidem, p.16.

101 A Universidade de Cornell nos oferece um bom exemplo desta perfeita integração. A Universidade, "quartel mestre da pesquisa e assistência" ao campo, mantém programas conjuntos entre a indústria de sementes e sua estação experimental. "Colaboração em que as firmas privadas representam parte importante e decisiva, pois, ... a base do programa de sementes do Estado de Nova York é a indústria privada de sementes ... Diversas dessas companhias gozam de renome mundial. Distribuem sementes não só no Estado de Nova York, mas também o fazem em outros Estados e a muitos países no estrangeiro". CORREIO DO POVO RURAL. "Sementes, o bom exemplo". Correio do Povo, Porto Alegre, nº 1202, set. 1981, p.4. Programas semelhantes são acionados praticamente por todas as universidades americanas (Pardue, Wisconsin, Michigan, etc.) e não apenas na agricultura, mas em todos os ramos da pesquisa científica básica e aplicada.

102 "Programs and projects designed on the premise that developed country technology could be transferred to developing countries with only minor modifications have failed. Technology in agriculture has a high degree of specificity or sensitivity to soil, climate, and economic conditions. An improvement in a crop in western Kansas is not transferable to India for the same reason that it is not transferable to Montana" (Ibidem, p.16). A transferência de produtos genéticos, equipamentos, máquinas e insumos na área avícola e suinícola é perfeitamente viável e se constitui em exceção: "Technology for poultry and swine is largely transferable from the temperate zone to tropics so the major needs will be for improved inputs, production systems, processing and marketing, and infrastructural development". Como se pode notar, trata-se de pesquisa secundária e adaptativa e principalmente voltada para a descoberta de "inexpensive feed ingredients from locally available sources for both poultry and swine industries". PINO, John A. "Animal Products in the world protein puzzle". In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.83. De maneira não menos enfática Johnston e Kilby observam: "... O grande número de alterna-

tivas existentes para a elevação da produtividade na agricultura e indústria constitui uma bênção duvidosa devido à forte possibilidade de que a tecnologia tomada de empréstimo se mostre imprópria para a dotação de recursos de países de baixa renda". E acrescenta logo a seguir: "Tirar vantagem máxima da tecnologia acumulada, ao mesmo tempo evitando-lhe os perigos, constitui uma das tarefas mais difíceis que uma bem sucedida estratégia de desenvolvimento precisa cumprir". JOHNSTON, Brincet & KILBY, Peter. Op. cit., p. 16.

103 MATHIESON, William A.C., in THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.22.

104 Ibidem, p.22-3.

105 Mathieson é bastante claro a respeito da estratégia alternativa representada pelos novos centros internacionais em substituição aos antigos centros regionais do Império Britânico sediados nas colônias: "For the concept of an alternative or supplementary strategy, one that could make more effective use of the scarce human and financial resources available and move with greater speed, we are indebted to the Ford and Rockefeller Foundations. The idea was that if critical masses of scientific talent could be assembled in a sufficiently small number of centers, a multidisciplinary attack might be mounted against the most constraining technological problems. The International Agricultural Research and Training Center was created to implement this alternative strategy". Ibidem, p.23. A prática concreta da ação dos centros internacionais definiu, aos poucos, uma política de internacionalização dos cientistas, capaz de dar conta da internacionalização da pesquisa. V. a respeito: ALVES, Eliseu Roberto de Andrade. Making effective use of expatriate personell. Yogyakarta, 1980. (Paper presented at the workshop on "Increase the productivity and Impact of Agricultural Research").

107 O programa foi operado, da parte da Fundação Rockefeller, entre 1945 e 1960 através do "Office of Special Studies". Cf. MYREN, Delbert T. "The Rockefeller Fountation Program in Corn and wheat in Mexico". In: WHARTON Jr., Cliffton R. Op. cit., p.438, nota 2; Cf. também: JOHNSTON, Bruce F. & KILBY, Peter. Op. cit., p.272.

108 Dadas as peculiaridades estratégicas e políticas de Formosa, o governo dos EUA investiu massivamente na ilha. A modificação do perfil de Formosa, após a vitória da Revolução Chinesa, não se deu apenas pela massiva imigração dos sequazes de Shan-Kai-Shek, mas principalmente pela importância político-estratégica da ilha face a Ásia em geral. Enquanto o governo americano injeta enormes quantidades de capital (Formosa recebeu entre 1951 e 1956, só em ajuda eco

nômica, o montante de U\$ 1,5 bilhão, cf. JOHNSTON & KILBY, op. cit., p.215), tornava-se premente uma intervenção direta na produção agrícola da ilha. Concertada com esta política do governo dos EUA, é que a Fundação Rockefeller criou o Asian Vegetable Research and Development Center. A peculiaridade de Formosa e a consideração política, agrícola, estratégica dos EUA em relação à Ásia levaram a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford a alocar o Centro Internacional de Pesquisas não na perigosa ilha mas na mais segura Filipinas.

109 MYREN, Delbert T. Op. cit., p.440.

110 Ibidem, p.440.

111 Ibidem, p.440.

112 Ibidem, p.440-1.

113 "The great twentieth century transformation in world agriculture is largely a product of biological knowledge - the mastery of the principles of heredity which have made possible to develop entirely new, highly productive strains such as hybrid corn in the 1930s and 1940s and, more recently, new wheat and rice varieties. But a fundamental characteristic of these life-science 'inventions' is their high degree of complementarity with chemical inputs. Indeed, the new high-yielding rice varieties recently introduced into southeast Asia are often no more productive than the traditional varieties if they are grown under the old techniques of crop and soil management. *Their unique feature is a high degree of fertilizer - responsiveness brought about by genetic manipulation. A much better name than miracle rice would be fertilizer - responsive*". In fact, the sharp increases in output per acre, which superficially suggest massive improvements in resource productivity, are really the result of large increase in fertilizer and other chemical inputs combined with rigorous attention to techniques water management". YEGANIANZ, Levon et alii. Effective interaction of national research systems and International Centers. Workshop paper on "Increasing the productivity and impact of agricultural research", Gadjadara University, Yogyakarta, 1980. p.1.

164 MYREN, Delbert T. Op. cit., p.444.

115 Ibidem, p.445. Informação semelhante nos oferecem Johnston & Kilby: "A rápida expansão da produção de trigo e algodão foi imensamente facilitada pelo aumento da irrigação. A produção de ambas as culturas concentra-se nas regiões áridas do norte e a elevação do produto, por isso mesmo, depende de investimentos públicos de grande escala em irrigação". JOHNSTON & KILBY, op. cit., p.273. E acrescentam lo

go a seguir: "A forma do desenvolvimento agrícola mexicano pode ser caracterizada como bimodal porquanto os estabelecimentos em grande escala, altamente empresariais, localizados no norte do país, foram responsáveis pelo grosso do aumento do produto agrícola e por uma parte ainda maior do crescimento da produção comercializada. Sugere Donald Freebairn, interpretando dados do Censo Agrícola de 1960, que menos de 15% de todos os estabelecimentos foram responsáveis por uns 75% de todas as vendas. Baseiam-se esses resultados em seu cálculo de que as 68.000 maiores propriedades privadas responsáveis pela metade das vendas e que 321.000 famílias em ejidos, cujos estabelecimentos têm em média 10ha, ou mais, entraram com os outros 25%". Ibidem, p. 274.

116 Ibidem, p.446.

117 Ibidem, p.446: "The technical differences between corn and wheat".

118 Theodore Schultz, estudioso da agricultura tradicional, estabelece com bastante clareza os problemas que o capital enfrenta nestas condições: "... a maioria dos fatores modernos adequados a uma comunidade pobre devem ser primeiramente produzidos começando pelos conhecimentos técnicos e científicos estabelecidos. A produção que este processo acarreta está sujeita a dois atributos econômicos fundamentais. O primeiro se baseia no fato de que o produtor em geral não pode captar toda a renda de tal produção. O segundo atributo baseia-se em individualidades conhecidas, principalmente nos métodos e na assessoria de cientistas, necessários quando uma firma empreende a produção de fatores modernos adequados à agricultura de determinadas comunidades pobres, a começar pelos conhecimentos científicos e técnicos (agrícolas) conhecidos". Daí porque, para Schultz, o Estado deve ser uma instância essencial de socialização dos conhecimentos já que as empresas privadas nunca investiram em mercados restritos e/ou pobres. A produção de pesquisas agrícolas igualmente deveriam ser articuladas por uma instância maior, aqui também o Estado, capaz de suportar custos elevados mas que, uma vez efetuados e criadas as condições de sua difusão (quer por mecanismos fiscais, creditícios ou de preço) poderiam abrir campos suficientemente atraentes para estimular a iniciativa privada. SCHULTZ, Theodore W. Op. cit., p.153-4. Um exemplo marcante do caráter explosivo acima mencionado ocorreu e ainda está em curso na Índia e Paquistão, países que receberam forte impacto da "revolução verde": "... mudanças abruptas resultantes da revolução semente-fertilizante em áreas como o Punjab podem produzir acentuadas mudanças nas relações sociais e aumento da consciência de classe de pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores e alterar a estrutura local de poder através de novos alinhamentos políticos ou agitação e violência rural". JOHNSTON, B.F. & KILBY, P. Op. cit., p.187. Cf. também: GEORGE, Susan. Feeding the few: corporate control of food. Washington, Institute for Policy Studies, s.d., p.

40-4. Observa a autora: "The consequences of this high-technology farming accompanied by greatly reduced employment opportunities have been higher holding, reduction in real wages for those lucky enough to have work, and rural migration which merely displaced poverty from the countryside into cities" (p.40).

119 Ibidem, p.449.

120 SCHULTZ, Theodore W. Op. cit., p.151. "Para que um país possa beneficiar-se dos conhecimentos de genética estabelecidos sobre a hibridação, ou de qualquer outro conhecimento relevante, é necessário fazer o que tem sido feito durante as últimas décadas, e continua sendo, pelo governo do México e pela Fundação Rockefeller, para desenvolver fatores modernos adequados às condições do México. Ibidem, p.150-1 e segs.

121 FINLEY, Keith W. "Programa Foraneo del CIMMYT". In: CENTRO INTERNACIONAL DE MEJORAMIENTO DE MAIZ Y TRIGO. Memória; el mejoramiento del maiz a nivel mundial in la década del setenta y el papel del CIMMYT. Mexico, El Baton, 1974. p.13-7.

122 MIREN, Delbert T. Op. cit., p.449. O inverso ocorre com a produção e distribuição de sementes de trigo, objeto, via de regra, de prioridade na produção de cereais em inúmeros países subdesenvolvidos, programas nacionais comandados a nível mundial através do CIMMYT e tendo como modelo a experiência mexicana e dirigidos a produtores capitalistas. A difusão das sementes melhoradas, neste caso, pode assumir velocidades espantosas como esta experiência realizada no México e relatada por Delbert T. Myren: "On a trial basis Dr. Norman Borlaug, wheat scientist of the Rockefeller Foundation, has shown that it is possible to start with as little as 200 grams of seed and increase it to 150 tons within one year by using adequate fertilization, watering, spacing, and care. The 200 grams were seeded on october 5 and yielded 19 kilos in late february. Six kilos of this were set aside and remaining 13 seeded at a rate of 8 kg/ha in the first days of march. A total of 3.8 tons were harvested on june 15 and immediatly transported from the north west to the Bajio, where 3.8 tons were seeded on june 18. This was seeded at a rate of 100 kg/ha on 35 hectares, and 150 tons were harverted in october, in good time for winter planting. In going from 200 grams to 150 tons, the seed supply is increased 740.000 times in one year. Two additional increases would provide more than all of the 80.000 tons of seed wheat used annually in Mexico". MYREN, Delbert T. Op. cit., p.448.

123 Ibidem, p.450.



124 GEORGE, Suzan. Op. cit., p.1.

125 Os países-chave foram os países-sede dos projetos piloto: México e Filipinas, além dos países onde havia necessidade de uma maciça intervenção do capital para respaldar as estratégias políticas abrangentes de caráter regional como Formosa, Índia, Paquistão Ocidental, etc..

126 Essa questão da adaptabilidade dos componentes do capital de uma região para outra foi exaustivamente discutida pelos teóricos do capitalismo. Cf., p.ex.: JOHNSTONE, Bruce F. & KILBY, Peter. Op. cit., p.92-141: "Chegando atrasado: a reserva de tecnologia". Os autores acima colocam o problema nos seguintes termos: "Muito embora o sucesso de Formosa ou do México demonstre que é real o potencial de reserva de tecnologia, a falta de progresso significativo por um número muito maior de países comprova a existência de problemas especiais, concomitantes à defasagem tecnológica...". Tais "áreas-problemas", para os autores, se situam em três planos: "A primeira, e da mais alta importância, toma a forma de altas taxas de crescimento demográfico...; o segundo problema é o ajustamento imperfeito entre os requisitos da tecnologia importada e a quantidade e a qualidade dos fatores de produção locais ... Finalmente, afetando tanto a industrialização via substituição de importações quanto a modernização da agricultura, há tantos problemas como vantagens em se estar numa posição de escolher dentre o grande repositório de possibilidades disponíveis. Significa isto que os custos da busca e alcance do consenso serão provavelmente substanciais. Mais importante, porém, é o perigo de se adotarem produtos ou técnicas que se adiantam em muito à seqüência de inovações justificadas pelas circunstâncias vigentes" (p.93). R.G. Anderson, um dos diretores do CIMMYT, tende a ver a questão de um ponto de vista "ético", técnico e político: "On the agricultural front, it is our ethical responsibility to provide food as long as possible to meet needs of human beings". E acrescenta a seguir os problemas a enfrentar: suprimento de fertilizantes, de água e energia; estabelecimento de um corpo coerente de políticas agrícolas para equacionar os seguintes pontos: estímulo aos produtores, investimentos de infraestrutura, pesquisa agrícola. ANDERSON, R.S. "Increasing competence in developing nations". In: AGRIBUSINESS COUNCIL, Op. cit., p.41-2. Alguns teóricos enfatizam, de maneira particular, os problemas de solo e clima que são, para a maioria das culturas, deixados de lado das demais condições decisivas. Cf. WELHAUSEN, E.J. "Problems and progress in the acceleration of maize production in the tropics". In: AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.53-65 e, particularmente, p.61-3.

127 Outros produtos e outras regiões impuseram a necessidade que se prestasse atenção também à mandioca (Kassava), sorgo, milheto, aveia, cevada, ao amplo espectro das leguminó

sas, à batata (chamada inglesa). Os Centros Internacionais de Pesquisa mais novos têm nesses produtos seu enfoque básico, como é o caso do CIAT, CIP e ICRISAT. Cf. CUMMINGS, Ralph W. "Expectations for future developments in sorghum, millets and legumes". In: AGRIBUSINESS COUNCIL. Op.cit., p. 67-75.

128 "The pattern of action [desenvolvido pelas Fundações Ford e Rockefeller] was successful and should be applied more widely. The Foundations alone, even with some casual help, could not bear the burden of such a program". MATHIESON, William A.C. "The emerging structure for support of agricultural research". In: AGRIBUSINESS COUNCIL. Op.cit., p.23.

129 "These first two centers [CIMMYT e IRRI] had a narrow focus on specific crops [trigo, milho e arroz] of critical importance to the world food supply". Após mostrar o pioneirismo das Fundações (cf. nota 128), afirma: "This led to the evolution of the consultive Group on International Agricultural Research [detalharemos mais adiante a natureza e funções deste e de outros organismos], now committed to the support of eight such centers distributed throughout the developing world" (MATHIESON, William A.C., op. cit., p.23).

130 A ciência e a tecnologia enquanto faces da acumulação do capital se tornam cada vez mais evidentes na disputa acirrada entre nações imperialistas pelo controle do mercado de serviços. Sabe-se hoje, relativamente à pesquisa agrícola, que: "Several studies of research programs on hybrid corn, poultry production systems, and general agricultural research programs have estimated that from the point of view of society at large, investments in agricultural research has had an extraordinarily high payoff. Indeed, the estimate of rate of return are on the order of four times as high as those realized on capital investment in the general economy". O mesmo autor acrescenta, a seguir: "A number of studies of research payoff in developing countries have measured similarly high rates of return to the national programs of research in India, Brazil, and developing countries generally. The contribution of the international centers in cooperation with national research centers in terms of increased wheat and rice production associated with the Green Revolution hasp been extraordinary". (... "Science and Agricultural development". In: AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.17).

131 O IRRI (International Rice Research Institute) se define como um "Crop center", isto principalmente para a população asiática: "... Today, as in centuries past, approximately half the world's population depends upon rice for its staple food" (CHANDLER Jr, Robert F. "New developments in rice research". In: AGRIBUSINESS COUNCIL. Op.cit.,p.27).

132 O CIMMYT se ocupa primordialmente dos outros dois cereais básicos - trigo e milho para as populações latino-americanas, do norte da África, Oriente Médio e subcontinente indiano. O CIMMYT também desenvolve pesquisas sobre cereais de não menor importância, mas de impacto mais localizado como aveia, centeio (principalmente um híbrido oriundo do cruzamento do centeio com o trigo denominado triticale), cevada e sorgo. A respeito da importância histórica desses cereais, bem como de sua difusão a nível mundial, veja-se: CHAUNU, Pierre. A história como ciência social; a duração, o espaço e o homem na época moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. De modo particular: "As regras do espaço; o espaço e a alimentação" - segunda parte - cap. 1º - p. 181-239.

133 IRRI = International Rice Research Institute.

134 CHANDLER Jr., Robert F. Op. cit., p.27.

135 Ibidem, p.27.

136 Ibidem, p.27.

137 Ibidem, p.28.

138 JOHNSTON, Bruce F. & KILBY, Peter. Op. cit., p.272.

139 "The new technology places the needs of plants ahead of those of the producer, requiring a costly adjustment in farmer strategies". MORS, Eliot R. et alii. Strategies for small farmers development. Boulder, Westview Press, 1976. v.I, p.104. Citado por YEGANIANZ, Levon et alii, in "Effective interaction of national research systems and International Centers". Yogyakarta workshop on Increasing the Productivity and Impact of Agricultural Research, 1980, p.2. Cf. também: NOHRA, Ruiz de Londoño & ANDERSEN, Per Pinstrup. "Descripcion de factores asociados con bajos rendimientos de maiz en fincas pequeñas de tres departamentos de Colombia". Cali, CIAT, Serie ES, nº 18, sept. 1975.

140 CIMMYT. Este es el CIMMYT - 78. México, CIMMYT, 1978. p.4.

141 CUMMINGS, Ralph W., in AGRIBUSINESS COUNCIL, op. cit., p.67.

142 Ibidem, p.67-8.

143 PINO, John A., in AGRIBUSINESS COUNCIL, op. cit., p. 83-4.

- 144 CIMMYT. Este es el CIMMYT - 1978. Op. cit., p.4.
- 145 MATHIESON, William A.G., in AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.24.
- 146 YEGANIANZ, Levon et alii. Effective interaction of national research and international centers. Op. cit., p. 6-7; CIMMYT, Este es el CIMMYT - 1978. Op. cit., p.4.
- 147 CENTRO INTERNACIONAL DE MEJORAMIENTO DE MAIZ Y TRIGO. Memória. Op. cit., p.13-4.
- 148 Ibidem, p.13-4.
- 149 ANDERSON, R.G., in AGRIBUSINESS COUNCIL, op.cit.,p.42.
- 150 A propósito da interação entre Centros Internacionais e nacionais, já se tem definido amplamente os critérios e as condições de colaboração em seminários promovidos pelos próprios centros internacionais. No seminário realizado em 1980 em Jacarta (Indonésia) foram tirados os seguintes pontos para orientar as atividades de colaboração: primeiramente, é premente a necessidade de uma estreita associação entre centros internacionais e nacionais. A assistência que os centros internacionais devem subministrar deve ser viável e complementar às instituições nacionais, o que implica um certo grau de organização e maturidade das instituições nacionais e uma efetiva política de trabalho conjunto com instituições similares dos países da região: "It is important that research administrators from various countries having joint programs with these centers learn more about them and avoid duplication of work". Os critérios que presidem a interação entre centros internacionais e nacionais são: "1) Knowledge of services rendered by International Centers. It is necessary that the national institutions have a clear picture of what kind of services are available to them and under what conditions; 2) Involvement of the International Centers with national problems. Much of the effectiveness of the International Centers will depend on the correct identification of the problems to be solved. The role of the national institutions in this aspects is of vital importance; 3) Direct collaboration between breeding programs. ... In order to take the maximum of benefit of this sytem it is desirable that personal of the national breeding program participate continuously in the international breeding programs in order to be aware of the advances of the programs, and to select the material to be used in the national programs; 4) Training of personnel. Training of personal from national institutions in International Center serve not only in the professional capacity of the individual but help to stablish a link with the International Center and among other national institutions, therefore

facilitating the interchange of materials and ideas; 5) Seed production. ... It will be highly desirable that International Centers will furnish enough amounts of seed so as to enable the national institution to speed up this multiplication of seed". A prática efetiva dos critérios acima deve materializar-se na efetiva articulação de práticas colaborativas assim discriminadas: "1 - Each country should first learn about the objectives of technical and financial capacities and the research programs of each center; 2 - The center together with national research institution first must generate at the national level of each country and among the foreign assistance donors recognition of the importance of agricultural research within overall development planning and budgeting; 3 - The assistance of the centers should be mobilized in order to find the most effective methods of choosing and developing local research personnel to staff the developing country's agricultural research and teaching program (Institution Building); 4 - The problems identification and solving capacity of the centers should be used at the initial stage to strengthen agricultural research program; 5 - The capacity of national systems to absorb and use the results of international research should be properly understood and continuously increased; 6 - Maximum use should be made of the international research centers for training young research workers; 7 - The international agricultural centers together with national research institutions should seek to answer three basic questions. To what extent has modern agricultural production techniques been adapted to employ more labor and less capital, if adaptation has occurred, what are the principal reasons for it in different countries and lastly what kind of government policy encourages labor intensive techniques. Cf. YEGANIANZ, Levon et alii. Effective interaction of national research systems and international centers". Op. cit., p.8-11.

151 WELLHAUSEN, E.G., in AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.55.

152 Ibidem, p.55.

153 "Dada la disponibilidad [no CIMMYT] de estos materiales genéticos, el CIMMYT suele aconsejar que muchos programas nacionales limiten su trabajo de mejoramiento a seleccionar a partir del material que se distribuye, e no emprender un programa directo de mejoramiento genético. Conforme dispongan de personal competente, algunos programas serán alentados a iniciar programas de mejoramiento modestos para incorporar caracteres valiosos que puedan poseer las variedades locales". FINLAY, Keith W. "Programa foraneo del CIMMYT". In: CIMMYT. Memoria. Op. cit., p.13-9.

- 154 "A region includes a number of countries, usually geographically contiguous, which possesses similar production environments and face similar production problems. Such countries agree to strengthen regional cooperation, the exchange of germplasm and scientific information among themselves, thus improving their utilization of scarce research resources with the common goal of accelerating wheat and/or maize related research in their respective countries". CIMMYT, 1979. CIMMYT review. El Batán, México, p.135.
- 155 Os países centro-americanos já haviam sofrido o impacto de um programa regional de milho, financiado, de 1954 a 1972, pela Fundação Rockefeller, denominado PCCMCA - Programa Cooperativo Centro Americano para Melhoramento de Cultivos Alimentícios. Cf. FINLAY, Keith W. Op. cit., p.13-5.
- 156 FINLAY, Keith W. Op. cit., p.13-5; 13-6.
- 157 O programa regional do Mediterrâneo e do Oriente Médio é um bom exemplo da nova etapa de ação dos centros. A região adotou massivamente os trigos melhorados do CIMMYT, particularmente as variedades semi-anãs, com experiência sistemática de viveiros de adaptação e controle que em alguns casos tinham até 10 anos. O número de cientistas jovens treinados pelo CIMMYT era grande e os governos locais se viram obrigados a tomar medidas cooperativas de caráter regional para controlar as pragas do trigo, principalmente a ferrugem. ("The wind-borne pathogene for wheat rust travel over vast areas between India in the East and Marroco in the west ..."). A Fundação Ford pagou os salários dos melhores especialistas indianos em controle de ferrugem, alocou-os no ICARDA (exatamente no epicentro da região) que, por sua vez, se originou de um projeto da Ford para áreas áridas (ALAD). Disso tudo resulta que as variedades de trigo são internacionais, portadoras de doenças internacionais, internacional é seu combate, internacionalizam-se os cientistas preparados pelo CIMMYT e a própria ação das instituições imperialistas se fundem em mecanismos mais amplos como se evidencia no caso do ALAD que se transforma em ICARDA e se associa ao CIMMYT. Cf. CIMMYT, 1979. CIMMYT Review. Op. cit., p.138.
- 158 VALDERRAMA, Mario. "Efecto de las exportaciones norteamericanas de trigo en Bolivia, Peru, Ecuador y Colombia". Estudios Rurales Latinoamericanos, maio/agosto 1979, v.2, nº 2. p.173-98.
- 159 CIMMYT, 1979. CIMMYT Review. Op. cit., p.138-9.
- 160 O programa cooperativo de milho para a região que estava sendo esboçado em 1974 foi engavetado em virtude da "instabilidade política". FINLAY, Keith W. Op.cit., p.13-6.

- 161 CIMMYT - 1979. CIMMYT Review. Op. cit., p.140.
- 162 Ibidem, p. 140-1.
- 163 CIMMYT. "Special repport: CIMMYT priorities for regional programs". CIMMYT Review. El Batan, Mexico, 1979. p. 135.
- 164 ANDERSON, R.G., in AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p. 49.
- 165 Ibidem, p.49.
- 166 Ibidem, p.49.
- 167 Ibidem, p.49.
- 168 Ibidem, p.49-50.
- 169 Só os programas de trigo e milho do CIMMYT cobrem a totalidade dos países subdesenvolvidos da América, África e Ásia, não se computando os programas específicos dos demais centros com seus respectivos programas internacionais.
- 170 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Asian Development Bank e African Development Bank.
- 171 As regiões da FAO obedecem a um critério continental.
- 172 MATHIESON, William A.C., in AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.23.
- 173 Ibidem, p.23.
- 174 A negociação se torna necessária tanto para ter sob controle os programas dos centros, quanto para evitar que a ação dos órgãos financiadores se dispersem em programas isolados que atendem unicamente os interesses particulares de nações imperialistas. O financiamento de um programa amplo é uma poderosa arma política e as nações imperialistas tendem a usá-los como brechas para objetivos políticos e econômicos mais amplos. O CGIAR não reprime essa característica do financiamento, só lhe impõe ordem e a direciona para o interior de programas globais. Em vez de obter resultados de forma dispersiva, tenta-se obter os mesmos resultados ou mais de forma coordenada. Essa ação coordenada permite que as nações imperialistas possam usar plenamente seus recursos reais e potenciais de que dispõem. O Canadá desenvolveu

o cruzamento fértil de trigo e centeio, do qual resulta o triticales. Pois bem, o Canadá financia (através do CIDA) e seus cientistas executam todos os programas de triticales a nível mundial. Os dividendos que o Canadá tira disso não são apenas humanitários ... matar a fome dos pobres, mata a fome também do capital canadense ... "Em 1964, antes da admissão do Canadá como membro (do BID), o Banco acordou com o governo desse país a administração de recursos proporcionados pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), e destinados ao financiamento de projetos na América Latina em condições altamente concessionais". BID. Relatório anual, 1977. p.37.

175 MATHIESON, William A.C. Op. cit., p.23.

176 Ibidem, p.24.

177 São os programas locais e/ou regionais de caráter internacional - denominados "outreach programs" em inglês, ou "programs foraneos" em espanhol.

178 MATHIESON, William A.C. Op. cit., p.24.

179 Ibidem, p.24.

180 Ibidem, p.24.

181 Confira nos Anexos 01, 02, 03, 04, 05 e 06, os empréstimos do Banco Mundial à Agricultura, por região.

182 "... o sistema de programas [de programas regionais] de pesquisa sob o controle do CGIAR, abarcará os principais cultivos alimentares e tipos de gado e todas as zonas ecológicas que se podem encontrar no mundo em desenvolvimento". BANCO MUNDIAL. Informe anual, 1975. Washington, WB, 1975. p.79-80. E mais, é importante não perder de vista que a investida do capital, de forma coordenada, implica a intervenção não apenas na agricultura em si mas na adaptação e criação das condições prévias de investimento, tais como, órgãos regionais e nacionais de planejamento global e agrícola, criação de bancos regionais, montagem de instituições de pesquisa agrícola de âmbito nacional, etc.. Cf. BANCO MUNDIAL. Relatórios anuais; BID. Relatório anual, 1977.

183 Confira, no Anexo 07, uma amostragem de orçamentos do CIMMYT.

184 EMBRAPA. Guia Brasileiro de Pesquisa Agrícola em Andamento (Projeto Bracarís). Brasília, EMBRATER/SNIR, 1977. v.1, p.v.



- 185 Ibidem, p.v.
- 186 Ibidem, p.v.
- 187 Concomitantemente com a realização do projeto piloto na África Ocidental, a FAO desenvolvia projetos de âmbito nacional de organização e informação agrícola, que se constituíram em mecanismos básicos para a posterior execução do projeto Caris.
- 188 EMBRAPA. "Exposição de motivos nº 187 de 21.09.82. Propõe a criação da EMBRAPA". In: ATOS Constitutivos. EMBRAPA, Brasília, Série Documentos Oficiais, 3, s.d. p.4-8.
- 189 Trata-se de organizar a expansão do capital na agricultura não apenas horizontalmente, mas também verticalmente: "Convém reconhecer, entretanto, Senhor Presidente, que a despeito do enorme esforço do governo, a nossa agricultura, em muitas regiões e áreas do país, continua organizada em forma tradicional e sua eficiência, sob vários aspectos, apresenta, ainda, grandes distorções. Nessas zonas o seu crescimento ocorre, principalmente, em virtude da expansão da fronteira agrícola e dos incentivos financeiros que lhe concede o governo, não se observando de maneira significativa um aumento de produtividade com emprego de novas técnicas". E acrescenta a seguir: "A política do governo vem se orientando no sentido de proporcionar estímulos, a curto prazo, visando a recuperação imediata de áreas e setores menos dinâmicos, ao mesmo tempo em que se prepara a infra-estrutura física e institucional para apoiar as medidas de longo alcance, com a finalidade de se estabelecer um processo contínuo e firme de desenvolvimento do setor". EMBRAPA. "Exposição de motivos nº 187 de 21.09.72". Op.cit., p.4.
- 190 GUIMARÃES, Mario Kruei. Crédito rural; enfoque de política agrária brasileira. São Paulo, 1974. p.36-7.
- 191 Ibidem, p.37.
- 192 Ibidem, p.37.
- 193 EMBRAPA. Estatutos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Atos Constitutivos. Brasília, EMBRAPA, Série Documentos Oficiais, 3, p.40.
- 194 Um exame, mesmo superficial, dos documentos produzidos pelas agências do imperialismo evidencia o quanto o imperialismo insiste no papel decisivo que o Estado deve cumprir para viabilizar a penetração do capital na agricultura dos países "em vias de desenvolvimento": a) na solução dos pro-

blemas de infra-estrutura e produção de meios de produção: O Estado deverá remover todos os constrangimentos ao capital favorecendo os seguintes pontos: - conservação de mananciais de água e desenvolvimento da irrigação e drenagens; fornecimento massivo de energia; políticas econômicas favoráveis para a implantação da produção; orientação da pesquisa para variedades de alta produtividade e resistentes a doenças e pragas; produção de sementes e trabalho efetivo de extensão rural. "It is mandatory that national governments come to grip with these needs on a first-priority basis", e acrescenta o autor: "Failure to do so can mean 100 million deaths to food shortage any time in the next five to ten years!!!". ANDERSON, R.G. Op. cit., p.42. b) Pre-mência de políticas agrícolas adequadas: A rede internacional armada pelos centros internacionais não poderá cumprir sua tarefa de expandir seus pacotes tecnológicos nas áreas carentes: "The global team [de cientistas e pesquisadores dos centros internacionais] is not only focusing on the development of the technological package but also on the development of government policies that will promote its adaptation by all kinds of farmers in areas where it can be profitably used". WELLHAUSEN, E.J. Op.cit., p.55. O mesmo autor salienta, mais adiante: "The development of the technological package and training of agricultural production specialists is now well underway for the major grain crops, but this is still not enough. These technologies must be adopted by all kinds of farmers, large and small, if the full productive potential is to be realized. The leadership of the developing countries must give high priority to the acceleration of food production and must develop domestic policies that will make increased agricultural production profitable to the farmers. Sharply focused programs with realistic goals must be developed and become part of the official policy. ... Most important of all are government tax and pricing policies, which will allow the farmer (large or small) to make a reasonable profit. Without this, there is no way of getting the new technology applied. If there is a better method, no one in the world has come up with it as yet". Ibidem, p.64. c) Investimentos públicos de infra-estrutura para favorecer a ação do capital. Os investimentos em transportes, estocagem, energia elétrica e educação criam um "clima favorável" para o investimento privado: "An added incentive for agroindustries in Latin America lies in the heavy investments by governments, supported by international financial institutions, in the required physical infrastructure, such as transportation, storage, irrigation facilities, education, electricity, and preinvestment financing. This effort is, in turn, bolstered by widespread government support, again assisted by international agencies, to improve agricultural inputs, whether they be machinery, pesticides, fertilizers, improved seeds, etc., and by expansion of training, research and extension programs, as well as by credit facilities for small and medium farmers. Government expenditures for investment in agriculture can reach staggering proportions. Last year, Bra

zil alone spent nearly U\$ 4 billion - a world record, y believe - improving the sector". MENA, Antonio Ortiz. "Agro industry and the development of Latin America". In: AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.144-5.

195 BRASIL. EMBRAPA. PRONAPA 80: Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. Brasília, M.A., EMBRAPA, 1980. p.9.

196 O Decreto nº 72.020 de 28 de março de 1973, que aprova os Estatutos da EMBRAPA estabelece também os critérios de extinção do DNPEA e de transferência do patrimônio e do pessoal para a EMBRAPA (Decreto nº 72.020 de 28 de março de 1973. In: BRASIL/EMBRAPA. Atos constitutivos. Op. cit., p.14-5).

197 ALVES, Ehsen Roberto de Andrade. Sistema Cooperativo de Pesquisa do Ministério da Agricultura. Brasília, M.A., EMBRAPA, 1979.

198 As justificativas de tal centralização obedecem sempre aos critérios definidos a partir das prioridades e à concentração de esforços financeiros, técnicos e massa crítica: "Considerando a concentração de recursos técnicos e financeiros, a atuação dos centros está voltada para pesquisas que ultrapassem os interesses das fronteiras estaduais e limites de regiões geopolíticas ou, até mesmo, ecológicas". BRASIL/EMBRAPA. PRONAPA 80: Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. Op. cit., p.9.

199 A Deliberação nº 067, de 22 de maio de 1974, que aprova as linhas básicas de atuação da EMBRAPA, definindo o 'Modelo Institucional de Execução da Pesquisa Agropecuária', no seu item 5 é clara quanto a essa questão: "Para implementação das ações necessárias à consecução dos objetivos previstos nesta deliberação, a EMBRAPA promoverá a utilização da consultoria que lhe possa ser prestada através dos Centros Internacionais de Pesquisa Agropecuária (CIAT, CIMMYT, IRRI, ICRISAT, etc.) e do apoio das Agências Internacionais (FAO, BID, BIRD, USAID, etc.) envolvidas no processo de desenvolvimento do setor, mobilizando de imediato, por outro lado, os serviços de assistência técnica do IICA e empresas consultoras contratadas com base no financiamento obtido da FINEP ...". BRASIL/EMBRAPA. Modelo Institucional de Execução da Pesquisa Agropecuária. Brasília, MA/EMBRAPA, s.d. - Deliberação nº 067 - item 5. p.3-4.

200 "É sabido que as unidades de pesquisa devem ficar nas regiões de produção, onde estão localizados os problemas sérios. Com isso se obtém melhor interação com os agricultores e um chamamento intenso e constante dos problemas que devem ser resolvidos...". ALVES, Eliseu R. de Andrade. A Embrapa e a pesquisa agropecuária no Brasil. Brasília, MA/EMBRAPA, Documentos-DID nº 2, abril 1980. p.17.

- 201 HOPPER, David W. "World Food - Darkness and the light". In AGRIBUSINESS COUNCIL. Op. cit., p.186.
- 202 "Os Cerrados ocupam uma área de 180 milhões de hectares dos quais 50 milhões são aráveis e 10 milhões irrigáveis. O restante é ocupado por pastagens naturais, florestas e terras sem utilidade para a agricultura. O Cerrado presta-se à produção de grãos, à produção de carne bovina, madeira, café. A EMBRAPA estuda as condições do manejo desse tipo de solo, desenvolvimento de sistemas de cultivo e criação e produção de variedades adaptadas às condições ecológicas da região. Projeções feitas a partir de experimentos mostram que o Cerrado pode produzir anualmente até 170 milhões de toneladas de grãos, 8 milhões de toneladas de carne e 600 milhões de metros cúbicos de madeira. ALVES, Eliseu R. de Andrade. A importância do investimento na pesquisa agropecuária. Brasília, EMBRAPA, 1980. p.19-20. O trófico úmido - Essa região compreende 2/3 do território nacional (Amazônia Legal). O potencial da região beira as raias da fantasia. É a bacia tropical maior, mais rica e variada. Cf. ALVES, Eliseu R. de Andrade. Op. cit., p.25-7. Trófico semi-árido - compreende, grosso modo, os 800.000km<sup>2</sup> da região nordestina com pluviosidade entre 250 e 800mm. A área se abre à ação do capital mediante pesados investimentos (que vêm sendo feitos já há longo tempo) pelo Estado. Uma vez equacionado o problema de água, a região é, potencialmente, uma das mais férteis e produtivas do mundo. Pesquisas realizadas pela CODEVASF mostram que é viável a produção de frutas tropicais em alta escala: 42t/ha de abacate; 34t/ha de banana; 23t/ha de figo; 90t/ha de mamão; 54t/ha de sapoti; 70t/ha de goiaba; 38t/ha de graviola e 50t/ha de abacaxi. Ibidem, p.27-30.
- 203 BRASIL/EMBRAPA. EMBRAPA ano 80. Brasília, EMBRAPA, nº 8, 1980. p.64.
- 204 A intervenção a nível estadual é mediada por organismos regionais cujas políticas de ação tendem a ultrapassar o âmbito dos limites políticos dos Estados. A EMBRAPA preservou a autonomia desses órgãos regionais e os articulou com os organismos locais. Tratava-se de dar um corpo orgânico e evitar duplicação de esforços e recursos e, ao mesmo tempo, permitir e facilitar ao governo central a delimitação de tarefas e a subordinação a um programa único de pesquisa a nível nacional. Neste sentido, ficam definidas as políticas a serem seguidas e as tarefas a executar por parte de órgãos regionais como: CPATSA, CPATU, CPAC, IBC, IAA, SUDHEVEA, CEPLAC, CODEVASF e mesmo atividades de pesquisa, por ventura executadas pela SUDENE, SUDAN, SUVALE, SUDESUL, etc. Os organismos regionais deixam claro o espaço dos órgãos estaduais de pesquisa e mesmo as atividades desenvolvidas por empresas privadas e universidades: "A Empresa Nacional de Pesquisa Agropecuária seria o órgão executivo central do go

verno federal para promover e executar as tarefas dessa pesquisa no país; outros órgãos federais, estaduais, universidades e setor privado atuarão dentro do sistema, mediante o planejamento e a execução, em forma integrada, de projetos de pesquisa. Atuarão, também, na execução de projetos específicos com o apoio técnico e financeiro da empresa". BRASIL/EMBRAPA. Proposta para a formulação de um sistema setorial de pesquisa agropecuária. Brasília, M.A., EMBRAPA, Série Documentos Oficiais nº 2. p.56-7.

205 ALVES, Eliseu R. de Andrade. A importância do investimento na pesquisa agropecuária. Op. cit., p.34.

206 BRASIL/EMBRAPA. PRONAPA 81: Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. EMBRAPA, Brasília, nº 8, 1981. p. 56-60.

207 BRASIL/EMBRAPA. PRONAPA 81. Op. cit., p.141. BRASIL/EMBRAPA. Proposta para a formulação de um sistema setorial de pesquisa agropecuária. Op. cit., p.94; 100-1.

## 2 - DA TRANSFORMAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA À INTEGRAÇÃO

### 2.1 - Etapas de expansão do capital na agricultura

A transformação da agricultura como um todo a nível mundial, sob a égide do capital e sob a linha de força da agricultura norte-americana, ocorrida nos últimos decênios, rompe com todas aquelas áreas que se encontravam refugiadas da ação direta do capital e tocam não apenas nos aspectos técnicos da produção, como pretendem fazer crer alguns ideólogos da teoria da modernização, mas, como é da natureza do capital, transformam radicalmente as relações sociais de produção. Neste espaço de transformação, o campesinato também muda sua face mediante, principalmente, dois efeitos fundamentais:

- . integração crescente ao mercado pela modificação dos componentes de capital diretamente utilizados no processo produtivo e modificação da natureza e da pauta de produtos produzidos;

- . modificação do perfil da população camponesa mediante a modificação do perfil da apropriação da terra e do êxodo rural.

Nós privilegiamos, no capítulo anterior, dois aspectos fundamentais, porém não únicos, da estratégia de transformação da produção agropecuária a nível mundial, particularmente dos países imperializados: a definição, em primeira instância, de planos-piloto com vistas a encontrar uma metodologia de ação transformadora das relações sociais, sem provocar o desencadeamento de processos revolucionários de base popular e a difusão em ampla escala de processos produtivos sob controle do grande capital internacional, mediante o estrito controle da pesquisa agropecuária localizada estrategicamente nos centros internacionais.

Na base dessa ampla ação difusiva, sem precedentes na história que, diga-se de passagem, afeta também a agropecuária de forte tradição camponesa como a da França<sup>1</sup> ou põe definitivamente um termo na clássica importância do "Farmer Americano"<sup>2</sup>, se encontram as condições objetivas de manutenção, transformada, de uma parcela selecionada de camponeses altamente capitalizados<sup>3</sup> subordinados às cooperativas ou "integrados" às agroindústrias para quem produzem matéria-prima em quantidade e qualidade estipuladas mediante "contrato".

É possível deduzir dos dados referentes ao primeiro capítulo uma periodização ampla da penetração do capital na agricultura como um todo e com vistas a situar a questão da integração, em duas etapas distintas, de vez que pressupomos que a integração representa sempre uma etapa avançada e aperfeiçoada "in extremis" do capital na agricultura. A

integração ocorre só depois que tiver ocorrido uma ampla exclusão e seleção no interior do campesinato e depois que este tiver passado por um disciplinamento e treinamento, isto é, depois de ter sido modernizado numa etapa anterior de penetração do capital. Isto, de outra forma, compreende o período relativamente longo da modernização da agricultura, isto é, o período em que o capital transforma o processo direto mediante acesso do capital financeiro, insumos industriais e máquinas, assistência técnica, extensão rural e o encaminhamento para o mercado de crescentes volumes de produtos cuja determinação está freqüentemente ligada às políticas agrícolas do Estado, e às políticas do imperialismo materializadas na "revolução verde"<sup>4</sup>. Nesta etapa, também, modificam-se as formas mais primitivas da exploração camponesa articuladas pela instância mercantil, mediante a criação de um novo cooperativismo, como é o caso, por exemplo, do Sul do Brasil e nas áreas de produção predominantemente cerealeira, estimulado pelo Estado a cumprir as tarefas de organização dos produtores, repasse de financiamentos, fornecimento de insumos, máquinas e utilidades de consumo doméstico, receptação e comercialização da produção<sup>5</sup>. Em áreas não cerealeiras tem predominado a expansão de empresas industriais privadas que crescem de porte à medida em que determinam o processo produtivo de sua matéria-prima, quer através de uma aliança com órgãos do Estado encarregados do crédito e da extensão rural, ou mesmo influenciando diretamente na política agrícola através do controle das Secretarias do Estado encarregadas do setor. Evidentemente que essa di-



visão taxativa entre cooperativas e agroindústrias privadas não pode assumir um valor absoluto em termos de generalização, de vez que algumas cooperativas gigantes são fracamente cerealeiras como é o caso da COTIA ou empresas de porte que atuam em algum segmento da produção de cereais. De qualquer forma, nessa etapa, temos uma expansão horizontal vertiginosa do capital transformando as áreas de produção existentes e preparando a abertura para novas, qualquer que seja o produto. É importante destacar, também, dessa etapa, o esforço de "modernização" não só do processo produtivo, mas do comportamento global do camponês que, em última instância, rompe seu modo de ser histórico para disciplinar-se para o trabalho sob o capital, quer como futuro proletário, quer como produtor agrícola<sup>6</sup>.

Numa segunda etapa, grosso modo, coincidente com uma crescente elevação de custos de produção, reformulação da política de crédito subsidiado a juros negativos, verifica-se um encaminhamento no sentido de intensificar em profundidade a aplicação de capital. Disso resulta a combinação de uma crescente composição orgânica do capital, aliada a uma queda sistemática do preço unitário do produto e, em consequência, a um acentuamento da inviabilidade de continuar na produção por parte daqueles que até então se modernizaram por força dos custos reprimidos via crédito e preços. A incapacidade de compor os custos de produção impõe ao camponês duas alternativas: ou se proletariza, ou se subordina à indústria ou cooperativa que lhe repassam o capi-

tal de custeio necessário à produção. É neste segundo caso que se consolida de forma definitiva a "integração" de parcela do campesinato à agroindústria<sup>7</sup>.

A tendência a se consolidar nesta direção é, aparentemente, irreversível na agricultura capitalista, fenômeno já amplamente ocorrido (como foi aludido na nota 2 deste capítulo) à França, EUA e Alemanha Ocidental e rapidamente se instaurando nos países subordinados ao imperialismo como o Brasil. A concentração na agricultura brasileira que, aparentemente, poderia ser freada pela disponibilidade de terras novas ou reutilização das existentes, indica que é o capital a mola concentradora e não a terra e sua disponibilidade potencial ou real. A equiparação do que aconteceu na agricultura norte-americana, alemã ou francesa não significa uma identificação com aquelas realidades à brasileira. Indica, isto sim, que o capital tem a mesma lógica cá e lá<sup>8</sup>.

Antes, porém, de fazermos a abordagem da subordinação do campesinato ao capital sob a forma de integração, impõe-se uma discussão preliminar da teoria e da prática imperialista na agricultura, a forma como elas se exprimem primeiramente nos EUA e na Europa, e que tipo de entendimento e prática assume, por exemplo, no Brasil. Essa discussão se impõe por duas razões: primeiramente, para dar complementação às questões levantadas no capítulo primeiro, evitando que se entenda a ação expansiva do capital na agricultura apenas da ótica do controle da ciência e da tecnologia agrí-

cola e dos mecanismos políticos articulados em plano internacional visando o controle do campesinato dos países imperializados; e, em segundo lugar, entrar no mérito da teoria que sustenta e respalda a compreensão que o imperialismo faz do capital na agricultura na etapa atual de expansão.

Furtar-se a essa discussão, sem dúvida difícil e aqui necessariamente apenas embrionária, seria negar a força propriamente teórica, política e prática de que o capital se mune para agir "corretamente" na sua dinâmica de expansão e valorização.

## 2.2 - A transformação do "farmer" americano e do camponês francês

Estados Unidos e França são os dois países onde a questão agrária mereceu estudos detalhados e polêmicas sem fim, porque se constituem em exemplos práticos de negação da previsão feita por Marx do desaparecimento do campesinato frente a expansão do capital na agricultura. O "farmer" americano e o camponês francês permaneciam inabaláveis frente ao avanço do capital. A unidade familiar de produção constituía a base da produção agrícola. Essa realidade, passível de demonstração empírica e estatística, criava impasses e confusões tanto teóricas quanto políticas. A interrogação básica se formulava nestes termos: afinal, por que o trabalho familiar e a unidade de produção familiar não desaparecem? Ao contrário, se firmam e consolidam. Por que não

ocorre proletarização massiva no campo? Se ela ocorria, não ocorria no montante que parecia lógico devesse acontecer.

Os estudiosos se obsecavam com a questão e os estudos aumentavam a polêmica e a confusão. Aos poucos começou-se a desconfiar que a questão ou era falsa ou ela era incapaz de incorporar na análise aquela que era a questão de base: o capital. Embora este sempre fosse o tema em foco, aceitava-se como dada uma divisão nítida do trabalho social, com especificidades próprias em "setores": primário, secundário e terciário. Cada setor devendo ser presidido por sua lógica interna, por sua especificidade. A microeconomia operava nesta lógica e nenhuma análise era capaz de romper essa divisão com uma taxativa "crítica da economia política" que permitisse desvendar a natureza, de um lado altamente operacional do controle do capital e, do outro, rompesse o círculo vicioso que se auto-sustentava na produção ideológica da evidência da setorialização do trabalho social.

É provável que as discussões, as confusões e polémicas estejam exatamente na raiz da compreensão emergente da ação do capital na agricultura que se consolidou a partir da 2ª Guerra Mundial sob a égide do imperialismo norte-americano. E esta compreensão representa uma nova maturidade que nos permite ler com olhos novos, seguramente mais críticos, as obras dos clássicos do marxismo e da própria teoria capitalista também emergente e em expansão.

Tomemos como ponto de referência do processo de expansão e concentração do capital e suas implicações a evolução da produção de aves e ovos nos EUA; embora a produção avícola guarde peculiaridades que lhe são inerentes, são, no entanto, indicativas da tendência geral da agropecuária americana, da qual daremos também alguns elementos.

A concentração na produção de aves nos EUA não é um fenômeno isolado, mas contemporâneo com o processo de concentração e industrialização da agropecuária como um todo. A peculiaridade da avicultura se assenta em dois aspectos básicos: o primeiro deles foi a rapidez com que se deu tal concentração e o segundo, a consolidação do padrão do tipo de concentração que acabou sendo copiado por todos os países desenvolvidos ou não<sup>9</sup>, mantendo os Estados Unidos um domínio oligopólico dos segmentos chaves da cadeia da produção, particularmente o da produção de marcas comerciais de aves híbridas.

A importância da produção de ovos e aves cresce à medida em que avança a urbanização e a industrialização a brindo espaços para o suprimento de carne e ovos em quantidade e valor crescentes. A própria distribuição geográfica da produção mostra essa relação imediata<sup>10</sup>. bem como da proximidade da produção de cereais, componente básico da ração<sup>11</sup>. Inversamente, quanto maior for a produção, mais concentrada ela se torna, tanto na produção de ovos quanto de aves e nos demais setores.

De 1920 em diante, quando a quase totalidade das granjas contava com uma produção de aves e ovos para consumo e venda de pequenos excedentes, esse tipo de produção foi diminuindo o número de produtores e aumentando tanto o volume físico quanto o percentual da renda gerada na agropecuária quanto do percentual da renda gerada nas granjas<sup>12</sup>. Em 1945 havia 4.900.948 granjas dedicadas à produção avícola, representando 85,6% de todas as granjas dos EUA<sup>13</sup>. Já em 1959, de 2.400.000 granjas comerciais 103.000 produziam 80% do valor total dos produtos avícolas<sup>14</sup>. Nos últimos anos a produção tanto de ovos quanto de aves se concentrou ainda mais, tendo cada unidade sob sua responsabilidade lotes de vários milhares de aves, não tendo mais do que 40.000 produtores<sup>15</sup>.

Dados mais precisos mostram que o processo de concentração se dá mediante a exclusão dos menores produtores. Vejamos desta ótica alguns números desagregados que permitem uma percepção mais clara do fenômeno. Tanto em 1930, quanto em 1940, metade das granjas que declaravam possuir aves, mantinham galinheiros com uma média de 23 aves. Em 1960, metade de todas as granjas que possuíam aves, mantinham galinheiros com uma média de 50 aves, embora este número fosse apenas um terço das existentes em anos anteriores. Do total de 1.100.000 granjas que venderam ovos em 1959, 598.000 (54%) venderam menos de 800 dúzias cada uma, o que representa menos de 4% de toda a produção vendida. Em compensação, se considerarmos o extrato de produtores com maio

res vendas observamos que 31.000 granjas venderam 20.000 dúzias ou mais, o que representa 52% de todos os ovos vendidos e 3% das granjas. Desagregando mais os dados temos: dentre as 31.000, 12.000 granjas venderam 50.000 dúzias ou mais o que representa 36% de todos os ovos vendidos. E ainda, 2.400 granjas (0,2%) venderam 100.000 dúzias ou mais, representando 16% da produção total de ovos<sup>16</sup>. O mesmo processo se verifica na produção de frangos de corte. Aproximadamente 2.200 granjas venderam 100.000 frangos, representando 28% do total das vendas em 1959<sup>17</sup>.

A concentração não se verifica só no lado da produção. Aos poucos vai se estruturando o complexo industrial avícola, composto pela gradativa hegemonia da indústria: incubação, rações e frigoríficos. Particular importância assume a expansão da produção de pintos comerciais de corte e postura quando as ferrovias americanas, a partir de 1918, regularam o transporte dessa mercadoria. Em 1928, um total de 22% dos pintos comerciais foram incubados industrialmente atingindo em 1947 a 90%. A essa expansão seguiu-se a concentração como o demonstra o quadro abaixo:

TABELA 2.1 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO COMERCIAL DE PINTOS DE CORTE E POSTURA - (1938-1965)

ANOS	Nº DE INCUBATÓRIOS	CAPACIDADE DE INCUBAÇÃO
1938	10.513	397.376.000
1943	10.112	504.640.000
1948	9.341	551.847.000
1965	2.400	(.)

Fonte: USDA - JULL, M.A. & CARD, D.E. e Nesheim<sup>18</sup>.

(.) Sem dados precisos.

Em 1965, 252 incubatórios tinham uma capacidade instalada de 500.000 ovos ou mais e representavam 45% da capacidade total da indústria dedicada à incubação<sup>19</sup>.

O USDA tem feito avaliações que permitem auferir, para a década de 70, o grau de concentração em vários setores do complexo industrial avícola:

a) Frangos de corte: "A típica unidade de produção de frangos de corte consiste de um incubatório, fábrica de rações, abatedouro, serviço de assistência técnica ao produtor, um 'staff' administrativo e uns 150 a 300 criadores que produzem sob contrato"<sup>20</sup>. O produtor de frangos aqui já aparece como parte integrante da cadeia fabril de produção. A evolução da produção de perus, até pouco tempo, independente e sem grande peso na produção avícola, segue a mesma trilha de acordo com a mesma fonte supra-citada: "O número de perus por granja aumentou, e o número de granjas dedicadas à sua criação declinou... O número de abatedouros que abate 15.6 milhões de 'pounds' mais do que dobrou entre 1962 e 1972, enquanto que o número de abatedouros que abatem menos do que 5.2 milhões de 'pounds' por ano caiu para menos da metade do número de 1962". E acrescenta o documento: "A indústria do peru seguiu a mesma tendência da produção de frangos de corte modificando sua estrutura de mercado, tamanho da granja, tecnologia de produção e crescimento da demanda"<sup>21</sup>. A produção de ovos, que foi o setor que por muito tempo representou o mais importante segmento da produção avícola<sup>22</sup>, embora tenha perdido tal primazia em fa



vor do frango de corte não apenas quantitativamente mas também em valor, e tenha sofrido fortes oscilações de preço e, talvez, em boa medida por causa disso, aumentou o tamanho das granjas e diminuiu seu número, subordinadas ou incorporadas às fábricas de rações ou às empresas empacotadoras e distribuidoras<sup>23</sup>. Dados recentes dão indicação de "monstruosas" concentrações nessa área: em janeiro de 1981, segundo dados elaborados pela Revista Poultry Tribune, 47 empresas detinham um plantel de 96.000.000 de poedeiras, representando 37% do total de poedeiras dos Estados Unidos. Em 1977, 34 companhias detinham um total de 70.000.000 de aves, o que representava 28% do total das poedeiras. Oito meses após a publicação dos dados referentes a 1981, Denis Dickson, gerente da Hy Line para a América do Sul, informou que nova avaliação indicou que 50 empresas detêm cada uma, em média, um milhão e mais de aves. "Estas companhias têm aproximadamente 111 milhões de poedeiras ou quase 45% do plantel nacional..."<sup>24</sup>. Em 1980, segundo a fonte acima citada, juntaram-se o maior produtor de ovos do Japão (ISE) e dos Estados Unidos (Cal Maine) para produzir ovos para sua própria rede de supermercados. "Desde essa união, a (nova) empresa vem adquirindo granjas avícolas no leste dos Estados Unidos, tendo hoje (dez.81) um total de seis milhões de poedeiras"<sup>25</sup>.

O processo de concentração acima descrito traz como consequência um crescente poder por parte dos segmentos situados a jusante e/ou a montante da produção, reduzindo a

produção agropecuária direta, exceção feita dos cereais sobre cuja produção o Estado mantém um estrito controle, a um elo da cadeia industrial, a uma ordenação industrial típica da produção agropecuária, fenômeno que alguns estudiosos denominam de industrialização da agricultura e a teoria econômica do imperialismo denomina: "agribusiness coordination".

A produção de aves e ovos nos EUA está chegando hoje ao ápice de sua evolução e permite, dado o grau de industrialização que atingiu em todas as etapas, a decrescente utilização de mão-de-obra e conseqüente processamento mecânico e a eliminação das ajeas de produção, o que permitiu que a oligopolização não se dê apenas a jusante e a montante, mas também na produção direta da matéria-prima, parte destinada até então a unidade familiar. Se isso é verdadeiro para esse segmento, não o é ainda para uma parcela da produção agropecuária que ainda é relegada para o tradicional "farmer". Mas a questão do "farmer", unidade tipicamente familiar dos EUA, vem sofrendo, no seu interior, um acelerado processo de transformação em direção à concentração da terra, da produção e dos meios de produção.

Um dado indicativo desse processo pode ser visualizado na tabela a seguir:

TABELA 2.2 - PARTICIPAÇÃO DA PROPRIEDADE FAMILIAR NA AGRICULTURA NORTE-AMERICANA (EM %)

Tipos de Estabelecimentos	Participação no número				Participação no valor		
	1949	1959	1964	1969	1949	1959	1964
1. Todos os estabelecimentos	100	100	100	100	100	100	100
2. Propriedades familiares	95	95	95	96	63	69	64
2.1- Com vendas de US\$ 10.000 e mais	88	78	72	64	42	27	18
2.2- Com vendas de US\$ 10.000 e mais	7	17	23	32	21	42	46

Fonte: KFOURI ALDAR, Antonio C. & PEROSA Jr., Roberto M. In "Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura". Revista de Economia Política, v.1, nº 3, jul.-set. 1981. p.21.

Embora se verifique, pela tabela, uma surpreendente estabilidade no número total de propriedades, as que se situam na faixa com vendas de até US\$ 10.000 dólares diminuem drasticamente, bem como diminui o montante de sua participação no valor, ou seja, de 88 a 64% e de 42 para 18%, respectivamente. Como o número de propriedades se manteve estável no período, evidencia-se que as propriedades familiares com vendas superiores a US\$ 10.000 cresceram e se concentraram às custas das demais, como observam corretamente os autores da tabela. Mas a dinâmica da concentração não estancou. As condições em que se processa a produção agrope

cuária norte-americana tendem a aprofundar a concentração pela ação dos mecanismos a jusante a a montante. O resultado é que os investimentos necessários à produção ultrapassam os da indústria, razão pela qual a composição orgânica do capital aí é superior a qualquer ramo industrial: "A média de investimentos por trabalhador (incluindo o proprietário) na agricultura é superior a US\$ 400.000, ou aproximadamente 10 vezes o montante necessário para criar um emprego na indústria"<sup>26</sup>. Os investimentos necessários para incorporar máquinas e insumos jogou o produtor nos braços dos bancos ou do governo que lhe repassam os créditos necessários. "Em 1977, o montante de crédito agrícola a pagar ultrapassou, pela primeira vez na história, a marca dos US\$ 100 bilhões; ... e espera-se que atinja em 1985 a marca dos US\$ 225 bilhões"<sup>27</sup>. O aumento dos custos, entre outros fatores de produção, tem propiciado e está na raiz de um vasto processo de expulsão e seleção dos produtores. Os 6 milhões e oitocentos mil "farmers" existentes em 1935 vão sendo expulsos gradativamente da terra. "Na década de 70, 400 unidades de produção sumiam a cada semana. O declínio total do número de "farms" em 40 anos foi de aproximadamente 4 milhões, restam menos de 2.8 milhões e desses, os 10% do estrato superior muitas vezes compram ou arrendam as que vão à falência, e são responsáveis, como grupo, por dois terços da produção agrícola total ... e todos são milionários. ... E para obter cada vez maiores economias de escala, para absorver toda a maquinaria, toda a tecnologia, os grandes proprietários estão se expandindo a taxas jamais vistas às cus

tas de seus colegas menores"<sup>28</sup>. Na esfera do capital financeiro vêm os fornecedores, processadores e distribuidores. A própria pesquisa científica, em boa medida, sob controle das grandes empresas monopolistas, acaba por viabilizar a expansão do capital, acrescer os custos e diminuir a renda e selecionar um grupo cada vez mais restrito de produtores milionários, não mais do que 300.000. Do ponto de vista do produtor rural, é cada vez mais difícil sua sobrevivência como "farmer" na forma histórica em que se desenvolveu. É certo que nas atividades agrícolas de alto risco, de intensiva utilização de mão-de-obra, os oligopólios mantêm a unidade familiar presa, porém, às condições impostas pelas empresas processadoras mediante contrato. "Em 1970, aproximadamente 22% do suprimento alimentar americano era produzido mediante integração vertical ou mediante contrato com empresas alimentares. Por volta de 1980 esse montante deverá chegar a 50% e em 1985 a 75"<sup>29</sup>.

A expulsão do "farmer" tem sido objeto de preocupação por parte do Estado. Preocupação não no sentido de reverter-lhe o destino, mas de criar as condições de adoção de políticas capazes de manter o controle desse fantástico êxodo, de fazer com que "as vinhas da ira" não produzam frutos capazes de perturbar a acumulação do capital. Para tal, o "USDA Office of Planning and Evaluation" preparou, em 1975, para o Congresso, um documento no qual são propostas três alternativas para a agricultura americana<sup>30</sup>. Sigamos a síntese feita por Susan George:

"Fica claro neste estudo, baseado em simulações de computador, que se não se adotar imediatamente um programa para estimular e salvar a faixa dos menores produtores, as unidades agrícolas diminuirão drasticamente. Mesmo que se adote essa ação radical, 300.000 famílias de produtores desaparecerão até 1985. Se, porém, continuarem prevalecendo as mesmas políticas e intervenções governamentais adotadas entre 1930-1970, as 600.000 menores unidades agrícolas desaparecerão até 1985. Mas, se se adotar a alternativa da 'Maximum Efficiency Future' ... e para que isso aconteça é suficiente não fazer nada e deixar a natureza e o capitalismo tomar seu curso - então só as forças do mercado alocarão os recursos, o forte devorará o fraco. Essa talvez seja, das três, a possível alternativa. Seus traços básicos foram, na verdade, incorporados às políticas agrícolas dos EUA desde 1960. Se for a 'Maximum Efficiency' o que se quer, daqui a sete anos, 1.680.000 unidades terão desaparecido - ou 62% do total atual."<sup>31</sup>

Suzan George acrescenta, citando o referido estudo do USDA:

"... a consolidação das pequenas unidades produtivas<sup>32</sup> anti-econômicas em menos e maiores unidades, capazes de utilizar plenamente a nova tecnologia e operar com custos mínimos de produção, exigirá que alguns produtores escolham empregos fora da agricultura."<sup>33</sup>

A propriedade familiar agropecuária dos Estados Unidos, a que subsiste, não mais pode ser pensada tomando-se como ponto de partida a forma histórica que assumiu até a década de 30. O capital a recria, selecionando-a por exclusão, a seus moldes, e a transforma, tornando-a uma forma concreta que permite a acumulação. E para compreender a razão da permanência relativa da unidade familiar é necessário retirá-la do foco central da questão e, em seu lugar, colocar o capital em sua ação de valorização. A produção fami

liar, camponesa ou "farmer", tem-se constituído, freqüentemente, em obstáculo ao entendimento do capital na agricultura.

Não menos profunda é a transformação da agricultura francesa e de seu tradicional campesinato. Hoje, como observa Gerard Garreau, "os camponeses já não derrubam governos; são cada vez menos numerosos nas urnas"<sup>34</sup>.

A segunda guerra mundial, os destroços por ela produzidos sobre a organização tradicional da produção camponesa, não deixa dúvida que as mudanças ocorrerão na direção oposta aos interesses do campesinato: "... la guerre, par sa présence quotidienne, a convaincu de nombreux paysans que l'heure des changements avait sonné"<sup>35</sup>. André Vial, militante da Juventude Agrária Católica, anteviu, em 1945, a natureza das mudanças que iriam ocorrer:

"Nous sommes allés voir passer les américains sur les routes et il nous a fallu constater que nos tracteurs agricoles ... avaient l'air des jouets à côté du matériel d'outre - Atlantique. Quant à nos attelages à boeufs ou à vaches, n'en parlons pas: ils semblaient sortir des cavernes. ... Notre mode de travail allait apparaître dérisoire au regard des pressentiments que nous inspirait la force physique de la libération. Le monde s'ouvrait à toute allure, une nouvelle vie allait commencer."<sup>36</sup>

Finda a guerra, ao retornar à sua aldeia, André Vial reafirma a sensação de mudança:

"Le regard plongé dans une campagne habillée de vert qu'on ne voit qu'en mai, au milieu de l'ivresse de la fin de la guerre,

je me sentirai envahí par une profonde melancolie: Je me surprendrai à dire adieu à la civilisation paysanne."<sup>37</sup>

Mas o camponês francês não morreu repentinamente, nem sem luta. E é esta lenta decomposição, impulsionada por crescentes investimentos de capital, acompanhada por uma intensa ideologização da produtividade, do aumento da renda, do conforto<sup>38</sup>, da modernização da agricultura como um todo, e de uma crescente diferenciação social no seio do campesinato que se firma a nova feição da agricultura francesa<sup>39</sup>, principalmente a partir de 1948 quando entra em funcionamento o Plano Marshal e a assinatura da Convenção de Cooperação Econômica Européia, o que implicava na "aceitação ... de um sistema econômico mundial dominado pelos Estados Unidos"<sup>40</sup>, dominação retrospectivamente já consolidada pelo acordo de Bretton Woods, de 1945. Neste novo equilíbrio de forças, como observam Gervais et alii, a agricultura passa a ter uma crescente importância na medida em que cresce aceleradamente o montante da produção. A agricultura se torna, então, o desaguadouro massivo de recursos financeiros e de ordem industrial, dimensionando um novo mercado interno seguro.

A reação camponesa assumiu formas de luta aberta e descontentamento generalizado, obrigando o Estado a intervir de forma cada vez mais taxativa. Mas nada detém o avanço do capital e a própria intervenção do Estado acabava por criar condições ainda mais favoráveis de expansão, modificando e intensificando a produção de cereais: trigo, cevada



e milho; a produção de suínos ("dernier refuge des archaïsmes les plus condamnables"), leite, aves, passam para o controle dos grandes complexos industriais colocados a jusante ou a montante da produção. O campesinato que pôde sobreviver se viu forçado a abandonar suas formas tradicionais de produção, os demais, principalmente os pequenos e os situados em regiões desfavoráveis: montanhosas ou situadas distantes das empresas oligopolísticas a jusante e a montante, se viram obrigados a ceder suas terras para o lazer ou reflorestamento. E o resultado é que, segundo dados fornecidos pelos "Cahiers de Statistic Agricole" de março/abril de 1975, a pequena unidade camponesa perde em torno de 2,1 a 3,2% de sua população agrícola por ano, o que pode perfazer, em 10 anos (1975-1985), a eliminação de 500.000 explorações agrícolas, o que representa um total de 30 a 35% do total dessas explorações<sup>41</sup>, embora dados mais recentes indiquem um nítido refreamento desse movimento de expulsão, como indica a tabela 2.3 abaixo:

TABELA 2.3 - NÚMERO DE EXPLORAÇÕES (EM MILHÕES) E TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE VARIAÇÃO - FRANÇA (1963-1981)

	Em números absolutos					Taxas anuais, médias de variação (%)			
	1963 <sup>a</sup>	1970 <sup>b</sup>	1975 <sup>c</sup>	1979 <sup>d</sup>	1981 <sup>e</sup>	a-b	b-c	c-d	d-e
Conjunto das explorações	1.933	1.588	1.370	1.263	1.215	-2,8	-2,9	-2,0	-1,9
Conjunto de unidades de saparecidas	/	345	218	107	48	/	/	/	/

Fonte: Republique Française, Ministère de L'Agriculture, Service Central des Enquêtes et Études Statistique. Graph-Agri. 1984; Annuaire de Graphiques Agricoles. Paris, 1984. p.9. Adaptação do autor.

Dados desagregados permitem perceber com mais clareza sobre que unidades está pesando o processo de expulsão. A tabela a seguir mostra a situação das unidades produtivas em 1981.

TABELA 2.4 - NÚMERO E SUPERFÍCIE DAS EXPLORAÇÕES SEGUNDO O TAMANHO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA ÚTIL (SAU) EM 1981

Tamanho SAU (ha)	Unidades de exploração		SAU	
	Em milhares	%	milhares de ha	%
Menos de 5	340	27	656	2
5 - 20	385	32	4.734	15
20 - 50	339	28	20.727	37
50 - 100	117	10	7.888	27
100 e mais	34	3	5.345	19
<b>T O T A L</b>	<b>1.215</b>	<b>100</b>	<b>29.350</b>	<b>100</b>

Fonte: Republique Française - Ministère de L'Agriculture - Service Central des Enquêtes et Études Statistiques. Graph-Agri/84; Annuaire de Graphiques Agricoles. Paris, SCEES, 1984. p.9.

A legislação francesa define a unidade de "exploração agrícola a que atinge uma dimensão, seja um hectare de superfície agrícola útil (SAU), vinte ares de culturas especializadas, ou outros limites mínimos de produção ou comercialização (1 vaca leiteira, 10 ares de vinhas, etc.)"<sup>42</sup>. O estudo citado observa: "Resulta desta definição que uma proporção importante de explorações recenseadas pela estatística (aproximadamente 31% em 1981) são empreendimentos

de pequeníssima dimensão, incapazes de assegurar o emprego de um homem em tempo completo"<sup>43</sup>. De 1955 a 1981 a estrutura de apropriação da terra tem demonstrado um movimento nas seguintes direções:

- "- o tamanho médio das explorações passa de 14 para 24 ha;
- o aumento da proporção de explorações de menos de um hectare (9% em 1981);
- diminuição da parte das explorações de 1 a 35 hectares (69% em 1981);
- aumento das explorações de mais de 35 hectares (22% em 1981)."<sup>44</sup>

Se compararmos a velocidade do decréscimo das unidades de exploração de 1963 a 1981: - 2,8% - 2,9% - 2,0% - 1,9% respectivamente, conforme dados da tabela 2.3, observamos que a diminuição do percentual de explorações de tempo completo é ainda mais veloz: 3,1% para 1970-75; 2,1% para 1975-79; 2,1% para 1979-81 <sup>45</sup>.

Evidencia-se, pelos dados acima, que a terra passa não só para outras mãos, mas sobre ela se verifica uma profunda ruptura, ainda em curso, de ordem técnica e económica, isto é, tipicamente capitalista. E essa ruptura incide diretamente na estrutura da força de trabalho na agricultura francesa.

Em 30 anos a França modifica seu perfil populacional agrícola e, como observam Gervais et alii<sup>46</sup>: a França rompe o "atraso" que a caracterizava neste particular em relação aos demais países europeus. Tomando-se dados de 1974, temos os seguintes percentuais de população ativa ocupada

TABELA 2.5 - POPULAÇÃO ATIVA TOTAL E AGRÍCOLA SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO -  
1954-1982

População(1000)	1954	1962	1968	1975	1979	1980	1981	1982
Anos								
População total	43.777	46.520	49.780	52.655	-	-	-	54.335
População ativa total	-	19.251	20.398	22.205	23.059	23.240	23.350	23.522
População ativa agrícola	5.142	3.870	3.048	2.127	1.923	1.869	1.821	1.785
Percentual da população ativa	-	20	15	10	8	8	8	8
Assalariados agrícolas permanentes	1.154	826	505	253	233	-	192	-

Composição: do autor.

Fontes: Gervais et alii - "La fin de la France Paysanne, de 1914 à nos jours". In Duby, George. Histoire de la France rurale. Paris, Ed. du Seuil, 1976. p.141; e République Française, Ministère de L'Agriculture e SCEES. Graph-Agri/84; Annuaire des Graphiques Agricoles. Paris, SCEES, 1984. p.24 e 26.

na agricultura: 10% para a França; 10% para a Dinamarca; 7% para os Países Baixos; 7% para a Alemanha e 4% para a Bélgica. "É significativo que a população ativa agrícola é hoje (1982) da mesma ordem que a dos artesãos - comerciantes e sensivelmente inferior ao número total de desempregados"<sup>47</sup>. Da mesma forma que nos demais países, decresce o número de assalariados, decresce também o número de camponeses, e o capital que já transformou os processos de produção impele o trabalho a índices cada vez mais crescentes de produtividade. O capital na agricultura produz necessariamente excedentes de população. A França, que por muito tempo esteve imune ao processo, vê agora desaparecer seu campesinato tradicional. "Desde o início dos anos 60, um milhão de tratores são postos em funcionamento. Os camponeses que não puderam adquiri-lo sentiram-se definitivamente condenados. Entre os que o adquiriam, um certo número não pôde acumular o suficiente gasto nesta compra suntuária. Esses devem também ter chegado à conclusão que não poderiam sair da produção tradicional largamente autosubsistente e aceder ao estatuto de agricultores que trabalham exclusivamente para a venda de suas colheitas. Todos os demais, enfim, aprenderam que uma máquina deve ser amortizada"<sup>48</sup>. O campesinato, a produção familiar, se mantiveram transformados e subordinados às exigências do desenvolvimento e da acumulação do capital. E conclui Gervais et alii: "Hoje tem-se clareza que a reação dos próprios camponeses, a corrida ao progresso lançada em 1950, pode conhecer mudanças de ritmo, mas não interrupção"<sup>49</sup>.

### 2.3 - Modernizar a agricultura

A teoria capitalista da agricultura tem mistificado profundamente a natureza e as formas de expansão do capital na agricultura, quer seja nos países altamente indus-trializados, quer nos países imperializados, particularmen-te nestes, quando o grande capital se lança horizontal e verticalmente sobre suas agriculturas, em movimentos cres-centes, a partir da década de 60, não sem antes haver trans-formado em profundidade a agricultura americana e, via Pla-no Marshal, as agriculturas de base camponesa tradicionais da Europa Ocidental e Japão, como ficou evidenciado acima no caso exemplar da França.

A intervenção sobre a agricultura tradicional<sup>50</sup> vai gerar uma massa enorme de estudos etnológicos, antropol-ógicos, econômicos e sociológicos que permitam ao capital adequar sua estratégia às infinitas formas e estágios de e-volução encontráveis na América Latina, África e Ásia, des-de formas primitivas de tipo tribal, na África<sup>51</sup> até as for-mas evoluídas de organização familiar, com produção nitida-mente tendente a crescer a produção mercantil<sup>52</sup>. Esses es-tudos não são mera curiosidade intelectual dos pesquisado-res, ao contrário, obedecem às necessidades da expansão do poder, acompanham sempre de forma proporcional a expansão do capital nessas áreas, desde as narrativas e crônicas de viajantes e missionários nas áreas coloniais, até os estu-dos antropológicos, etnológicos do imperialismo colonial

inglês e francês e, mais recentemente, do imperialismo americano. Nesta linha é que se enquadram encontros como os de Hononululu patrocinados pelo senhor Nelson Rockefeller ou os estudos de população e o Programa Integrado de Pesquisas sobre Agricultura patrocinados, no Brasil, pela Fundação Ford. Essa estratégia, para o período mais recente de expansão imperialista, ficou suficientemente evidenciada no capítulo primeiro. Seria conveniente, no entanto, desenvolver pesquisas específicas nessa direção não apenas para aprofundar essa imanente relação entre a produção teórico-ideológica das ciências sociais e a expansão imperialista, mas também para dar-lhe um corpo orgânico através do estabelecimento das relações internas que aí se travam. Nós sabemos que as coisas se passam dessa forma, uma história nos permitiria saber com precisão como isto ocorre a nível de estratégia global do capital.

A intervenção do capital na agricultura e sua conseqüente transformação e destruição da agricultura tradicional produziu uma abrangente teoria e ideologia da "função" da agricultura no contexto de uma sociedade capitalista. Os primeiros passos nós os encontramos nos "Tableaux Économiques", em Smith e, principalmente em Ricardo, teórico e ideólogo da luta da burguesia industrial de Manchester contra o protecionismo das "Corn Laws". Pela primeira vez, a agricultura se subordina ao capital industrial, desta vez no contexto do livre-cambismo, corolário do liberalismo característico dessa fase de expansão capitalista. Ricardo

não deixa dúvidas quanto à função da agricultura: "Se em vez de cultivar nosso próprio trigo ou de fabricar os tecidos e demais coisas indispensáveis ao trabalhador [grifo meu], descobrimos um novo mercado de onde possamos suprir-nos dessas mercadorias a preços mais baratos, os salários baixarão e os lucros aumentarão"<sup>53</sup>. A evolução do capital para seus estágios superiores vai definindo aos poucos as demais funções da agricultura, tendentes sempre a torná-la um espaço de valorização do capital, quer como produtor de alimentos e matérias-primas, mercado absorvedor de produtos industriais, constituindo-se num elemento definido da divisão social do trabalho.

Vejamos dois exemplos de como a teoria e a ideologia capitalista explicitam a função da agricultura no contexto do capital.

Johnston e Kilby, ideólogos que produziram uma obra tornada clássica sobre a expansão capitalista na agricultura nos países "em desenvolvimento" contrastam a "função" da agricultura tradicional com a capitalista. Tomam como ponto de partida a dinâmica de transformação ocorrida na indústria: especialização e divisão social do trabalho: "O mecanismo do progresso econômico na agricultura é o mesmo que opera em todos os demais setores da economia. O nome desse mecanismo é especialização. Não apenas há especialização no tocante a linhas de culturas específicas entre agricultores, mas um conjunto de funções outrora realizadas pela família é transferido para produtores especializados.



A crescente divisão do trabalho em todas as atividades econômicas traz consigo a oportunidade de emprego de maquinaria cuja potência, velocidade e precisão multiplicam o rendimento do esforço humano. A especialização não só torna possível a adoção de equipamento de capital, como facilita mudanças para melhor organização e tecnologias mais produtivas. O resultado consiste em elevar a produtividade da terra, capital e trabalho. À medida que deslançam esses processos, unidades produtoras individuais mudam da auto-suficiência para a dependência sobre mercados tanto no tocante à venda de sua produção quanto à compra de matérias-primas e serviços de fator que usam"<sup>54</sup>.

Vamos detalhar algumas implicações da definição acima.

O capital, ao operar na produção agrícola, funciona sob as mesmas leis que comandam os demais segmentos da produção, isto é, tem as mesmas leis de operação e acumulação: divide e separa a produção por produtos, como separa da produção agrícola funções sociais, políticas e econômicas oriundas da organização tradicional da agricultura. Temos, então, uma divisão e separação horizontal e vertical: horizontal, no trabalho agrícola propriamente dito, e vertical no sentido de eliminação do conjunto das tarefas que passam para outros segmentos de produção, de poder e controle. A produção agrícola passa, simultaneamente, da auto-suficiência (relativa ou não) econômica, social e política, para a dependência do mercado. "Um dos corolários do movi-

mento para a especialização e a dependência sobre o mercado ao nível do produtor é a maior diferenciação ao nível setorial. Emergem novas atividades manufatureiras e de serviços. Ampliam-se grandemente setores anteriormente diminutos - educação, medicina, serviços financeiros"<sup>55</sup>.

Essa enorme extração de funções acumuladas na agricultura tradicional traz uma consequência imediata fundamental: "... o declínio proporcional do setor agrícola não só na sua contribuição ao produto nacional, mas também ao emprego total e ao alargamento do setor de transformação. ... a causa principal (disso) é a transferência da função de produtores gerais do campo para firmas especializadas nas cidades"<sup>56</sup>. Extraem-se do campo, além das atividades artesanais tradicionais, tarefas sociais e econômicas como: "... apanhar água, juntar combustível, educar, iluminar, resolver, tratar a saúde, regular a conduta individual, propiciar a divindade, fazer a guerra e governar (que) são crescentemente passadas às companhias de utilidades públicas e de petróleo, aos mestres-escola, advogados, juizes, médicos, policiais, sacerdotes, soldados e parlamentares"<sup>57</sup>.

Essa radical transformação da agricultura faz com que ela apareça não apenas como agricultura capitalista, mas uma agricultura exclusiva para o capital, cuja versão ideológica se define como tendo as funções únicas de: "... elevar a produtividade da terra, do capital e do trabalho", e redução de suas funções primitivas "... à atividade única de cultivar matérias-primas"<sup>58</sup>. Essa estupenda revolução pro

vocada pelo capital, tematizada pela teoria e pela ideologia capitalista, escamoteia cuidadosamente a própria revolução ocorrida ou em curso. A insistência sobre a diferenciação de funções, a definição do perfil do "setor agrícola" não pode tematizar a luta política e ideológica que se efetua em cada passo da extração e destruição das funções da agricultura tradicional. Compreende-se, agora, melhor porque a expansão do capital na agricultura dos países "em desenvolvimento" tem que mistificar sua atuação, mistificar as "funções da agricultura tradicional", aliar-se ao Estado e fortificá-lo e, principalmente, substituir a complexa rede de relações sociais no campo a três "fatores": terra, capital e trabalho. A redução das relações sociais a fatores de produção afirma ideologicamente o capital reificando-o, fetichizando-o e, conseqüentemente, negando as novas relações sociais que o capital instaura. As relações sociais ficam reduzidas a meras rubricas de controle contábil. O que é mais significativo neste reducionismo é que este abre espaço para uma intensa ideologização da ação do capital cuja ponta de lança é a busca permanente da "produtividade" (dos fatores) e justifica as medidas políticas concretas por parte do capital e do Estado para erradicar os "fatores de atraso" e de subdesenvolvimento. Essa revolução, que o capitalismo já descobriu ser possível efetuar em plano mundial, sem perder-lhe o controle e a direção, envolve diretamente, como vítimas, nos países imperializados, setenta a oitenta por cento das populações desses mesmos países.

Uma vez desencadeado o processo de despojamento da agricultura tradicional, não é difícil perceber que, em suas novas funções, ela passa a ter uma função estratégica na acumulação. "A agricultura de alta produtividade fomenta diretamente a industrialização; fomenta também indiretamente desde os serviços especializados de fatores, redes de mercados diferenciadas, instituições financeiras e assim por diante, que a servem, simultaneamente o aumento de eficiência de várias atividades de transformação e serviço"<sup>59</sup>. Se não ocorrer a penetração-transformação da agricultura pelo capital, sua acumulação não só se retarda, como se inviabiliza. A acumulação do capital só se expande e se completa quando ele transforma, domina e se impõe na totalidade das relações sociais. É por isso que a valorização do capital em plano mundial vai ter que impor também a nível mundial a transformação da agricultura tradicional.

Se é verdade que Johnston e Kilby podem ser tomados como exemplares clássicos formuladores da estratégia de expansão do capital na agricultura dos países em desenvolvimento, seus princípios gerais, bem como, as funções que a agricultura capitalista deve assumir nesses países, não é menos verdade que as condições concretas de países e regiões são altamente diferenciadas e requerem explicitações e calibramentos em função destas próprias diferenciações. Tomemos, como exemplo e também pela importância teórico-ideológica e política que assumiu, o livro de Ruy Miller Paiva, Salomão Schattan e Claus F. Trench de Freitas: Setor Agrícola

no Brasil<sup>60</sup>.

Para os autores, trata-se de avaliar o estágio de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, bem como de determinar os impasses e estrangulamentos presentes e futuros, extraíndo daí políticas adequadas, perspectivas e soluções, tomando-se como ponto de partida básico o "atendimento que a mesma (agricultura) vem dando ao desenvolvimento do país ... em termos de produção, produtividade, preços e outros elementos que, *em princípio* [grifo meu] se pode esperar do setor agrícola de um país em fase de desenvolvimento econômico..."<sup>61</sup>. Estabelecidas essas premissas básicas, os autores já pressupõem um estágio relativamente avançado de expansão do capital na agricultura, uma vez ocorridas ou em curso os mecanismos de divisão do trabalho e de destruição da variadíssima gama de formas que assumiu a agricultura tradicional, é preciso enfatizar, não como Johnston e Kilby o fizeram, como pressuposto a divisão do trabalho e especialização, mas a etapa crítica da articulação orgânica da produção agrícola com os segmentos a jusante e a montante dela: "Frequentemente, ao se enumerarem as contribuições que se espera da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, faz-se uma relação longa de itens (ou objetivos) relativos a produção, produtividade, custo, etc., *sem considerar que* o atendimento desses objetivos exige a modernização tecnológica da agricultura e que esta não depende apenas da disposição e do esforço do agricultor e do governo; que esta modernização depende também, e em grande

parte, do próprio crescimento do setor não-agrícola do país"<sup>62</sup>. Ou seja, é preciso avaliar até que ponto já se processou a divisão geral do trabalho social e se a agricultura já apresenta as condições básicas de despojamento de suas funções históricas tradicionais para dar espaço aos segmentos não-agrícolas assumirem as "funções" retiradas da agricultura. Vale observar que os autores quando se referem ao Estado, o consideram apenas enquanto formulador das políticas agrícolas "stricto sensu" e não enquanto peça-chave do capitalismo monopolista do Estado. É bem verdade que essa visualização do Estado lhe permite compor um triângulo que triparte as responsabilidades de articulação do capital: o Estado, os produtores capitalistas e o setor não-agrícola. Esses três componentes aparecem como unidades diferenciadas quer como problemas de articulação de um determinado estágio de desenvolvimento, quer como obscurecimento ideológico das verdadeiras relações capitalistas. A tríplice relação  $\times$  aparece sempre apenas como relação funcional e não, como é do caráter do capital, social.

A visualização da interrelação da agricultura capitalista, do Estado e do "setor não-agrícola" joga fortemente com interesses de classe, mas a teoria capitalista enxuga essas contradições formalizando objetivos a serem alcançados pelo setor agrícola. Esses objetivos, na verdade, sintetizam a versão e a experiência concreta histórica da ação do capital, só que de forma a-histórica e como se fossem decorrências de leis naturais e imutáveis. Assim é

que, considerada a etapa de expansão do capital, hoje, no Brasil, os objetivos (ou funções) da agricultura seriam de três ordens, que exprimem, no conjunto, as funções gerais da agricultura, como vimos anteriormente em Johnston e Kilby:

- "a) aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas a preços menores de modo a:
- atender a demanda do mercado doméstico; e
  - ampliar as possibilidades de exportação."<sup>63</sup>

Esse objetivo ou função apresenta várias facetas. A primeira delas é tão antiga quanto ao capitalismo e foi formulada com clareza por Ricardo na metade do século XIX. Trata-se de rebaixar o preço dos bens que compõem a dieta básica dos trabalhadores urbanos; a segunda, pressupõe a articulação e estruturação do mercado de alimentos tanto em sua fase de industrialização, quanto em sua fase de distribuição. Esses segmentos substituem as funções artesanais e comerciais clássicas dos produtores e comerciantes, demandam matérias-primas em fluxos constantes e com regularidade de padrão, qualidade e quantidade. Esses segmentos tendem a pressionar fortemente a especialização e a divisão do trabalho agrícola na proporção mesma em que se monopolizam; a terceira é específica dos países "em desenvolvimento" que passam a subordinar-se à dinâmica da divisão internacional do trabalho e captar, mediante a exportação de "excedentes", as poupanças e capitais internacionais excedentes necessárias para o projeto de desenvolvimento industrial, na cren-

ça de que é a agricultura o "setor" de mais rápida maturação do capital e de mais veloz resposta aos estímulos do Estado<sup>64</sup>.

b) "Elevar a renda líquida do próprio setor (agrícola) de modo que se constitua num importante mercado consumidor dos produtos do setor não-agrícola, de início dos bens de produção essenciais à modernização da agricultura e, posteriormente, dos demais bens de consumo e serviços oferecidos por esse setor (não-agrícola)"<sup>65</sup>. A consecução deste objetivo pressupõe, qualquer que seja a forma, o desenvolvimento escalonado dos segmentos a montante da produção, ou seja, numa primeira etapa, a produção industrial de máquinas, equipamentos, insumos e crédito, que são básicos tanto na destruição da autonomia relativa da agricultura tradicional do ponto de vista do suprimento dos meios de produção, quanto da mercantilização da totalidade da produção agrícola e, numa segunda etapa e, às vezes concomitantemente, a destruição dos "serviços" que a comunidade rural mantinha por força de sua autonomia e das relações sociais de saber e poder que nela vigoravam. A capturação desses "serviços" ou "bens" pela instância capitalista completa a transformação da agricultura, seguramente de forma mais lenta e conflitiva, mas não menos necessária e induzida pela introdução dos meios de produção capitalista. O trator, o crédito, a fábrica de alimentos são tão poderosos transformadores quanto a assistência técnica, os "confortos familiares", clubes de serviço, a Igreja, polícia e a educação. Dada a im-



portância desses dois "objetivos" não é de estranhar-se que "a preferência dos economistas recaia, em geral, sobre eles. Através destes consegue-se maior consumo de alimentos pela população e com a redução de preços dos alimentos consegue-se maior sobra de renda por parte dos consumidores<sup>66</sup> que podem, assim, ampliar a demanda de bens e serviços produzidos pelo setor não-agrícola. O atendimento aos dois primeiros objetivos traz reflexos altamente benéficos ao desenvolvimento econômico do país"<sup>67</sup>, cujas dificuldades básicas de implantação, segundo os autores, dependem fundamentalmente da não articulação do setor não-agrícola, ou seja, da capacidade crescente do capital subordinar todas instâncias a jusante e a montante da produção, mesmo que o Estado e as condições dos produtores individuais ou como grupo possam apresentar as condições para tal.

c) A terceira função ou componente da estratégia do capital, de importância secundária para os "economistas", diz respeito aos produtores. Aqui, a prática ideológica do capitalismo é fantástica. Se excetuarmos dois pontos, que indicaremos logo a seguir, a fantasmagoria é completa.

"- aumentar o número de empregos no setor agrícola e as possibilidades de acesso à terra, de preferência na forma de propriedades familiares; [grifo meu]

- melhorar a distribuição de renda no setor, elevando os níveis de salário e melhorando as condições de trabalho;

- garantir condições satisfatórias de vida familiar e social aos agricultores, proprietários ou não."<sup>68</sup>

Nos países altamente industrializados, como demonstramos anteriormente, a manutenção de um contingente de produtores familiares ou camponeses é efetiva. Estados Unidos e França servem como exemplos aclaradores. Ocorre, porém, que nem os camponeses franceses, nem os "farmers" americanos são os mesmos de 1930 ou 1950, respectivamente. Esse produtor familiar é o que sobrou do despojamento da produção camponesa ou do "farmer" tradicional. Ele é, na estratégia do capital, um consumidor de "bens" oriundos do setor não-agrícola. E como demonstram fartamente os dados, são cada vez menos, cada vez maiores, produzem quantidades crescentes de produtos especializados por força da elevação de um consumo estratosférico de capital. A esses, embora a renda global tende a cair, se lhes garante condições satisfatórias de manter a produção. O restante dos elementos desta terceira função só serve para escamotear a devastadora expulsão do campo, o fechamento do acesso à terra, aprofundar as disparidades de renda, rebaixar os níveis de salário e reduzir crescentes massas de antigos produtores a "bóias-frias" próximos à miséria absoluta e em condições de trabalho similares ou piores que a escravidão. O cinismo da ideologia capitalista parece, quando se trata do trabalhador, principalmente o agrícola, não ter limites.

Pode-se concluir, dos elementos apresentados sobre a transformação concreta por que passou o "farmer" americano, o camponês francês, bem como dos princípios teóricos e ideológicos "explicativos" da "função" da agricultura

capitalista em países em "vias de desenvolvimento", os seguintes pontos:

- O capitalismo, em etapas diversas da sua evolução e por meios também variados, destruiu a agricultura tradicional (tradicional por oposição à capitalista) das complexas "funções" que exercia desde tempos imemoriais; funções que entrelaçavam relações de poder político e econômico, auto-reprodução de suas condições de existência e de autonomia relativa. Essas condições permitiam-lhe a circulação interna do poder e dos excedentes;

- A intervenção do capital produz gradativa ou rapidamente, de acordo com as regiões e países, a disrupção dessas estruturas sacando-lhe o controle de uma complexa rede de funções sociais e políticas, bem como o controle sobre a circulação de excedentes que vertiam para o mercado em quantidades crescentes e do mercado para a produção agrícola;

- Essa disrupção revolucionária, nos países da esfera capitalista, se fez sob controle do capital e reprimiu com a violência do Estado alternativas possíveis de reorganização em outros patamares;

- As funções da agricultura no contexto do capital, ao transformar as relações sociais, mantêm, recriadas, formas anteriores de organização social que com elas apenas guardam uma relação espectral, fantasmagórica ou nominal como a produção familiar ou camponesa. No capital, essas so-

brevivências recriadas, comparadas com sua anterior realidade, não significam mais nada. É algo inteiramente novo, não mais indica a complexa rede social existente na agricultura tradicional, mas formas aptas, entre outras, embora dominantes, a responder ao impulso do capital e à sua valorização;

- A usurpação e despojamento das funções tradicionais da agricultura deixou a nu a nova função que ela passaria a exercer: "mera produtora de matérias-primas". Compreender a "nova agricultura" como "setor" só tem utilidade operacional para o capital na fase de transformação enquanto opera a visualização do novo espaço como objeto das políticas do Estado, do capital industrial e mercantil. Mas, uma vez operada a transformação, o capital multiplica setores agrícolas por força da divisão do trabalho, verticalizando sua intervenção, alinhando e especializando as produções ao longo de toda a cadeia da circulação do capital, impondo sua lógica a todos os segmentos. Uma vez completado o processo de transformação pela liquidação da agricultura tradicional, as teorias da "função da agricultura" já não têm qualquer serventia. A nova teoria capitalista da agricultura, capaz de dar conta desse processo e dessa realidade é a teoria do "agribusiness", que discutiremos a seguir.

#### 2.4 - Teoria do "Agribusiness": a agricultura e o capital monopolista

A teoria do agribusiness só pode formular-se explicitamente quando o capital monopolista transformou radicalmente a agricultura pela supressão de suas peculiaridades e particularidades históricas herdadas de etapas anteriores. A ênfase conferida tanto à necessidade de transformação das formas de agricultura tradicional que, como observa Theodore Schultz, possui intrinsecamente uma racionalidade de exemplar<sup>69</sup>, mas que se choca frontalmente contra a racionalidade capitalista, como mostramos anteriormente, quanto ao decisivo papel a ser executado pelo produtor capitalista, pelo Estado e, principalmente pelo "setor não-agrícola", bem como a imprescindível especialização e, portanto, a divisão no interior do próprio trabalho agrícola, já contém, em germe, a nova etapa de articulação da produção agrícola verticalmente por produto ou por grupo de produtos pelos segmentos a montante ou a jusante, ou por ambos ao mesmo tempo. Isso, porém, só ocorre quando esses segmentos, genericamente denominados de "setor não-agrícola" atingiram o estágio superior de monopolização. É nesta etapa de desenvolvimento que para o capital monopolista é inútil considerar a agricultura em si mesma, como "setor", até mesmo relativamente autônomo de valorização do capital. Importa, ao contrário, enquadrar a agricultura na cadeia global da circulação do capital. Como diz Ray A. Goldberg, importa visualizar essa circulação não enquanto agricultura per se, mas co

mo "Commodity System". Nesta articulação a função do capital monopolista é a de exercer a "coordenação" desse sistema vertical<sup>70</sup>. Essa nova articulação e a massa de interesses em jogo gerou o conceito de "Agribusiness"<sup>71</sup>. A teoria do Agribusiness nasceu, no início da década de 50, na Universidade de Harvard, no "Agriculture and Business Program at the Harvard Business School" e recebeu sua primeira formulação no famoso: "A Concept of Agribusiness"<sup>72</sup>. "A nova palavra (Agribusiness) foi criada para exprimir a estreita interdependência e as múltiplas interrelações da agricultura com os demais segmentos econômicos"<sup>73</sup>, ou seja: "Agribusiness é a soma de todas as operações que compreendem a produção e a distribuição dos insumos para a unidade produtiva agrícola; as operações produtivas na unidade agrícola em si; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e de seus subprodutos"<sup>74</sup>. Esse conceito é fundamental não só porque exprime crescentemente a forma concreta de articulação do capital monopolista, mas também porque cria a possibilidade de discriminar a peculiaridade das cadeias alimentares verticalizadas de produtos em "cadeias agroalimentares", que Ray Goldberg denomina "Agribusiness Commodity Systems" e nelas, o lugar preciso e subordinado da agricultura e a hegemonia dos demais segmentos a montante e a jusante<sup>75</sup>, ou mais precisamente:

"The agribusiness system exists for the ultimate purpose of satisfying the food, fiber, and floriculture needs of the consumer (sic), given the political and economic priorities of the government. It has three levels of operation. The first involves the total

macroenvironment and public policy. The second involves the special commodity system itself in relation to its macroenvironment; *on this level the commodity system is described in great details - its functions, its participants, and its coordinating arrangements, all of which are related to the ultimate purposes of the system* [grifo meu]. The third is the level of the firm, in which management operations for individual participants are discussed in terms of specific firms."

Ou de forma mais precisa:

"The systems approach emphasizes the interdependence and interrelated nature of all aspects of agribusiness, from farm supply to growing, assembling, storing, processing, distribution, and ultimate consumption of the crop."<sup>36</sup>

Em resumo:

"An agribusiness commodity system ... encompasses all the participants in the production, processing and marketing of a single farm product, including farm suppliers, farmers operators, processors, wholesalers, and retailers involved in a commodity flow from initial inputs to the final consumer. It also includes the institutions and arrangements that affect and coordinate the successive stages of a commodity flow, such as the government, markets, contractual integration, vertical integration, trade associations, cooperatives, cooperative - corporate joint ventures, financial partners, financial entities, transport groups, and educational organizations."<sup>77</sup>

O capital monopolista produziu efetivamente um instrumental teórico capaz de delinear e aclarar sua prática em curso, regular-lhe os mecanismos, estabelecer estratégias de expansão e subordinação e principalmente permitir que o Estado e os empresários possam tomar decisões levando

em conta a totalidade da cadeia de interesses em jogo. Para Goldberg: "os administradores públicos e privados, responsáveis pela elaboração de estratégias e políticas, devem ter pleno conhecimento da cadeia agroalimentar de que participam e devem entender a interrelação de suas partes"<sup>78</sup>. Neste contexto, porém, o Estado não só exerce um papel decisivo, como sua forma de intervenção deve adequar-se às novas exigências do capital monopolista. Se a ação do Estado se dirigia, anteriormente, para a definição e execução de políticas principalmente voltadas para o produtor rural, "hoje a situação mudou e os administradores governamentais estão começando arquitetar programas que contemplam a totalidade de um sistema de produto ... o planejador de políticas públicas estará numa melhor posição para formular abrangentes políticas se ele entender as implicações de tais políticas sobre a totalidade do sistema". E o que é mais fundamental: "Toda a vez que o governo estiver envolvido na determinação de preços e nas decisões de produção, a definição de objetivos é importante na determinação de caminhos pelos quais o administrador público, o administrador privado e todos os demais participantes do sistema *podem trabalhar juntos* [grifo meu]. Esses objetivos comuns podem ser melhor determinados se todos os participantes tiverem uma compreensão semelhante dos componentes interdependentes de seu sistema de produto..."<sup>79</sup>.

A participação decisiva do Estado na determinação de políticas não mais agrícolas simplesmente, mas abrangen



tes do sistema permitiu que o capital monopolista se expandisse e estivesse cada vez menos submetido às âleas da produção agrícola direta, às oscilações próprias dos mercados locais e regionais oriundas de safras abundantes ou escassas, períodos de entressafra e de sazonalidade, transporte, estocagem, etc. "As progressivas mudanças em nossa sociedade, desde os pequenos mercados locais de alimentos supridos pela produção e processamento também locais para os grandes mercados nacionais e internacionais exigiram um novo e complexo sistema de alimentos. A produção sazonal e as grandes distâncias que envolvem a coleta, transporte e estocagem de alimentos, exigem rápida comunicação ao longo de toda a cadeia que vai do produtor ao consumidor, originaram uma variada maquinaria de coordenação e comunicação destinadas a amarrar as várias partes de um sistema de alimentos; todos esses elementos conduziram à complexidade de nosso complexo total de alimentos"<sup>80</sup>. E é a partir dessa complexidade, devidamente compreendida, e é neste patamar também que as empresas monopolistas passam a atuar, tanto do ponto de vista do sistema específico em que atuam ("In most cases the well being of the individual firm is dependent upon the growth and profitability of its total commodity"<sup>81</sup>, quanto em relação aos demais sistemas: "Each commodity system is competing against other systems to satisfy consumer wants (sic). Business managers must have the hability to place themselves outside of their commodity system and to re-examine the long-run trends that will affect it. From this analysis, managers will be able to develop creative strate-

gies for the system that will insure its effective response to consumers needs"<sup>82</sup>. Evidentemente, o autor supõe que todas as firmas tenham um igual poder de competição, aí incluídos os produtores rurais. Essa suposição permite deixar oculto o real processo da passagem dos mercados locais, para os nacionais e internacionais. Tudo ocorre ainda sob o império e a vontade soberana do consumidor, objeto último de toda a produção, embora isso se faça na verdade mediante uma "... increased competition [entre as empresas oligopolistas] for the consumer's dollar from alternative product and service offerings"<sup>83</sup>, este sim o objetivo verdadeiro do capital.

Se, aparentemente todos são iguais, esses seguramente não são os consumidores finais, nem os produtores agrícolas. Goldberg reconhece que de 1947 a 1962 os negócios dos segmentos não-agrícolas do agribusiness estão se expandindo muito mais velozmente do que o agrícola nas seguintes proporções: as compras do segmento agrícola cresceram, no período, 63%, e as vendas 23%. Enquanto isso, as vendas para os atacadistas e retalhistas das indústrias processadoras de alimentos e fibras em 50%. As compras dos consumidores, em dólares, cresceram em torno de 62%. Começam a ficar nítidos, já nesse período, quais são os segmentos em expansão<sup>84</sup>, e se evidencia se o critério adotado for o montante de valor agregado ao produto pelos vários segmentos, no mesmo período, o valor agregado pelo segmento agrícola diminuiu 9%; já o valor agregado pela indústria processadora

creveu em 74% e os atacadistas e retalhistas 135%<sup>85</sup>. Goldberg confessa que o segmento agrícola "está se tornando cada vez mais dependente" dos demais segmentos, mas, oportunamente esclarece:

"Isto não significa que o papel do produtor está se tornando menos importante, significa sim que ele não pode dar-se ao luxo (sic) de ignorar a importância de sua interdependência e as interrelações com os segmentos que lhe fornecem seus insumos e lhe compram as matérias-primas industriais e os produtos de consumo originados na fazenda."<sup>86</sup>

O corpo teórico e prático formulado pela "Business Harvard School", calibrado para a etapa de expansão monopolista generalizada na agricultura americana a partir da década de 50, começa, a partir principalmente da década de 70, uma vez criadas, em plano mundial, as condições de expansão do capital na agricultura, expressas no amplo projeto cognominado "Revolução Verde", como mostramos no capítulo primeiro, a expandir-se em plano mundial num jogo conjugado de forças imperialistas como o "Grupo de Roma", o "Agribusiness Council", as Fundações ligadas aos grandes conglomerados industriais com pesados interesses na agricultura como a Fundação Ford, Rockefeller, Heinz, Agnelli, etc., o Banco Mundial, os Bancos Regionais como BID, ASIAM e African Bank, a FAO e a extinta ICP (Industry Corporation Program), as empresas multinacionais<sup>87</sup> e os programas de desenvolvimento agrícola dos países "em desenvolvimento", dependentes das forças imperialistas tanto do ponto de vista financeiro, quanto técnico e científico, dependentes, em últi

ma instância, dessas forças imperialistas conjugadas.

É nesta nova onda expansiva do capital monopolista que a teoria e a prática do agribusiness tem condições de exercer um papel útil na articulação das políticas e estratégias de alimento e matérias-primas agrícolas na fase monopolista. Ray Goldberg dá uma amostra de como pode funcionar na prática a teoria do agribusiness e, note-se, esse não é um único exemplo, mas a prática geral das corporações monopolistas. Trata-se de um projeto elaborado para viabilizar a produção de frutas tropicais da América Central para o mercado norte-americano e europeu, incluindo nele desde as políticas governamentais gerais, crédito e financiamento, educação e preparação de mão-de-obra, fluxos de mercado etc.

"In addition to a broad environmental analysis and a description of the system, and of specific functions of firms in it, the approach includes the major linkages that hold the system together, such as transportation, contractual coordination, vertical integration, joint ventures, tripartite marketing arrangements that include procedures in one country, marketers in another, and a partner such as the Latin American Agribusiness Development Corporation (LAAD) bringing them together, and a host of financial arrangements."<sup>88</sup> (grifo meu)

Ora, esse avanço do capital monopolista em plano mundial não podia passar despercebido. Começou a evidenciar-se que não mais se tratava de ações isoladas praticadas por grandes empresas tipo Nestlé, Unilever, United Fruit Brands, mas de uma etapa de novo tipo de expansão capitalis

ta. E provocou reações políticas. Trouxe à tona, novamente, na América Latina, a questão do imperialismo, questão sufocada pelas teorias da "dependência", do "intercâmbio desigual", da CEPALINA teoria do desenvolvimento. Provocou também uma reação propriamente intelectual que se obrigou a levar em consideração tanto os avanços teóricos do capital monopolista na agricultura e desses avanços extrair, pela crítica, novas questões teórico-metodológicas e novos objetos, quanto a execução de pesquisas, embora ainda fortemente concentradas sobre a ação das empresas transnacionais<sup>89</sup>. Provocou igualmente, a partir da teoria do agribusiness, ingênuas esperanças de encontrar uma espécie de terceira via que não fosse nem a capitalista, nem a socialista, mas uma alternativa que permitisse fazer retornar o centro da decisão hegemônica para o produtor rural e cuja feição consistia no domínio do trabalho sobre o capital<sup>90</sup>.

## 2.5 - A crítica do agribusiness e do capital monopolista na agricultura

A monopolização da agricultura norte-americana e dos países industrializados a partir do modelo norte-americano, na base do qual se processa a radical transformação das formas históricas da organização do trabalho quaisquer que tenham sido, embora mantidas como fantasmas de si mesmas, transforma as funções históricas da agricultura, quer as que já se encontravam sob o controle do capital, quer

as que estavam à margem dele.

A transformação é tão radical que o próprio conceito de agricultura, de setor agrícola, com suas especificidades desaparece, e em seu lugar começa tomar corpo o conceito de "sistema alimentar" ou "cadeia agro-alimentar" que perpassa, em segmentos verticalizados: os insumos e equipamentos; a produção de mercadoria agrícola; o processamento de estocagem e distribuição<sup>91</sup>. As análises clássicas da agricultura "que focalizavam fundamentalmente ... os problemas setoriais, como a propriedade da terra, as relações de produção no campo, as políticas de reforma agrária" acabavam implícita ou explicitamente por desconsiderar "o setor agrícola no interior da economia e da formação política de cada país"<sup>92</sup> e acabava "... vendo a árvore mas não a floresta"<sup>93</sup>. Observa Susan George: "A menos que coloquemos os aspectos particulares do sistema alimentar no contexto total (...), perdemos de vista o que está atualmente ocorrendo"<sup>94</sup>. A peculiaridade da atual fase de expansão capitalista na agricultura toma como ponto de referência a constatação da "profunda transformação das atividades tradicionalmente agrupadas sob o nome de agricultura, ou seja, o setor agrícola como tal, a criação e a exploração florestal"<sup>95</sup>. Da mesma forma que a teoria do Agribusiness, espelho e expressão da ação do capital monopolista, já havia superado essa visão, era preciso começar pela constatação de que o "... o conceito setorial da agricultura não só é inadequado, porque não corresponde à realidade de uma agricultura dominada

e integrada ao desenvolvimento agroalimentar sob a égide das empresas transnacionais e, em menor medida, dos oligopólios nacionais, mas igualmente por sua incapacidade teórica para capturar e analisar o ciclo de valorização do capital, ao qual se submete a agricultura"<sup>96</sup>.

Essa constatação permite substituir o conceito de agricultura e de setor agrícola pelo de cadeia agroalimentar ou sistema alimentar e o recoloca como "um dos quatro subsectores que formam o conjunto do processo social de produção no interior da cadeia agroindustrial"<sup>97</sup>. A noção de cadeia alimentar ou de sistema agroindustrial nos permite operar teórica e metodologicamente cada um dos segmentos da linha vertical sem perder de vista o componente que a perpassa que é o capital, e o lugar exato onde se processa a acumulação e, ao mesmo tempo, a natureza das relações sociais que se constituem, particularmente, no segmento da produção agrícola, reconstituindo um novo espaço de compreensão, por exemplo, da questão do trabalho familiar e do campesinato e, no limite, as clássicas questões dos modos de produção, da subordinação formal ou real do trabalho ao capital, e da industrialização da agricultura.

A repartição dos segmentos em que se divide a acção do capital em "seu trabalho" de acumulação, determinado pela teoria capitalista do capital monopolista, que também não opera com a noção de agricultura, como vimos anteriormente, traz à tona os componentes da "cadeia agroalimentar" ou do sistema de alimentos:

"- Produção a 'montante' dos bens de equipamento agroindustriais (máquinas, sementes, adubos, inseticidas, herbicidas, produtos farmacêuticos e outros);

- Produção agrícola e florestal propriamente dita ...;

- Processamento agroindustrial destes produtos a 'jusante' (agroindustriais alimentares, ...);

- Distribuição destes produtos ao mercado final de consumo (serviços de estocagem e transporte, comercialização por atacado e varejo, consumo organizado, etc.)."<sup>98</sup>

Nesta nova ordem capitalista a agricultura completa o ciclo de despojamento de suas funções históricas e, como afirmam Johnston e Kilby, a agricultura se reduz a mera produção de matérias-primas, subordinando-se aos segmentos a montante e a jusante, cada vez mais monopolizados não apenas no âmbito das economias nacionais, mas crescentemente em plano mundial e cujos interesses consistem em manter o controle do consumo da totalidade dos alimentos e, por conseguinte, controlar um espaço até então indomado da acumulação.

Se é nesta direção efetiva que o capital assume a nível mundial, no plano dos alimentos, os efeitos que sobre a produção agrícola se exercem, tendem a moldar novas relações sociais no campo em termos de controle do uso da terra e da organização da produção. É aqui que podemos detectar uma das formas privilegiadas, em crescente expansão e que atingem os camponeses, subordinando-os às agroindústrias e alinhando-os na cadeia agroindustrial: a "quase integração"



ou simplesmente integração mediante contrato de produção, objeto de nosso trabalho de pesquisa e que trataremos nos próximos capítulos <sup>99</sup>.

## NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO 2

<sup>1</sup> Amedée Mollard analisa a dinâmica da penetração do capital na agricultura camponesa da França da ótica da exploração do trabalho desse segmento de trabalhadores, exploração que está na raiz da sua exclusão do campo para uma completa proletarização: "L'exploitation du travail paysan amorce la separation des paysans, travailleurs de leurs moyens de production. L'exode agricole l'achève. Par nature, l'exploitation du travail paysan n'est donc pas un procès immuable. Elle se reproduit sur une vaste rétrécie et conduit inéluctablement à l'exode agricole. *Le rythme de celui-ci traduit la plus ou moins grande efficacité de l'exploitation du travail paysan comme mode d'absorption de l'agriculture paysanne dans le MPC* [grifo meu, DB]. De 1955 à 1975, cette efficacité s'est accrue puisque le rythme d'élimination de la paysannerie est passé de 2,1% à 3,2% par an. Rien ne dit pourtant qu'un tel rythme doive se maintenir et il est même probable que plus la base paysanne sera rétrécie, plus l'exode rural se ralentira". O autor acrescenta, a seguir, que segundo dados do SCEES, o ritmo para 1980-85 poderá baixar para 2,2%. MOLLARD, Amédée. Paysans exploités. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1977. p.226.

<sup>2</sup> Susan George afirma, ao analisar a concentração ocorrida nos últimos anos na agricultura americana, por força de uma vertiginosa composição orgânica do capital, da baixa do preço dos produtos agrícolas e, conseqüentemente, da diminuição da renda auferida, seguida, conseqüentemente, do êxodo do segmento mais frágil de produtores: "They (the farmers) have not stopped going bankrupt for that matter, since the middle 1930s when the peak number of 6.8 million of US Farms was reached. In the late 1970s, about 400 farms were dropping by the wayside every week. The total decline in forty years has been about 4 million farms, fewer than 2.8 million remain and the owner - operators of the top ten percent among them often buy up or lease the farms that fail". A mesma autora observa que, em termos tendenciais, nada indica que esse movimento concentrador venha a deter-se. Cita dados do "USDA Office of Planing and Evaluation", segundo o qual o ritmo de desaparecimento das unidades tipo "farmer" dependerá dos seguintes três tipos de medidas a serem tomadas: a) se forem tomadas medidas drásticas de salvamento e suporte aos produtores menores, mesmo assim no decênio de 75-85 deverão desaparecer 300.000 unidades familiares de produção; b) se forem mantidas as mesmas políticas agrícolas vigorantes de 1930-1970, os 600.000 menores produtores desaparecerão até 85; c) se, porém, forem adotadas medidas conducentes ao sistema de "Maximum Efficiency Future", o que é fortemente provável, isto é, deixar inteira liberdade de ação "às forças do mercado" até 85 deverão desaparecer

cerca de 1.680.000 "farms" ou 62% do total de 1975. GEORGE, Susan. Feeding the few: corporate control of food. Washington, Institute for Policy Studies, 1980(?). p.26-7;30-1. O mesmo fenômeno se verifica na Alemanha Ocidental: "Calcula-se que aproximadamente 80.000 pequenos produtores deixaram a agricultura anualmente nos últimos 10 anos ou mais". FEDER, Ernest. Violencia y despejo del campesim: latifundismo y explotación. Mexico, Siglo XXI, 3e., 1978. p.299, nota 51. Informações não confirmadas indicam que a Alemanha Ocidental tem hoje o menor contingente de força ativa na agricultura do mundo: em torno de 0,5 a 0,7%.

<sup>3</sup> Cf., p.ex., CORADINI, Odaci.

<sup>4</sup> Sobre o acionamento da política creditícia no período, ver o interessante artigo de ADAMS, Dale. "Mercados financeiros rurais, níveis de crescimento agrícola e formação de capital no Brasil". In: MENDONÇA DE BARROS, José R. & GRAHAN, Douglas Home. São Paulo, USP-IPE, 1977. p.17-56. O autor mostra como, de 1965 a 1975 estrutura-se uma estrutura de crédito agrícola que se torna o carro chefe da política agrícola brasileira. Na mesma direção, só que para o caso específico da expansão da produção de trigo (e de soja), está o artigo de MEYER, Richard L., RASK, Norman & GLOVER, Terry. "Impacto do programa brasileiro de trigo sobre a utilização de recursos e tecnologia". Ibidem, p.139-56.

<sup>5</sup> FRANTZ, Telmo. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da Cotrijuí. Ijuí, Cotrijuí, 1982; CORADINI, Odaci & FREDERIC, Antoniette. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1981; LOUREIRO, Maria Rita, org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez - Autores Associados, 1981.

<sup>6</sup> A extensão rural, sua ação direta, bem como a massa de estudos antropológicos, sociológicos e econômicos poderiam ser lidos com muito proveito nesta ótica. A antropologia e a sociologia funcionalistas produziram toneladas desses estudos. Cito duas fontes que me parecem significativas nesta direção: a primeira, reúne uma massa de estudos feitos em todos os cantos do mundo na esteira da estratégia da "revolução verde" e cujos especialistas foram reunidos, em 1965, em Honolulu, sob as asas do Sr. Nelson Rockefeller, para discutir-lhe os resultados e formular novas estratégias. Cf. WHARTON Jr., Cliffton. Subsistence agriculture and economic development. Chicago, Aldine Publishing Co., 1970. 481p. Os trabalhos estão ordenados em 4 partes: a primeira e a segunda ocupam-se da questão social, econômica do campesinato em economias de subsistência; a segunda enfatiza o comportamento econômico do campesinato; a terceira enfoca as teorias econômicas que podem embasar a mudança e o crescimento da economia camponesa e a quarta detalha estraté-

gias a serem seguidas e avalia os resultados obtidos até então. É uma amostra completa do funcionalismo norte-americano aplicado às ciências sociais, bem como de sua eficácia política. A segunda compreende a série "Documentos" da EMBRATER. Aí estão definidos os parâmetros teóricos e práticos da ação difusiva do capital na agricultura, a distinção das classes sociais no campo e o tratamento diferenciado para cada uma delas, bem como, que ritmos de expansão o capital deve assumir na agricultura. Todos os textos foram publicados em Brasília, pela Embrater, nos anos de 1975 e 1976: Doc. nº 1: Embrater: atos constitutivos (mar.1975); Doc. nº 2: Embrater: Linhas de ação (abril 1975); Doc. nº 3: Embrater: Marco de Referência; Estruturação operacional, Modelo e diretrizes de trabalho (set. 1975); Doc. nº 4: Deliberação nº 036/78 de 27.12.78: Normas de credenciamento de empresas privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica (dez. 78); Doc. nº 5: Estrutura básica, funções e competências (jan. 76); Doc. nº 6: Embrater: Marco de referência para planejamento no Sibrater, período programático 1977/79 (1979); Doc. nº 7: Embrater: Pesquisas, assistência técnica e extensão rural. Integração Embrapa/Embrater (1975).

7 O desdobramento desses dois processos tem sido amplamente acompanhado por pesquisas que mostram as várias facetas de uma ou de outra fase, os diversos estágios de desenvolvimento de acordo com as regiões e os produtos, bem como as lutas e as resistências dos camponeses. A penetração massiva de capital na agricultura e as lutas camponesas que daí decorrem trouxe à tona, de forma viva e renovada, a discussão da "questão camponesa" e do capital no interior das disciplinas especializadas como a antropologia, a sociologia, a política e a história. As pesquisas desfizeram equívocos antigos oriundos de pesquisas insuficientes e da compreensão da natureza da lógica do capital enquanto relação social. São bons exemplos disso, entre inúmeros outros, muitos ainda escondidos nas Universidades, os trabalhos de Otavio G. Velho, José de S. Martins, José V.T. dos Santos, Vanderley Nazareth, Maria Rita Loureiro, Geraldo Müller, Odacir Coradini, Bernardo Sorj, etc. Tal preocupação, claro está, não é só brasileira, mas se renova em países com ou sem campesinato, como França, Inglaterra, Estados Unidos, etc., com figuras como Shanin, Mollard, Huiser, Fals Bord, Feder, Wolf, etc.. Tal atividade de pesquisa, no Brasil, tem produzido uma nova e ampla geração de cientistas de extração universitária que, pelas dificuldades por que passa a comunicação dos resultados, vai encontrar, ironicamente, um forum comum de debates num projeto da Fundação Ford, denominado PIPSA. Ironicamente porque, tanto esta Fundação quanto outras do mesmo tipo, estiveram e estão na raiz de alguns importantes mecanismos de expansão do capital na agricultura. Nada mais cômodo, agora, do que pedir aos intelectuais para ver o "caminho do estrago"!!!

- 8 Um indicador seguro desse processo de concentração foi revelado pelo censo de 1980, no tocante à distribuição da renda. Os dados preliminares do censo revelam que: "entre a população economicamente ativa rural, a renda concentrou-se de forma mais acentuada (do que na cidade). Os 50% mais pobres tiveram diminuição em sua participação na renda, passando de 22,4% em 70 para 14,9% em 80. Ao mesmo tempo, os 5% mais ricos no meio rural aumentaram-na de 23,7% para 44,2% respectivamente. E o 1% mais rico da população rural passou de 10,5% para 29,3%. RITTER, Afonso. "Informe econômico: salários e renda". Zero Hora, Porto Alegre, 29.09.81. p.20.
- 9 "A indústria avícola ... é uma atividade econômica internacionalizada e uniforme, não existindo atualmente, fronteiras geográficas de tecnologia". GIULIETTI et alii. Diagnóstico da avicultura no Brasil, 1970-78; contribuição para um programa de desenvolvimento. São Paulo, IEA, 1980. p.1.
- 10 JULL, Morley A. Poultry husbandry. Nova York, McGraw-Hill Booc., 3.3., 1951. p.5-6.
- 11 Ibidem, p.2.
- 12 Ibidem, p.2.
- 13 Ibidem, p.2.
- 14 CARD, L.E. & NESHEIM, M.C. Producción avícola. Zaragoza, Editorial Acribia, 1968. p.9.
- 15 DEKALB e a Genética. Avicultura Industrial, nº 876. dez. 82. p.56.
- 16 CARD, L.E. & NESHEIM, M.C. Op. cit., p.19-20.
- 17 Ibidem, p.20.
- 18 JULL, M.A. Op. cit., p.13-4; CARD, L.E. & NESHEIM, M.C. Op. cit., p.20.
- 19 CARD, L.E. & NESHEIM, M.C. Op. cit., p.20.
- 20 USDA-ARPAC. Research to meet US and world food needs; Basic problems of poultry research. Kansas, ARPAC, July, 9-11, 1975. v.1. p.2.
- 21 Ibidem, p.3.

22 "Antes de 1937 o consumo de ovos nos EUA era de aproximadamente 300 ovos por pessoa. Com o aumento da produção por poedeira dispunha-se de mais ovos ... e o público americano respondeu aumentando seu consumo até alcançar um máximo de 403 durante 1945. Ao longo dos últimos 20 anos se verificou um decréscimo gradual no consumo de ovos até chegar a 75% aproximadamente do consumo de 1975". CARD, L.E. & NESHEIM, M.C. Op. cit., p.15. Dados de 1979 indicam um consumo médio de 279 unidades per capita. Como se pode observar, o ovo perde espaço para outras formas de proteína. BREVE análise sobre o setor de postura. Avicultura Industrial, São Paulo, Gessulli, ano XVII, nº 245, 13.10.80, p. 7.

23 USDA-ARPAC. Op. cit., p.4.

24 AS PORTAS do futuro. Quais as tendências da indústria avícola e como elas devem se preparar? Avicultura Industrial, São Paulo, Gessulli, ano 72, nº 864, dez.81. p.12.

25 Ibidem, p.12.

26 GEORGE, Susan. Op. cit., p.26.

27 Ibidem, p.24.

28 Ibidem, p.24-5.

29 Ibidem, p.29.

30 "Alternative future of US agriculture: a progress report; prepared by the USDA Office of Planning and Evaluation for the Committee on Agriculture and Forestry, Washington, D.C. GPO, september 1975". Cf. GEORGE, Susan. Op.cit., p.30-1, nota 26 - Referent Part II.

31 Ibidem, p.23.

32 É conveniente lembrar que o "small farmer", nos EUA, segundo estudo de Peter Dorner, significa diferentes coisas, em contextos diversos, principalmente depois de 1950. É considerado "small farmer" o que possui, respectivamente: - na produção de leite, ao redor de 80 acres; - na produção de milho/soja, ao redor de 160 acres; - na produção de trigo, ao redor de 320 acres. DORNER, Peter. Transformation of US agriculture: the past forty years. Agricultural Economic Staff Paper Series, nº 126, College of Agricultural and Life Sciences, University of Wisconsin, Madison, June 1977.

33 GEORGE, Susan. Op. cit., p.23.

- 34 GARREAU, Gerard. El negocio de los alimentos; las multinacionales de la desnutrición. Mexico, Editorial Nueva Imagen, 1980. p.181.
- 35 GERVAIS, Michel; JOLIVET, Marcel; TAVERNIER, Yves. "La fin de la France Paysanne". In: DUBY, George. Histoire de la France rurale. Paris, Ed. du Seuil, 1976. Col. L'Univers Historique, v.4, p.100.
- 36 Ibidem, p.100.
- 37 Ibidem, p.100.
- 38 "... les conditions matérielles des paysanneries qui ont opté pour le progrès, aux Pays Bas et au Danemark,..., attestent qu'on peut associer le travail de la terre avec l'hygiène, l'aisance, le confort et l'élégance dans l'habitation, le vêtement et tout le comportement de l'existence ... la France ne doit pas attendre pour s'engager dans la même voie et generaliser dès a présent, dans tout la mesure des ses moyens, les methodes employés pour la production intensive". Ibidem, p.102.
- 39 PERCEVAL, Louis. Com os camponeses - para uma agricultura moderna. Lisboa, Prelo, 1973; particulièrement segunda parte: "A agricultura francesa: formas novas, processos fundamentais, relações de classe". p.127-89.
- 40 GERVAIS, Michel et alii. Op. cit., p.108.
- 41 MOLLARD, Ammedée. Op. cit., p.226; nota 55, p.238.
- 42 REPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de L'Agriculture, SCEES. Op. cit., p.9.
- 43 Ibidem, p.9.
- 44 Ibidem, p.9.
- 45 Ibidem, p.9.
- 46 GERVAIS et alii. Op. cit., p.141.
- 47 REPUBLIQUE FRANÇAISE, Ministère de L'Agriculture, SCEES. Op. cit., p.24; LE MONDE. Bilan Economique e Social, 1982, Craquements. Paris, Suplement aux dossiers et documents du monde, Janeiro de 1983, p.48: "Le taux de chômage se situe aux environs de 8,9% de la population active ... à partir du milieu de l'année on a enregistré une stabilisation du

nombre des demandeurs d'employ en deça de 2.050.000 de personnes".

48 GERVAIS et alii. Op. cit., p.148.

49 Ibidem, p.157.

50 Aceito aqui o conceito de agricultura tradicional como a que se define pela baixa ou nula intervenção do capital no processo produtivo e nas relações sociais que aí se articulam. Cf. SCHULTZ, Theodore.

51 Cf., p.ex., BELT, H. van et alii. Essays in rural sociology in Honour of R.A.J. van Lier. Wageningen, Netherlands, Department of Rural Sociology of the Tropics and Subtropics, 1981.

52 A evolução da agricultura camponesa praticada pelos imigrantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná é um bom exemplo disso. SANTOS, José Vicente Tavares. Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978.

53 RICARDO, David. Princípios de economia política y tributación. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.

54 JOHNSTON, Bruce & KILBY, Peter. A agricultura e transformação estrutural; estratégias econômicas de países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p.51.

55 Ibidem, p.51.

56 Ibidem, p.51-2.

57 Ibidem, p.52.

58 Ibidem, p.51-2.

59 Ibidem.

60 PAIVA, Ruy Miller; SCHAITAN, Salomão; FREITAS, Claus F. Trench de. Setor agrícola do Brasil; comportamento econômico, problemas e possibilidades. São Paulo, Forense Universitária-USP, 2e., 1976.

61 Ibidem, p.17.

62 Ibidem, p.17.



63 Ibidem, p.18.

64 V. a respeito: DELFIM NETO, Antonio. "Importância da agricultura para o combate da inflação" - Conferência. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 19.08.1979.

65 PAIVA, Ruy Miller et alii. Op. cit., p.18.

66 Os teóricos e ideólogos do capitalismo, com o passar do tempo se tornaram cheios de pudor. Ricardo, por exemplo, é claro e taxativo: "Os salários baixarão e os lucros aumentarão". Nós sabemos hoje quem são esses consumidores: são as agroindústrias que intervêm diretamente sobre a produção agropecuária. Embora voltaremos mais adiante a essa questão, é conveniente mostrar que as agroindústrias controlam, hoje, em alguns segmentos da produção agrícola americana, praticamente a totalidade das compras, mediante mecanismos explícitos de subordinação: "By 1970, more than half of the total US production of foodstuffs was already taking place under vertical integration (the company runs the farm itself) or under production contract (the company signs up farmers and tells them what to do). Highest integration is in vegetables for processing (95%), fresh-market vegetables (51%), citrus fruit (85%), potatoes (70%), fluid milk (98%), broilers (97%), seed-crops (80%), and sugar (100%). The crops still being sold on the open market in overwhelming proportions were food and feed grains, cotton, tobacco, oilseed crops and livestock (excluding chickens). Whereas in 1970, about 22% of the entire US food supply was produced through vertical integration or under contract to a food firm, this figure was expected to reach 50% by 1980 and 75% in 1985". GEORGE, Susan. Op. cit., p.28-9.

67 PAIVA, Ruy Miller et alii. Op. cit., p.18.

68 Ibidem, p.18.

69 Cf. artigo de Theodore Schultz, do Encontro de Honolulu.

70 GOLDBERG, Ray A. Agribusiness coordination; a systems approach to the wheat, soybean, and Florida Orange Economies. Boston, Harvard University, 1968. p.3.

71 Ibidem.

72 DAVIS, John H. & GOLDBERG, Ray A. A concept of agribusiness. Boston, Harvard University, 1957.

73 GOLDBERG, Ray A. Op. cit., p.51.

- 74 DAVIS, John & GOLDBERG, Ray A. Op. cit., p.85.
- 75 ARROYO, Gonzalo. Transnationales et agriculture, bases théoriques e méthodologiques d'un project. Paris, Cahier de Recherche nº 1, série 1, 1979. p.9.
- 76 GOLDBERG, Ray A., coord. Agribusiness management for developing countries; Latin America. Cambridge, Mass., Ballinger Publishing Co., 1974. p.3-4.
- 77 Ibidem, p.4; GOLDBERG, Ray A. Agribusiness coordination. Op. cit., p.3-4.
- 78 GOLDBERG, Ray A. Agribusiness coordination. Op. cit., p.4.
- 79 Ibidem, p.4.
- 80 Ibidem, p.4.
- 81 Ibidem, p.4.
- 82 Ibidem, p.4.
- 83 Ibidem, p.7.
- 84 Ibidem, p.8.
- 85 Ibidem, p.8-9.
- 86 Ibidem, p.9.
- 87 As empresas componentes do "Agribusiness Council" e que compõem também o "Grupo de Roma" estão relacionadas no Agribusiness Council.
- 88 GOLDBERG, Ray A. Agribusiness management for developing countries; Latin America. Op. cit., p.3-4. A citação acima, se de um lado evidencia uma estrutura tripartite, esta tripartição, de outro, indica claramente qual é o segmento monopolista, a LAAD, cuja função é "... bring them together". Goldberg descreve com precisão, nesta mesma obra, como se processa o domínio monopolista da LAAD: "One very important institution is the Latin American Agribusiness Development Corporation ... has concentrated on the growth agribusiness industries in Latin American, such as beef, floriculture, aquaculture, and fruits and vegetables. In

adition to financial aid, his organization has provided a means of linking producers in Central America to the United States. He has developed joint ventures marketing agencies, owned 40% by the producers, 40% by the distributors, and 20% by LAAD. Through this ownership position LAAD has provided market information, market orientation, quality control, and a fair transfer price mechanism, as well as financial help. In many ways it also acts as informal educational institution, *training producers to be responsive to market needs* [grifo meu, DB] and training distributors to provide feedback and incentives to producers as well as to understand the unique agronomic pressures that are faced by the producers (sic). Similarly, transportation executives, in evaluating the needs of the agribusiness economy in Central American and the United States, have developed materials useful to the industry and to education, which they have made available...". Ibidem, p.287.

89 Além de estudos e levantamentos do "United Nations on Transnational Corporations" (cf., p.ex., *Transnational Corporations in Food and Beverage Processing*. New York, 1980), temos, entre outros organismos de pesquisa, o CETRAL (Centre de Recherche sur L'Amérique Latine et le tiers monde), com sede em Paris; o Institute for Policy Studies, com sede em Washington, e Centros de Investigação sediados nas Universidades da América Latina.

90 Essa vertente foi elaborada pelo economista Roque Lauschner que, a partir de uma peculiar leitura das obras dos teóricos da Harvard Business School, elaborou a tese de controle da agroindústria (espaço da acumulação capitalista da agricultura e instância de subordinação da agricultura) pelos produtores rurais. Se os produtores rurais fossem capazes de ter sob seu controle a agroindústria, apropriar-se-iam da totalidade dos resultados econômicos que se concentram privilegiadamente no setor agroindustrial, diz Lauschner. Mas, para que isso acontecesse, era preciso organizar os produtores em cooperativas capazes de canalizar as poupanças necessárias para a montagem das agroindústrias. A cooperativa não só socializaria o capital necessário, como seria capaz de subordinar o capital ao trabalho. Segundo Lauschner, que em nenhum momento pensa em socializar a terra e os meios de produção, uma vez estabelecido o domínio do trabalho (do produtor rural), surgiria uma nova via, uma nova ordem social sob controle do trabalhador. Os trabalhos de Roque Lauschner não mereceriam essa nota não fosse a importância que essas idéias tiveram no cooperativismo do Sul do país e o vasto movimento de criação de cooperativas de segundo grau responsáveis pela implantação das agroindústrias: a Centralsul, as Centrais de Carnes e Leite, e o movimento em prol da criação de um banco de crédito cooperativo. Não é difícil perceber que o autor, ao desconsiderar a dinâmica das relações capitalistas no campo, acabou produzindo equívocos não apenas ideológicos, mas verdadeiras tragédias cujas vítimas maiores foram os camponeses, co

mo é o recente caso da Cooperativa do Vale do Taquari (Coo-pave), que foi à falência, e junto com ela milhares de pequenos produtores co-responsáveis pelos astronômicos débitos da cooperativa. Para o entendimento desta proposta, consultar: LAUSCHNER, Roque. Agroindustria y desarrollo económico. Santiago, Universidade do Chile, 1974; Porto Alegre, Sulina, 1980. 159p.; \_\_\_\_\_. Estratégias de desenvolvimento agroindustrial na região sul do Brasil. Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1976. 47p.; \_\_\_\_\_. Agroindústria cooperativa como agente de modernização da empresa rural. Rio de Janeiro, FGV, Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1977. 53p. Consultar também a série de estudos publicados pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, sob o título de "Cadernos de Agroindústria" e a Revista, editada pela Fecotrigo: Agricultura e Cooperativismo.

91 GEORGE, Susan. Op. cit., p.21-2.

92 ARROYO, Gonzalo. Op. cit., p.8.

93 GEORGE, Susan. Op. cit., p.22.

94 Ibidem, p.22.

95 ARROYO, Gonzalo. Op. cit., p.8.

96 Ibidem, p.8-9.

97 Ibidem.

98 Ibidem; cf. também GEORGE, Susan. Op. cit.: "Firms and farms: The US Food System", p.23-32.

99 É conveniente esclarecer, antecipadamente, que a quase integração não é a única forma de subordinação e alinhamento, mas é a forma mais eficaz pela liberdade de intervenção direta que o capital agroindustrial exerce sobre o ciclo de produção da matéria-prima, a ser produzida exatamente de acordo com as especificações por ele determinadas.

### 3 - A OLIGOPOLIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AVÍCOLA

A produção avícola é um dos segmentos da produção agropecuária onde a concentração do capital e a expansão da produção se deram de forma mais rápida e completa. Aspectos do processo de expansão do capital na agropecuária foram detalhados no capítulo 2º em relação aos Estados Unidos e França. A referência à modalidade norte-americana, neste caso, é fundamental de vez que ela passa a ser imposta quase literalmente em todos os países. O que aí se verifica é o funcionamento completo e acabado das cadeias alimentares, onde o capital monopolista age, a montante e/ou a jusante, como força coordenadora.

A cadeia alimentar da avicultura, em virtude de sua aptidão de receber crescentes massas de capital produtivo, é a que, entre as demais cadeias alimentares, mais se aproxima, em todas as fases, ao processamento fabril. As atividades do ciclo produtivo das aves sofreram profunda transformação através do encurtamento do ciclo biológico mediante controle genético dos mecanismos de crescimento e ganho de peso, da estreita correlação entre características biológicas, alimentação, preservação das condições de sanidade, homogeneidade do produto e fluxos de mercado.

As etapas decisivas desse processo são de várias naturezas: primeiramente, a criação de redes nacionais e internacionais de proteínas animais de rápido processamento, crescentemente substitutivas das proteínas vegetais, e de outras carnes vermelhas, redes essas desenvolvidas à medida que cresce o tamanho e a capacidade dos mercados urbanos; a segunda, articulada e estimulada pela primeira, consiste na transmutação das características genéticas das aves, tornando-as aptas a modificar seu ciclo biológico natural, próprio da espécie. A modificação profunda do ciclo biológico natural abre espaço para a introdução de um novo ciclo, não mais natural, mas fabril. A fábrica passa a presidir a natureza; a terceira, consiste na articulação da cadeia alimentar e sanitária da ave. Para submeter-se a um ciclo industrial, a ave é desenvolvida geneticamente para responder a quantidades e qualidades específicas de alimentos não mais encontráveis na natureza ou se existentes como tais na natureza, não passíveis de combinação pela ave nas proporções exigíveis. As aves tornam-se, desse modo, responsivas a determinados insumos alimentares, calibrados às características genéticas do animal, bem como imunes a enfermidades específicas das novas condições de processamento mediante aplicação sistemática e pré-determinada de medicamentos. Por fim, o produto resultante dessa fábrica peculiar aparece como matéria-prima uniforme para o processamento, uniformidade imprescindível para extrair o máximo de proveito da matéria-prima.

Evidencia-se, neste caso, o conjunto de elos que formam a cadeia; a instância do processamento genético; a instância do processamento biológico à qual se ligam as instâncias da indústria de alimentos e medicamentos para as aves, a instância do processamento e da distribuição. Cada uma dessas instâncias passou por um processo de acumulação e concentração e disputa a "coordenação" da cadeia como um todo, o que indica sempre o estágio de monopolização e oligopolização de todas as instâncias e da instância coordenadora. Os dados disponíveis relativos à estrutura da cadeia alimentar avícola indicam sistematicamente para a mesma direção: é cada vez maior o tamanho das unidades e menor seu número: "Poultry production is a highly intensive industry where farm have 100.000 birds the same age on the premises at the same time" ... e "Farm size will continue to increase until single premises will house over 1 million birds of similar age"<sup>1</sup>. O mesmo relatório nos indica que a produção de perus sofreu idêntico processo: "The number of turkey farms increased, and the number of turkey farms declined"<sup>2</sup>. Informações similares podem ser constatadas na França, Brasil, Índia ou Itália. O fenômeno é idêntico também em relação às empresas controladoras de genética, fábricas de rações, medicamentos e frigoríficos. O processo de acumulação e concentração se faz acompanhar por um movimento de internacionalização não só do modelo de produção em si, mas também das empresas que se situam a jusante e a montante da criação de aves e da produção de ovos.

### 3.1 - A estrutura do complexo avícola

Sorj et alii ao discutirem a estrutura do complexo avícola brasileiro observam que "o processo de internacionalização do capital no setor agrícola significa, fundamentalmente, a internalização dos processos produtivos pelas grandes empresas multinacionais ligadas ao setor agroindustrial. Esse processo independe do controle direto da terra pelas multinacionais ou pelo capital agroindustrial em geral"<sup>3</sup>. Vimos anteriormente, aspectos desse processo de internacionalização que é antecedido por uma profunda transformação da agricultura dos Estados Unidos e da Europa (cf. cap.2) e se expande a nível mundial mediante uma estratégia calculada do capital (cap.1). A questão básica que está em jogo na discussão da internacionalização do capital consiste na determinação da lógica interna da expansão do capital produtivo. As abordagens da questão já têm uma longa história de Hobson e Lenin até nossos dias. Indiscutivelmente, a internacionalização do capital se visualiza pela ação e estratégia das empresas multinacionais, pois são a forma empírica da manifestação da etapa atual da expansão do capital produtivo e da generalização das relações capitalistas de produção a nível mundial. Isto, porém, não nos deve levar a assumir um enfoque central de análise de tipo empresarial, que nos desviaria do entendimento das razões profundas da própria internacionalização que é a expansão do capital. Além do mais, e no caso específico que nos interessa, a internacionalização da produção é o resultado de um relati-



vo longo processo, antecedido pela preparação das condições de penetração do capital internacional. Neste sentido é possível acompanhar a evolução histórica da formação do complexo avícola e a forma como desemboca e se consolida em seu caráter internacionalizado.

O impulso inicial da constituição do complexo avícola está diretamente ligado à constituição de mercados urbanos que crescem com a expansão da industrialização, o que acarreta uma modificação nos mecanismos de distribuição de alimentos à população, mecanismos estes tendentes a concentrar-se, a padronizar os produtos, a demandar fluxos regulares independentes da sazonalidade da produção. Esses mecanismos constituem-se em pressão sobre a estrutura de produção. A produção tradicional brasileira de aves e ovos não teve condições de responder a essas pressões quer em quantidade, quer em padronização e regularidade. O Estado passa a ter, nessa etapa, um papel essencial na articulação de programas, visando a canalização de recursos financeiros, assistência técnica, qualificação de agentes e manutenção de contatos com países de avicultura desenvolvida, agilizando o aparecimento de um tipo superior de produção. Em 1937, o Governo Federal patrocinou, no antigo Distrito Federal, a criação da "... cooperativa dos avicultores de Benfica Ltda., em base física do Governo, com instalações moderníssimas para a época, constantes de fábrica de material avícola, entreposto de ovos suprido com um frigorífico com capacidade para 180 mil dúzias, fábrica de ração e central de incuba-

ção com capacidade de 100 mil ovos"<sup>4</sup>.

A criação de uma cooperativa molda o novo padrão da avicultura que deixa de ser uma atividade espontânea de produtores, para tornar-se instância coordenadora da produção, de fornecimento de equipamentos e insumos e de comercialização. Surgem, a partir dessa época, serviços de assistência técnica prestadas pelo Estado, pelas organizações empresariais e por revistas especializadas. No fim da década de 40 um manual técnico de avicultura já enfatizava o caráter "industrial" da avicultura e a necessidade da divisão do trabalho na produção:

"O rumo que no momento temos a seguir é o da especialização, o que consiste na subdivisão do trabalho posto nas atividades avícolas, isto é, cada um cuidará exclusivamente do seu mister, facilitando assim a todos ampliarem as suas instalações para o aumento do número de aves destinadas à produção de ovos para consumo, sem se preocuparem absolutamente com a seleção das mesmas, escolha de ovos para incubação, criação de pintos, etc., pois adquiriu para a sua indústria, de criador especializado, idôneo, que cuida unicamente da criação de pintos de um dia e venda de aves jovens, a avicultores que pretendem aumentar, renovar ou iniciar o rebanho industrial."<sup>5</sup>

Esta etapa da organização da produção se, de um lado, apresentava características que tenderiam a se acentuar em seu caráter industrial, de outro lado, dependia de uma condição essencial: a introdução de raças de aves selecionadas e melhoradas, capazes de responder eficazmente aos insumos. Tais raças foram importadas principalmente dos Es-

tados Unidos e da Inglaterra<sup>6</sup>. O uso de raças, uma vez importadas, acabou sendo facilitado até mesmo por mecanismos fiscais e incentivos:

"O Governo do Estado (de São Paulo), visando o aumento desse comércio (pintos de corte e de postura de um dia) concede o abatimento de 50% nos despachos de pintos de um dia, frangos ou reprodutores, provenientes de granjas registradas no Departamento de Produção Animal."<sup>7</sup>

Essas raças sofreram nos EUA e Inglaterra, principalmente, longos processos de seleção e, por ordem de importância são:

- Leghorn Branca - conhecida como a "máquina de fabricar ovos" e distribuída "pelos quatro cantos do planeta" pelos "famosos criadores dos Estados Unidos da América do Norte e Inglaterra"<sup>8</sup>. Um princípio básico da avicultura industrial já estava plenamente incorporado: "... as qualidades econômicas da raça não devam ser consideradas como privativas dela, mas sim obtidas com a seleção sistemática da fecundidade ... Isso demonstra que, aplicando-se a qualquer outra raça tal processo, chegar-se-ã aos mesmos resultados..."<sup>9</sup>.

- Rhode Island Red, raça aperfeiçoada nos EUA, acabou tendo uma difusão mundial parecida com a Leghorn, e rapidamente adaptada com as condições do Brasil.

Além destas duas raças, foram introduzidas as raças "Ancona" (Inglaterra); "Minorca" (Inglaterra) e outras

de menos importância e difusão como a "Houdair" (francesa), a "Catalã del Plat" (espanhola), a "Gigante preta de Jersey" (EUA), "Wyandotte" (EUA), Light Sussex (Inglaterra), "Plymuth Rock" (EUA) e a "Orpington" (inglesa), e outras de menor difusão. Todas essas raças são fundamentalmente selecionadas para e são conhecidas por seu desempenho como poedeiras, e destinadas ao mercado de carne na fase de descarte. Na história da avicultura industrial é o segmento da postura que se define como tal e não a produção de carne, suprindo essa fundamentalmente pela carne de gado e de suíno. Mas é nesta época também que se buscam fontes substitutivas às carnes vermelhas. E o resultado é uma ave mista (corte e postura) de alto desempenho industrial: a raça New Hampshire, que teve uma ampla difusão no país. J. Wilson da Costa F<sup>o</sup> observa que essa representa "uma nova especialização destinada a preencher uma grande falta de nossa avicultura que quase não produz frangos e galinhas para o mercado (que) vai levando nossos maiores centros avicultores (São Paulo, DF e Estado do Rio) à produção mista, ou seja, aves tão boas para ovos quanto para mesa"<sup>10</sup>. O mesmo autor mostra que nos EUA essa produção mista está plenamente consolidada, inclusive com a adaptação de todas as raças disponíveis à dupla produção de carne e ovos. Essa posição predominante das aves de postura vai ceder lugar às aves de corte na etapa subsequente de desenvolvimento do complexo avícola mundial.

As condições postas pelo mercado em expansão e a

política do Estado de importação e favorecimento da adoção de raças estrangeiras selecionadas acabou obrigando-o a avançar no processo de internacionalização mediante ação de um órgão estatal articulador, criado para esse fim: a "Comissão Nacional de Avicultura", cuja ação se desenvolve no período de 1957 a 1962. Esse órgão acaba por definir as condições favoráveis de interiorização do modelo avícola norte-americano em fase de consolidação industrial, marcado pelo desenvolvimento e difusão das aves híbridas, em lugar das aves de raças puras melhoradas.

Sua ação pode ser resumida em quatro pontos básicos, tal como estabelecidos por Absalão Caramuru Barcelos, coordenador do Plano de Profilaxia e Combate das Doenças de Aves, do Ministério da Agricultura<sup>11</sup>:

a) Formação de "técnicos de avicultura, recrutando veterinários recém diplomados, preparando-os dentro da realidade nacional e enviando-os, a seguir, aos Estados Unidos da América, para se informarem das mais modernas técnicas avícolas. Esses técnicos prestaram, durante vários anos, bons serviços, orientando as granjas avícolas e, especialmente, os interessados em iniciarem aviários"<sup>12</sup>. Barcelos observa, após o texto acima, entre parênteses: estes técnicos "ocupam agora postos de relevo em empresas privadas"<sup>13</sup>. Esses técnicos vão ser os agentes do Estado encarregados de implantar no país o modelo da avicultura americana, na medida que o Estado, de certa forma, abandonava o pa

drão anterior de produção à própria sorte, e passava criar condições para que novos produtores, altamente capitalizados, entrassem no negócio. É isso que explica a assistência técnica dirigida a "interessados em iniciarem aviários". Veremos mais adiante, que esse papel essencial cumprido pelo Estado brasileiro se adequa com as pressões expansivas do capital internacional. Vão ser também esses técnicos as pontes básicas para a entrada no país do capital internacional transformando-se em funcionários das empresas internacionais do setor.

b) O segundo aspecto da ação da Comissão Nacional de Avicultura esclarece com mais precisão o primeiro: a Comissão "organizou e enviou aos Estados Unidos da América diversos grupos de avicultores de vários Estados, *que lá descobriram o que é avicultura - negócio* [grifo meu]; de regresso, reformularam os seus programas, reorganizaram as suas granjas, adotaram novos sistemas de produção, novos equipamentos, novas aves, inaugurando uma fase brilhantíssima para nossa avicultura, não se devendo esquecer que, para atender tais modificações, fizeram investimentos substanciais em suas empresas, tal a confiança que então adquiriram na indústria avícola nacional"<sup>14</sup>.

c) A Comissão, igualmente, se preocupou na criação das demais condições de funcionamento do complexo avícola: definiu uma política de importação de tecnologia e de transferência de empresas responsáveis pela estruturação da indústria de rações para aves, fabricação de equipamentos a

vícolas, de medicamentos. Esse processo de transferência internacional se completa com a entrada de empresas controladoras das novas linhagens híbridas de aves<sup>15</sup>.

d) Finalmente, o Estado fecha uma política coe-rente de articulação com o capital internacional mediante a realização de um "proveitoso acordo com o governo norte-ame-ricano, através do Escritório Técnico de Agricultura Bra-sil - Estados Unidos (ETA), do que resultou o projeto ETA-2 (avicultura), que proporcionou à nossa avicultura a colabo-ração de excelentes técnicos dos EUA, o estágio ali de téc-nicos e avicultores, a aquisição de novas técnicas"<sup>16</sup>. À medida que o complexo avícola se constituía com a criação de empresas especializadas nos seus segmentos componentes, e na medida que as empresas dos segmentos-chaves alocavam filiais no país, o Estado não mais necessitava exercer uma ação estimuladora e coordenadora. As empresas consolidadas passaram a exercer essa função de forma monopolista. Em 1962, a Comissão Nacional de Avicultura foi extinta, data que pode ser tomada como início da segunda fase de indus-trialização da avicultura. Examinaremos, a seguir, os compo-nentes da cadeia agroalimentar que compõem o complexo avíco-la, tal como se apresenta hoje.

### 3.2 - O monopólio da genética de aves

O nascimento da avicultura de tipo capitalista tem como pressuposto básico, desde o início, uma taxativa divi-

são dos segmentos da produção, tendendo, cada segmento, a concentrar-se. Nesse processo de divisão aparece a especialização de produtores de pintos que passam a desenvolver linhagens puras que sofrem um processo de melhoramento mediante cruzamento e fixação de caracteres desejáveis por sua importância econômica. Já em 1870 a "American Poultry Association Standard of Perfection" efetuava a primeira classificação de linhagem de aves, da qual resultam a possibilidade de definir as classes de aves de maior interesse econômico. Dado que as aves se prestam mais facilmente à investigação por força da facilidade de efetuar amostras controladas, o desenvolvimento da genética nesta área foi extremamente rápido, principalmente "através da utilização de grupos sanguíneos como auxiliares na seleção e identificação das aves portadoras de gens desejáveis"<sup>17</sup> e a eliminação das demais. Embora as aves resultantes desse trabalho de seleção genética tenham como ponto de partida linhagens puras melhoradas ou não, a importância econômica recai sobre este produto híbrido que passa ser conhecido pelo nome da empresa que controla o banco genético, que se constitui no segredo do seu negócio. Os investimentos requeridos para a manutenção do banco genético e para a execução de pesquisas, mais a concorrência entre as marcas de aves, acaba produzindo uma intensa concentração de capitais. Dos milhares de produtores de pinto de postura e corte existentes no mundo na década de 30, sobram hoje não mais que uma dúzia de empresas gigantes, a maioria americanas, que dominam o mercado mundial e em nítido processo de fusão, articuladas, por



sua vez, a oligopólios industriais.

A concentração de empresas americanas controladoras de marcas comerciais pode ser obtida mediante comparação das empresas existentes em 1966 e hoje:

- Arbour Acres Farm, Inc.; Babcock Poultry Farm Inc.; Colonial Poultry Farms Inc.; Dekalb Agricultural Association; Demier Farms; Garber Poultry Breeding Farm; Glastonbury Poultry Farms; Harco Horchards and Poultry Farms; Heisdorf e Nelson Farms (H e N); Honegger Breeder Hatchery; Hubbard Farms Inc.; Hy-Line Poultry Farms; Ideal Poultry Breeding Farm; Big Birds Inc.; Kimber Farms Inc.; Stones Poultry Farms; Corbett Inc.; Warren J.J. Inc.; Cobb Breeding Corporation; Welp's Breeding Farm; Pilch Inc.<sup>18</sup>. Passados quinze anos só sobreviveram as empresas criadas ou absorvidas por grandes grupos econômicos: a Arbor Acres é controlada pelo grupo Rockefeller, subsidiária da IBEC (International Basic Economic Corporation)<sup>19</sup>. Em 1971, a Merck Sharp e Dohme incorporou a Hubbard Farms. A incorporação se deu a partir de uma profunda modificação da estrutura da própria Merck que unificou seus investimentos na área agrícola na sua subsidiária chamada MSD Agvet (Merck Sharp e Dohme, Agricultura e Veterinária) e na qual se inclui a Hubbard Farms<sup>20</sup>. A Heisdorf e Nelson é uma subsidiária do grupo químico e veterinário Pfizer. O grupo Pfizer se desfez da sua empresa de genética avícola passando o controle aviário da mesma para o grupo Tatum Farms. Na transação, a Tatum adquiriu também a rede internacional de distribuição das aves

H e N<sup>21</sup>. A Pfizer, ao desfazer-se do negócio das aves, associou-se à Dekalb para explorar a indústria de sementes híbridas, através da formação de uma "joint-venture", denominada "Dekalb - Pfizer Genetics". A área de atuação da nova empresa inclui, além de outros produtos híbridos, sementes de milho, girassol, sorgo, soja e alfafa. "Os produtos da nova organização serão comercializados nos EUA e em mais 40 países em todo o mundo"<sup>22</sup>.

O crescimento da Dekalb é notório e em constante expansão, tendo incorporado a Warren em 1968 e a Kimber em 71, além de empresas de menor porte. Além da atuação na área de aves e sementes híbridas, investe na genética suína, comercialização de carnes, produção de aditivos, prospecção de petróleo, gás natural e engenharia agrícola: desmatamento, irrigação e projetos agropecuários de grande porte<sup>23</sup>.

A Babcock Breeders foi comprada pelo grupo francês ISA (Institut de Seleccion Animal), cujos acionistas são: o Instituto Merieux, Instituto de Desenvolvimento Industrial (do governo francês) e o Unigrains<sup>24</sup>. A Cobb Inc. foi comprada pelo grupo industrial Upjohn.

O mesmo fenômeno de absorção e centralização se verifica com a empresa européia "Euribrid" (European Hybrid Breeding Company) da Holanda, que domina as áreas de genética de aves (frangos de corte e postura), perus e suínos. Subsidiária do grupo Hendrix (maior fabricante de ra-

ções da Holanda e Bélgica) que, por sua vez, está ligada à "British Petroleum". Esse gigantismo lhe permitiu o controle de empresas de genética e nutrição animal na França e Espanha<sup>25</sup>. A canadense "Shaver Poultry Breeding Farms" é associada da Cargill e Anderson Clayton, que funcionam como distribuidores mundiais da linhagem. Informações mais recentes indicam que a Cargill e a Anderson Clayton estão desfazendo essa associação e se articulando com outras empresas detentoras de aves comerciais<sup>26</sup>, o que obrigou a Shaver a reorganizar-se em plano mundial de forma diferente<sup>27</sup>.

As empresas incapazes de enfrentar concorrência acirrada entre os monopolistas, aos poucos são alijadas do mercado. Um dos representantes da Dekalb Agrícola do Brasil em entrevista realizada em Campinas, no mês de agosto de 1981, detalhou alguns aspectos desse jogo: "Os custos da pesquisa genética em aves são altíssimos porque a pesquisa não pode parar nunca e a empresa tem de estar apta a lançar continuamente no mercado novas linhagens. A disputa pelo mercado é ferocíssima (sic) entre as empresas e o critério de vitória no mercado é o lançamento de linhagens cada vez mais produtivas. Conseqüentemente, a percentagem no mercado depende de constante pesquisa". O mesmo entrevistado informa que a "Dekalb tem 6 linhagens no mercado e 6 prontas para lançamento". Não sobra nesse jogo, segundo ele, "outra alternativa senão a absorção do concorrente mais fraco. A Dekalb só deixou de apresentar prejuízos depois que começou a eliminar ou absorver as empresas concorrentes". Ronald

Meyers, gerente internacional da divisão da Dekalb Ag. Research Inc., dos Estados Unidos da América, em entrevista, disse que para a década de 80 apenas três linhagens de poedeiras se destacarão nos EUA em relação às seis que competiam no mercado na década de 70. Para enfrentar essa concorrência a Pilch (americana) se juntou à Euribrid (holandesa) para distribuir as linhagens desta última no Canadá e Estados Unidos. A Euribrid entra com o produto e a Pilch, além de diversificar sua linha de opções, entra com a rede de distribuição que possui nos dois países. Considerando-se que os avanços na pesquisa tenderão ser mais lentos e difíceis, portanto, exigentes de aplicações cada vez maiores de investimentos do capital, não é de estranhar-se o fato da centralização e concentração, obrigando as empresas a fazer a disputa do mercado em plano mundial, o que explica sua fusão com grupos que mantêm redes mundiais de distribuição de outros produtos principalmente químicos, veterinários, de rações, sementes ou vários desses segmentos ao mesmo tempo, como são os casos da Euribrid (grupo Hendrix - British Petroleum); Arbor Acres (grupo Rockefeller); Hubbard (Merck Sharp Dohme); ISA (Instituto Merieux); Dekalb - Pfizer, etc.

Os dados apresentados acima deixam claro o processo de concentração mediante absorção de empresas concorrentes e fusão com empresas de porte mundial. Examinemos, agora, a estratégia de difusão dessas empresas.

Podemos observar três etapas distintas de difusão das empresas controladoras de marcas de aves híbridas. Embo

ra essas etapas não sejam de caráter linear e sucessivo, da do que há convivência de formas organizacionais de tipo diferente, é possível notar uma tendência à eliminação das etapas primitivas.

A primeira etapa consiste na constituição de empresas comerciais destinadas a atender a demanda de aves puras e melhoradas, e transferência de seus produtos a agentes locais, que se encarregam da multiplicação das aves e sua distribuição nos mercados locais. A relação é tipicamente comercial e o Estado desempenha um papel fundamental tanto no intercâmbio internacional quanto na difusão interna. Grosso modo, essa etapa compreende o período que vai de 1935 a 1960, como vimos anteriormente.

A segunda etapa se inicia com a difusão das marcas comerciais híbridas. A nova situação difere substancialmente da anterior. Enquanto a ave pura é, de certa forma, um produto factível, em tese pelo menos, de ser desenvolvido por qualquer criador e a respeito do qual é impossível manter-se um controle, o mesmo não sucede com a ave híbrida. Esta é resultado de um rígido processo de cruzamento, do qual resulta um produto passível de controle, porque portador exclusivo das características genéticas transmissíveis, mas não reversíveis. A seleção genética de aves comerciais se constitui de uma cadeia de três elos: a avó, portadora dos caracteres genéticos desejáveis; a matriz, receptora dos caracteres genéticos desejáveis; e o pinto de corte ou postura que retém os caracteres genéticos desejáveis enquan

to produto e não reversível, isto é, impossível de reproduzir pintos de corte ou postura ou matrizes sem que se instale rapidamente um processo de degenerescência. Não há caminho de volta à avó. Esta funciona como uma verdadeira "patente de invenção" guardada sob sete chaves. De posse desse segredo, as empresas controladoras passaram a adotar várias estratégias, todas elas com o objetivo de avançar sobre os mercados locais e regionais. A primeira variante dominante no Brasil na década de 60, consistia em transferir, para empresas "idôneas" matrizes sob a forma de pintos de um dia ou ovos férteis. É o caso, por exemplo, da Shaver Poultry Breeding Farms que fez contrato desse tipo com a Granja Guanabara de 1962 a 1972<sup>28</sup>, da Ito com a Hy Line e da Babcock com a Cooperativa Central Agrícola de São Paulo<sup>29</sup>. A segunda variante consiste na instalação local de filiais das empresas monopolistas. E esta passou a ser a tendência dominante. Com a instalação local das empresas começou, na década de 70, principalmente, a importação maciça de avós. Ao mesmo tempo que a filial controlava as avós, montava uma rede de matrizeiros, empresas nacionais, encarregados da produção de pintos de corte ou de postura, localizados estrategicamente nas zonas de intensa produção de aves e ovos. Foi o caso da Arbor Acres S/A, que se instalou no Brasil em 1963; a Dekalb Agrícola do Brasil em 1967<sup>30</sup>, entre outras.

Na segunda variante começou também a esboçar-se uma tendência, já plenamente configurada nos Estados Unidos,

que consiste em entregar as avós diretamente às grandes empresas integradoras locais, mesmo que as empresas controladoras de genética já estejam instaladas no país. Essa estratégia permite à empresa diminuir suas atividades em extensão e aumentá-las em profundidade na medida que as grandes empresas integradoras representam mercados cativos estáveis e de grande porte. Os exemplos mais esclarecedores dessa nova tendência são a Sadia (SC), que detém avós de três grandes empresas: da Pilch, da Canadian Turkeys Corporation e, recentemente, da Arbor Acres<sup>31</sup>; a Granja Resente S/A (Minas Gerais): as avós das marcas Hubbard e Peterson<sup>32</sup>; a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (SAIC): as avós da marca Cobb; o grupo Ito: as avós de marca Hy-Line e, Indian River<sup>33</sup>, etc. A Arbor Acres dos Estados Unidos e sua subsidiária brasileira, por exemplo, destinam 70% de suas vendas aos grupos integradores. Um representante da Arbor Acres no Brasil é claro a respeito desta tendência, indicadora, aliás, de concentração nos segmentos subsequentes da produção:

"Os 30% restantes, os quais produzem pintos de corte para o mercado aberto ... acabarão entrando no sistema de integração, pois ele proporciona um nível de eficiência maior por abranger todos os segmentos... Claro que isso depende da velocidade com que a avicultura e as integrações vão se desenvolvendo nas várias regiões. Mesmo assim, percebe-se que a integração é quase uma tendência geral."<sup>34</sup>

Aparentemente, o gradativo processo de transferência de avós a diversos grupos empresariais locais sugeri

ria que as empresas detentoras de genética não mais estão interessadas no controle de seu segredo, de suas "patentes". A realidade, porém, não é esta. Trata-se, na verdade, de uma estratégia onde o controle é ainda mais rígido, que se exprime em novas formas de organização, que levam em consideração o mercado mundial como um todo, e não mais os mercados locais ou regionais.

Os mercados locais e, eventualmente, os mercados regionais passam para a responsabilidade das empresas associadas, por sua vez incapazes de fazer os investimentos necessários em busca da autonomia técnica e científica. As que tentaram essa aventura acabaram tendo crescentes dificuldades econômicas como o caso da Granja Guanabara, única empresa brasileira com linhagens híbridas próprias, que pediu concordata. Informações da Associação Nacional de Pintos de corte dava à empresa, em 1981, uma fatia de mercado brasileiro de apenas 3%. A Granja Resente abandonou um projeto de pesquisa para criação própria de avós porque "os obstáculos a vencer são de tal vulto que desestimulam as tentativas. ... outro fator limitante à implantação de um projeto dessa natureza é que a linhagem de avós que porventura surja no final do programa genético brasileiro, mesmo abastecendo 100% do mercado interno, proporcionará baixo retorno do investimento. ... e o grupo detentor dessa nova raça terá que concorrer no disputadíssimo mercado internacional de avós, fato que por si só é mais do que suficiente para desanimar aqueles que pretendem investir numa programa



ção genética"<sup>35</sup>.

O gigantismo das empresas controladoras do segmento genético provoca, através da aparência de descentralização mediante o repasse das avós, de um lado, a eliminação de concorrentes futuros nesse mercado fechado e, de outro, induz o gigantismo e a concentração do segmento que passou a receber as avós, o qual passa a controlar as linhas subsequentes da produção até o produtor final. A integração vertical ou não, é a via eleita para viabilizar esta cadeia, constituindo-se em mercado seguro e cativo para as marcas de aves em concorrência. A internacionalização do capital capitaneado pela empresa multinacional se obscurece pela aparência da descentralização e transferência do controle a nível dos capitais locais. É preciso, porém, não esquecer que a circulação do capital no âmbito do espaço nacional passa, a partir desse momento, a obedecer à lógica e às estratégias do capital internacional.

A ascensão da empresa à condição de avozeira, o que implica, às vezes, a responsabilidade da distribuição de matrizes em âmbito regional, confere-lhe um estatuto privilegiado em relação aos produtores de pintos de corte e postura para o mercado aberto. Esses últimos empresários dependem do mercado, isto é, dos produtores independentes de frangos e ovos, categoria em rápida extinção<sup>36</sup>. Além do mais, esses produtores de pintos de corte, denominados "matrizeiros", dependem das avozeiras para o recebimento de matrizes, agora também seus concorrentes. Como são produtores

concorrenciais, não têm capacidade de resistir às crises do mercado e são facilmente alijados dele. Os dados fornecidos pela Associação Nacional de Produtores de Pintos de Corte (APINCO), à qual estão associados 90% dos produtores, revelam nitidamente essa tendência:

"Ao iniciar suas atividades (em 1979) a APINCO constatou a existência de mais de 160 produtores em todo o Brasil. Este número foi reduzido, sô ficando no mercado os produtores de melhor estrutura e em condições de oferecer produtos de qualidade comprovada. Assim, se mantém no mercado ..., cerca de 125 empresas das quais 71 têm produção máxima de 500.000 pintos/mês; 29 produzem entre 500.000 e 1.000.000 de pintos/mês; 25 empresas estão com sua produção mensal acima de um milhão. ... 68 destas empresas, ou 54,4%, estão representadas por produtores independentes cuja única atividade é a produção de pintos de corte. E as outras 57 empresas correspondem a produtores integrados, que detêm a maior parte da produção brasileira de pintos de corte."<sup>37</sup>

São exatamente esses conglomerados que articulam seus segmentos de produção vertical e/ou horizontalmente, o objeto das investidas das empresas monopolistas internacionais de genética. A estratégia de penetração nesses grupos nacionais se desenvolve em várias frentes. Uma delas consiste na elaboração de mecanismos de marketing, associando a empresa integradora à marca da ave que utiliza<sup>38</sup>.

Outra, consiste na organização de viagens, reuniões, cursos de empresários e técnicos às instalações da matriz e às empresas integradoras, cliente da empresa<sup>39</sup>. E, inversamente, uma intensa revoada de diretores, técnicos, cientistas da matriz para a filial e empresas integradoras

locais<sup>40</sup>; reuniões internacionais com distribuidores de uma divisão regional da matriz<sup>41</sup>; promoção de funcionários locais para âmbito internacional ou vice-versa<sup>42</sup>. Toda essa estratégia que não é privativa apenas dessas empresas, mas das multinacionais em geral, visam a criação de um "ambiente de familiaridade" da empresa no local de sua atuação, o rompimento do sentimento do "estrangeiro", principalmente nos países de forte tradição nacionalista, e "elevar ao máximo o sentimento de pertencer à firma"<sup>43</sup>. A substituição dos quadros locais é fundamental, muito embora o perfil que assumem, a postura que adotam seja idêntica a de um executivo de Hong Kong, Cingapura, México ou Estados Unidos: "A empresa multinacional é bastante flexível, no que tange à integração de pessoal estrangeiro, na medida que possui os meios de conformá-los em um molde único"<sup>44</sup>. Algumas empresas de genética jamais colocaram em suas filiais brasileiras gerentes estrangeiros como a Dekalb do Brasil e a Arbor Acres, por exemplo: "A história da Arbor Acres S.A. Avicultura (filial brasileira), se confunde com a do seu atual diretor vice-presidente<sup>45</sup>, Deoclécio J. Artur. Os primeiros ovos produzidos no Brasil foram recebidos e classificados por ele. Deoclécio trabalhou na área de produção, vendas e administração. Ele participou de todas as lutas empreendidas pela empresa, num constante trabalho de conquista e fixação de imagem junto ao mercado"<sup>46</sup>. "Dessa luta", resulta um perfil que é incorporado pelo gerente, com retoques da ética do sucesso, que nada mais é do que uma exacerbação da vaidade pessoal e da vontade de "subir na vida": "... quan-

do se alia sucesso, baseado na persistência e na convicção, à lealdade que um indivíduo pode oferecer, encontra-se a linha que orientará e sempre orientou a nossa empresa"<sup>47</sup>. Hagiografia à parte, a capturação da totalidade das energias do "executivo" representa um passo decisivo na implantação e consolidação da filial.

Finalmente, uma vez montada a estrutura oligopóli-  
ca das empresas controladoras das marcas comerciais de aves<sup>48</sup>, a expansão da produção, tanto espacial, quanto quantitativa, obedece ao mesmo padrão e tende a induzir a concentração das empresas que se transformam, por sua vez, em conglomerados verticais e ou horizontais, acelerando a internacionalização do espaço interno.

As crises periódicas provocadas pela superprodução se resolvem com o "saneamento" da avicultura, isto é, com a eliminação dos concorrentes mais frágeis, sejam quais forem, ao longo da cadeia agroalimentar da avicultura<sup>49</sup>. A baixa constante da taxa de lucro que ocorre no setor à medida que se intensifica sua capitalização, impele as empresas a acelerarem o processo de acumulação do qual resulta "alta capacidade e alto volume de operações dos estabelecimentos especializados, podendo resultar em economias de escala ou diminuição de alguns tipos de incertezas e de riscos"<sup>50</sup>. Embora possam ocorrer economias de escala e diminuição de custos, isto seguramente é secundário. O que é fundamental é o controle oligopolizado das diversas etapas do processo, a determinação de preços e a rápida capacidade de expandir

ou retrair a produção, enfim, controlar o mercado. A tabela 3.1 é indicativa do processo de expansão e retração da produção, particularmente violenta na produção de matrizes de ovos brancos e vermelhos<sup>51</sup>. Já a produção de matrizes de corte, em ascensão vertiginosa até 1980, também se retrai a partir dessa data. Se examinarmos o comportamento da cadeia avícola como um todo, podemos detectar mais claramente o processo de concentração que aí se verifica, tal como explicitado na tabela a seguir.

TABELA 3.1 - PRODUÇÃO DE MATRIZES NO BRASIL - TOTAIS ANUAIS - 1969-1983

PERÍODO	OVOS BRANCOS	OVOS VERMELHOS	CORTE
1969	565.900	135.700	2.470.700
1970	670.281	118.900	2.545.355
1971	606.650	161.763	3.114.463
1972	472.654	173.149	3.905.843
1973	516.489	115.644	3.907.234
1974	423.762	101.263	5.280.646
1975	456.984	125.920	4.727.338
1976	495.009	124.835	5.956.861
1977	471.504	142.380	6.310.788
1978	556.848	209.549	7.312.427
1979	545.808	297.912	8.768.209
1980	657.329	270.993	13.005.312
1981	734.709	228.905	11.962.146
1982	638.497	269.259	11.185.860
1983	467.244	203.718	10.551.382

FONTES: - (1969-1977) - Realidade Agro-Avícola, São Paulo, Willian Ed., ano 2, nº 3, fev.79. p.14.  
 - União Brasileira de Avicultura. Divisão de Matrizes.  
 - Montagem do autor.

Estudos feitos pela EMATER Mineira, em 1978, sobre a produção de ovos - segmento altamente instável, como se pode ver pelo indicador de matrizes - concluiu que os produtores de menor porte (possuidores de plantéis com até 10.000 aves) não sobreviveram, os demais sobreviverão se puderem controlar o componente principal da alimentação das aves, o milho, através de plantio próprio ou estocagem, e fazer investimentos em equipamentos modernos. Mas isso é impossível em virtude, segundo os autores, da "carência tecnológica, deficiências de crédito rural, pequeno desenvolvimento de pesquisa, imperfeição do mercado de produtos e insumos (sic), além de pouco conhecimento da realidade rural brasileira"<sup>52</sup>. Dito de outra forma, esse tipo de empreendimento deixou de acumular: "pequenas e médias empresas não suportam nenhuma variação em que haja queda do preço do ovo e alta do concentrado. ... se qualquer das combinações de redução do preço do ovo e elevação do preço do concentrado ocorrer simultaneamente, pequenas e médias granjas não sobreviverão e deixarão o mercado. Já as empresas da categoria C (entre 20 e 40.000 aves) resistem satisfatoriamente a algumas combinações mais adversas"<sup>53</sup>. A conclusão dos autores é clara e simples: "Para conseguir suportar melhor as oscilações do mercado, ..., uma granja deve ter um plantel superior a 10.303 aves, produzindo 427 caixas de ovos por mês. Essa conclusão se torna mais interessante quando se verifica que, no final das contas, "o necessário é que as pequenas empresas (granjas) deixem de existir"<sup>54</sup>. Mesmo os remanescentes autônomos, pressionados por oscilações de lon

go prazo tendem a não resistir e só permanecem na produção mediante subordinação a um segmento oligopolizado que efetua a integração<sup>55</sup>, não apenas no segmento da produção de ovos, mas também, e principalmente, no da produção de frangos de corte. Dados colhidos nas revistas especializadas, conferências e entrevistas, indicam seguramente que a produção independente e de pequeno porte desapareceu e a de grande porte que não pertencer ou <sup>não</sup> se integrar aos conglomerados não resistirá.

Em Santa Catarina, 98% da produção de aves é feita por empresas integradoras<sup>55</sup>; no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas atinge 60% e nas áreas de expansão do Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará) e Centro-Oeste (Goiás e Distrito Federal) é praticamente de 100%<sup>56</sup>. Esses dados permitem a seguinte conclusão: nas áreas mais antigas de produção a integração é lenta e sofre a resistência dos produtores independentes que lutam para manter a independência; já nas áreas onde a produção de aves e ovos se forma sob o domínio de grandes empresas (como é o caso de Santa Catarina) ou nas áreas de expansão (Nordeste e Centro-Oeste), a integração é praticamente total. O padrão que aí se constitui não faz o percurso histórico da divisão dos segmentos envolvidos na produção, mas nasce sob o comando das empresas oligopolizadas. A tabela 3.2 - Distribuição estadual e regional da produção de matrizes - é indicativa desse movimento, salvo raras exceções, e quando essas ocorrem, a expansão é comandada pela nova forma de articulação da produção, como

TABELA 3.2 - DISTRIBUIÇÃO ESTADUAL E REGIONAL DA PRODUÇÃO DE MATRIZES (1978-1983)

ESTADOS	OVOS BRANCOS			OVOS VERMELHOS			CORTE		
	1978	1980*	1983	1978	1980*	1983	1978	1980*	1983
São Paulo	428.359	445.960	418.194	138.374	140.821	151.918	2.838.839	3.629.189	2.865.642
Minas Gerais	1.150	-	-	3.900	1.900	-	994.815	1.773.209	1.424.854
Rio de Janeiro	32.215	34.165	3.790	13.477	11.265	-	374.913	415.213	286.840
Espírito Santo	4.400	13.900	-	-	2.300	13.600	41.546	84.260	111.400
S U D E S T E	466.124	494.025	421.984	155.749	156.286	165.518	4.250.137	5.901.771	4.688.736
Rio Grande do Sul	21.610	18.015	4.000	26.820	54.015	9.600	745.108	1.550.712	1.827.272
Paraná	-	26.982	-	990	250	2.800	448.829	888.995	1.169.180
Santa Catarina	-	4.600	-	2.800	5.020	-	1.129.163	1.526.363	1.879.410
S U L	21.610	49.601	4.000	30.610	59.285	12.400	2.323.100	3.966.070	4.875.862
Pernambuco	45.044	28.940	27.500	12.880	12.000	5.000	337.225	449.207	327.041
Ceará	20.870	9.420	5.500	8.710	13.500	5.000	189.915	337.559	266.323
Bahia	-	5.000	-	-	-	-	136.990	110.990	37.800
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	1.200	5.930	-
Alagoas	-	-	-	-	-	-	2.000	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	10.400	32.310	32.400
Maranhão	-	2.000	-	-	-	-	-	20.100	-
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	3.700	6.050
Paraíba	-	10.200	-	-	-	-	4.550	27.960	90.610
N O R D E S T E	65.914	55.560	33.000	21.590	25.500	10.000	622.280	987.426	760.224
Amazonas	3.200	-	-	-	-	-	17.280	27.904	28.600
Pará	-	9.000	8.260	1.000	2.000	-	52.840	24.290	111.560
Acre - Amapá	-	-	-	600	-	800	5.990	3.200	4.500
Rondônia	-	-	-	-	1.000	-	1.500	81.020	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000
N O R T E	3.200	9.000	8.260	1.600	3.000	800	77.610	136.414	146.660
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	31.600	64.220	78.800
Goiás	-	-	-	-	-	-	7.700	-	1.100
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-	4.800	-
CENTRO-OESTE	-	-	-	-	-	-	39.300	69.520	79.900
TOTAL BRASIL	556.848	608.186	467.244	209.549	244.071	188.718	7.312.427	11.061.201	10.551.382

FONTES: - Para o ano de 1983 - Divisão de Matrizes da União Brasileira de Avicultura. In Avicultura Industrial, ano 74, nº 890, fev.84. p.43.  
- 1980\* - Não inclui dados referentes ao mês de dezembro.  
- Para 1979/1980 - Realidade Agro-Avícola, São Paulo, Willian Editora, ano IV, nº 26, dez. 80. p.54.



no Rio Grande do Sul e Espírito Santo. As crises cíclicas da avicultura, embora indiquem diminuições significativas da produção ensejam a expansão de grupos poderosos integrados horizontal e verticalmente. Tomo exemplos indicativos desse processo que não indicam apenas um movimento tendencial, mas configuram a estrutura do complexo avícola hoje existente no Brasil e, ao mesmo tempo, deixa claro o mecanismo de expulsão ou inviabilização do produtor capitalista independente e a inevitável subordinação do camponês às empresas oligopolizadas a seu montante e/ou jusante.

A montagem padrão desse tipo de empresa teve início em Santa Catarina através da SADIA Concórdia e Perdigão Alimentos S/A. A partir de um núcleo central constituído por um frigorífico, as empresas partiram para uma intensa expansão mediante criação de empresas coligadas e absorção de concorrentes de menor porte, seguida de uma expansão para o Oeste do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Goiás<sup>57</sup>; a mesma trajetória foi seguida pelo Grupo CEVAL Agroindustrial e pela Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecô. A CEVAL vem absorvendo, num ritmo regular, complexos industriais já fortemente integrados como a Seara Brascarne Participações S/A de Xanxerê em 1980<sup>58</sup>; em 1982 adquiriu o Grupo SAFRITA de Itapiranga; em 1983 adquiriu as fábricas e armazéns do KASPER S/A., maior complexo de soja do Rio Grande do Sul e, em 1984, adquiriu a FRIL - Frigorífico Rio da Luz, sediado em Jaraguá do Sul (SC). O grupo Eliane, empresa com negócios na produção de cerâmica, passou a inves-

tir na produção de pintos de corte, frigorífico, fábrica de rações e equipamentos. Esses grupos controlam praticamente toda a produção de aves de Santa Catarina e Sudoeste e Oeste do Paraná<sup>59</sup>. Começaram também constituir-se grupos de grande porte na região Leste, próxima a Curitiba e no norte, em Londrina e Maringá<sup>60</sup>.

A concentração da produção avícola em São Paulo se deu, em primeiro lugar, na produção de ovos, em constante crise desde o início da década de 70; e, posteriormente, na produção de frangos de corte, em rápida expansão a partir de 77/78 e entrando em crise também a partir de 82/83. Os produtores tradicionais, empresários independentes, não tiveram condições de suportar a crise, ou compensar a crise com investimentos capazes de aumentar os índices de produtividade<sup>61</sup>. As grandes empresas passam então a investir simultaneamente na produção e processamento de ovos e frangos, alongando sua influência sobre os produtores mediante contratos de integração, neste caso executando o mesmo processo de centralização efetuado pelas cooperativas, principalmente a Cooperativa Agrícola de Cotia. As Granjas Ito, um gigantesco conglomerado, se expandem continuamente nestas condições aparentemente desfavoráveis, permitindo-lhes o controle de todas as operações, desde a avó, até a colocação do ovo e da carne no mercado interno e internacional. As granjas de aves de postura do grupo possuem 1 milhão e 800 mil poedeiras. Essas aves, mais as dos produtores integrados, colocam nas mãos do grupo 150.000 dúzias diárias de

ovos. O grau de verticalização da empresa é de tal ordem que permite a um de seus diretores afirmar que "de todos os setores afeitos às necessidades da produção avícola, apenas a plantação de grãos ainda não foi apanhada pelas garras da organização"<sup>62</sup>.

O grupo "Granjas Mizumoto" evolui de um plantel de 300 poedeiras em 1946, para 3.000 em 1955; 50.000 em 1964; 180.000 em 1971; 2 milhões em 1982. Possui empresas vinculadas à indústria da madeira, rações, cerâmica, gaiolas e transportes<sup>63</sup>. Na mesma direção evoluem a Cargill Agrícola<sup>64</sup>, a Thompson Corporation do Brasil Indústria e Comércio Avícola Ltda.<sup>65</sup>, o Grupo Pão de Açúcar<sup>66</sup>.

Minas Gerais e Rio de Janeiro, centros tradicionais da produção de aves e ovos, passam também a concentrar a produção. São típicos os exemplos, do já citado Grupo Pão de Açúcar, das Granjas Resente, conglomerado verticalizado da produção avícola<sup>67</sup>; e a Granja Planalto, subsidiária do Grupo Carfepe, pertencente ao grupo químico-farmacêutico veterinário Instituto Valée. O grupo possui incubatórios para a produção de 4 milhões de pintos/mês; fábrica de rações, silos, 140 aviários e produção de 350.000 dúzias de ovos por mês<sup>68</sup>.

A avicultura do Centro-Oeste se concentra especialmente em Goiás e no Distrito Federal. A expansão da produção pode ser visualizada pela tabela a seguir, elaborada pela CEPA/DF e se dá em moldes totalmente integrados.

TABELA 3.3 - PRODUÇÃO E CONSUMO DE FRANGOS E OVOS EM BRASÍLIA - 1979-1983

PRODUTOS	UNIDADES	1979		1980		1981		1982		1983	
		PROD.	CONS.	PROD.	CONS.	PROD.	CONS.	PROD.	CONS.	PROD.	CONS.
FRANGOS	TON	14.823	17.167	13.767	18.603	13.603	18.155	21.248	17.273	16.315	16.017
OVOS	DZ 1.000	1.246	13.730	3.560	15.020	8.165	16.073	11.202	15.875	11.100	16.943

FONTE: CEPA/DF; CGEA/DF; EMATER/DF.

Elaboração CEPA/DF.

Empresas gigantes, como a Granja Saito, localizada em Bela Vista do Goiás, mantém um plantel de poedeiras de 1.2 milhão de poedeiras; a Goiás Agro-Avícola, de Inhamas, mantém um plantel de 350.000 poedeiras; a Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal Ltda. (COOPA DF), repassou a 23 associados um plantel de 300.000 poedeiras; a Coperbras Cia. Avícola e Pecuária de Brasília, subsidiária do grupo Capixaba Dumilho, possui 2.800ha, 670.000 poedeiras, fábrica de rações, produção de frutas cítricas, soja, arroz, milho e mandioca; Sô Frango opera granjas de matrizes, incubatório para um milhão de pintos por mês, abatedouro para 120.000 aves por dia; plantel de 2 milhões de frangos de corte, fábrica de rações e rede própria de distribuição em Brasília e Goiânia<sup>69</sup>. Finalmente, temos as instalações da Betinha Goiás S/A<sup>70</sup> e da SADIA, no município de Goiatuba, principal pólo de produção de milho e soja de Goiás. O projeto da Sadia é simplesmente gigantesco, pois envolve investimentos de 100 milhões de dólares; produção anual de 158.000 toneladas de carne de aves (72 milhões de frangos e 10 milhões de perus), 2.500 aviários e 2.300 hectares de terra<sup>71</sup>.

No Nordeste, embora o Ceará e Pernambuco possam ser considerados pólos tradicionais de produção avícola, a concentração da produção é recente, quer pelo crescimento das empresas, quer pelo deslocamento de empresas de grande porte do sul e sudeste para o Ceará, Pernambuco e Bahia<sup>72</sup>. O movimento de expansão da avicultura de padrão internacio-

nal foi estimulado por créditos subsidiados, incentivos fiscais, via Sudene, e uma demanda anual de carne de aves de 223 mil toneladas, para uma produção de 120 mil, bem como uma demanda de 408,9 milhões de dúzias de ovos para uma produção de 162,2 milhões de dúzias<sup>73</sup>. A expansão nessa região obedeceu a uma estratégia curiosa: intensa publicidade das atividades das associações estaduais de produtores ligados à avicultura na imprensa especializada de São Paulo<sup>74</sup>; criação, em maio de 1980, da Associação Nordestina de Avicultura<sup>75</sup> sob a liderança de Roberto Soares Pessoa que, com apoio dos empresários do Sul, foi eleito presidente da União Brasileira de Avicultura (UBA); promoção no Nordeste do "V Simpósio de Atualização Avícola" que, "com toda a troca de informações e técnicas que promove, insere-se dentro de um esforço global para que o desenvolvimento do país não se limite a apenas algumas regiões. Desde que tem mostrado bom desempenho no panorama da avicultura brasileira, o Nordeste, através da realização do simpósio, auxilia na implantação de uma avicultura industrial realmente progressista"<sup>76</sup>; investimentos em fábricas de rações e pressões para suprimento regular de milho para a região, bem como definição de uma política de produção de cereais<sup>77</sup>.

### 3.3 - A crescente concentração e monopolização da produção de rações

A indústria da ração é um segmento fundamental da cadeia alimentar avícola e se concentra nos mesmos moldes

do segmento anterior. A sofisticação genética das aves consiste fundamentalmente na sua capacidade de responder a uma precisa quantidade de insumos alimentares difíceis de serem obtidos sem sofisticados equipamentos de mistura para a obtenção das dosagens corretas para as quais a ave foi programada. Não há forma de criar aves híbridas com fim comercial sem rações precisamente elaboradas, levando em conta, inclusive, as etapas de desenvolvimento da ave ou sua destinação final (ração de crescimento e terminação, ração para postura, ração para matrizes), o que pode não ocorrer com a criação de suínos e gado leiteiro que ainda não foram totalmente enquadrados geneticamente para serem taxativamente responsáveis a determinados insumos, o que explica o elevado percentual de destinação da ração às aves<sup>78</sup>, embora as grandes empresas internacionais e nacionais ligadas à produção de rações e frigoríficos tenham desenvolvido intensos esforços de importação e adaptação de raças híbridas altamente selecionadas depois de 1978, com a decretação da "Peste Suína Africana", que praticamente liquidou com o rebanho tradicional brasileiro. A trajetória desses suínos híbridos é idêntica à das aves híbridas. Assim é que, neste período, foram introduzidos híbridos belgas (grupo Humus Seghers), franceses (Semesa, grupo Socil Guiomarch), ingleses (Agrocere-PIC), além do híbrido desenvolvido pela Sadia<sup>79</sup>. A participação dos suínos no consumo de rações que era, em 1971, de 11%, em 1980 já se havia elevado para 29%<sup>80</sup>.

A concentração da produção de aves e a tendência

TABELA 3.4 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE RAÇÕES BALANCEADAS - TOTAL BRASIL - 1965-1980  
(1.000 ton.)

ANO	INDÚSTRIA	COOPERATIVA E INTEGRAÇÕES	TOTAL GERAL	AUMENTO ANUAL %
1965	1.400	280	1.680	-
1966	1.600	320	1.920	17,8
1967	1.700	340	2.040	6,3
1968	1.900	380	2.280	11,8
1969	2.300	460	2.760	21,0
1970	2.500	500	3.000	8,7
1971	2.772	554	3.326	10,9
1972	3.214	643	3.857	16,0
1973	4.018	803	4.821	25,0
1974	5.223	1.045	6.268	30,0
1975	5.736	1.147	6.883	9,8
1976	6.634	1.327	7.961	15,7
1978	7.771	1.555	9.326	17,1
1979	8.825	1.938	10.764	15,4
1980	10.564	2.893	13.457	25,0

FONTES: Sindirações/DIFISA.  
Realidade Agro-Avícola, ano V, nº 41, abr.82.



ã concentração da produção de suínos e, provavelmente da produção de leite, acaba induzindo e é induzida pela oligopolização do segmento controlador da genética e de rações. Se, em tese, pequenas empresas podem chegar a produzir rações, o acesso às matérias-primas e equipamentos necessários para elaborá-los e a concorrência que se trava no mercado, os mercados cativos das integrações os afastam do negócio, ou se nele permanecem, atuam em faixas marginais desprezadas pelos grandes grupos. A concorrência se situa no plano das empresas oligopolizadas que disputam o mercado interno e internacional consumidor mediante oferta de assistência técnica, intensa propaganda e diversificação de produtos, celebração de convênios e acordos que visam fundamentalmente o controle do mercado.

A organização dos empresários de rações (SINDIRAÇÕES) é inteiramente dominada pelos grandes grupos e funciona, ao mesmo tempo, como "lobby" e articulador dos vínculos com o capital internacional. Em 1980, o Sindirações coordenou a visita de uma delegação da Federação Européia de Alimentos Compostos Para Animais<sup>81</sup>, com a qual assinou convênio de intercâmbio de "resultados de pesquisas sobre novas fontes de matérias-primas que possam ser de domínio público, porque testadas dentro do âmbito biológico, ... e entenderam-se em realizar um amplo trabalho de estatística e outros levantamentos que possam evidenciar o crescimento dos setores a que se destinam as rações, ... e que todas as informações assim trocadas possam ser divulgadas nos países

de tecnologia avançada"<sup>82</sup>. Outro objetivo básico da delegação era "diminuir sua (dos europeus) dependência dos fornecimentos (de matérias-primas) norte-americanos"<sup>83</sup> e "conhecer melhor as disponibilidades brasileiras de farelo de soja, além de abrir caminho para negociações mais diretas e obter garantias de um suprimento constante desse importante insumo para fabricação de rações"<sup>84</sup>. A vinculação internacional do Sindicato pode ainda ser observada nos acordos celebrados com a US Feed Grains Council, que articula as empresas monopolistas de rações nos Estados Unidos e no mundo. O perfil e as funções do US Feed Grains Council pode dar a medida do peso dessa instância articuladora do monopólio: "Um dos principais objetivos do US F.G.C. é desenvolver mercados, demonstrando aos clientes de outros países como poderão ser beneficiados pelo maior uso de grãos, aumentando a eficiência das operações pecuárias e avícolas. Agora, no seu 21º ano, o USFGC dirigiu e conduziu orientações comerciais e promoveu programas de assistência técnica em 32 países, usando suas 13 agências regionais na Europa, Ásia e África. Os objetivos básicos do USFGC são: coordenar e dirigir os esforços dos produtores americanos de grãos para alimentação animal, assim como outras organizações agrícolas correlatas, consolidados num único programa de exportação; criar, ampliar e promover mercados para os grãos americanos e produtos relacionados. Para isso, USFGC conta com a colaboração de ministérios, agências, entidades de classe (daí o convênio com o Sindicato) e outros órgãos oficiais de governos estrangeiros que possuem responsabilidade rela-

cionada com a produção agropecuária dos respectivos países"<sup>85</sup>. Os dois acordos celebrados (com a FEFAC e USFGC), aparentemente contraditórios, indicam, na verdade, a gigantesca concorrência internacional do setor e a internalização dessa concorrência a nível nacional, à medida em que cresce o volume dos interesses nele envolvidos a partir da expansão da produção de aves, suínos e gado leiteiro, como pode ser notado pela evolução da produção de rações a partir de 1965, quando da entrada de aves híbridas no país.

A repartição desse imenso bolo acabou provocando intensas lutas, tanto no interior do sindicato da indústria de rações, quanto junto aos setores monopolistas nacionais e internacionais, produtores de concentrados químicos e biológicos, bem como junto às grandes integrações e cooperativas. Os interesses divergentes acabaram se polarizando entre as grandes empresas internacionais que viram sua capacidade limitada frente às barreiras dos mercados fechados constituídas pelo fornecimento aos sócios e produtores integrados. O conflito desemboca na criação, em 1980, da Associação Nacional de Fabricantes de Rações (ANFAR), com o objetivo de "cuidar exclusivamente dos interesses das fábricas que produzem e vendem rações no mercado. Isso porque no Sindirações - Sindicato Nacional da Indústria de Rações Balanceadas - grande parte dos associados são produtores de matérias-primas para rações, fabricantes que produzem para consumo próprio (integrações) e cooperativas"<sup>86</sup>, bem como "firmar a posição do setor, defender os interesses da clas-

se e melhorar a imagem dos empresários atuantes nesta área"<sup>87</sup>. A presença do grande capital internacional e nacional na articulação e direção da Associação pode ser visualizada na composição da primeira diretoria eleita no dia 24 de abril de 1980:

Presidente : Laerte Setúbal Filho, Rações Anhanguera  
(grupo Duratex);

Vice-presidente: Marcelo Correa, Rações Purina;

Secretário : Adib Fadel, Anderson Clayton;

Tesoureiro : Mario Hatori, Rações Dutra;

Suplentes : Jorge Petrelli, Cargill;  
Bertrand Archambend, Socil;  
Álvaro Vianna Amorin, Fri-Ribe<sup>88</sup>.

O presidente da nova entidade reconhece implicitamente que a nova associação congrega o restrito clube dos grandes: "O crescimento das indústrias de rações se revela pela existência, atualmente, de um parque industrial do setor, congregando um núcleo superior a 50 empresas. Juntas elas são responsáveis pelo fornecimento de mais de 20 mil empregos, movimentando recursos da ordem de 1,5 bilhões de dólares anuais"<sup>89</sup>. E que a expansão da produção de rações se deve "... aos aportes tecnológicos externos ... e o crescimento da criação animal no país, notadamente a avicultura"<sup>90</sup>. Saliou, também, que "entre suas muitas tarefas (da indústria de rações)" destaca-se "a transferência para todo o setor pecuário do acervo tecnológico mundial disponível sobre aumento de produção e produtividade zootécni-

ca..."<sup>91</sup>.

Na prática, a associação pretende criar um "lobby" desse segmento de empresários. Para tal, definiu um agressivo programa de contatos com órgãos do Estado que são atraídos à Associação numa programação de palestras<sup>92</sup>, congressos<sup>93</sup>, pressões organizadas contra medidas governamentais desfavoráveis ao setor<sup>94</sup>, contratação de executivos com livre trânsito nos órgãos do Estado<sup>95</sup>.

A indústria de rações, tal como os demais segmentos da cadeia alimentar avícola, apresenta um padrão de organização internacionalizado, similar ao apresentado pelo segmento genético, com expansão agressiva em todas as áreas de produção de aves, ovos, suínos e leite. A disputa pelo mercado de rações tenderá a obrigar as empresas a constituir mercados cativos, quer através de contratos de fornecimento, assistência técnica e planejamento da produção, quer através da integração dos produtores, tendência, aliás, dominante hoje. A disputa de mercados e a busca constante de alternativas para a acumulação do capital produz constantes deslocamentos no espaço que passa a ser articulado pelo capital monopolizado de todos os segmentos da cadeia alimentar. O anexo 5 é uma tentativa de mostrar a situação da expansão da cadeia alimentar da avicultura tal como se apresentava em 1980/1981. Os dados do anexo 6 tomam o mesmo critério de verificação, salientando a expansão das principais empresas monopolistas do setor de rações. Tanto os dados do anexo 5, quanto os do anexo 6 permitem visualizar a organi-

zação do espaço e da produção de aves, suínos e leite pelo capital monopolista.

#### 3.4 - Monopólio da indústria química-veterinária

O desenvolvimento da pecuária leve de caráter industrial e em condições de confinamento induziu os monopólios químico-farmacêuticos a constituir divisões veterinárias para apropriar-se desse mercado. Esse mercado, dado o grau de oligopolização das empresas que controlam a genética de aves e suínos em todo o mundo, apresenta uma quase completa homogeneidade de doenças e problemas sanitários, o que permite planejá-lo em termos mundiais. As doenças<sup>96</sup> que afetam o rebanho avícola no Brasil, por exemplo, estão presentes em todos os plantéis de aves do mundo porque viajam com as empresas que as controlam. As questões sanitárias são também homogêneas e decorrem das condições de confinamento a que é submetido o animal.

As empresas internacionais se apropriam desse mercado, outrora dominado por pequenas e médias empresas nacionais, pondo em prática as seguintes estratégias, entre outras:

- Compra e controle das empresas de genética detentoras de marcas de aves que se vêem em dificuldade para enfrentar a concorrência mundial. Essa estratégia apresenta várias vantagens: as aves passam a ser distribuídas pelo

circuito mundial da empresa, já existente a partir das filiais; fábricas ou distribuidoras estrategicamente colocadas em países dos quatro continentes permitem à empresa produzir pacotes técnico-veterinário-sanitários calibrados de acordo com as características da ave; os mesmos plantéis utilizados para a seleção genética são utilizados para pesquisa e teste de novos produtos, sem duplicação de investimentos; os produtos novos já têm uma antecipada garantia de mercado. As empresas que adotaram essa estratégia foram: Instituto Merieux, no Brasil, Rhodia-Merieux, que juntamente com o Banco de Crédito Agrícola Unigrains e o governo francês, formaram a ISA (Instituto de Seleção Animal), adquiriram as linhagens desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica (INPA) que havia desenvolvido a ave de corte "Vedette", e a empresa S.A. Studler, com suas aves poedeiras denominadas ISA BROWN. Adquiriu, em seguida, a Babcock Poultry Farms e a Babcock International, o que lhe abriu o espaço para penetrar no mercado norte-americano e canadense. Para penetrar no mercado brasileiro e latino-americano adquiriu as granjas da H e N, controladas pelo grupo químico-farmacêutico-veterinário Pfizer, que estava saindo do negócio mediante venda de suas linhagens à Tatum Farms (americana) e se associando a outra empresa de genética avícola, a Dekalb. A partir desse momento as aves da ISA-BABCOCK passarão a deslocar-se pelos caminhos do governo francês, do Unigrains e pela rede mundial da Rhodia-Merieux<sup>97</sup>. O Grupo UPJohn, através da TUCO, divisão da UPJohn, responsável pelo desenvolvimento e produção veterinária, assumiu o contro





comentado o lançamento do Stenorol<sup>101</sup> nos Estados Unidos. Comentou-se também sobre o marketing utilizado na exposição do Stenorol e planos para daqui a três anos [grifo meu]. Ficou estabelecido o que a Russel fará em termos de marketing nos próximos anos. E para dar continuidade às reuniões da Russel-Uclat durante os dias 20 a 24 de junho (de 1983), foi realizada na cidade de Caracas, uma reunião para toda a América Latina, para a divisão agrícola e veterinária com todas as filiais da Russel, onde foram discutidos planos de vendas para os próximos três anos."<sup>102</sup>

Nesse tipo de reunião, quando se fazem os balanços e avaliações das filiais frente o planejamento e objetivos da matriz, a alta direção da matriz se faz presente tanto para verificar os resultados obtidos, quanto para manter a homogeneidade de direção, uma vez que reuniões idênticas são feitas nas demais regiões. A criação de divisões internacionais indicam um grau crescente de controle sobre as empresas filiais por parte da matriz e um estágio elevado de organização e controle dos mercados em plano regional.

- Organização de sistemas de vendas acoplados a pacotes tecnológicos e à assistência técnica correspondente. Essas empresas controlam veterinários, agrônomos ou zootecnicistas que, após serem submetidos a intenso treinamento em relações públicas, técnicas de venda e manejo dos "pacotes tecnológicos" são mandados a campo para cobrir determinadas regiões dos mercados nacionais.

- Promoção de seminários, palestras, dias de campo, com ampla cobertura da imprensa, destinados a empresários, produtores, professores universitários para lançamen-

to de produtos novos. Para tais eventos, freqüentemente, são trazidos para as filiais os cientistas que desenvolveram o produto nos laboratórios da matriz: "A Sumitono Corporation do Brasil promoveu em São Paulo, Porto Alegre e Concórdia (em Concórdia está sediado o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves - CNPSA da EMBRAPA e a mais importante região produtora de aves e suínos de alta qualidade), conferências sobre o uso do antibiótico colestina na avicultura e suinocultura. As palestras foram proferidas pelos seguintes conferencistas: Isao Fujimato, químico e cientista japonês, Rodolfo Kronka, pesquisador e professor da Universidade de Jaboticabal ... e Akikazu Tamai, gerente do Departamento de Produtos Químicos da Sumitono, em Tóquio, Japão" <sup>103</sup>. A Bayer, para lançar o antibiótico "Trubin" para suínos e aves promoveu um simpósio "sobre moléstias aviárias e de suínos". Trouxe para o Brasil um veterinário japonês, pesquisador do grupo químico Toyo Jozo (Japão), um professor da Universidade de Hannover (Alemanha) e quatro professores universitários brasileiros <sup>104</sup>. A SQUIBB promoveu um "Seminário Internacional" em São Paulo, para lançar o Dinamutilin, e trouxe, para tal, diretores da Squibb e pesquisadores universitários para fazer conferências.

As empresas fazem questão de associar ao ato trivial de marketing, um tom científico, respeitável e sério. A presença dos pesquisadores funciona como garantia da qualidade do produto. A presença quase sempre invariável de professores universitários brasileiros (quando o lançamento é

feito no país) ligados à área de patologia aviária ou suínica se deve ao fato de que são eles que efetuam os testes preliminares do produto antes do lançamento. Os pesquisadores locais não vão muito além disso. As pesquisas são, na verdade, testes sob controle e permitem, se for o caso, adaptação às condições locais.

O segmento da indústria química farmacêutica veterinária é um dos mais oligopolizados do país e do mundo. Os investimentos necessários para implantar essas indústrias são de tal ordem que não só desencorajam a entrada nesse setor, como tende a ser excludente dos grupos que não têm condições de acesso às matérias-primas necessárias à produção final desses produtos. Os anexos 7 e 8 permitem visualizar o grau de controle exercido pelas grandes empresas internacionais na produção de antibióticos, biológicos, desinfetantes, endoparasiticidas e suplementos para rações (Anexo 7) e de microelementos e aditivos para medicamentos, rações, higiene e sanidade das aves e outros animais (Anexo 8).

A produção industrial de aves e suínos, sua expansão crescente acaba se constituindo num sorvedouro de produtos veterinários. Em 1981 fiz um levantamento do montante de medicamentos utilizados por um produtor integrado a uma empresa do Oeste de Santa Catarina, num lote de 13.500 aves. O lote permaneceu no aviário do produtor 47 dias. Nesta relação, evidentemente, não estão relacionados os micronutrientes e medicamentos incluídos nas rações quando do seu processamento sob a forma de "premixes".

A relação, extraída das notas fiscais relativas ao lote, é a seguinte:

- Vitagold: "complexo vitamínico líquido, altamente assimilável, em especial para a vitaminização de choque, melhorar as condições de produção, auxiliar no tratamento da coccidiose e proteger a mucosa intestinal contra seus agentes em stress"<sup>105</sup>. Fabricante: Tortuga. Dose aplicada: 2 litros (adicionado à água dos bebedouros).

- Violeta Genciana - Dose: 1 litro. Veiculação: água do bebedouro. Fabricante: Tajina.

- Neomaison Avícola - Prevenção e tratamento de doenças bacterianas. Dose: 1 litro. Veiculação: água do bebedouro. Fabricante: FATEC.

- Vacina contra New Castle - Combate à doença de New Castle. Doses: 28.000 frascos. Veiculação: injetável. Fabricante: Bio-Vet, Rhodia-Merieux, Salisbury.

- Aureomicina - antibiótico - "Estimulante do apetite, controle da DCR (crista azul), enterite não específica, sinovites das aves". Dose: 2 frascos. Veiculação: água do bebedouro. Fabricante: CIANAMID.

- Sulfa Solúvel - "Sulfaquinoxalina como princípio ativo no tratamento da coccidiose, tifo, cólera das galinhas. Dose: 2 quilos. Veiculação: água do bebedouro.

- Ducoxim Coccidiostático - Dose: 1,500kg. Veicu-

lação: água do bebedouro. Fabricante: Merck Sharpe Dohme.

- Rovisol - Dose: 2 latas (dados não especificados).

- Lorasol - Dose: 1 lata (dados não especificados).

- Vetasol - Dose: 1 lata. Desinfetante e germicida. Fabricante: Squibb.

- Sivanclor K - (sem especificação de dados)<sup>106</sup>.

### 3.5 - Máquinas e equipamentos

A intensa expansão da avicultura na década de 70, ensejou que empresas dedicadas à fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas passassem a produzir também equipamentos avícolas, bem como o surgimento de empresas especializadas em função da avicultura. Pode-se distinguir, neste segmento, pelo menos três tipos de empresas:

- O primeiro, onde predominam as pequenas empresas nacionais, são as que se dedicam à produção de equipamentos para os aviários: campânulas, bebedouros, comedouros tubulares, silos para ração, cortinas, etc. Essas, a partir da retração da produção verificada a partir de 81/82, tenderão a desaparecer<sup>107</sup>, porque as empresas de maior porte tendem a se apropriar desse mercado.

- O segundo, compreende as empresas cuja linha básica de equipamentos é a fabricação de incubadoras. É um setor completamente internacionalizado. A estratégia adotada foi a associação com empresas nacionais de grande porte e com ampla experiência na fabricação de máquinas em geral. Assim é que Petersime, empresa belga, se associa ao grupo Suelly, que atuava nesta área através da subsidiária "Suelly Eta gro Equipamentos S/A" da qual surgiu a nova empresa Petersime Industrial S/A. Através da filial brasileira a Petersime pretende firmar-se no mercado latino-americano e africano<sup>108</sup>. Em 1980 surgiu BKW - Avícola Ltda., que resultou da associação da Indústria Kepler Weber S/A de Panambi (RS), com Butler Internacional, divisão internacional da Butler Manufacturing Co., que monopoliza 70% do mercado de incubadoras<sup>109</sup>.

- O terceiro, o mais amplo e diversificado em suas linhas de produtos, é o setor especializado na produção de abatedouros e indústrias conexas, como equipamentos de resfriamento, congelamento e fábricas completas de rações. Este segmento é igualmente internacionalizado, quer mediante a instalação de filiais, como é o caso da Stork do Brasil S/A (americana), ou mediante associação com empresas nacionais. A brasileira Irmãos Fircher S/A, de Brusque (SC), há quinze anos fabricante de equipamentos e instalações para indústrias alimentícias, associou-se com a Meyen Machinefabriek da Holanda que, por sua vez, é associada à MADEP S/A (Indústria de Equipamentos Avícolas de São Paulo), para a

fabricação de abatedouros com capacidade de abate de até 20 mil frangos/hora. A nova empresa deverá atender o mercado latino-americano e africano<sup>110</sup>. A concorrência nesta área é acirrada e se trava entre um punhado de empresas, oferecendo linhas inteiras de produtos automatizados e computadorizados<sup>111</sup>, tanto para o mercado brasileiro, quanto para o latino-americano e africano, e diversificando internamente a produção em áreas correlatas da indústria metalúrgica e prestação de serviços a terceiros. Hoje já estão sendo criadas as condições para um processo crescente de concentração e internacionalização desse setor. Permanecerão no mercado as empresas que forem capazes de fornecer seus produtos aos grandes grupos integrados que articulam os vários segmentos da produção avícola<sup>112</sup>.

### 3.6 - Frigoríficos e abatedouros

A concentração do capital na área da produção industrial de carnes é relativamente recente, muito embora a instalação de filiais de empresas americanas e inglesas no Brasil, Argentina e Uruguai date do início do século (Swift, Armour, Wilson, Anglo), e tenham um papel decisivo na transformação do perfil industrial do setor, provocando gradativamente a eliminação das charqueadas e saladeiros e, mais tarde, a eliminação das fábricas de banha e instalação dos frigoríficos de suínos, em unidades de pequeno porte, junto às áreas de produção<sup>113</sup>. A ruptura da divisão internacional

do trabalho vigente no início do século XX, a partir, principalmente, do fim da segunda guerra mundial, provocou uma retração dos capitais internacionais que preferiram diversificar sua produção e concentrar seus investimentos nas áreas onde as possibilidades de lucro fossem mais fortes: enlatados de frutas, verduras, sucos concentrados e alimentos desidratados<sup>114</sup>. Daí porque o capital estrangeiro na industrialização de carnes, em todos os países subdesenvolvidos, é minoritário. De acordo com o relatório do "United Nations Center on Transnational Corporations", as razões do pouco ou declinante<sup>115</sup> interesse das grandes empresas internacionais reside no fato de que é baixo o valor agregado na industrialização e comércio de carnes frescas<sup>116</sup> e que a retirada das grandes empresas do comércio de carnes frescas e seu direcionamento para a indústria de produtos onde o valor agregado fosse mais alto, relegando a industrialização e o comércio de carnes frescas para outras indústrias, na Europa, principalmente, para as cooperativas de produtores<sup>117</sup>. É exatamente neste espaço deixado vago pelo grande capital internacional que se expande no Brasil, na década de 70, um grupo de frigoríficos localizados principalmente no Oeste de Santa Catarina. Introduzem a produção de aves mediante contratos de produção com os camponeses da região, ao estilo das integrações norte-americanas. O suprimento de matéria-prima industrial garantida e o ritmo da expansão do mercado permitiu a esses frigoríficos montar complexos industriais, capacitando-os a manter o controle sobre as várias etapas da produção, industrialização e comercialização lo-



cal e internacional, e absorvendo as empresas de menor porte, incapazes de construir complexos industriais interligando as fases de produção. Assim, a Sadia Concórdia, Perdigão Alimentos, a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó e a CEVAL Agroindustrial organizam hegemonicamente a produção em suas respectivas áreas, absorvendo ou eliminando as empresas concorrentes<sup>118</sup> e expandindo a seu domínio em áreas cada vez maiores<sup>119</sup>.

Embora no caso específico brasileiro o processo tenha tido como ponto de partida os frigoríficos, quando a produção de aves atinge um grau elevado de industrialização e controle sobre a produção direta de aves ou suínos, qualquer segmento oligopolizado pode, como elemento de complementação do ciclo produtivo, instalar um abatedouro. Assim é que, grandes empresas fabricantes de rações<sup>120</sup> e incubadoras se transformam em integradores e abatedouros de frangos de suas integrações<sup>121</sup>, ou ainda grupos empresariais sem qualquer vínculo anterior com a produção de aves, como o Grupo Pão de Açúcar.

Os levantamentos das empresas da área é freqüentemente obscurecido pelo fato de que essas unidades industriais são partes de um complexo maior. Isso não ocorre quando a empresa "holding" é o próprio frigorífico. Assim, embora na aparência, os frigoríficos apresentam, como um todo, um certo grau de desconcentração se tomados isoladamente, na prática, o setor apresenta um grau extraordinariamente alto de concentração e oligopolização. Na cadeia alimentar da a-

vicultura, à medida que a investigação vai se aprofundando, acaba-se encontrando sempre os mesmos personagens, sempre as mesmas empresas articuladas entre si. Na aparência da diversidade apresentada pelos vários segmentos, a presença dos mesmos grupos empresariais desponta em quase todos eles. Por conseguinte, as empresas que não forem capazes de acumular o suficiente para fechar o ciclo, qualquer que seja seu ponto de entrada nele (frigorífico, ração, comercialização, incubação, etc.), será eliminado, como aliás o demonstram os informes das revistas especializadas. Uma vez ocorrida a centralização dos capitais no segmento dos frigoríficos, é provável que o capital internacional tenda a penetrar nessa área mediante associação ou compra do controle acionário, não tanto pela agregação de valor da operação industrial frigorífica, que é pequena no caso das aves, mas pelo controle monopólico do mercado de consumo final, bem como do mercado de consumo intermediário necessário em todo o ciclo da produção de aves<sup>122</sup>.

O Estado tem favorecido a concentração dos abatedouros, particularmente mediante a centralização da inspeção sanitária, principalmente em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, regiões onde a produção de aves é mais antiga e onde o abate e comercialização de aves se dava por pequenas empresas locais.

Um levantamento efetuado pela EMATER, em Minas Gerais, em 1981, apresentava o seguinte panorama:

"Dos 116 abatedouros existentes em Minas Gerais, oito apenas contam com o SIF - Serviço de Inspeção Federal -, com capacidade de abate de 18 mil aves por hora, ou aproximadamente 35,1 milhões de aves por ano. As demais estruturas de abate espalhadas pelo Estado, foram levantadas e estudadas pelo Ministério da Agricultura, Secção Minas Gerais e somente 7 foram consideradas aptas e/ou recuperáveis dentro dos padrões higiênico-sanitários daquele órgão."<sup>123</sup>

O relatório observa que esses abatedouros sobrevivem em virtude da "lenta evolução da indústria de abate", provocada "pela ausência de uma ação mais rigorosa da fiscalização sanitária federal, responsável por uma concorrência desleal (sic) entre abatedouros inspecionados e não inspecionados, onde os últimos, com baixos custos operacionais, superpõem-se aos primeiros"<sup>124</sup>. Os grandes abatedouros farão da "concorrência desleal" dos pequenos abatedouros seu grande cavalo de batalha, exigindo o lacramento desses abatedouros "anti-higiênicos". O próprio relatório indica o tamanho dos interesses envolvidos na questão "sanitária": em 1978, os abates SIF atingiram em Minas o montante de 11.7 milhões de aves (20% da produção anual), já em 1978 o abate SIF atingiu 18 milhões (25% da produção anual), sobrando aos "concorrentes desleais" uma fatia de 75% de abates<sup>125</sup>. Os grandes abatedouros, decididamente, assumiram a defesa da saúde pública e do SIF (!!!).

Em São Paulo, a luta pelo SIF tomou proporções de guerra-aberta. Segundo levantamento efetuado pela Secretaria de Inspeção de Produtos de Origem Animal, existiam em São Paulo 350 abatedouros "clandestinos"<sup>126</sup>. Mas a questão

não envolvia apenas os clandestinos, envolvia igualmente os abatedouros legalizados regidos pelas normas de inspeção sanitária estadual. E os grandes empresários exigiam que o Ministério da Agricultura homogenizasse para todos os setores normas da inspeção federal, mais rígidas e, portanto, excludentes daquelas que não fossem capazes de implantá-las. Evidentemente, não se tratava de pregar a exclusão dos pequenos, mas de defender a saúde pública e denunciar a concorrência desleal: "Hoje existem no Brasil os abatedouros legalizados, inspecionados pelo SIF<sup>127</sup>. Arcam com o ônus dos custos da inspeção<sup>128</sup> para atender às exigências legais. Sofrem as perdas por condenações. Têm, enfim, um custo decorrente do fato de trabalharem legalmente. Existem abatedouros sem controle SIF. Abatem as aves que desejam, sem nenhum ônus, e colocam-nas no mercado sem maior problema. ... E a lei deveria ser cumprida por todos. Mas não é. E quem não cumpre a lei é beneficiado ... E pode encaminhar ao mercado inclusive aves doentes que não deveriam chegar ao consumidor"<sup>129</sup>. O Ministério da Agricultura, dada a impossibilidade de fazer frente às pressões dos empresários, resolveu extinguir o SIF. Os empresários redobram a pressão exigindo uma legislação mais severa, incorporada numa nova lei, sob controle dos próprios empresários mediante contratação de médicos-veterinários treinados para tal fim<sup>130</sup>. O Ministério recuou frente a pressão e prometeu atender os empresários não só não extinguindo o SIF, mas prometendo que a nova legislação criaria a figura do "responsável técnico" pela qualidade e cumprimento da lei, no que diz respeito aos

produtos de origem animal e vegetal. "Esse técnico dará assistência técnica permanente, interna, sendo funcionário da empresa, respondendo civil e criminalmente por qualquer desmando ou omissão no exercício de suas funções, falhas que poderão ser descobertas pelas fiscalizações a serem realizadas por técnicos do Ministério"<sup>131</sup>.

A luta a favor do SIF e de uma nova legislação SIF mais rigorosa foi assumida pela AVESP (Associação dos Abatedouros Avícolas do Estado de São Paulo) que congregava os grandes empresários, contra a Associação dos Abatedouros de Aves e Coelhos do Estado de São Paulo. O presidente desta última associação colocou com bastante clareza a questão:

"... os pequenos e médios abatedouros não estão incluídos na lei 5760, em vigor há 10 anos, que regulamenta o funcionamento dos grandes abatedouros, ... Dispostos a atender as normas de higiene, da qual trata a lei, os donos dos pequenos e médios abatedouros ... não podem adotar os equipamentos previstos nesta lei [grifo meu], que são utilizados para o abate mínimo de 20 a 30 mil animais por hora"<sup>132</sup>, sendo que alguns pequenos abatedouros não atingem esse total num ano de trabalho."<sup>133</sup>

Os pequenos abatedouros não só perderam a guerra, como a evolução da questão acabou produzindo a extinção da AVESP, dando lugar ao nascimento da Associação Nacional dos Abatedouros Avícolas (ANAB). A nova associação, que congrega os grandes abatedouros do país, pretende exercer a função da representação de seus interesses em termos de organização do sistema avícola nacional através de normas e padrões de comercialização e preços uniformes para todo o

país; prestar assistência técnica, operacional, mercadológica e jurídica aos associados"<sup>134</sup>. Estamos a um passo do "lobby" da avicultura, o que efetivamente aconteceu com a articulação da chamada "Bancada da Avicultura", composta por quarenta deputados e senadores dos Estados produtores de aves: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. O empresário Marcelo Sandoli, ex-presidente da AVESP, articulador da criação da ANAB e assessor da Presidência da União Brasileira de Avicultura (UBA) e também deputado, afirmou que os "objetivos da bancada são a defesa dos interesses e a resolução dos problemas da avicultura brasileira"<sup>135</sup>.

No Rio Grande do Sul, a situação jamais assumiu uma forma conflitante, provavelmente em virtude de uma longa tradição das atividades de inspeção estadual. Isso, porém, não salvou os pequenos abatedouros de perderem importância e de terem sido e estarem sendo gradativamente eliminados pelo poder das grandes empresas. A tabela a seguir mostra o pouco peso dos pequenos abatedouros e a ameaça que sobre eles pesa.

TABELA 3.5 - ABATE DE AVES SIF E SOB INSPEÇÃO ESTADUAL NO RIO GRANDE DO SUL - 1979-1982 (unidades abatidas)

ESTABELECEMENTOS	1979	1980	1981	1982
Estab. SIF	9.482.545	13.757.582	20.604.496	26.530.790
Estab. não SIF	820.622	869.011	1.120.067	1.192.732

FONTES: Instituto Sul-Riograndense de Carnes. Boletim Informativo; Abate, produção e mercado. Porto Alegre, Instucarne, Porto Alegre, fev.1983. p.16-8.

O Boletim Informativo do Instituto Sul-Riograndense de Carnes indica que, entre 1979 e janeiro de 1982, nada menos que 19 pequenos abatedouros, todos sob inspeção estadual, fecharam suas portas. No mesmo período, dez novos frigoríficos SIF foram abertos, para sete não SIF. Os novos abatedouros SIF passaram a atuar numa faixa superior média a 200 mil aves/ano, enquanto que, dos novos não SIF, apenas um ultrapassava 100 mil aves abatidas por ano<sup>136</sup>.

O Estado exerceu e exerce um papel decisivo na articulação de mecanismos favorecedores à concentração do capital neste segmento da produção. As razões da higiene e saúde pública, sem dúvida imperativas, acabam fornecendo boas razões ao capital para desembaraçar-se de impecilhos incômodos à sua expansão e concentração. Aos consumidores sobre o duvidoso consolo de ver sua saúde protegida e aos empresários capitalistas a certeza do lucro.

A concentração do capital e a gradativa oligopolização da cadeia agroalimentar da avicultura se completa no controle do mercado consumidor interno e se projeta na disputa pelas faixas do mercado internacional. Nesta disputa vencem sempre aquelas empresas que são capazes de ter à disposição volumes crescentes de mercadorias de boa qualidade, conforme os padrões de comercialização de massa, a custos declinantes, pelo menos relativamente às demais carnes, principalmente à bovina e suína, e sua relação com o poder aquisitivo dos assalariados<sup>137</sup>. Glauco Olinger, presidente da EMATER, ao estabelecer um paralelo entre a avicultura de

Santa Catarina, a mais capitalizada, assentada sobre os mecanismos de integração, e a avicultura praticada no resto do país, candidamente revela o segredo de sua expansão: "... sua avicultura (de Santa Catarina) é das mais modernas, trabalha em consonância com a indústria, a qual fornece aos criadores toda a assistência técnica, o pinto de um dia, a ração e, finalmente, lhe compra a produção final. Com isso, o Estado (de Santa Catarina) tem a melhor avicultura confinada do país e a preços bem abaixo do resto do mercado [grife meu]; se os produtores (leia-se empresas integradoras) quisessem, fariam 'dumping' de mercado até no Nordeste"<sup>138</sup>. Não fazem "dumping", mas determinam os preços a serem praticados no mercado e induzem a avicultura como um todo à integração como forma de diminuir custos e administrar preços, bem como à formação de "pools", associações, "trading Companies" para enfrentar a concorrência de mercado, principalmente o internacional. A formação desses mecanismos inicia em 1975, quando começaram as exportações brasileiras de frangos para os mercados do Oriente Médio<sup>139</sup>. Por ordem de importância são os seguintes:

- ABEF - Associação Brasileira de Exportadores de Frangos: que reúne as mais poderosas empresas produtoras: Grupo SADIA, Grupo Perdigão, Seara Industrial (Grupo Ceval), Grupo Resende, Grupo SAIC, Betinha Alimentos, Abatedouro Rio Branco, Grupo Minuano, Pena Branca, Coopave, Cooperativa Agrícola de Cotia<sup>140</sup> e outras empresas de menor porte, que podem participar das exportações de forma indireta cedendo



sua produção a uma grande empresa que negocia o produto com sua marca.

- UNEF - União Nacional dos Exportadores de Frangos: que articula praticamente as mesmas empresas, exceto o Grupo Sadia que domina a ABEF. A UNEF funciona como uma espécie de contrapeso ao poder de mercado que a Sadia exerce. Seus membros associados são: Grupo Perdigão, Frango Sul, Minuano, Coopave, Granja Betinha, Abatedouro Rio Branco, Cargill Agrícola, Frigorífico Borella, Da Granja, Fril Industrial e SAIC<sup>141</sup>.

- Pool da AVESP. A Associação dos Abatedouros Avícolas do Estado de São Paulo criou, em 1981, em meio às lutas com os pequenos abatedouros de aves e coelhos, e a favor da implantação da aplicação das normas do SIF e a criação da ANAB, um pool que permitisse aos grandes abatedouros paulistas entrar em faixa própria no mercado internacional. O novo "pool" é composto por 15 empresas associadas à AVESP: Cargill Agrícola, Coop. Agrícola de Cotia, Granja Osato, Avícola Betinha, Abatedouro de Aves Predileto, Coop. Agropecuária Holambra, Coop. Agrícola do Vale do Mogi Guaçu, AVITA, Matadouro Avícola Flamboyant, Frigorífico Avícola Guapiaçu, Abatedouro e Frigorífico Nema, Abatedouro Amparo, Frigorífico Arraial e ItoAves Integrada<sup>142</sup>.

O Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná através do Programa Nacional de Exportação do CEBRAE/CACEX, estimulou a criação de um "pool" de pequenos e mē-

dios empresários do Paraná, Santa Catarina e São Paulo com o intuito de ampliar as vendas, via exportações, desse segmento empresarial. Dessa iniciativa da CEAG/PR nasceu o "Consórcio Paranaense de Exportadores de Frangos Braz-Chicken". Os contratos de venda são celebrados pela CEBRAE/PR e Programa Nacional de Exportação do CEBRAE/CACEX, cabendo aos consorciados a entrega do produto nos prazos estipulados pelo contrato<sup>143</sup>. As empresas participantes do consórcio são: Frigorífico Realeza, Abatedouro Princesa, Da Granja, Coop. Carambei - Batavo, Madex Port, Copavol - consolat, Coop. Holambra, Granja Osato, Coop. Agrícola de Cotia, Frigorífico Eliane e Fril<sup>144</sup>.

A formação de "pools" de exportação e formação de "trading companies", redes de comercialização de frangos e ovos no mercado interno completa o perfil da centralização do capital manifesto em cada etapa da cadeia avícola, permitindo-lhe expandir ou retrair a produção, eliminando os competidores que não possuem mecanismos completos de controle do ciclo produtivo, determinar preços, aumentar ou diminuir rapidamente a produção de acordo com o comportamento do mercado interno e principalmente internacional. É neste jogo de mercado que a figura do produtor de aves é um elemento chave. A empresa necessita dele integrado à sua dinâmica como um elo da cadeia industrial. Os mecanismos e processos de subordinação do produtor camponês ao capital industrial é o que veremos no próximo capítulo.

## NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO 3

- 1 USDA-ARPAC. Basic problems of poultry research; research needs rated by a Balloting System. ARPAC, Kansas City, Jul. 75, section IV. p.2.
- 2 Ibidem, p.4.
- 3 SORJ, Bernardo et alii. Camponeses e agroindústria; transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.9.
- 4 JULY, J.R.; PANETTA, J.R.; BOTTINO, J.A. Atualização em avicultura e ornitopatologia. São Paulo, Sociedade Paulista de Medicina e Veterinária, 1971. p.20.
- 5 COSTA Fº, J. Wilson. O fator sucesso em avicultura. São Paulo, Sítios e Fazendas, 2e., 1948. p.12.
- 6 Ibidem, p.41.
- 7 Ibidem, p.31.
- 8 Ibidem, p.38.
- 9 Ibidem, p.38.
- 10 Ibidem, p.92.
- 11 BARCELOS, Absalão Caramuru. "O Ministério da Agricultura e o desenvolvimento da indústria avícola nacional". In: JULY, J.R. et alii. Op. cit., p.19-25.
- 12 Ibidem, p.20-1.
- 13 Ibidem, p.21.
- 14 Ibidem, p.21.
- 15 Ibidem, p.21.
- 16 Ibidem, p.21.
- 17 ENGLERT, Sérgio. Avicultura. Porto Alegre, Livraria e Editora Agropecuária, 3e., 1980. p.31.

- 18 O DIRIGENTE Rural. São Paulo, Grupo Visão, v.5, nº 6, mar.1966. p.57.
- 19 No Brasil a IBEC se articula com a AGROCERES.
- 20 AVICULTURA INDUSTRIAL, São Paulo, Gessulli Editores, ano 71, nº 853, jan.81. p.46.
- 21 Ibidem, ano 72, nº 876, dez.82. p.73.
- 22 Ibidem, ano 73, nº 883, jul.83. p.42. É interessante observar as razões alegadas pelos novos diretores para a formação joint-venture: "Primeiro, a Dekalb Pfizer Genetics terá uma das mais competitivas linhas de sementes híbridas disponíveis. Segundo, a combinação de duas excelentes equipes de pesquisa significa que nós teremos uma organização na liderança da indústria de pesquisa de sementes. Terceiro, a combinação das duas organizações de revendedores oferecerá serviços agronômicos mais extensos aos agricultores. Quarto, o programa de engenharia genética extensivo da Pfizer dá à nova Joint-Venture a oportunidade de liderar a aplicação desta nova significativa via para aperfeiçoamento dos novos produtos". Ibidem, p.42.
- 23 Ibidem, p.42; ibidem, ano 71, nº 853, jan.81. p.47.
- 24 A GRANDE Vedete. Ibidem, ano 72, nº 868, abr.82.p.42-6; ainda PLANOS da ISA para o Brasil. Ibidem, ano 72, nº 866, fev.82. P.8-14.
- 25 GENÉTICA com o mais avançado know-how. Ibidem, ano 74, nº 890, mar.84. p.5.
- 26 A GRANJA Avícola. Porto Alegre, A Granja ed., nº 289, fev.1972. p.35; AVICULTURA INDUSTRIAL, nº 883, jul83, p.38 e nº 884, ago.83,p.36.
- 27 AVICULTURA INDUSTRIAL, ano 74, nº 895, jul.84. p.40.
- 28 A GRANJA Avícola. Porto Alegre, A Granja, nº 289, fev.72. p.35.
- 29 AVICULTURA BRASILEIRA, São Paulo, nº 210, 28.01.80. p.4. Um bom exemplo de rede de matrizes é a da Dekalb e Shaver: - Dekalb - Granja Nagao (SP); Aviários Franke (RS); Granja Shigheno (SP); Granka Sakai (SP); Granja Walkyria (RJ e MC); Granja São Bernardo (Recife); Granja Regina (Ceará). Cf. AVICULTURA INDUSTRIAL, ano 72, nº 865, jan.82. p. 45. - Shaver: Granja Brasida (SP); Incubadora Granja Central

(SP); Granja Onoda (SP); Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil (SP); Fazenda Rio Bonito (Petrópolis, RJ); Granja Carolina (RJ); Granja Walkyria (Espírito Santo); Granja Isabel (RS); Granja Letícia (SC); J. J. Sucupira (Sergipe); Granja Novo Norte (Pernambuco); Granjas Reunidas CBR (Ceará); Incubadora Granja Isabelense (Pará). Cf. AVICULTURA BRASILEIRA, 28.01.80, p.3.

30 AVICULTURA INDUSTRIAL, ano 72, nº 873, set.82. p.48.

31 O DIRIGENTE RURAL. v.XIX, nº 5, maio 80. p.23.

32 AVICULTURA INDUSTRIAL, ano 71, nº 853, jan.81. p.4 e 55.

33 Ibidem, p.12.

34 Ibidem, p.12.

35 AVICULTURA em bases empresariais. O Dirigente Rural, São Paulo, Grupo Visão, v.XIX, nº 5, maio 1980. p.26.

36 Embora essa questão seja tratada detalhadamente no próximo capítulo, vale observar que esse processo de extinção, acelerado a partir de 1980, atingindo principalmente os produtores de aves e ovos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro onde historicamente eram dominantes, produziu uma reação intensa desses produtores: "Os avicultores independentes não têm perspectiva de manutenção de suas atividades, tanto devido à crise conjuntural que o setor e o país atravessam, como à atuação das empresas integradoras de avicultura, que visam o controle do mercado, segundo o presidente da União dos Avicultores de Corte, Rogerio Aguirre... [Aguirre] defendeu a livre iniciativa e previu um conflito no setor, caso as dificuldades atuais não sejam distribuídas de forma equilibrada". Cf. AVICULTORES independentes estão ameaçados. Folha de S. Paulo, São Paulo, 5.12.80, p. 27; também: INTEGRAÇÃO: o destino da avicultura nacional. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 255, 22.12.80, p.16.

37 A GRANJA avícola. Porto Alegre, A Granja, ano 5, nº 53, set. 83. p.5.

38 As revistas e jornais especializados de avicultura trazem exemplos desse tipo em cada número: Avicultura Industrial; Realidade Agroviçola; Avicultura Brasileira; A Granja Avícola. Numa visita de empresários de todo mundo às instalações americanas da Arbor Acres, James Nelson, Vice-Presidente internacional de operação, enfatizou a importância desse tipo de marketing, fazendo aos visitantes "uma apresentação das quinze integrações que atuam nos Estados U-

nidos, mostrando um gráfico de sua produção e crescimento nos últimos cinco anos. Esse marketing de atuação é considerado perfeito ... chegando até a divulgação de publicidade em jornais, revistas e televisão. Na medida em que não se seguir uma linha de trabalho inovadora, o quadro de produtos irá sofrendo alterações, desaparecendo as menores e menos ativas, em razão da falta de um marketing adequado". AVICULTURA INDUSTRIAL, ano 72, nº 867, mar.82. p.82. NB:As quinze integrações referidas trabalham com linhagens de aves da Arbor Acres, evidentemente.- Transcrevo uma propaganda da Pilch Sadia para mostrar a relação que estabelece entre as empresas, embora a transcrição do texto elimine o visual da propaganda: "Pilch: O pacote do lucro. As matrizes Pilch são um pacote genético desenhado para produzir frangos de rendimento mais alto, graças aos melhores índices de viabilidade, de velocidade de crescimento e de conversão alimentar, aliados a uma melhor conformação e maiores percentagens de carne de peito e de coxas. Por isso tudo, a Pilch como sempre deseja contribuir para tornar sua criação mais lucrativa. Pilch - Distribuidora para o Brasil SADIA Agro-Pastoril"(sobre um fundo vermelho alaranjado, um pacote de presente, duas aves em frente ao pacote, e os logotipos superpostos da PILCH e SADIA). AVICULTURA INDUSTRIAL, nº 857, maio 81. p.9.

39 Cf. p.ex., JORNADA Arbor Acres. Avicultura Industrial, ano 72, nº 867, mar.82, p.28-35. Desta "jornada" participaram representantes da Indonésia, Turquia, Zâmbia, Peru, Coreia e Brasil.- ARBOR ACRES proporciona uma concorrida excursão aos EUA. Avicultura Brasileira, ano XVI, nº 218, 31.03.80. p.7. Participaram dessa excursão empresários brasileiros de grandes integrações e um professor universitário da UFMG.- SOCIL reúne mais uma equipe e coordena viagem à França. Avicultura Brasileira, ano XVI, nº 218, 31.03.80. p.7.- A GRANJA Avícola - PoA. A Granja, ano 37, nº 23, mar. 81: "Reunião Internacional de Distribuidores Dekalb na Feira de Atlanta, USA".

40 PRESIDENTE da Shaver visita o Brasil. Avicultura Industrial, ano 73, nº 884, ago.83. p.36.- GENETICA com o mais avançado know-how" (... está no Brasil desde agosto passado, coordenador para a América Latina da Euribrid). Avicultura Industrial, ano 74, nº 891, mar. 84. p.5.- DEKALB envia seus técnicos dos EUA para proferir palestras. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 247, 27.10.80. p.5.

41 DEKALB e a Genética; a IV reunião latino-americana de distribuidores Dekalb. Avicultura Industrial, ano 72, nº 876, dez. 82. p.15.

42 AVICULTURA BRASILEIRA, São Paulo, ano XVI, nº 267, 06.04.81.- POR trás de um homem. Avicultura Industrial, ano 71, nº 859, jul.81. p.6-9.- FUTURO promissor. Avicultura industrial, ano 72, nº 865, jan.82. p.16.- SHAVER, dinami

zando o setor. Avicultura Industrial, ano 74, nº 895, jul. 84. p.40.- UMA PROMOÇÃO na Cobb do Brasil. Avicultura Brasileira, ano XV, nº 210, 28.01.80. p.5.

43 MICHALET, Charles Albert. O capitalismo mundial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p.196.

44 Ibidem, p.196.

45 A presidência é exercida por Ney Bittencourt de Araujo, presidente do grupo Sementes Agrocere S.A., de quem a Arbor Acres é subsidiária. AGROCERES torna-se brasileira. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 254, 15.12.80; INVESTIMENTO ampliado. A Granja Avícola - PoA. A Granja, ano 37, nº 33, jan. 82.

46 FUTURO promissor. Avicultura Industrial, ano 72, nº 865, jan.82. p.16.

47 Ibidem, p.16. A Dekalb Agrícola do Brasil fez publicar sínteses biográficas de seu gerente. Quando a empresa decidiu instalar-se no Brasil foi procurar um "homem": "Esse homem foi um jovem engenheiro agrônomo, neto de imigrantes e filho de agricultores, disposto a qualquer sacrifício para atingir seus objetivos. Seu nome: José A. Dumarzio ... Ao receber em suas mãos o germem da Dekalb Ag. do Brasil, Amauri Dumarzio tinha apenas 23 anos. Levava consigo um sonho de realização profissional... Amauri Dumarzio começou a usar a cabeça e o coração. Implantou nova filosofia de trabalho na Família Dekalb, alicerçada em: sinceridade aos reais interesses da Família Dekalb e em um ambiente de amizade sincera; autenticidade no agir, no sentir e no fazer ...". Como se pode ver, as multinacionais têm seus santos... Cf. O BRASILEIRO que fez a Dekalb crescer. Avicultura Industrial, ano 71, nº 844, abr.80. p.7-11.

48 Conferir Anexo nº 1 - Quadro demonstrativo das empresas controladoras de material genético; situação de 1980-81.

49 SÓ OS organizados: têm futuro. A Granja Avícola, ano 4, nº 45, jan.83. p.11.

50 GIULIETTI, Nelson et alii. Diagnóstico da avicultura no Brasil, 1970-78 - Contribuição para um programa de desenvolvimento. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1980. p.141.

51 Para acompanhamento detalhado da evolução desse setor confira os anexos 2, 3 e 4.

- 52 SOBREVIVENDO aos preços. Avicultura Industrial, ano 71, nº 851, nov.80. p.50.
- 53 Ibidem, p.54.
- 54 Ibidem, p.54.
- 55 Evolução semelhante está em curso no Rio de Janeiro e São Paulo e Espírito Santo. Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. Avicultura. FIDERJ, 1978. p.25-32.
- 56 INTEGRAÇÃO; a segurança na crise. A Granja Avícola, ano IV, nº 26, jun.81. p.21.- AVICULTURA cresce 74 vezes e renda US\$ 325 milhões. Jornal do Brasil, 1º caderno, 17.5.81.- AVICULTURA INDUSTRIAL, ano 70, nº 847, jul.80. p.4. O DIRIGENTE RURAL, v.6, nº 3, dez.66. p.41.
- 57 SADIA ANNUAL REPPORT 79/80. São Paulo, Departamento de Acionistas, 1980.- ATILIO FONTANA, um incansável líder. Avicultura Industrial, ano 74, nº 887. p.4-7.- GRUPO Perdigão. Avicultura Industrial, ano 73, nº 881, maio 83.- A CONCORRÊNCIA ajuda a crescer. Revista Exame, São Paulo, Abril, nº 204, jul.80. p.26-32.
- 58 A GRANJA AVÍCOLA, ano 37, nº 14, jun.80. p.17.
- 59 SUDOESTE do Paraná deverá transformar-se em um importante pólo de produção avícola. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 232, 14.07.84. p.8.
- 60 REALIDADE AGRO-AVÍCOLA, ano VI, nº 40, mar.82. p.4-5; a no VI, nº 42, maio 82. p.32.
- 61 GIULIETTI, Nelson et alii. Op. cit., p.54-60.
- 62 ITO. Avicultura Industrial, ano 71, nº 853, jan.81. p.4.- ITO, 35 anos de tradição. Avicultura Industrial, ano 72, nº 874, out.82. p.28-35.
- 63 REALIDADE AGRO-AVÍCOLA, ano V, nº 43, jun.82. p.19.
- 64 A GRANJA AVÍCOLA, ano 5, nº 53, set.83. p.17.
- 65 MAIS UMA empresa dedicada à avicultura. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 221, 28.04.80. p.8.



- 66 O Grupo Pão de Açúcar fez seus investimentos em Montes Claros e Uberaba, com capacidade de produzir 600.000 dúzias de ovos por mês; mil toneladas por mês de carne; fábrica de rações, abatidouro, incubatório, cria e engorda de gado. REALIDADE AGRO-AVÍCOLA, ano IV, nº 32, jul.81. p.35.
- 67 GRANJA RESENDE completando 18 anos no mês de novembro. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 245, 13.10.80, p.8.- AVICULTURA em bases empresariais. O Dirigente Rural, v.XIX, nº 5, maio 1980. p.23-6. Curiosamente, o Grupo Resende, em 1983, começou a fraquejar. Interrompeu a produção e abate de frangos. Como se trata de um grupo integrado verticalmente, não teve condições de retrair a produção e repassar os prejuízos para os integrados. Cf. A GRANJA AVÍCOLA, ano 5, nº 56, dez.83. p.15.
- 68 REALIDADE AGRO-AVÍCOLA, ano V, nº 45, ago.82. p.5-6.
- 69 AVICULTURA INDUSTRIAL, ano 74, nº 889, jan.84. p.8.
- 70 BETINHA GOIÁS inaugurou no município de Goiatuba a sua fábrica de rações. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 242, 22.09.80. p.6.
- 71 Embora o projeto esteja sendo implantado em ritmo bastante lento indica em que níveis de concentração se processa a expansão da avicultura em áreas não tradicionais. Cf. AVICULTURA BRASILEIRA, ano XVI, nº 221, 28.04.80. p.8.
- 72 EM BUSCA da independência. Avicultura Industrial, ano 71, nº 851, nov. 80. p.7-8.- CEARENSE é fogo. Ibidem, p. 5.- O RESULTADO é cinco anos de integração. Ibidem, p.30-1.
- 73 A Itapemirim Agricultura (ES) começou um ambicioso projeto avícola em Pirapora (MG) envolvendo fábrica de rações, incubatório, produção de milho. A empresa obteve aval da SUDENE. Cf. A GRANJA AVÍCOLA, nº 28, mar.81. p.20.- O AVIÁRIO PENA BRANCA (RS) está constituindo, associado a empresários piauienses, a firma Pena Branca do Piauí S.A. - Integração Avícola. A GRANJA AVÍCOLA, ano 36, nº 14, jun.80, p. 17.- REGINA - A Granja Regina expande instalações para atingir a meta de 200 mil pintos fêmeas de um dia. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 227, 09.06.80. p.9.- A CAPEBÍ-Cia. Agropecuária Vale do Inhambupe (Salvador, BA), constitui um complexo integrado de produção de pintos de corte, postura, rações, produtos veterinários e carnes. REALIDADE AGRO-AVÍCOLA Index. 1980/1981, ano III, dez.80, nº 25. p. 45-6. As grandes empresas multinacionais e nacionais estão distribuídas da seguinte forma no Nordeste: - PURINA: Pernambuco (São Lourenço da Mata); SOCIL: Frangolins, Salvador; CARGILL S.A.: Pernambuco e Bahia; Moinhos Primor S.A.: Bahia. Todas essas empresas têm distribuidores autorizados

nas áreas onde se concentra a produção de aves e ovos. Cf. REALIDADE AGRO-AVÍCOLA. Index 1980/1981, ano III, nº 25, dez.80.

74 Cf. os números das seguintes revistas e jornais dos anos de 1979 e 1980: Avicultura Industrial, Avicultura Brasileira, O Dirigente Rural, A Granja Avícola.

75 PARAÍBA fica com a Presidência da Associação Nordestina de Avicultura. Avicultura Brasileira, ano XVI, nº 227, 9.6.80. p.1.

76 SIMPÓSIO Avícola: promovendo o desenvolvimento do Nordeste. Avicultura Industrial, ano 71, nº 845, maio 80. p.4.

77 AVICULTURA Piauiense com apoio governamental. Avicultura Brasileira, ano XVIII, nº 265, 23.3.81. p.2.- V SIMPÓSIO do NE foi considerado um marco decisivo na avicultura do Piauí. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 227, 09.06.80.- AVICULTORES do NE anistiados pelo Governo. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 229, 23.06.80. p.2.

78 Em 1980, a produção de rações era destinada em 61% às aves, 29% aos suínos, 9% aos bovinos. CONFORME as tendências e projeções. Realidade Agro-Avícola, ano V, nº 41, abr.81. p.14.

79 "O controle das raças puras, e, principalmente, dos híbridos é, hoje, a grande guerra que se trava no mercado de suínos. A disputa, no entanto, é feita por um grupo de gigantes: - AGROCERES (IBEC-ROCKFELLER) e PIC (Pig Improvement Corporation) cujo controle no país é feito pela Agrocere - PIC, instalados em Minas Gerais, Paraná (em Marechal Cândido Rondon através do Frigorífico Swift-Armour) e no Rio Grande do Sul pela COOPAVE; - HUMUS - SEGHERS - A Seghers Hybrid pertence a um grupo belga, articulado no Brasil com a Usina São Vicente S.A., Frigorífico Ribeirão Preto e o Grupo Elpidio Marchesi; - SEMESA - Híbrido desenvolvido pelo conglomerado industrial Guiomarch, distribuído no Brasil pela Socil, Unibanco, Brasilpar e Property; - HIPER SADIÁ, único "híbrido" desenvolvido no Brasil. Os híbridos e sua produção puxarão a produção para cima (para a concentração) na medida que sua produção requer massas enormes de capital e envolvem interesses de poderosas corporações". BELATO, Dinarte. Conseqüências sócio-econômicas da modernização da suinocultura. Palestra proferida aos agrônomos da Cooperativa Triticola Serrana de Ijuí - COTRIJUI, Ijuí, 30.09.81.

80 CONFORME as tendências e projeções. Realidade Agro-Avícola, ano V, nº 41, abr.82. p.14.

- 81 A Federação reúne 70% da indústria européia de rações (75 milhões de toneladas em 1979, e negócios da ordem de 27 bilhões de dólares), criada imediatamente após a formação do MCE.
- 82 PRESIDENTE da FEFAC assina convênio com o Sindirações. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 216, 17.03.80. p.6.
- 83 Ibidem, p.6.
- 84 Ibidem, p.85.
- 85 REALIDADE AGRO-AVÍCOLA, ano V, nº 43, jun.82. p.33.
- 86 FABRICANTES de rações reúnem-se em SP e decidem criar sua própria associação. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 221, 28.04.80. p.1.
- 87 Ibidem, p.1.
- 88 Ibidem, p.1; UMA NOVA entidade. Avicultura Industrial, ano 71, nº 846, jun.80. p.14.
- 89 Ibidem, p.14.
- 90 Ibidem, p.14.
- 91 Ibidem, p.14.
- 92 Entre abril de 80 e abril de 82 já haviam "palestrado" na ANFAR as seguintes figuras: Eliseu Alves (EMBRAPA), Kleber Leite de Castro (Banco do Brasil), Carlos Viacava (SEAP), Mário Henrique Simonsen. Cf. AVICULTURA BRASILEIRA, ano XVIII, nº 265, 23.03.81. p.1.
- 93 O primeiro congresso da ANFAR aconteceu entre os dias 5 e 7 de maio de 1982. Cf. Boletim ANFAR, São Paulo, jan.-fev.82; mar.82; abr.-maio 82.
- 94 A ANFAR, o que é, o que faz, o que pretende. Boletim ANFAR, São Paulo, ago.-set.82. p.1.; ANFAR, farelo de soja e ICM no frango. Ibidem, dez.81. p.1.
- 95 CLAUDIO Braga Ribeiro Ferreira, ex-secretário de agricultura e abastecimento do Estado de São Paulo, assumiu o cargo de diretor executivo da ANFAR. Boletim ANFAR, São Paulo, ago.84. p.1.

96 As doenças que afetam o rebanho mundial são: DOENÇA de Gumboro - descrição da doença, profilaxia, vacinas. Avicultura Industrial, nºs. 845 e 846, maio e jun.80, respectivamente, p.14-16 e 11.- DOENÇA de New Castle. Avicultura Industrial, nº 846, jun.80. p.14.- BRONQUITE infecciosa. Avicultura Industrial, nºs. 845 e 846, maio e jun.80, respectivamente, p.17-22 e 11.- COMPLEXO leucócito aviário. Avicultura Industrial, nº 846, jun.80. p.48.- DCR: Doença crônica respiratória. O Frango, ano 1, nº 5-6, nov.-dez. 81. p.6 e 55.- "STRESS" das aves. A Granja Avícola, nº 13, maio 80. p.22.- COCCIDIOSE. Avicultura Industrial, nº 832, dez.80. p.60-72.- CÔLERA aviária. Avicultura Industrial, nº 849, set.80. p.33.- Descrição das doenças, etiologia e tratamento. Cf. ENGLERT, Sérgio. Avicultura. Porto Alegre, Livraria e Editora Agropecuária, 3e., 1980. p.269-86; JULY, J.R. et alii. Atualização em avicultura e ornitopatologia. São Paulo, Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, 1971. p.213.

97 PLANOS DA ISA para o Brasil. Avicultura Industrial, ano 72, nº 866, fev.82. p.8-14; TATUM adquire H e N. Avicultura Industrial, ano 72, nº 876, dez.82. p.73.

98 COBB tem novo Presidente nos EUA. Avicultura Industrial, ano 73, nº 879, mar.83. p.35.- COBB. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 251, 24.11.80. p.20.

99 JOINT VENTURE com operações de sementes. Avicultura Industrial, ano 73, nº 883, jul.83. p.42; A GRANJA AVÍCOLA, ano 52, nº 5, ago.83. p.12.

100 Do Brasil estiveram presentes o diretor da divisão veterinária da empresa, o gerente de assistência técnica e o gerente de desenvolvimento e registro de produtos. Cf. QUIMIO no México. Avicultura Industrial, ano 73, nº 883, jul.83. p.40.

101 O Stenorol é um anticoccidiostático.

102 QUIMIO no México. Avicultura Industrial, ano 73, nº 883, jul.83. p.40. Exemplo idêntico pode ser tomado em relação à Pfizer: "Sob a coordenação do Latin American Management Center, dirigentes da Pfizer Internacional, técnicos da Pfizer do Brasil e de toda a América Latina, estiveram reunidos em São Paulo, de 17 a 21 de março para analisarem a linha de vacinas desenvolvidas pela empresa tanto para o Brasil como para a América Latina [grifo meu,DB]. Essa reunião faz parte de um programa de ampliação da linha de produtos biológicos da Pfizer Brasil, principalmente no campo de vacinas aviárias". REUNIÃO Internacional. Avicultura Industrial, nº 857, maio 81. p.50.

- 103 A GRANJA AVÍCOLA, ano 36, nº 395, dez.80. p.20.
- 104 AVES e suínos. Correio do Povo, Porto Alegre, 01.03.83. p.6.
- 105 A descrição das propriedades dos medicamentos foi extraída das bulas ou rótulos do frasco.
- 106 Fonte. Notas Fiscais, coleta efetuada em fevereiro de 1891 em Chapecô, SC, na propriedade de um camponês integrado.
- 107 DANDO a volta por cima. A Granja Avícola, ano 37, nº 25, maio 81.
- 108 PETERSINE Industrial S.A. Avicultura Industrial, ano 73, nº 881, maio 83. p.14-5.- SUELY. Avicultura Brasileira, ano XVIII, nº 254, 15.12.81. p.9.- O Grupo Suely é composto das seguintes empresas: Suely Avícola S/A, Suely Rações S/A, Suely Etagro Pecuária S/A, Suely Etagro Equipamentos S/A, Frigorífico Canta Galo S/A. Cf. AVICULTURA INDUSTRIAL, ano 73, nº 881. p.9.
- 109 BKW - Avícola. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 227, 09.06.80. p.9; nº 229, 23.06.80. p.8-9; nº 230, 30.06.80. p.6; nº 250, 17.11.80. p.20.
- 110 A MEYEN. A Granja Avícola, ano 36, nº 389, jul. 80. p.24.- EMPRESAS para abatedouros. Avicultura Industrial, ano 71, nº 873, set.82. p.6-7.- MEYEN da Holanda chega ao Brasil. Avicultura Brasileira, ano XVI, nº 227, 09.06.80. p.4.
- 111 EMPRESAS para abatedouros. Avicultura Industrial, ano 71, nº 873, set.82. p.6-7.
- 112 DANDO a volta por cima. A Granja Avícola, ano 37, nº 25, maio 81. p.10-1.
- 113 LOVE, Joseph. "O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha". In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. Brasil Republicano. Estrutura do Poder e Economia (1889-1930). São Paulo, Difel,3e, 1982. p.103-7.
- 114 GALDBERG, A. Ray. Agribusiness coordination; a system approach to wheat, Soybean, and Florida Orange Economies. Boston, Harvard University, 1968.- FEDER, Ernest. Violencia y despojo del campesino: latifundismo y explotacion. Me

xico, Siglo XXI, 3e., 1978. p.322-400.- BURBACH, Roger & FLYN, Patrícia. Agroindústria nas américas. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.123-8.

115 O relatório produzido pelo Centro de Estudos sobre as Corporações Transnacionais, da ONU, observa que: "From the start of the century to the 1950s developing countries (primarily in the Southern Cone of South America) supplied 50-80 per cent of the beef carcasses supplies in world trade. By the end of the 1960s, the relative importance of developing country exports had fallen to 15-20 per cent. ... Meat packing interests in the industry followed a similar path. Swift and Wilson, the leading US. packers at the time, plus Smithfield and Liebig of United Kingdom, dominated the Argentina meat industry and export marketing from the early 1900s through the 1930s. As levels of export declined, so did the leaders. Finally, in 1958, the leading US packers Swift (now Esmark), Wilson (LTU), Armour (Greyhound) and Cudahy (General Host) - sold their Latin American affiliates to International Packers Ltd., a Joint Venture of these firms, and otherwise Withdrew from direct raw material sourcing in the region. In 1969, International Packers merged with Deltec International, which subsequently sold its Brazilian ranching and packing operations to Japanese and local interests and had its Argentine plant declared bankrupt. Brooke - Bond - Liebig retained its cannings packing and ranching operations in Argentine and Paraguai until recently" (saíndo do negócio em 1977, na Argentina, e em 1979, no Paraguai). No Brasil, "Union International and several smaller foreign firms still have meat-packing interest". Cf. United National Center on Transnational Corporations - Transnational Corporations in Food and Beverage Processing. Nova York, U.N., 1980. p.27-8.

116 Ibidem, p.31.

117 Ibidem, p.31.

118 Das 13 empresas relacionadas pela CEAG em 1977 em seu estudo sobre "Programa de Desenvolvimento da Indústria de Suínos e Aves de Santa Catarina" (CEAg/CEBRAE/CODESUL, 1977, p.162), cinco haviam sido absorvidas pelas grandes empresas.

119 Tal expansão pode dar-se tanto em termos de organização da produção de matéria-prima, quanto da montagem de unidades industriais componentes do ciclo da produção da empresa. A SAIC, por exemplo, organizou na região de Francisco Beltrão (PR) a produção de aves, mas só instalou aí um abatedouro e fábrica de rações. Os pintos são fornecidos pela matriz de Xanxerê.

120 Essas empresas já têm larga experiência nessa área, adquirida em seu país de origem ou em outros países, como a Ralston Purina, Cargill e Anderson Clayton, Socil, ou empresas nacionais que diversificam sua produção entrando no abate e comercialização de carnes como elemento complementar de sua atividade, como é o caso da CEVAL (SC), Cargill, Rações Anhangüerra.

121 Este é o caso da Ito, da J.J. Sucupira, ou da EMAPE, Estabelecimentos Avícolas (no Ceará), da Thompson Corporation do Brasil, etc.

122 "Depois de adquirir o controle acionário da COMABRA (Frigorífico Wilson), o Grupo Beatrice Foods, com sede em Chicago, estaria agora comprando mais três frigoríficos: Seara (Grupo CEVAL), Perdigão (...) e Borella. Outra incorporação da Beatrice Foods seria a Biscoitos Duchen, controlada pelo Grupo Fenícia. Atualmente, a Beatrice Foods controla a Aliram Produtos Alimentícios, antes tradicional fabricante de capital nacional, localizado em Marília". BEATRICE Foods de olho na Perdigão. Relatório Reservado, Rio de Janeiro, ano XVII, nº 933, 22-28.10.84. p.4.- A expansão da Beatrice Foods, bem como das outras firmas gigantes da alimentação, se acelerou nos últimos anos, mediante fusão ou compra de empresas menores. Segundo relatório da ONU "... at least 13 firms with food processing revnues of \$200 milions or more were acquired by still larger firms between 1977 and 1979". UNITED NATIONS CENTER ON TRANSNATIONAL CORPORATIONS. Op. cit., p.13. O mesmo relatório, p.13, nota 19, informa que a "Beatrice Foods (US) alone bought nine smaller food firms and several non-food firms in 1977 and 1978, while selling interests in three other food enterprises". A empresa tem investimentos em onze países latino-americanos. De 1962 a 1977 a empresa comprou 17 firmas de países latino-americanos. No mesmo período ela fundou mais 18 empresas. BÜRBACH, Roger & FLYN, Patrícia. Op. cit.

123 EMATER faz levantamento dos abatedouros avícolas em Minas Gerais. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 265, 23.03.81. p.8.

124 Ibidem, p.8.

125 Ibidem, p.8.

126 A GRANJA AVÍCOLA, ano 4, nº 48, abr.83. p.13.

127 Essa fase é propositadamente ambígua. A idéia que ela veicula é que somente os abatedouros SIF são legalizados, o que, em absoluto, é verdadeiro. São legalizados também os abatedouros submetidos às normas da inspeção estadual.

128 O Serviço de Inspeção Federal é pago pelos frigoríficos e abatedouros.

129 O SIF vai ser modificado. Avicultura Industrial, ano XVIII, nº 257, 19.01.81. p.2.

130 Ibidem, p.127. Cf. também FRIGORÍFICOS querem inspeção obrigatória. Zero Hora, Porto Alegre, 02.09.81. p.21.

131 Ibidem, p.2.

132 Há, evidentemente, um exagero nesta afirmativa. Os grandes abatedouros atuam numa linha de abate que oscila entre 5 a 15 mil aves/hora.

133 A VEZ dos pequenos. Avicultura Industrial, ano 71, nº 868, abr.82. p.50.

134 A GRANJA AVÍCOLA, ano 5, nº 55, nov.83. p.19. A Associação Nacional dos Abatedouros Avícolas (ANAB) foi juridicamente constituída em março de 1984. Os membros da nova Associação são: Da Granja S/A Agropecuária (PR), Sadia Avícola S/A (SC), Sociedade Anônima Comércio e Indústria Chapecó (SAIC-SC), Minuano Alimentos Ltda.(RS), Pena Branca S.A. Integração Avícola (RS), Thompson Corporation do Brasil (SP), Cia. Ibirapuera de Avicultura (MG), Perdigão S/A Indústria e Comércio (SC), Coop. Central de Laticínios do Paraná Batavo (PR), Matadouro Avícola Flamboyant (SP), Disfran Ind. e Com. Ltda. (SP), Granja Barra Azul (SP), Rio Branco Alimentos S/A (MG), Coop. Mista do Vale do Mogi Guaçu (SP), Coop. Agrícola de Cotia (SP), Indústria Avícola Caxias do Sul Ltda. (RS), Socil Pro-Pecuária S/A (SP), Jollybel S/A Ind. Agro-Pecuária (PA), Sô Frango Ind. e Com. Ltda. (DF), Granjas Reunidas CBR Ltda. (CE), Empresas Jotapê (MG), Dumilho S/A Ind. e Com. (ES), Seara Industrial S/A (SC), Franja Sakai (SP), Granja Wumivit (SP), Takuo Osato (SP), Petersime Industrial S/A; Associação Brasileira de Exportadores de Frangos. OS MEMBROS que compõem a ANAB. Avicultura Industrial, ano 74, nº 891, mar.84. p.42.

135 A GRANJA AVÍCOLA, ano 5, nº 56, dez.83. p.14. A "bandada da avicultura" é composta, entre outros, pelos Senadores: Virgílio Távora, Moacir Dalla, João Castelo, Murilo Badaró, Hélio Queirós, Marco Maciel, João Calisto Lobo, Roberto Saturnino Braga, Carlos Chiarelli, Jorge Bornhausen, e pelos Deputados: Ruy Bacelar, Paulo Lustosa da Costa, Evandro Ayres de Moura, Pedro Ceolin Sobrinho, José Carlos Fonseca, Ibsen de Castro, Irapuan Costa Jr., João Viana, Jaime Neiva Santana, Israel Pinheiro, Homero Santos, Cristovan Chiaradia, Fernando Coutinho Jorge, Carlos Alberto Vinagre, Luis Antonio Fayet, José Mendonça, Pedro Correa Ne-



to, José Luis Martins Maia, Ludgero Paulo, Bocaiuva Cunha, Leo Simões, Guido Moesch, etc.

136 INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES. Boletim Informativo; abate, produção e mercado. Porto Alegre, IRC, números mensais de jan.82 a jan.83.

137 SUINOCULTURA INDUSTRIAL, ano 32, nº 4, 1980.

138 O DIRIGENTE RURAL, v.XX, nº 6, jan.81. p.56.

139 Brasil - Produção de carne de aves, exportação de frangos congelados e oferta interna - 1975-1983 (em ton.)

ANO	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO	OFERTA INTERNA
1975	519.000	3.469	515.531
1976	604.000	19.636	584.364
1977	698.000	32.829	665.171
1978	858.000	50.805	807.195
1979	1.096.000	81.096	1.014.904
1980	1.370.000	168.173	1.201.287
1981	1.490.000	293.933	1.196.067
1982	1.603.000	295.000	1.307.500
1983	1.664.000	300.000*	1.364.000

Fonte: AVICULTURA INDUSTRIAL, ano 73, nº 885, set.83. p.28.

\* = previsão.

140 ABEF elegeu nova diretoria. Avicultura Brasileira, ano XVI, nº 220, 21.04.80. p.6.- A GRANJA AVÍCOLA, ano 37, nº 26, jun.80. p.25.- EXPORTAÇÃO de frangos em ritmo de crescimento. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 254, 15.12.80. p.6.- ABEF. Circular nº 008/79. Rio de Janeiro, 08.06.79.

141 A GAZETA MERCANTIL, 08.10.83. p.1.- UNEF inaugura sede própria. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 223, 21.07.80. p.15.- UNEF diz que o Grupo Sadia é um concorrente qualificado. Avicultura Industrial, ano XVI, nº 226, 26.05.80. p.3.

142 ABATEDOUROS unidos na formação de novo pool. Avicultura Brasileira, ano XVIII, nº 258, 26.01.81.- NOVO pool de exportadores de frango é criado entre os associados da AVESP. Avicultura Brasileira, ano XVIII, nº 261, 16.02.81. p.3. - NOVO pool começa vendendo frango à Nigéria. Avicultura Brasileira, ano XVIII, nº 266, 30.03.81. p.2.

143 CONSÓRCIO exporta. Avicultura Industrial, ano 72, nº 873, set.82. p.48.

144 REALIDADE AGRO-AVÍCOLA, ano V, nº 40, mar.82. p.40.

#### 4 - A SUBORDINAÇÃO DO CAMPONÊS À CADEIA ALIMENTAR DA AVICULTURA

"Algumas características anotadas (da superioridade das empresas agroindustriais) são próprias do talento diretivo dos elaboradores na fabricação e na distribuição de artigos alimentícios. Estas diretrizes industriais e comerciais não são transmitidas aos produtores nos contratos de produção, senão que as companhias de alimentação mobilizam, financiam e dirigem as atividades dos produtores independentes."<sup>1</sup>

Ao longo dos capítulos anteriores procurou-se aclarar alguns aspectos da transformação da agricultura e do campesinato pelo capital. A estratégia planetária do imperialismo busca e encontra na agricultura dos países seus subordinados um espaço infinito de valorização. Tal estratégia passa pela destruição das condições históricas da produção camponesa e, ao mesmo tempo, pela recriação de um novo campesinato estreitamente ligado às condições da produção agropecuária diretamente articuladas pelo capital. O capital, também, modifica rapidamente as formas tradicionais de transformação e circulação mercantil da produção agrícola, engedrando gigantescas cadeias alimentares que enquadram em seus tentáculos o conjunto das operações direta ou indiretamente envolvidas no processamento de um ou mais produtos, articulando na mesma lógica espaços cultural, econômica e

politicamente distintos. Pois é nessa cadeia, neste novo espaço de organização da produção que é preciso apanhar o camponês como peça chave, como elo de uma cadeia que desconhece fronteiras ou limites. Sua condição de estrita subordinação não lhe permite perceber os demais elos da cadeia, que lhe são subtraídos à compreensão por mecanismos ideológicos e de controle, obrigando-o a ter os olhos voltados exclusivamente para o segmento da produção para o qual foi escolhido pelo capital. Embora os mecanismos de subordinação, em sua essência, não difiram dos demais mecanismos de exploração do trabalho, assumem formas mais aperfeiçoadas lá onde a precisão das operações do trabalhador camponês são decisivas na determinação das especificações do produto requeridas pelo capital, o que enseja a prática de controles e repressões idênticas às do operário fabril<sup>2</sup>.

Este capítulo terá como componente central o estudo desses mecanismos de subordinação que no segmento da cadeia avícola atingiram as formas mais aperfeiçoadas. Trata-se de aclarar a forma como o capital, perpassando verticalmente todo o ciclo da produção, incide diretamente sobre o trabalho camponês, prendendo-o tanto do ponto de vista da articulação dos componentes de capital que é obrigado a adotar, quanto dos mecanismos jurídico-políticos (i.é, contratuais) que dão à subordinação um caráter de legalidade. David J. Morissi, um dos ideólogos e teóricos do Agribusiness americano, confessa lisamente que o capital exige a negação do entendimento do processo produtivo como um todo e a mobi

lização, financiamento e direção das atividades produtivas dos camponeses independentes, melhor, anteriormente independentes.

O presente capítulo divide-se em seis partes: na primeira, estudaremos, em prolongamento do capítulo anterior, a natureza interna das cadeias agroalimentares, suas formas de articulação, a teoria capitalista das organizações empresariais integradas. Esse estudo se faz necessário porque é do interior dessas formas de organização e enquanto condições de seu funcionamento que nasce não só a prática da subordinação do trabalho camponês às chamadas agroindústrias, mas também sua teoria e justificação ideológica. A determinação das justificações ideológicas, elaboradas pelos ideólogos economistas norte-americanos, é fundamental porque literalmente são repetidas tanto pelos empresários, pelos agentes do Estado, quanto, em boa medida, pelos próprios camponeses, que as absorvem como um dos componentes de sua subordinação. Na segunda parte, pontuaremos as questões levantadas na primeira com a teoria da subordinação e exploração do trabalho camponês pelo capital, que nos fornecerá os elementos para analisar a prática político-ideológica e econômica tanto das empresas participantes da cadeia agroalimentar da avicultura, quanto do Estado e seus agentes em relação a esta mesma exploração e subordinação.

A terceira parte detalhará os mecanismos postos em prática pelas agroindústrias destinadas a selecionar aquele conjunto de camponeses que farão parte da cadeia como

produtores de matéria-prima.

A quarta e a quinta partes detalharão, respectivamente, os contratos de produção celebrados entre a empresa e o camponês e os mecanismos concretos de controle do trabalho do camponês.

A sexta e última parte estuda as formas de resistência desenvolvidas pelos camponeses e as retaliações postas em prática pelas empresas e pelo Estado contra essas formas de resistência.

#### 4.1 - As agroindústrias e a agropecuária de contrato

A teoria americana do agribusiness determina as formas e os mecanismos básicos da subordinação da agricultura como um todo ao capital e as instâncias de coordenação e controle da produção. A teoria, como vimos no capítulo 2º, pressupõe um elevado grau de concentração do capital no segmento que passa a exercer a coordenação do processo produtivo, imprimindo à agricultura um caráter de industrialização. É precisamente essa industrialização da agricultura que se faz acompanhar da concentração de capital tanto a jusante quanto a montante da produção agrícola, introduzindo a concentração na própria produção agrícola, despojada, porém, do comando da circulação do capital ao longo da cadeia agroalimentar, despojamento que indica sua função exclusiva de produtora de matérias-primas e absorvedora de capital

produtivo de tipo industrial.

A esse processo de concentração do segmento industrial é que os teóricos do Agribusiness vão chamar de integração, cuja expressão são as agroindústrias, situadas a jusante e/ou a montante da produção agropecuária. O grau e a forma em que se dá a subordinação da agricultura ao segmento industrial determina o grau e a forma em que se dá a integração. O conceito de integração enquanto indica um certo grau de concentração e subordinação contém uma ambigüidade, que na teoria do Agribusiness, exerce uma função ideológica fundamental.

"A integração significa a junção de duas ou mais partes numa."<sup>3</sup>

A ambigüidade está no fato de que a "junção de duas ou mais partes numa" não especifica a natureza mesma da junção. A produção camponesa tradicional, por exemplo, é por definição uma agricultura integrada.

"The typical farm family produced its own food, fuel, shelter, draft animals, feed, tools, and implements and even most of its clothing. Only a relatively few necessities had to be bartered for or purchased from off the farm. ... The significant fact, ..., is that type of agriculture involved the performance by the farm family of virtually all operations pertaining to the production, processing, storage and distribution of farm commodities."<sup>4</sup>

Davis e Goldberg observam que a gradativa adoção de máquinas, equipamentos e insumos produzidos fora da unidade familiar, transformaram a agricultura, mas produziram

uma dispersão de "funções" desintegradas, cada qual defendendo seus interesses, freqüentemente antagônicos<sup>5</sup>. Trata-se, então, de voltar à integração, não mais tendo como centro a unidade familiar de produção agrícola, já que esta: "retains primarily the function of producing crops and livestock"<sup>6</sup>, mas as unidades que ao longo do ciclo econômico detêm a instância de coordenação, isto é, o novo centro que recupera a integração perdida. A ambigüidade do conceito permite negar as formas de integração anteriores e introduzir as novas como uma espécie de lei natural que impõe uma nova ordem na desordem produzida pela dispersão. O tema da integração pode, então, receber os desdobramentos que a ação do capital impõe à agricultura quando esta se encontra totalmente dominada pelo capital. Tais desdobramentos implicam fundamentalmente a determinação das formas de integração do segmento "coordenador" e os mecanismos de articulação e amarramento da função da produção de matérias-primas<sup>7</sup> nos quais a produção mediante contrato assume proporções cada vez maiores tanto em extensão quanto em profundidade<sup>8</sup>. Embora essa problemática da integração e produção por contrato seja central em todos os teóricos do Agribusiness, foi Ewell Paul Roy quem examinou minuciosamente a questão em seu livro: "Contract Farming and Economic Integration", que acabou se transformando num clássico da questão em todo o mundo. A exposição da questão, a seguir, toma como referência este texto.

#### 4.1.1 - As agroindústrias e as formas de integração e de contrato de produção

Roy distingue duas formas básicas de integração: vertical e horizontal, podendo cada qual combinar-se entre si, fazendo intervir ou não formas contratuais.

"A integração vertical consiste na combinação de dois ou mais estágios sucessivos de produção e/ou distribuição sob a propriedade e/ou controle de uma empresa"<sup>9</sup>. O que determina a integração vertical é, portanto, o controle ou concentração, por uma empresa, de mais de um estágio na cadeia sucessiva (da produção agrícola ao consumo) de um ou mais produtos quaisquer.

"A integração horizontal é a combinação de dois ou mais estágios laterais de produção e/ou distribuição sob a propriedade e/ou controle de uma firma."<sup>10</sup>

É fundamental observar-se que a definição da integração, além da concentração que se verifica em algum lugar da cadeia, pressupõe o fato da dispersão ou da divisão do trabalho ao longo do ciclo do produto e, principalmente, na agricultura que se supõe exercendo a primeira fase de elaboração do produto. A aceitação dessa divisão como sendo dada, permite, em tese, e ideologicamente isso é básico, que qualquer instância ao longo da cadeia possa efetuar a integração desde que assim o deseje e tenha os meios para tal. É uma cativante idéia do velho liberalismo, transposta para o interior do processo de monopolização das empresas capita



listas que organizam a produção agropecuária.

O contrato de produção (Contract Farming, em inglês) é componente básico da integração. Se lembrarmos que o capital "desintegrou" a agricultura de suas funções, lhe impôs a dispersão e a desordem, a nova ordem deverá recompor-se tanto horizontal quanto verticalmente e sua face formal é o contrato. Evidentemente, a indústria pode impor sua ordem de forma vertical apropriando-se de etapas sucessivas do fluxo da produção e, neste caso, teremos sempre, segundo Roy, uma integração vertical por apropriação que, via de regra, avança no controle dos demais componentes da cadeia mediante contrato. Neste contexto, o contrato de produção é definido "como aqueles arranjos contratuais celebrados entre produtores e outras firmas, orais ou escritos, especificando uma ou mais condições de produção e/ou comercialização de um produto agrícola"<sup>11</sup>.

A maneira como se combinam a integração e a contratação estabelecem a natureza das relações que se verificam no interior da cadeia agroalimentar. Assim, "se dois ou mais *estágios diferentes* são juntados, temos integração vertical ou contratação vertical", mas "se duas ou mais partes são juntadas *no mesmo estágio* ou nível de operações, temos integração horizontal ou contratação horizontal"<sup>12</sup>, dependendo, evidentemente, da natureza da relação que aí se estabelece, isto é, de propriedade ou de contrato.

Até o presente, a teoria da integração e do con-

trato examinou, pressupondo sempre o circuito completo do capital, do produtor ao consumidor, a relação interna de partes do circuito. Vejamos, agora, a totalidade do circuito enquanto integrado (vertical e/ou horizontalmente) e estabelecendo, em seu interior, relações contratuais de tipo horizontal e/ou vertical.

"Se as operações tanto verticais quanto horizontais forem juntaadas, ocorrem relações de *integração circular* ou de contrato circular"<sup>13</sup>. Imaginemos a cadeia da avicultura. A montante, temos as empresas fornecedoras (incubatórios, rações, medicamentos, equipamentos), a jusante, o abatedouro e os mecanismos de distribuição até o consumidor. Pois bem, e como vimos, toda a vez que se estabelecem contratos de produção sobre qualquer uma das unidades do mesmo tipo, por exemplo, entre incubatórios, temos contratos de tipo horizontal. Já a contratação entre quaisquer dois (ou mais) desses estágios (sucessivos), p.ex., entre a fábrica de rações e o produtor de frangos, ou entre o abatedouro, o produtor e o atacadista, temos contratação vertical. Mas, "se a contratação envolver relações verticais e horizontais ao mesmo tempo, temos então *integração circular*"<sup>14</sup>. Por exemplo, se uma fábrica de rações que controla mediante contrato e apropriação as demais fábricas de rações, estabelecer contrato de produção com os produtores rurais, se apropriar do abatedouro, e assim por diante, temos um caso típico de *integração circular*<sup>15</sup>.

Se examinarmos atentamente esses conceitos e as

combinações que permitem, podemos avançar alguns aspectos a respeito da natureza das relações que se estabelecem entre a agricultura e a indústria. Em primeiro lugar, os fluxos de capital e das mercadorias se ordenam, ao longo da cadeia, de acordo com os segmentos mais concentrados; em segundo lugar, a relação de contrato ou de apropriação por parte dos segmentos concentrados depende das condições de acumulação verificáveis num segmento dado. Finalmente, a posição do produtor na cadeia o deixa permanentemente à mercê dos segmentos a seu jusante e/ou a seu montante e, como, via de regra, neste segmento os riscos são altos e a valorização do capital baixa, a integração por contrato, que na verdade é uma forma de obter as vantagens da integração vertical sem os riscos que ela implica, acaba sendo a prática corrente. Neste sentido, a integração por contrato de produção é parte componente da integração vertical, conhecida como "quase-integração"<sup>16</sup> ou simplesmente contrato de produção<sup>17</sup>.

Examinemos, agora, as formas que a integração vertical assume em relação entre as "off-farm business" e o produtor. Roy distingue quatro tipos de integração vertical. O primeiro, que só tem uma função de contraponto, é a *não-existência de integração*. Neste caso, não há qualquer tipo de contrato entre o produtor e os segmentos a seu jusante e montante, e "... o produtor rural compra os suprimentos de quem ele deseja e vende a produção a quem lhe paga o melhor preço"<sup>18</sup>.

Poderia parecer surpreendente que Roy coloque co-

mo primeiro tipo de integração justamente a não-integração. Ocorre, porém, que o autor vai introduzir aqui a matriz básica de análise e avaliação da integração sob a forma do binômio "vantagem-desvantagem" da integração e dos contratos. "O principal inconveniente (drawback) da não-integração é a flutuação do preço e da produção. Os varejistas, por exemplo, necessitam de um constante fluxo de produtos uniformes ao longo do ano. Os produtores que operam de forma não-integrada não são capazes freqüentemente de satisfazer essas necessidades adequadamente". Em compensação, "a não-integração brinda aos produtores o máximo de liberdade na comercialização e na produção"<sup>19</sup>. Essa matriz de análise, além de obscurecer os mecanismos básicos da articulação do capital, reduz as questões à liberdade ou não liberdade (tema caro ao liberalismo econômico e à ideologia do produtor individual) e às vantagens ou desvantagens econômicas da integração ou não. De qualquer forma, a "liberdade" do produtor é incompatível porque pode condená-lo pelas flutuações de preço e produção, ou pelo não atendimento das exigências do consumidor soberano. Examinaremos no detalhe esta questão mais adiante quando da exposição de todos os elementos que essa matriz pressupõe. O segundo tipo de integração vertical é a quase-integração ou contrato de produção. Esse tipo de integração vertical assume inúmeras formas e variações e pode, segundo Roy, ser organizado em dois subtipos: o primeiro, com cláusulas limitadas de controle, e o segundo, com cláusulas de controle completo. Em ambos os casos, o contrato pode estabelecer-se com qualquer empresa componente da

cadeia agroalimentar e o produtor.

No primeiro caso, a empresa fornece ao produtor um determinado conjunto de insumos, créditos e o direito de compra ou não da produção resultante, sem garantia de preço, ou condicionada à qualidade do produto. O produtor é amarrado à empresa em alguns pontos estratégicos mas, via de regra, a empresa não necessita tomar as decisões em lugar do produtor<sup>20</sup>. Esse tipo de contrato tem uma enorme difusão principalmente na produção de tabaco, leite, frutas e verduras, e é conhecido como contrato de "especificação de compra e venda", "controle de qualidade", "conta aberta". Nesse tipo de contrato, em muitos casos, o Estado intervém determinando padrões de qualidade de produto mediante critérios de classificação (classificação das folhas de fumo, tipificação de carcaças de suínos e bovinos, teor de sacarose das frutas, grau de acidez ou de gordura do leite, etc.) que são tomados como referência de determinação de padrão de qualidade e de preço. A prática tem demonstrado que esse tipo de contrato permite às empresas contratantes toda a espécie de arbitrariedades na manipulação das "classes" de produtos e, por consequência, dos preços, auferindo ainda vantagens suplementares no fornecimento monopólico de insumos e crédito.

No segundo caso, temos contratos de integração onde as cláusulas implicam controle completo da produção. Neste caso, observa Roy, "... o produtor deve observar rigidamente as normas estabelecidas no contrato, e permitir uma

rigorosa supervisão de suas atividades... A empresa contratante detém a propriedade dos insumos e do produto e se responsabiliza pela sua venda"<sup>21</sup>.

As relações que se estabelecem sob esse contrato são muito próximas à integração vertical por propriedade e induzem certos autores a caracterizá-las simplesmente como trabalho assalariado, o que evidentemente não é verdadeiro, como veremos nas próximas partes deste capítulo. A produção de aves e de suínos privilegia esse tipo de contrato, principalmente quando as empresas controladoras assumem nítida forma monopólica e/ou monopsônica. Os contratos dessa natureza sempre especificam as condições de preço e pagamento, embora a empresa, pelo poder que auferir da relação desigual, controle os custos, os preços da produção a partir de seus próprios custos e não a partir dos do produtor. Para Roy, embora o contrato limite a liberdade do produtor, ele acaba sendo beneficiado trocando-a pela eliminação dos riscos e garantia de comercialização da produção.

O terceiro tipo de integração vertical é o que se caracteriza pelo avanço das empresas sobre a produção agrícola. As razões para essa integração, segundo a teoria do Agribusiness, são de duas naturezas. A primeira é "a possibilidade de auferição de lucro oriundo do estrito controle da qualidade e uso ótimo de insumos, principalmente quando o suprimento da matéria-prima encontra restrições por falta de conhecimento técnico, falta de capital, ou os riscos são excessivamente grandes para o produtor independente"<sup>22</sup>. Mas

a razão principal se deve à "inabilidade do produtor para satisfazer às necessidades da firma"<sup>23</sup>. Esse tipo de integração, embora freqüente em certos tipos de cadeias alimentares como as do açúcar, café, chá, banana, progrida ou regrida dependendo do grau de poder, e do grau de lucro e risco que o empreendimento acarreta. Sabe-se que as empresas enlatadoras de sucos da Califórnia avançaram sobre as terras e laranjais da Califórnia. Foi suficiente que ocorresse uma geada para que elas se retirassem do negócio e entregassem a produção das frutas a produtores articulados em cooperativas criadas pelas empresas. O argumento da inabilidade dos produtores pode significar simplesmente a recusa dos produtores de entrar no negócio, principalmente quando estes dispõem de outras alternativas de sobrevivência. Da mesma forma que se justifica a integração pela incapacidade do produtor "independente de atender os fluxos constantes de produto exigidos pelo consumidor, da mesma forma, o "consumidor-empresa" justifica, se isto lhe é conveniente, entrar na produção agrícola direta.

Por último, o quarto tipo de integração vertical é o que se constitui a partir da formação de cooperativas de produtores. Neste caso, a diferença entre uma cooperativa e uma empresa qualquer é irrelevante, a não ser quando as empresas relegam às cooperativas faixas de mercado onde a possibilidade de lucro e acumulação é pequena. Roy observa que o sucesso da cooperativa depende fundamentalmente do grau de cooperação demonstrado pelos membros cooperadores, da eficiência da administração e da capacidade de cotização

dos membros<sup>24</sup>.

A exposição dos conceitos e definições que envolvem o processo de concentração do capital nos segmentos a montante e a jusante da produção agrícola, tal como procedido pela teoria capitalista do Agribusiness, acaba por embaralhar a natureza do processo de subordinação da agricultura, segregando em sua lógica componentes ideológicos que, se enfatizam essa dominação, a escondem enquanto tal. Procedamos a um exercício de análise nessa direção. Ainda tomando o texto de Roy como referência, vejamos a forma como se dá a compreensão das "razões da integração" e as "vantagens e desvantagens da mesma".

As razões da integração se resumem a um par oposto e excludente de razões. De um lado, os que entendem a integração como forma de controle dos mercados rurais e redução da mão-de-obra rural à condição assalariada de uma empresa. De outro, os que a entendem como uma providencial oportunidade para o produtor que, desta forma, pode sobreviver como tal mediante a garantia de produção, preço, renda, eliminação de riscos e acesso ao capital<sup>25</sup>. Essa é a matriz de pares opostos no que diz respeito ao produtor integrado. Evidentemente, o reducionismo da fórmula é flagrante e, como todos os pares opostos assim colocados são falsos, estes também o são. Se se considera, porém, a integração do produtor levando em conta outros segmentos, pode-se constituir outros pares de opostos mais ou menos da mesma espécie, como, por exemplo, os requerimentos de quantidade e qualidade



de um produto necessário à satisfação das exigências do consumidor. Neste caso, a integração satisfaz a exigência do consumidor final, o que não ocorre com o produtor independente. Ou a integração como veiculação de tecnologia que é requerida para a produção especificada de um produto, de cujo acesso o produtor independente estaria afastado. Ou como forma de eliminar as oscilações no uso das plantas industriais e equipamentos, acarretados por picos de produção e entressafra. Finalmente, e entre outras razões, propiciar trabalho em áreas com abundante mão-de-obra disponível e ociosa<sup>26</sup>.

A estratégia do jogo dos pares opostos prepara o espaço para a etapa mais geral do entendimento do capital no interior da cadeia agroalimentar enquanto vantagem e desvantagem.

Transcrevo, abaixo, as dez vantagens e as dez desvantagens da integração, tal como formuladas por Roy.

- Vantagens do contrato de integração para o integrado:

"01) O produtor assume menos riscos financeiros. O contratante<sup>27</sup> assume maiores riscos quando repassa financiamentos (ao productor);

02) A renda do produtor sob contrato é muitas vezes estipulada e relativamente fixa. As perdas do contratante são fixadas pelo penhor de garantia de pagamento do productor;

03) A responsabilidade do produtor é re

duzida; em compensação cresce a responsabilidade do contratante;

04) O produtor toma menos decisões e tem menos dificuldade na obtenção de insumos. O contratante toma mais decisões e tem maior responsabilidade para a obtenção de insumos;

05) O produtor freqüentemente é ajudado na obtenção de assistência técnica especializada. O contratante deve arcar com os custos e a responsabilidade do provimento de tal assistência;

06) O produtor corre menores riscos de preço e problemas de mercado. O contratante incorre maiores riscos de preço e problemas de mercado;

07) O produtor corre menores riscos de produção e de perda de renda. O contratante corre maiores riscos e usufrui de maiores oportunidades tanto de lucro como de prejuízo;

08) O produtor tem menos necessidade de capital para produzir um produto. O contratante precisa prover esse capital de custo, seja próprio, seja por empréstimo;

09) O produtor se habilita a operar unidades de produção de maior porte e especializar-se na produção de um determinado produto. O contratante se envolve com poucos produtores que operam em larga escala, em vez de fornecer insumos a muitos e pequenos produtores<sup>28</sup>;

10) Ao produtor é criada a oportunidade de empregar-se (sic) numa agroindústria sem que tenha que abandonar o meio rural ao qual está acostumado. Os contratantes agroindustriais, porém, tendem a deslocar-se para o meio urbano."<sup>29</sup>

- Desvantagens do contrato de integração para o integrado:

"01) O lucro monetário<sup>30</sup> do produtor é limitado pelo contrato. Os lucros do contratante são limitados pelas regras do mercado;

02) A iniciativa e os incentivos do produtor são limitados toda a vez que as cláusulas do contrato são específicas em seus termos;

03) O produtor hábil e bom administrador não usufrui vantagens sob contrato. O contratante usufruirá vantagens suplementares se for capaz de submeter a contrato produtores eficientes e hábeis;

04) O produtor contratado não terá condição de expandir suas operações quando as condições econômicas forem adversas. O contratante tem menos limitações nestes casos;

05) O produtor contratado pode elevar continuamente seus padrões de eficiência, enquanto seus pagamentos por unidade podem estacionar ou até mesmo regredir. O contratante pode proteger-se mediante a elevação dos padrões de eficiência dos produtores fazendo com que seus custos por unidade permaneçam constantes ou mesmo declinantes;

06) O produtor contratado, na maioria dos casos, é obrigado a efetuar os investimentos em capital fixo tais como: terra, prédios e equipamentos. O contratante, por sua vez, concentra seus custos principalmente em investimentos de capital de custeio tais como, por exemplo, rações, pintos, sementes, produtos químicos, etc., que devem ser pagos antes da aferição dos lucros (da operação financiada);

07) O produtor contratado tende a perder rapidamente todos os contatos com o mercado. O contratante está em constante contato com os mercados e, em muitos casos, desenvolve uma organização de mercado que lhe permite excluir alguns produtores e integrar outros em sua empresa toda a vez que isto for possível;

08) O produtor contratado continua sofrendo a falta de poder de barganha. O contratante tem relativamente maior poder de barganha e pode mais facilmente desenvolver os meios de manter tal poder;

09) O produtor contratado se torna parte de um complexo agroindustrial que tende, sob contrato, a superprodução de produtos agropecuários, gerando problemas de exceden-

tes para si mesmo e para os produtores em geral. O contratante, por sua vez, agindo independentemente, está interessado primeiramente em aumentar a produção, o que lhe permite expandir sua posição na economia de mercado;

10) O produtor contratado está, via de regra, submetido a pesadas pressões tecnológicas. O contratante está no círculo vicioso da luta competitiva pelo mercado e não pode perder a oportunidade de criar pressões sobre aqueles que lhe estão associados."<sup>31</sup>

Nós temos aí dois pares de blocos opostos, tendo cada qual dez pares também opostos, todos presididos pela oposição vantagem e desvantagem. Essas oposições jogadas a partir da instância contratante-contratado, isto é, a partir da instância jurídica, formal, têm a função de nivelar os pares opostos, mantendo-os opostos, é certo, mas afirmando a igualdade das partes. Subtrai-se, dessa forma, o peso da desigualdade que se estabelece entre o indivíduo produtor isolado e a empresa, numa relação que guarda certa similaridade com o contrato de compra e venda de força de trabalho entre a empresa e o trabalhador assalariado. Se, porém, partirmos para um exame mais aprofundado das relações que se formalizam no contrato e que se exprimem sob a cortina ideológica da vantagem e desvantagem, chegaremos próximos às relações efetivas que o capital instaura nesta forma específica de subordinação que se chama integração por contrato de produção. Tomemos, em primeiro lugar, o primeiro bloco de pares opostos: as vantagens auferidas pelo produtor quando celebra contratos. Podemos distinguir aí, sob a forma de vantagem, em primeiro lugar, os componentes que despo

jam o produtor do seu poder; poder que é transferido para a instância da empresa: as vantagens de 1 a 4 são tais porque reduzem os riscos financeiros, fixam a renda, reduzem a responsabilidade e as decisões. Precisamente os componentes que definem e são constitutivos do poder do produtor chamado independente. Esse despojamento é essencial, porque sem ele não há espaço para a instalação de outro poder que é o da empresa contratante. O sofisma da "vantagem" do contratado fica mais evidente quando exatamente isto aparece no pólo oposto como desvantagem de contratante que na realidade vê seu poder aumentar de forma real, porém, negado na aparência sob forma do peso dos riscos que passa a assumir, da aleatoriedade de sua renda e das tarefas de tomar decisões e assumir responsabilidades. Começa, também, ficar evidente o porquê da exigência intrínseca do contrato no estabelecimento das relações em presença: para afirmar a igualdade das partes, conferir a ambas a independência necessária convalidadora da legalidade do ato contratual e colocar ambas as forças como concorrentes no interior das regras que a economia concorrencial estabelece. Como diz Roy:

"Contract farming in and of itself is neither good, nor bad. It is dependent upon the economic circumstances surrounding each individual situation."<sup>32</sup>

Em segundo lugar, e ainda no primeiro bloco de parágrafos, temos, além do despojamento do poder, as "vantagens" do controle do trabalho expresso nas proposições de números 5, 7, 8 e 9, sob a forma de fornecimentos de assistência

técnica gratuita, investimentos em capital fixo, perda do controle sobre o capital circulante, perda do controle sobre expansão ou retração da produção e especialização da unidade produtiva por imposição contratual. Os mecanismos de controle do trabalho via assistência técnica se efetuam mediante rápida aprendizagem dos novos processos de trabalho, que são fixados e controlados quer através de cláusulas contratuais, no cumprimento de normas expressas num manual de procedimentos, ou através da supervisão sistemática. Os contratos estipulam ao contratante o direito de entrar na propriedade sem prévia licença ou aviso. O acesso ao capital circulante é, efetivamente, um dos graves problemas dos produtores. A empresa assume o risco do financiamento, mas se beneficia duplamente ao constituir o contratado em mercado cativo e efetuar operações de compra de insumos em grande escala. Outro benefício adicional auferido pelo contratante consiste precisamente no fato de ser contratante e ter mercado cativo dotando-o de maiores facilidades de acesso aos meios financeiros. Neste caso, o contratado funciona como um verdadeiro aval ao contratante junto ao capital financeiro. O contratante, na medida que se exime dos investimentos de capital fixo e obriga o produtor a fazê-los, atrela a unidade produtiva ao circuito do capital dominado pelo contratante pela impossibilidade, freqüentemente verificada, de reutilização alternativa dos investimentos efetuados. Os investimentos de capital feitos pelo produtor não apenas o obrigam a trabalhar cada vez mais, como o obrigam a trabalhar nos moldes e intensidade requeridas pela

especialização dos investimentos. Em agropecuária, um aviário é um aviário, jamais pocilga ou estufa e, como tal, deve ser utilizado segundo os ritmos que o capital, materializado no equipamento e nas relações que o veiculam, impõe<sup>33</sup>.

Por fim, o contratado auferir a duvidosa vantagem de "empregar-se numa indústria" e gozar das delícias de morar no campo.

O que se pode concluir é que "... a firma integradora solidifica exatamente suas próprias vantagens não só sobre suas próprias vantagens, mas principalmente sobre as vantagens do integrado, ou seja, a vantagem do integrado é, antes de mais nada, a vantagem do integrador"<sup>34</sup>, acrescido de que a lógica interna que articula tanto a teoria quanto a ideologia da integração escamoteiam continuamente as relações sociais em presença.

Se analisarmos o outro bloco de oposições, o das desvantagens da integração e nele enfatizarmos a vantagem do integrador, teremos a dimensão completa do grau de subordinação que aí se estabelece, quer pelo reforço de seu poder enquanto articulador do mercado de insumos e produtos, expansão da capacidade de barganha frente a seus competidores, controle de seus custos e dos do produtor, escolha dos melhores produtores, quanto do exercício de pressões ao longo da cadeia mediante a provocação de excedentes de produção, o que obriga o Estado a intervir na economia em benefício dos elementos oligopolizados.

A expansão dos métodos de produção sob a forma de contratos ganha crescente importância em toda a agricultura capitalista, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos chamados subdesenvolvidos. Tais métodos de produção são sempre indicativos do grau de concentração do capital no segmento agroindustrial, e da subordinação da agricultura à indústria mediante a intensificação da aplicação de capital no processo direto da produção agropecuária. A subordinação direta do processo produtivo agrícola ao capital diminui, na maioria dos casos, a necessidade das corporações efetuarem o controle da terra. Ruth Rama e Raul Vigorito, ao analisarem a expansão das corporações multinacionais da alimentação no México observam que:

"... mediante o controle sobre a tomada de decisões, as empresas transnacionais estão em condição de manter um domínio sobre a etapa produtiva agrícola que substitui perfeitamente o controle jurídico da terra, indubitavelmente muito difícil dadas as disposições da lei agrária mexicana."35

Mas as razões efetivas da limitada entrada de grandes capitais em certas áreas de produção como frutas, legumes, pecuária de pequeno e médio porte, leite, etc., deve-se não necessariamente a impedimentos legais de acesso a terra, mas, como observa com precisão Goldberg, aos altos custos do capital e aos riscos:

"The high capital costs of large scale farming combined with the uncertainties arising from its agronomic nature have served to discourage extensive investment by publicly held companies ... Fruit and vegetable processors have utilized contracts with



growers rather than direct ownership as the primary method of assuring adequate quantity and quality of raw materials..."<sup>36</sup>

Há, igualmente, da parte das grandes empresas internacionais, a necessidade de levar em conta as questões de política local, de concorrência com as empresas que atuam no ramo e, evidentemente, promover o emprego da mão-de-obra ociosa: "... ademais de criar emprego rural, as companhias agroindustriais podem sugerir uma norma de coordenação<sup>37</sup> que as torne menos sujeitas a objeções por parte do governo e da indústria locais. O instrumento coordenador é um contrato de produção pelo qual um produtor aceita plantar, cultivar e colher determinadas plantas para entregar ao fabricante que o contrata ... A coordenação contratual é efetiva com produtores relativamente pequenos e em países atrasados onde se recomenda preferentemente a estratégia agrícola unimodal ao cultivo bimodal de corporações e produtores de subsistência..."<sup>38</sup>. Morrissy insiste no crescente perigo que incorrem as empresas transnacionais que praticam a integração vertical pura: "... no início, as companhias internacionais escolheram a coordenação mediante a integração vertical, ... cada vez menos aceita e mais irritante (sic). À medida que os países em desenvolvimento forem conformando uma força política e econômica contraposta, intensificaram o emprego mais intensivo dos métodos contratuais de coordenação, como a outorga de licenças, contratos de gestão, franquias e os contratos de produção"<sup>39</sup>. Fica evidente que para o capital a apropriação da terra só interes-

sa quando garante a acumulação. Nos demais casos, se afasta dela para a ela retornar de forma distinta, isto é, mediante seu controle e controle do processo produtivo.

A discussão da integração, suas formas e do contrato de produção nos conduzem à discussão da questão da subordinação do trabalho camponês ao capital e a estratégia da integração.

#### 4.2 - A subordinação do trabalho camponês ao capital: a estratégia da integração

##### 4.2.1 - A teoria e a ideologia da integração

"As obras clássicas para um especialista em oligopólio não poderão ser de Newton, nem de Darwin, nem tão pouco de Freud; ser-lhe-á preciso adotar a de Clausewitz, Princípios da Guerra. Nela não só encontrará numerosos e assombrosos paralelos entre estratégia militar e comercial (oligopolista), mas também um método de enfoque geral que promete um estudo mais realista do problema do oligopólio, embora o resultado seja muito menos elegante que a tradicional teoria dos preços."<sup>40</sup>

A temática da subordinação do trabalho camponês ao capital tem, na teoria marxista, uma longa história. É possível, no entanto, desentranhar esta subordinação por outro caminho. Aquela que está embutida na própria teoria capitalista, nas suas entranhas, que não se manifesta como tal, mas na cortina ideológica das relações de mercado. Pretendo dar continuidade às análises iniciadas no item ante-

rior, sacar de dentro da teoria e da ideologia capitalista o jogo da mostra e esconde, visualizando a forma como se ordenam as forças em presença e visualizar de que maneira aí se processa a justificação da subordinação do trabalho que se efetua na produção agrícola ao capital monopolista integrado em cadeias agroalimentares, ou em complexos agroindustriais.

A teoria capitalista se viu obrigada a tematizar e incluir em suas análises a questão da concentração do capital em suas formas monopólicas e oligopólicas. Mas o referencial de base ainda continua sendo o da concorrência perfeita, acrescida da teoria do "bem-estar" ou se se deseja, das possíveis vantagens e desvantagens da ruptura da concorrência entre os elementos participantes<sup>41</sup>. A integração econômica e os contratos de produção, que exprimem necessariamente concentração e subordinação, embora ambos acabem justificados como uma espécie de lei da natureza, que impõe ordem à dispersão, implicam a explicitação, a nível das relações de mercado, das conseqüências que podem advir ao sistema econômico e que tipo de forças deverão intervir para regular a nova ordem.

Tomemos ainda como referência de base o ideólogo maior da teoria da integração e dos contratos de produção: Ewell Paul Roy. Ele levanta as questões básicas que nos interessam discutir em doze hipóteses, tentando cobrir as possíveis conseqüências da instauração da integração e dos contratos de produção, e que são os seguintes:

"01) O contrato de produção e a integração econômica criam mercados oligopólicos;

02) O contrato de produção e a integração econômica minimizam os riscos de preços de mercado;

03) O contrato de produção e a integração econômica favorecem um melhor ajustamento de suprimento à demanda efetiva do mercado;

04) O contrato de produção e a integração econômica se desenvolvem primeiramente em áreas econômicas com baixos custos de mão-de-obra e oportunidades alternativas pequenas;

05) O tamanho das unidades produtivas e o volume do produto do produtor são maiores e mais especializados com o contrato e a integração do que sem eles;

06) O contrato de produção e a integração econômica elevam a capacidade do produtor de consumir empréstimos de capital;

07) O contrato de produção e a integração aceleram a adoção de tecnologia e a qualidade dos insumos usados;

08) O contrato de produção priva o produtor de tomar decisões;

09) A expansão dos contratos de produção e da integração econômica são uma resposta às exigências das redes de distribuição de alimentos;

10) O contrato de produção e a integração econômica compelem a uma melhoria nos sistemas e procedimentos de comercialização dos produtos agrícolas;

11) O contrato de produção e a integração reduzem o poder de barganha do produtor a nível de mercado local;

12) O contrato de produção e a integração são um prelúdio para a integração completa tanto horizontal quanto vertical."<sup>42</sup>

Essas doze sentenças, formuladas em forma de hipó

teses, merecem um trabalho de ordenação das questões subjacentes. As hipóteses 1, 2, 3, 9, 10 e 11 incidem sobre as várias facetas da questão dos mercados para os produtos agropecuários; as hipóteses de nº 4, 5, 6, 7 e 8 incidem sobre as diversas situações em que pode se encontrar o produtor frente ao contrato e à integração econômica. Já a hipótese de nº 12 coloca a questão da possibilidade da concentração total da produção agropecuária. Ordenemos agora, as hipóteses por conteúdo:

a) A questão dos mercados e suas facetas:

- o mercado oligopolítico (hipótese 1);
- controle dos mecanismos de mercado (hipótese 10);
- redução do risco (de mercado) para o produtor (hipótese 2);
- melhor atendimento às exigências da demanda (hipótese 3);
- melhor atendimento do consumidor (hipótese 9);
- perda do poder de barganha do produtor (hipótese 11).

As hipóteses 1, 10, 3, 9 e 11 são todas indicativas do poder oligopólico. As hipóteses 2 e 3 indicam clara subordinação do produtor (reduz seu risco e seu poder de barganha), isto é, o poder do integrador tende a crescer continuamente.

b) Situação do produtor frente a integração econô

mica e o contrato de produção:

- exploração da mão-de-obra ociosa (hipótese 4);
- concentração de recursos e seleção de produtores (hipótese 5);
- intensificação do uso de capital financeiro, de tecnologia e insumos (hipóteses 6 e 7);
- usurpação do poder de decisão do produtor (hipótese 8);
- perda do poder de barganha (hipótese 11);
- por fim, a possibilidade da concentração e exclusão absolutas (hipótese 12).

Trata-se, como se pode observar, de uma nova forma, mais complexa, de colocar a questão das vantagens e desvantagens da integração econômica e do contrato de produção anteriormente estabelecidas pelo autor, acrescidas dos componentes de desigualdade real ensejada pelas relações monopólicas, de um lado e do produtor contratado, de outro. Não mais se trata de negar o fato da relação desigual, indesejável numa relação de concorrência perfeita, mas, a partir do referencial da concorrência perfeita, analisar os possíveis prejuízos e vantagens da concorrência imperfeita para o bem-estar social.

A concorrência perfeita define-se pela incapacidade dos vendedores e compradores de exercer influência sobre o preço; pela livre entrada ou saída do capital num ramo qualquer; pela homogeneidade de produtos e serviços; pela

igualdade de informação dos termos e condições de venda, bem como a oportunidade de tirar vantagem de tal informação, oportunidade que está ao alcance de todos os participantes<sup>43</sup>. Ora, é preciso reconhecer que isso efetivamente na realidade não ocorre, particularmente na relação que se estabelece entre produtores rurais e as empresas situadas a seu jusante e montante que, por força da concentração de capital (da integração) e da subordinação que é capaz de impor (via contrato), destrói as condições de igualdade entre as partes. A desigualdade do lado do produtor rural se materializa justamente pelo fato da produção agrícola ser altamente competitiva, isto é, a determinação de preço (e custo) lhe é exógena e, neste caso, observa Roy, "seu único recurso é melhorar a eficiência e baixar custos"<sup>44</sup>, embora "... o nível dos preços exógenos, ..., seja determinado mais pelos suprimentos que são lançados no mercado do que pela demanda do mercado"<sup>45</sup>.

E como os produtores têm um poder relativamente pequeno para controlar o suprimento agregado, sobra ao produtor a tábua de salvação da intervenção do Estado que pode intervir no mercado por decreto<sup>46</sup>.

O que pressupõe um Estado neutro, arbitral e isento no jogo conflitante de interesses em presença, isto é, o velho Estado liberal burguês. Esse Estado é tão fictício quanto a livre concorrência.

As formas concretas assumidas pelas relações de

mercado entre os produtos e os segmentos concentrados e integrados na indústria e/ou comércio variam de intensidade de acordo com o grau de concentração e de domínio que tais segmentos tenham alcançado e podem ser de tipo monopolítico e/ou monopsômico, ou oligopolítico e/ou oligopsômico. Essas formas de relação que se exprimem no plano do mercado têm que ser entendidas, em consequência, como resultado da concentração e da integração e de suas formas concretas, bem como do tipo de relação de subordinação que assim concentrado (integração vertical, horizontal, circular ou conglomerada) pode impor, expressa mediante contrato com o produtor. Um exame, mesmo superficial, do que ocorre em termos de relação entre o contratante e o contratado do ponto de vista do mercado, acaba pondo por terra os pressupostos mesmos da ideologia justificadora do contrato, diluída pela ideologia das vantagens que as partes em presença ou a sociedade como um todo podem auferir dessa "transgressão". Na prática, vigoram as exigências de uma "coordenação" que impõe racionalidade e ordem aos vários segmentos da cadeia agroalimentar: "O contrato de produção e a integração econômica ensejam a melhoria dos procedimentos de mercado decorrentes de uma melhor e mais coordenada administração das decisões desde a produção até a distribuição"<sup>47</sup>. E como tomar decisões é prerrogativa do capital concentrado, articulador e "coordenador" da cadeia, o produtor "competitivo" não pode ter noção do quanto deve produzir, que especificações deve o produto ter e de quando deve lançar sua produção no mercado. O "mercado" punirá o produtor que pretender não se adequar



a essas exigências:

"Os produtores de algodão, por desconhecerem as exatas exigências da indústria têxtil, podem produzir, por algum tempo, tipos indesejáveis de fibras não procuradas até que o sistema de preços os penalize ou os mercados sejam perdidos."<sup>48</sup>

Em consequência, a integração e coordenação são necessárias para salvar o produtor, de um lado, e maximizar seus lucros, de outro:

"Num sistema menos integrado (leia-se competitivo) os produtores não estão bem informados a respeito das causas dos baixos preços praticados. Já a integração econômica permite que se leve em consideração tanto os incentivos diretos quanto as penalizações decorrentes do tempo e da qualidade da produção."<sup>49</sup>

Torna-se inevitável, para a sobrevivência do produtor, estreitar os laços de subordinação aos complexos integrados sob pena de exclusão, ou de comprometimento de sua renda pela elevação constante dos riscos.

As empresas a jusante e/ou a montante da produção se viram obrigadas a integrar-se para evitar as oscilações do mercado:

"... as empresas (fornecedoras ou processadoras) também foram afetadas adversamente por amplas oscilações na produção e nos preços ... encorajando, por isso, os vendedores e outros a procurar maior estabilidade em suas operações."<sup>50</sup>

A integração econômica e os contratos de produção sincronizam todas as etapas da produção e das operações de

mercado de tal forma que o fluxo do produto de um estágio se engrena no ponto ótimo com o estágio ou estágios subsequentes. E quanto mais perecível o produto ou quanto maior for a precisão de tempo requerida para a maturação do produto, tanto maior será a necessidade da integração e do contrato de produção. Se é possível especular preços com cereais (passíveis de estocagem prolongada) o produtor de frangos não poderá fazê-lo para além de um tempo muito diminuto sob pena de os animais lhe devorarem quantidades de rações tais que nem mesmo a melhoria do preço pode cobrir. O mesmo se diga das frutas e legumes.

O encadeamento subordinado, se é inevitável, pode apresentar reais vantagens para todos. No final das contas todos saem ganhando, como gostam de afirmar os ideólogos da integração:

- Os consumidores poderão transmitir rapidamente ao produtor seus desejos (sic)<sup>51</sup>;

- A diminuição dos centros de decisão permite um fluxo de informação e tomada de decisão mais adequadas;

- Os custos de transferência e transporte diminuem;

- O processamento e a manipulação do produto é mais rápido.

E, ainda:

- As empresas verticalmente integradas atingem mais eficazmente o consumidor, diversificam a pauta de produtos e diminuem os custos de propaganda;

- O controle sobre a produção permite que uma empresa verticalmente integrada sincronize a expansão do mercado e da produção de forma contínua e precisa;

- Finalmente, o integrador pode obter uma padronização tal do produto que ele passa a processar não aquele que é oferecido, mas o que ele quer<sup>52</sup>.

Do ponto de vista do segmento industrial, o contrato tende a diminuir ou simplesmente eliminar os efeitos produzidos pelos picos e quedas de safra e entressafra, que incidem fortemente no dimensionamento das indústrias superutilizadas nos picos e subutilizadas na entressafra.

O produtor isolado e disperso se vê crescentemente pressionado pelas exigências de especificações do produto por parte do comprador monopolista e, em muitos casos, monopsonista. Aquele que se recusar a adotar as especificações estipuladas pode encontrar poucos ou nenhum comprador. É por essa razão que o produtor se vê obrigado a fazer investimentos de capital e de custeio para adequar sua produção ao mercado. Essa compulsão ao investimento aparece como vantagem da integração e do contrato de produção como favorecedor e facilitador da transferência de tecnologia, não poucas vezes mistificada como expressão da vontade soberana do consumidor. O produtor fica cada vez mais longe da

possibilidade de interferir nas decisões básicas a serem tomadas, sejam elas relativas ao montante dos investimentos a serem realizados, tipo de produto, tempo de produção, sejam eles relativos a custos e preços. Ficar ou não na produção não mais dependente do produtor. Ele é escolhido para ficar ou para sair. Os expulsos são punidos pelos preços de sua produção. Embora os que permanecem não sejam exatamente privilegiados, pois os sistemas integrados podem não prover aos produtores retornos mais elevados por seus investimentos, é certo que terão assegurado o escoamento de sua produção com retornos mais estáveis, embora não necessariamente os mais elevados<sup>53</sup>. Como observa ainda Roy:

"O limite superior do poder de barganha (e sobrevivência) do produtor está no ponto em que para o integrador se torna mais barato produzir sua própria matéria-prima."<sup>54</sup>

Do plano teórico e ideológico da microeconomia é possível extrair as justificativas da integração que se resumem, depois de desmistificadas as premissas em que se sustentam, na subordinação pura e simples da produção agropecuária e do produtor ao capital que se concentra em um ou vários pontos das cadeias agroalimentares. É preciso, porém, capturar como essas teoria e ideologia operam na prática concreta no discurso das empresas integradoras e do Estado.

#### 4.2.2 - O discurso do integrador sobre a integração

Só recentemente a discussão sobre a questão da "integração" saiu do círculo fechado dos grandes empresários e do Estado para ganhar a rua, a academia e os debates públicos, a luta política e a resistência dos camponeses. Há duas razões, pelo menos, para explicar o silêncio: a primeira delas é uma espécie de confusão conceitual. As empresas integradoras, principalmente as situadas no Oeste de Santa Catarina, as verdadeiras implantadoras dos sofisticados sistemas atuais de produção mediante contrato, escamotearam o processo mediante a retórica do "fomento" da produção de suínos e aves, coincidente, sob este aspecto, com os esforços desenvolvidos pelos órgãos do Estado encarregados de prover aos camponeses a assistência técnica, creditícia e a persuasão ideológica. Se o Estado pode apresentar-se como um agente neutro e preocupado com o bem dos camponeses na medida mesma que não é visível nem imediata sua relação com as empresas ou ele próprio não se constitui em empresário da indústria da alimentação, o mesmo não sucede com as empresas que necessitam justificar de forma muito elaborada, pelo menos inicialmente, sua intervenção sobre a produção camponesa, rompendo-lhe as resistências e, sobretudo, demonstrar aos camponeses que a empresa visa exclusivamente seu bem, promover o progresso. A estratégia clássica do "efeito demonstração" foi fundamental na etapa inicial<sup>55</sup>, seguida, posteriormente, de uma intervenção direta sobre a unidade produtiva como um todo:

"Dentro desse princípio de promover o progresso - ... - fizemos muitas despesas, nem sempre com bons resultados. Não só distribuimos boletins entre os agricultores como mantivemos um jornal em Concórdia(SC) durante uns dois anos - mas os efeitos não eram satisfatórios porque os agricultores pouco liam; muitos deles nem tinham mesmo condições para ler, interpretar e assimilar os ensinamentos ali divulgados. Mas continuamos insistindo, e o fato é que depois implantamos um serviço de fomento - ... - e com a assistência de técnicos em suinocultura, em avicultura, médicos veterinários, agrônomos, procurando melhorar também a qualidade das lavouras dos agricultores através da conservação do solo, os resultados foram mais auspiciosos que se podiam imaginar."<sup>56</sup>

A persuasão oral ou escrita dá lugar à intervenção técnica direta através dos agentes da empresa, técnicos esses treinados em sistemáticos encontros, viagens de estudo aos centros internacionais mais avançados de produção de aves, suínos e processamento industrial de alimentos<sup>57</sup>. Criam-se, desta forma, as condições para, uma vez rompidas as resistências do camponês pelos sistemáticos efeitos-demonstração, estreitar os laços de subordinação mediante contratos de produção de suínos e, de forma inédita para o país, de aves, de conformidade com os princípios e as justificativas desenvolvidas nestes segmentos de produção nos Estados Unidos<sup>58</sup>, sem nunca perder de vista a necessidade de esconder os reais efeitos que resultavam sobre a produção camponesa, de um lado e, de outro, a verticalização e crescente concentração e oligopolização da empresa:

"... dentro do nosso princípio e da nossa filosofia, que consistiam - ... - em termos a maior consideração pelos nossos trabalhadores, pelos homens da produção da matéria-prima, pelos nossos clientes e consumidores, pe

las autoridades, dentro do sistema que chamamos 'comunidade integrada'. Uma integração total, como uma corrente de elos harmoniosamente entrelaçados e na qual todos tivessem igual importância..."<sup>59</sup>

A integração deixa de ser um conceito preciso, indicativo do processo de concentração do capital no segmento que executa a coordenação da cadeia agroalimentar, para transformar-se numa ordem social composta de partes harmonicamente estruturadas. A intervenção sobre a produção camponesa é uma responsabilidade da empresa para distribuir o progresso e a técnica, isto é, uma atividade fomentadora da produção. Curiosamente, é esse camponês "fomentado" que vai receber, quando subordinado mediante contrato de produção, o nome e a conotação de "integrado", quando é exatamente a empresa que efetua a trajetória típica da integração, isto é, ela se transforma, à medida que concentra capital, em empresa horizontal e verticalmente integrada. Essa espécie de confusão conceitual não permite, em virtude dessa elaboração ideológica propositadamente confusa, a clara visualização do fenômeno em curso. A segunda razão é de natureza mais propriamente política. A estruturação do projeto de expansão do capital no campo em Santa Catarina, articulado pelo Estado, foi formulado e controlado, nos últimos vinte anos, pelos empresários integradores do Oeste de Santa Catarina. Nesse período, eles colocaram nos postos estratégicos do governo estadual seus representantes: vice-governador, secretário da agricultura, secretário da fazenda. Estes viabilizaram e canalizaram os recursos necessários tanto para

dar os retoques finais da modernização e expansão das unidades frigoríficas integradoras<sup>60</sup>, quanto da implantação de sistemas de produção de matéria-prima agrícola (cereais) e pecuária '(aves e suínos)<sup>61</sup>. Os mecanismos de expansão das agroindústrias, suas táticas políticas e suas relações com o Estado reprimiram fortemente a elaboração de pesquisas e estudos independentes e os debates públicos sobre a questão. Um estudo aprofundado, elaborado pela Comissão de Planejamento Agrícola/SC e pelo CEAG/SC em 1978, não pode ser divulgado por pressão das empresas. O primeiro debate público no âmbito da Universidade Federal de Florianópolis só aconteceu em 1982. Não que houvesse qualquer proibição de falar ou discutir livremente a questão. No ar pairava sempre a sensação da não conveniência de tocar no assunto. As empresas criaram para si o direito exclusivo de impor as suas versões, cujos termos básicos analisaremos a seguir.

O discurso dos empresários é sempre marcado pela ambigüidade conceitual anteriormente estudada. Mantida, porém, essa característica, o discurso é reduzido fundamentalmente às "vantagens da integração". As desvantagens, tematizadas por Roy, por exemplo, não são sequer mencionadas. Os pontos básicos do discurso são os seguintes:

- 1) A integração que no caso das empresas que desenvolveram o processo em Santa Catarina apresenta as características típicas de uma estrutura verticalizada e horizontalizada e caminhando para a conglomeração, aparece sob a forma de maximização das vantagens do integrador, do contra



tado e do consumidor. As vantagens dos integrantes do sistema, segundo os empresários, podem ser esquematizadas da seguinte forma:

- Para o segmento camponês:

"... assistência técnica intensa e permanentemente atualizada; formação de plantel básico de alto valor zotécnico (tanto em aves, quanto em suínos); utilização de equipamentos e insumos de qualidade, inclusive rações e concentrados de alto valor nutricional a preços mais acessíveis; utilização racional do crédito rural; maior produtividade; redução de custos de produção e maior rentabilidade; melhor preço *médio* [grifo meu] de venda; melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na propriedade: terra, capital e trabalho; a adoção de dimensionamentos adequados, com elevação da renda líquida anual e capacitação profissional do suinocultor."<sup>62</sup>

- Para a indústria, as vantagens se situam simultaneamente na esfera do processamento e do abastecimento, este último beneficiando o consumidor com produtos uniformes e a fluxos constantes:

"Abastecimento de matéria-prima qualificada de forma constante e de maior rendimento industrial; redução de custos comerciais de operações de aquisição de matéria-prima; redução de custos industriais nas operações de abate e elaboração de matéria-prima; redução de espaço, do tempo e de capital de giro necessário para a estocagem de suínos vivos no período imediatamente anterior ao abate; possibilidade de rápido aumento de produção de matéria-prima de mesmo padrão; presença permanente no mercado com produtos padronizados e de melhor qualidade; maior facilidade de promoção com perspectivas de aumento da demanda para o produto final; participação no mercado com produtos a preços mais competitivos; ampliação das perspectivas de ingresso de carne suína brasileira no mercado internacional."<sup>63</sup>

As vantagens mútuas dos participantes acabam, na prática, se resumindo às vantagens da indústria que se ap<sup>o</sup>sa do controle das várias etapas da produção e distribuiç<sup>o</sup>o. Como observamos na parte inicial deste capítulo, a van<sup>ta</sup>gem do contratado reforça a vantagem do integrador. Na prática das empresas os controles que se exercem sobre o camponês se efetuam pela assistência técnica "intensa", re<sup>p</sup>asse de animais com especificação zootécnica pré-estabele<sup>c</sup>cida (oriundos das granjas de reprodutores da empresa ou de empresas horizontalmente a ela integradas), redução do uso de equipamentos, rações e medicamentos, direcionamento do crédito e subordinação dos potenciais da unidade produtiva aos interesses das empresas<sup>64</sup>. A produção da matéria-prima assume, assim, uma racionalidade que lhe é impressa pela em<sup>p</sup>resa enquanto prolongamento no campo das regras da produç<sup>o</sup>o fabril e incide, para as empresas, nunca, porém, para o produtor, na redução de custos pela apropriação das instân<sup>c</sup>ias tradicionais de intermediação mercantil; redução de custos de produção; redução de custos, principalmente, nas operações próprias da empresa de aquisição de matéria-pri<sup>m</sup>ma, de operações industriais e de estoque de animais para a<sup>b</sup>bate. A importância que a empresa confere à redução de cus<sup>t</sup>os no conjunto das operações não s<sup>o</sup> tira ao camponês a pos<sup>s</sup>ibilidade de vir a medi-los em relação às suas atividades específicas, como permite à empresa controlá-los ao longo de todo o percurso, desde a produção até a comercialização final. A racionalidade, enquanto exprime essa forma de po<sup>d</sup>er, tem necessariamente que ser decantada como vantagem de

todos os participantes:

"A curto prazo e em escala progressiva, ..., haverá conscientização de que a fórmula do sistema integrado é a alternativa racional para um equilíbrio justo entre o produtor e a indústria."<sup>65</sup>

Não menos relevante, o que na verdade pode ser caracterizado como uma faceta de redução dos custos totais de operação, é a determinação precisa da padronização da matéria-prima, não das aves, cuja produção não mais pode fugir aos padrões da indústria, mas dos suínos, tradicional refúgio da autonomia de inúmeros camponeses do sul do país. Quando as empresas chegaram ao ponto de impor à produção um percentual significativo de padronização e aproveitando as crises periódicas que afetam o setor, passaram a pressionar o Estado para que determinasse os critérios gerais de padronização da totalidade da matéria-prima, que passaria a funcionar como elemento da determinação do preço a ser pago ao camponês. A padronização da matéria-prima se efetua mediante um conjunto de procedimentos embasados em critérios predeterminados, comumente chamados de "tipificação de carcaças"<sup>66</sup>.

A tipificação de carcaças, aparentemente, é uma questão técnica: trata-se de estabelecer uma relação entre o peso do animal e a espessura de toucinho. Ocorre, porém, que o aspecto técnico é apenas a relação do montante de capital necessário para estabelecer a relação entre peso, espessura do toucinho e preço. Dito de outra forma, o produto

tipificável implica numa alta composição de capital na produção e uma conseqüente modificação do tempo socialmente necessário da produção do animal<sup>67</sup>.

O Decreto-Lei do Ministério da Agricultura que institui a tipificação de carcaças assume nitidamente os interesses das empresas e coincide com as "vantagens da integração":

"O Ministério da Agricultura no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de: - agilizar o desenvolvimento tecnológico da suinocultura, beneficiando o produtor, a indústria, o comércio e o consumidor; - estabelecer o diferencial de preços, com base na qualidade dos cortes-carneos; - regular a oferta de carne suína; - facilitar a política de estocagem; - implementar a padronização dos cortes carnes na carcaça suína no país, resolve aprovar o sistema de tipificação de carcaça suína; os parâmetros para a tipificação da carcaça suína, serão os seguintes: peso da carcaça e espessura do toucinho."<sup>68</sup>

Os decretos do Estado em si mesmos não movem montanhas mas podem fazê-lo na mão daquelas classes para cujo interesse eles foram feitos. E a implantação do decreto exprime isso de forma clara. A Portaria Ministerial (MA) nº 144 de 29.05.81, nomeia o seguinte grupo de trabalho, encarregado, no prazo de 90 dias, de apresentar a metodologia do trabalho: um representante da Sadia Concórdia/SC, da ACARESC/SC, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, da AGROCERES/MG, da DFA/SIPA/PR, da CMZ/SPA/SNAP e do SIPA/MA. O programa de tipificação de carcaças suínas será implantado atendendo aos seguintes pontos básicos:

"- Aprimorar o sistema de comercialização com a finalidade de remunerar o produtor de acordo com a qualidade de seu produto;

- possibilitar à indústria a oferta de matéria-prima em maior quantidade e qualidade;

- promover uma maior demanda de carne suína pela oferta de cortes carnes com baixa percentagem de gordura;

- propiciar ao Governo Federal informações que possibilitem uma garantia na aquisição de carcaças suínas classificadas, para formação de estoques reguladores;

- servir como mecanismo auxiliar ao trabalho de melhoramento genético do rebanho suíno nacional;

- a tipificação deve ser de responsabilidade da indústria [grifo meu];

- a tipificação deve ser facultativa tanto para a indústria como para o produtor;

- a indústria deve fornecer ao produtor, por ocasião de seu cadastramento, uma tabela indicando o procedimento de pagamento das carcaças em função de suas classificações;

- ...

- os critérios de pagamento dos diversos tipos de carcaças serão estabelecidos pelas indústrias, que determinarão os benefícios extras a serem pagos aos produtores;

- ...

- todas as vantagens que o Governo Federal possa ou venha conceder aos produtores de suínos deverão ser fornecidas prioritariamente aos produtores que efetivamente tipificarem seus animais;

- o criador que optar pela tipificação das carcaças dos suínos por ele produzidos, deverá dirigir-se à indústria para proceder o seu cadastramento e receber um número, que será utilizado para identificar os animais a serem encaminhados ao abatedouro;

- a identificação dos animais deverá ser feita na propriedade. Para tanto, o produtor deverá dispor de um tatuador, com o qual fará a identificação de seus animais na parte superior da paleta esquerda;

- uma ficha constatando o número da carcaça, peso da carcaça, espessura do toucinho e tipo de carcaça, de todo o lote de animais entregues para tipificação, será utilizado para o acerto final com o produtor;

- as informações finais de cada produtor deverão ser fornecidas periodicamente, em fichas padronizadas, às Associações Estaduais de Criadores de Suínos, que as utilizarão na orientação dos programas estaduais de melhoramento genético."69

Os mecanismos implantados pelo Estado mediante a tipificação de carcaças confere à indústria um poder absoluto de intervenção sobre a produção podendo inclusive recusar o recebimento ou rebaixar os preços do animal se não tiver as especificações que lhe interessa.

As vantagens mútuas apregoadas pelo discurso dos empresários integradores são indicativas apenas de seu poder concentrado e respaldado pelo Estado que intervém sistematicamente para aperfeiçoar a racionalidade de expansão da ação do capital.

2) O segundo aspecto do discurso do empresário é relativo à questão do exercício do poder de controle no interior da cadeia agroalimentar, isto é, quem exerce aí a coordenação. Os empresários embora neguem explicitamente que a coordenação seja uma consequência da concentração do capital num segmento da cadeia, reconhecem que a integração

tem como corolário a coordenação e o conseqüente relacionamento entre os setores ligados a um ramo qualquer da produção-industrialização agropecuária. A coordenação poderá ser feita por qualquer um dos segmentos envolvidos no sistema, no livre jogo da concorrência:

"Os sistemas integrados que se estabelecem, sob várias formas de estruturas organizacionais, poderão ter suas origens em qualquer um dos setores básicos que as compõem."<sup>70</sup>

Mas o princípio da livre concorrência, se é fácil proclamá-lo, é difícil justificá-lo enquanto tal na prática. Os argumentos escorregam para o lado dos benefícios que a integração e a coordenação distribuem aos participantes, principalmente quando se trata de camponeses, pequenos proprietários, descapitalizados, "ignorantes", e faltos de conhecimentos técnicos, situação que lhes impede até mesmo a realização de seus interesses econômicos:

"O sistema de integração se desenvolveu e fortaleceu na região da Colônia, aproveitando a própria mão-de-obra familiar e a estrutura disponível na propriedade. Hoje, acredita-se que a tendência seja o setor integrado dominar a produção avícola, por uma questão de custos - a integração produz mais barato, aumentando significativamente a renda familiar."<sup>71</sup>

As crises periódicas que afetam a produção de aves, ovos e suínos, tendem a reforçar os argumentos das empresas que oferecem garantia de comercialização e preço em troca da subordinação, que deverá se prolongar também quando o mercado reagir favoravelmente:

"O fundamental da integração é que haja responsabilidade e confiança mútua entre os diversos segmentos envolvidos e que não funciona quando o preço do suíno (ou da ave) está bom e o integrado entrega para terceiros ou quando o preço cai e a empresa se nega a receber a produção."<sup>72</sup>

"Nós somos leais aos produtores tanto na alta como na baixa."<sup>73</sup>

Oferecer segurança ao camponês é um trunfo decisivo das empresas integradoras, que o exploram como reforço para caracterizar a produção independente como perigosa, continuamente sujeita ao prejuízo e a custos de operação mais elevados:

"Os avicultores que trabalham por conta própria e não estão incorporados ao sistema da avicultura integrada, não contam com o apoio da empresa, que repassaria a eles sem onerar os custos da intermediação na aquisição de pintos e ração e, ainda, recebem assistência técnica gratuita. Esses criadores sofrem a oscilação do mercado, tanto na aquisição de pintos e ração, como na venda do frango vivo."<sup>74</sup>

#### 4.2.3 - Discurso do Estado sobre a integração

O Estado nunca formulou um discurso próprio, nem tomou uma posição pública em relação à questão da integração. Isto, porém, não o impediu de agir sistematicamente na direção do fortalecimento da agroindústria como elemento de ponta da expansão do capital no campo. No mesmo ano em que os camponeses bloqueavam as estradas e os acessos aos frigoríficos no Oeste catarinense e Sudoeste do Paraná para rei-



vindicar um preço mínimo do suíno em pé, o Estado os dispersou com tropas do exército em uniforme de campanha e armadas com fuzis-metralhadora<sup>75</sup>, decretou um preço mínimo inferior aos custos de produção, manteve a farsa da "Peste Suína Africana" que funcionou como método de dizimar o rebanho de reprodutores não tipificáveis<sup>76</sup> e impôs, por pressão dos frigoríficos, a tipificação de carcaças, o que confere aos frigoríficos o poder de determinar o preço da matéria-prima e a estrutura básica de produzi-la de acordo com os padrões exigidos.

Não menos relevante é o fato de que o Estado assume a coordenação do processo de transferência massiva de capital mediante programas de investimentos nas plantas industriais<sup>77</sup>, política de melhoramento zootécnico<sup>78</sup> e esforços concentrados de regionalização da produção segundo exigências do capital industrial.

Em nenhum momento o Governo Federal ou os Governos Estaduais tomaram qualquer medida no sentido de fiscalizar os contratos de produção, quando estes chegam a ser escritos, ou definir critérios jurídicos reguladores das relações contratuais entre a empresa contratante e o camponês contratado. Trataremos esta questão com detalhe mais adiante<sup>79</sup>.

#### 4.2.4 - A reação do produtor independente frente a integração

A expansão da avicultura, principalmente nos Estados onde a demanda apresentava sinais nítidos de expansão como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, aliada, a partir de 1975, ao início das exportações de frango congelado e a uma política agrícola de incentivos à produção através de créditos subsidiados e incentivos fiscais, atraiu investimentos de empresários rurais, de empresários de outros setores da produção e de profissionais liberais, na esperança de colher aí bons frutos.

As crises de superprodução, a crescente oligopolização dos segmentos a jusante e a montante da produção de aves e o poder crescente da administração de preços e diminuição de custos de produção praticados pelas empresas integradoras começou, a partir de 1980, a alijar do mercado esses produtores.

A expulsão ou ameaça de expulsão não atingiu apenas os grandes produtores, ao contrário, era mais forte e violenta para os pequenos produtores independentes que não dispunham de recursos para fazer novos investimentos e nem tinham formas organizadas de representação de seus interesses. Esses morriam em silêncio, sem reclamar, ou se integravam às grandes empresas que passaram a controlar a cadeia da avicultura.

Mas os empresários independentes, principalmente os paulistas, não deixaram de reagir fortemente à crise. Formaram, no dia 20 de junho de 1980, a União dos Avicultores de Corte - UNAC<sup>80</sup>, com o objetivo de defender os interesses dos empresários independentes, mediante:

"... uma política de regularização da oferta, de normalização da margem de lucro dos vários segmentos, de harmonia dos vários interesses no seio da avicultura, do preço justo ao produtor e mais acessível ao consumidor ... Enganam-se os que buscam a solução das dificuldades atuais de todo um setor, na quebra de um concorrente, no fechamento da granja do vizinho. Todos nós conhecemos bem os efeitos de semelhante política saneadora que, fatalmente, conduz à destruição da maioria dos produtores."<sup>81</sup>

Esses empresários percebiam com clareza que a concentração do capital e a política do Estado que a favorecia, os estava esmagando:

"Não somos ouvidos na elaboração dos critérios de fixação de preços. Não somos ouvidos no estabelecimento das condições de créditos. Não somos ouvidos a respeito do custo insuportável dos insumos. ... O processo de formação de decisões, nos últimos anos, tem bloqueado, sistematicamente, o acesso de setores mais débeis ou emergentes em favor dos segmentos mais poderosos ou estabelecidos. Nada há de natural nisso. Trata-se, na verdade, do consórcio do vício burocrático com interesses poderosos [grifo meu], estes supostamente alicerçados em números e informações."<sup>82</sup>

Os empresários independentes, através de sua associação, passam a atacar o Estado e suas políticas agrícolas e as formas de integração e subordinação praticadas pelas grandes empresas. Defendem uma intervenção do Estado en

quanto árbitro do mercado, preservação da livre iniciativa e coordenação dos efeitos da oligopolização:

"... o sistema de integração extingue o produtor independente, controla o mercado e elimina a livre iniciativa."<sup>83</sup>

"... Além disso, a integração tende a deteriorar o padrão de vida do produtor avícola transformando-o em assalariado."<sup>84</sup>

A defesa acirrada da livre iniciativa, das condições de sobrevivência do produtor independente, não deixa de reconhecer que "... a época gloriosa da avicultura não existe mais"<sup>85</sup>, e que o caminho que sobra é apelar, quase emocionalmente, para que o deixem sobreviver, embora acabe reconhecendo que a integração é inevitável e, sendo inevitável, "pelo menos mantenham uma certa remuneração, que permita aos integrados viver dignamente"<sup>86</sup>.

É preciso lembrar, segundo os ideólogos da livre iniciativa, que, se a integração é um processo irreversível,

"... o produtor perde a tradição na rede bancária e desmonta um esquema de capital de giro. Com o surgimento de dificuldades de mercado, o integrado fatalmente será sacrificado pela empresa. E ela poderá continuar operando com bons lucros. E, em contrapartida, as empresas continuam isentas de obrigações sociais para com ele."<sup>87</sup>

A reação dos empresários independentes trouxe à tona os aspectos "negativos", as "desvantagens" da integração, que as empresas integradoras cuidadosamente haviam eliminado de seu discurso e de sua prática ideológica. Os pres

supostos liberais do discurso do empresário independente foram incapazes de aclarar o processo efetivo de centralização do capital e, principalmente, foram incapazes de sustar o processo de enfraquecimento e eliminação da produção deste tipo de produtor. Efetivamente, a "época gloriosa da avicultura (independente) não mais existe".

#### 4.3 - Mecanismos de seleção dos camponeses integrados

"... a coordenação do sistema (integrado) deve identificar os produtores agrícolas, interligando-os com os demais componentes, onde cada uma das partes, ao assumir suas responsabilidades específicas, tem como contrapartida, o atendimento de seus interesses."<sup>88</sup>

Um dos segredos do sucesso de um "sistema integrado" consiste na seleção dos camponeses que serão submetidos ao controle das empresas. "Essa é uma tarefa na qual não podemos nos dar ao luxo de errar"<sup>89</sup>, afirmava um dos responsáveis pelo setor de fomento de uma empresa do Oeste de Santa Catarina. As precauções tomadas são mais severas do que as que se utilizam na seleção de um operário:

"Um operário, se ele não dá certo, tu o pões na rua e pegas outro. Um integrado não. Ele põe um galinheiro, equipa, e isto custa muito dinheiro. Tem que pegar o cara certo. Se pões o operário na rua, tem outro no lugar dele. Dá para experimentar se ele é bom para o serviço, se se adapta às nossas regras. E mais, se um operário vai pra uma rua, a fábrica não pára. Já um integrado que não dá certo, pára a produção de aves. A fábrica pode parar se não tem aves para abater. Não é a mesma coisa substituir um operário e um colono integrado. Tu percebes a diferença!"<sup>90</sup>

A declaração acima contém alguns pontos que merecem explicitação. O operário é um trabalhador coletivo. O trabalho da fábrica é socializado. Se ele não incorporou ou for incapaz de incorporar a disciplina industrial será substituído por outro. O camponês é um produtor independente. O contrato que ele celebra com a empresa implica não a venda de sua força de trabalho, mas a realização de investimentos de capital e a adequação de sua unidade produtiva aos interesses da empresa. Dele depende o fluxo regular e constante de matéria-prima industrial. A questão que se coloca para a empresa é, portanto, dupla: de um lado, escolher um camponês que tenha uma unidade produtiva e, de outro, as condições de fazer os investimentos necessários para a produção. Esses dois elementos, porém, são inúteis se, de certa forma, o camponês não abdicar de sua independência. E a independência, para o camponês, seja ele proprietário ou não de sua terra, tenha ou não reservas de capital, significa o poder de decidir sobre as condições e o ritmo de seu trabalho. É exatamente esse ritmo do trabalho que as empresas integradoras têm de modificar, tornando-o semelhante ao ritmo industrial, transformando a unidade camponesa num elo da fábrica. Mas, como saber de antemão se o camponês irá ou não submeter-se às regras do trabalho disciplinado que a empresa irá exigir dele? Esse é o risco e essa é a razão dos cuidados a serem tomados na seleção dos camponeses.

A partir de uma clara visão dos problemas que uma seleção correta de produtores camponeses implica, as empre-

sas estão aptas a montar um conjunto de critérios que lhes permitem dificilmente errar na escolha. Essas empresas, além do mais, têm uma longa experiência de trato com os camponeses. Conhecem bem suas resistências, que vêm sendo trabalhadas há longo tempo nos programas de fomento da suinocultura, produção de pastagens e cereais, bem como pelo trabalho sistemático de educação executado pela agência de extensão rural do Estado: a EMATER, através do repasse de crédito bancário que funciona como um poderoso instrumento de modificação das condições de vida, trabalho e produção do camponato. Como observa Feder:

"... esta estratégia permite a seleção de grupos de camponeses considerados bons sujeitos de crédito, isto é, tem de ser discriminatória em favor daqueles pequenos produtores que nem sempre são tais, porque possuem lotes de terra maiores e uma força de trabalho familiar suficiente."91

As empresas conhecem igualmente as fraquezas dos camponeses: sua dificuldade de organização, suas formas de representação política frágeis, a "pelegagem" dos sindicatos, seu individualismo "cabeçudo", para usar a expressão de um líder camponês. O trabalho de assistência técnica junto às unidades camponesas funciona como um poderoso instrumento de propaganda da imagem da empresa, de sua boa vontade para solucionar os problemas crônicos gerados pelo desprezo, humilhação e exploração do trabalho camponês. O trabalho de propaganda é particularmente eficiente quando as empresas têm um conjunto de produtores modelares, que "estão bem de vida". O camponês se convence, aos poucos, que

fora das asas protetoras da empresa ele não tem salvação e que, para ele, é uma honra fazer parte de uma "empresa grande, poderosa. Eles são bons. Vêm aqui em casa, comem como nós o que tem na mesa. Nem parece gente da cidade, gente rica, gente de estudo. Você acha que esses aí são capazes de roubar?"<sup>92</sup>.

Os camponeses jovens, freqüentemente premidos pela busca de alternativas de sobrevivência no campo em virtude da exigüidade de terra e por um trabalho de educação feito pela EMATER nos "Clubes Quatro S", estão mais dispostos a aceitar "idéias novas", alternativas que lhes permitam melhorar de vida:

"... o pai não acreditava muito na integração, mas nós insistíamos com ele que valeria a pena. E, para a colônia, este passou a ser um dos melhores negócios."<sup>93</sup>

O camponês, então, espontaneamente ou aconselhado por amigos, pressionado pela mulher e pelos filhos, vai aos escritórios da empresa solicitar "espontaneamente" sua inscrição na condição de candidato a ser integrado. Entra, então, em funcionamento o processo propriamente dito de seleção. "E, como para a colônia, este passou a ser um dos melhores negócios", o número de inscritos é sempre maior do que de vagas, condição essencial para a realização da escolha dos melhores candidatos.

A seleção sendo rigorosa, põe em funcionamento um conjunto de critérios de cuja verificação deverá sair a decisão positiva ou negativa.



Os pré-requisitos essenciais para a aprovação de um candidato são de duas ordens:

1 - Ser minifundiário e proprietário da terra. As empresas não admitem a hipótese de estabelecer contratos de produção de aves e suínos com camponeses não-proprietários. Os riscos do investimento seriam excessivamente grandes para o camponês, que poderia, de um momento para outro, não ver renovado seu contrato de arrendamento da terra. Os bancos garantem os empréstimos aos investimentos de capital mediante hipoteca da terra, o que se torna impossível quando o candidato não a possui e o proprietário dificilmente se disporia a "prestar esse tipo de favor". A empresa igualmente descarta a possibilidade de afiançar, junto à rede bancária, o empréstimo:

"... é aventura perigosa demais. Nem estudamos propostas desse tipo. Descartamos de cara. Se fosse investimento de custeio de lavoura, o banco topa. Mas como esse não é o caso..."<sup>94</sup>

Se a empresa e o banco descartam a possibilidade de integrar e financiar um arrendatário ou meeiro, por que eleger o proprietário minifundista? As entrevistas realizadas e as informações vinculadas na imprensa especializada permitem distinguir razões de ordem ideológica e de ordem disciplinar. Um dos cavalos de batalha das empresas integradoras é que elas se constituem na alternativa mais eficaz para a viabilização da pequena propriedade, evitar o êxodo rural e a proletarização. Seguramente, a empresa "viabiliza"

a pequena propriedade camponesa. Ocorre, porém, que as empresas reconhecem a dificuldade de subordinar o grande produtor, este

"... possui mais recursos, capacidade administrativa e poder de barganha, sendo interessante para ele negociar suas vendas e suas compras em locais diversos..."<sup>95</sup>

Além do mais, a empresa não "trabalha com proprietários absenteístas". "Nós não queremos o peão, porque o peão não tem capricho pela produção. A família é que deve trabalhar no aviário"<sup>96</sup>.

Configura-se plenamente a estratégia desencadeada na eleição da pequena propriedade. Trata-se de capturar a mão-de-obra familiar exatamente porque ela pode ser acionada permanentemente na produção e oferecer a garantia de um "trabalho a capricho". A ênfase no "capricho", além de incrementar o histórico preconceito contra o proletário rural<sup>97</sup>, permite o disciplinamento e a habilitação técnica da mão-de-obra familiar - que, pelo fato de ser familiar, pode absorver e introjetar mais eficazmente os mecanismos de disciplinamento, dispensando controles externos sobre o trabalho.

2 - O segundo critério é relativo à organização da propriedade como um todo. Já havíamos observado anteriormente, que a ação das empresas através do fomento da produção de aves e/ou suínos não visava apenas a intervenção sobre este aspecto da produção, mas tendiam a intervir sobre a

propriedade como um todo. Os contratos de produção aprofundam a "integração da propriedade" à empresa. Trata-se, para a empresa, de fechar um circuito que lhe garanta, de um lado, a matéria-prima para abate (aves e suínos) e grãos (milho e soja) para o fabrico de rações. O camponês assume o compromisso de produzir e vender à empresa um percentual de grãos proporcional ao consumido sob forma de ração pelos animais que engorda sob contrato. A empresa acaba tendo à sua disposição uma matéria-prima fundamental para garantir e manter a produção em funcionamento, de vez que o milho representa aproximadamente setenta por cento dos componentes da ração<sup>98</sup>.

A intervenção sobre a unidade produtiva camponesa tem também outras funções de dominação: a de obrigá-lo a trabalhar cada vez mais:

"Nós só aceitamos integrados com forte tradição na agricultura. Ele não pode pensar que tendo um galinheiro vai deixar de trabalhar a terra. Ao contrário, ele tendo um galinheiro vai ter condições de tocar a roça ainda melhor. Nós damos assistência técnica para ele melhorar a produção de milho, de soja, como deve usar o esterco das aves para adubação. Garantimos a compra de tudo o que ele produz. O milho, por exemplo, nós pagamos sempre mais que qualquer outro comprador. As terras dos integrados são as melhores, as mais bem cultivadas, e as de melhor produtividade. Nós ensinamos a eles como devem usar cada pedaço de sua propriedade."<sup>99</sup>

Dois outros critérios ainda são levados em conta na seleção dos camponeses: o primeiro, diz respeito às suas condições financeiras. Ele precisa ter uma boa reserva de

dinheiro, de recursos próprios para os investimentos de capital que se resumem na construção do galinheiro ou da pocilga. O segundo é relativo à distância entre a propriedade e a fábrica. De nada adianta o camponês apresentar todas as demais condições se ele não se localizar numa distância média de trinta quilômetros no círculo que tem como centro a fábrica:

"A dispersão e a grande distância entre a fábrica e os galinheiros dificulta tudo: a assistência técnica, a entrega das rações, a coleta das aves. Os custos seriam muito grandes. É verdade que antigamente isso poderia trazer problemas de sanidade dos plantéis. Mas hoje, temos condições de controle de epidemias por causa do desenvolvimento da veterinária e dos medicamentos. Isso tanto de aves quanto de suínos. Os tratamentos preventivos e a rapidez com que somos capazes de agir, nos permite controlar no galinheiro onde aparece o surto da doença."<sup>100</sup>

A empresa, na verdade, tem condições de:

"... otimizar a sua localização com relação à produção de matéria-prima... Além da menor distância diminuir o custo de transporte,... oferece melhores condições de controle e fiscalização por parte do frigorífico, que pode, assim, evitar os desvios de produção para fora do sistema integrado."<sup>101</sup>

Na estratégia das empresas, os mecanismos de seleção têm também a função de predispor o camponês a acatar as exigências que a empresa lhe faz, seja sob a forma de procedimentos técnicos e, neste caso, a acatar como benéfica a modificação de seus ritmos de trabalho, seja na aceitação do fato de que a empresa o elege, entre muitos, para ser seu sócio. Para tal, a empresa, sutilmente, provoca uma es-

pécie de concorrência e rivalidade entre os inscritos. Nesta rivalidade podem surgir conjuntos de fatos que acabam revelando o estilo de vida, o caráter do candidato, o tipo de relação que o chefe de família tem com a mulher e os filhos, rixas e conflitos com vizinhos. O conhecimento desses detalhes permite à empresa escolher os camponeses que são socialmente considerados exemplares sob todos os aspectos. A empresa não aceita integrar um camponês "formigão"<sup>102</sup>:

"Esse tipo de cara é perigoso. Bota fora com mulheres o trabalho da família. Destrói a família. Onde não tem paz na família a produção não pode progredir."<sup>103</sup>

Não são aceitos, por princípio, os camponeses que se embebedam:

"... ele (Sr. X) não foi aceito porque anda sempre encostado no balcão da boveda..."<sup>104</sup>

Às vezes os vizinhos são solicitados pelo camponês a ir testemunhar em seu favor, principalmente se as testemunhas já são integrados:

"... eu fui lá dizer para o Doutor X (chefe do fomento e responsável pela seleção) que era mentira que meu vizinho dormia na valeda nos domingos de noite. Fui dizer que era mentira, que era de inveja que foram levar para o doutor essa mentira. Ele é um 'porta schitti'."<sup>105</sup>

A empresa pode lançar mão também de outras provas para testar o candidato, principalmente se tem dúvidas a seu respeito ou para romper-lhe possíveis resistências:

"... o pai foi lá e botou o nome na lista. Tinha quarenta na frente. O Doutor X (o funcionário que fez a inscrição) mandou que era pra voltar na semana que vem. Aí ele foi. E eles disseram que era pra voltar na outra semana, que não tinham decidido ainda. Ele foi de novo. Eles disseram que era pra voltar na outra semana. Eu comecei de ficar com o coração na mão: eles não vão querer nós. Mas não disse nada pro meu marido e pros meus filhos. Meu marido começou achar que tavam fazendo ele de bobo. Nós dissemos que não, que lá na cidade é diferente, não é como aqui na roça que tudo se faz ligeiro. Essa agonia durou 40 dias. Um dia ele voltou caminhando mais ligeiro e aí ficamos sabendo antes d'ele dizer que tinha dado certo. Aí ele disse que agora sim que nossa vida ia mudar, que ia tirar o pé do barro. Todos sofremos quarenta dias, mas ninguém falava pra não estragar. Eu disse que agora a vida vai melhorar. Eles (a empresa) vão ver com que vão se meter. Isso faz tempo, faz mais de dez anos. Já fomos premiados muitas vezes como integrados exemplares. Ganhamos prêmios, uma TV colorida, frizer, geladeira, tudo porque trabalhamos bem. Eles estão contentes." 106

As empresas integradoras não só acabam escolhendo entre os camponeses os melhores, de acordo com os seus critérios, mas também aqueles que, com mais dedicação se dispõem a articular sua vida, e seu trabalho, de acordo com os ditames do capital industrial que, assim, subordina e disciplina "os corpos e as mentes" a seus interesses. Nem mesmo o campesinato, nestas condições, consegue escapar das malhas finas do "fordismo".

Uma vez escolhido o camponês integrado, a empresa X avisa o banco que libere o financiamento necessário para a construção das instalações (galinheiro ou pocilga), de acordo com os padrões estabelecidos pela empresa.

#### 4.4 - Os contratos de produção

Aparentemente, os contratos de produção, também denominados contratos de integração, definem as tarefas, responsabilidades, direitos e deveres entre dois contratantes (a empresa e o produtor integrado) em condições de igualdade. Juridicamente, os contratos se assentam no estabelecimento legal das obrigações do contratante e do contratado, devendo, como manda a boa regra do direito, ser formuladas com clareza. Neste sentido, o contrato de produção não difere de qualquer outro tipo de contrato que se celebra entre pessoas (jurídicas e/ou físicas) para qualquer fim<sup>107</sup>.

Os contratos de produção, no entanto, não podem ser classificados entre os contratos comuns do tipo que se estabelecem em outras atividades. O recurso à formalidade jurídica, a proclamação de suas condições de legitimidade (liberdade, igualdade, direitos e deveres mútuos), não passam de cortina de fumaça para esconder uma relação do tipo que pode ser caracterizada como "ordem de serviço". Nós vimos, no item 4.1 deste capítulo, como se estrutura o arcabouço teórico-ideológico da integração econômica e dos contratos de produção e de como as relações entre os contratantes fixam a desigualdade previamente existente, fundada na concentração do capital nos segmentos a jusante e/ou montante da produção agrícola. Neste sentido, o contrato de produção é uma falácia.

Embora a integração econômica, entendida aqui co-

mo o segmento monopolista, implique a celebração de contratos de produção com os camponeses, não é necessário que a contratação assuma o caráter de formalidade jurídica. Pesquisa realizada em Santa Catarina, em 1978, pelo Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG-SC) mostrou que 38% dos contratos eram escritos, 37% verbais e 23% por cadastro<sup>108</sup>. Entre as nove empresas pesquisadas, três utilizavam contratos escritos e verbais; duas utilizavam contrato verbal e cadastro; duas utilizavam só contrato verbal e apenas duas celebravam unicamente contratos escritos<sup>109</sup>. Esse aparente fracasso, tanto da empresa, quanto do produtor no estabelecimento formal das relações que se estabelecem entre as partes, indica sempre a grande monopolização imposta pela empresa não apenas na relação econômica, mas também no âmbito total da vida do camponês:

"- Contrato? Que contrato? Eu sou integrado. Eu acho que isso não precisa de contrato. Para quê? Eu acho que se eu exijo um contrato é uma falta de respeito. É uma desconfiança.

- E o senhor acha que isso dura sempre?

- Acho que sim. Lutei tanto para ser integrado. Como é que a empresa vai me deixar na mão. Eu faço tudo direito. Eles também vão fazer.

- E se não fizerem?

- Que que eu posso fazer? Eles é que sabem das coisas."<sup>110</sup>

Não é de estranhar essa atitude do camponês frente à formalidade contratual. O processo de seleção foi de tal forma incisivo que ele está predisposto a acatar as re-



gras impostas pela empresa na base da confiança mútua. Como tenho observado, em não poucos casos, a formalidade contratual escrita representa uma desconfiança à palavra empenhada. Isto, aliás, faz sentido na prática corrente do camponês que realiza seus negócios na base da confiança, na palavra empenhada, no "fio do bigode", como eles dizem. A formalidade contratual depende, então, exclusivamente, da empresa. E, aparentemente, quanto menos monopolizadas, menos poderosa for a empresa, menos prática de domínio dos camponeses ela tiver, tanto maior é a necessidade de formalizar, por escrito, os contratos. Além do mais, os camponeses que celebram contratos escritos e os que não o fazem são tratados da mesma forma. Não há benefícios visíveis pelo fato de haver ou não contrato formalizado. A diferença se faz com o camponês que não é "integrado", que é visto pelo camponês integrado como um "não escolhido". O fato de estar integrado, e a vinculação à empresa ser vista como uma vantagem e uma garantia do investimento de capital fixo realizado, bem como, a garantia de escoamento da produção e a esperança de obter uma renda que o distinga da média dos camponeses não integrados, é suficiente para as concepções do camponês. É impressionante o senso de responsabilidade e de "honra" do camponês. É evidente que esse senso funciona como um mecanismo de controle social no interior da comunidade camponesa. O que não é evidente para pessoas estranhas a esse meio é o fato de as empresas explorarem a fundo essa vertente:

"- ... me deu vergonha quando o doutor disse que ele era um relaxado. Ele disse que o galinheiro dele parecia um galinheiro de

negro. Fiquei com vontade de me meter debaixo da cadeira. Ele ficou vermelho que nem um peru.

- Ele não retrucou nada pro doutor, não se defendeu, não se desculpou?

- Imagina-te..."<sup>111</sup>

As empresas não se cansam de repetir que a integração é um bom negócio (o integrado acaba incorporando também esse discurso) e que "... o fundamental da integração", como afirma Elvio Flores, diretor do fomento da Sadia Concórdia, "é que haja responsabilidade e confiança mútua entre os diversos segmentos envolvidos..."<sup>112</sup>. As grandes empresas integradoras, pelo menos as do Oeste de Santa Catarina, abandonaram os tradicionais esquemas de expropriação camponesa mediante falsificação das balanças e entrega de produtos falsificados. Como os camponeses odiavam e odeiam tais métodos de expropriação e as ditas empresas os eliminaram, ainda devem levar algum tempo para perceber de que forma se dá a expropriação nesta etapa de expansão do capital, sem recorrer aos métodos tradicionais de saque. Nenhuma empresa "responsável" falsifica, por exemplo, a ração que entrega a seus produtores integrados. Isso, além de prejudicar-lhe a "reputação", é absolutamente contrário a seus próprios interesses que se voltam na busca de recordes máximos de conversão de ração em carne, e não o contrário.

O que se pode concluir é que a subordinação do camponês através dos mecanismos de integração assume na prática a força de uma relação contratual, haja ou não contrato, pouco importa. Isto ocorre, é verdade, enquanto os cam-

poneses não tiverem força suficiente para dismistificar a ideologia que acompanha a integração e não forem capazes de enfrentar coletivamente a força concentrada do capital que os domina.

As cláusulas básicas presentes em quase todos os contratos escritos, na prática dos contratos verbais ou cadastrais incidem sobre os seguintes pontos:

- fornecimento exclusivo por parte do contratante dos meios básicos de produção;
- obediência rigorosa às normas técnicas de procedimento, via de regra estabelecidas num manual ou incorporadas mediante treinamento intensivo (dias de campo, seminários, cursinhos);
- formas de comercialização e determinação do preço do produto final e direito exclusivo de compra por parte da empresa integradora;
- prestação de assistência técnica, em caráter exclusivo pela empresa;
- financiamento dos instrumentos e/ou meios de produção (dependendo dos casos, adiantamento de rações, medicamentos, pintos, matrizes, sementes, mudas, adubos e inseticidas, etc.);
- definição dos padrões de qualidade do produto final;

- tempo de duração do contrato e foro onde se decidem as disputas que por ventura possam ocorrer<sup>113</sup>.

Na prática, embora possam ter formulações diversas, os contratos de produção, sendo irrelevante se são ou não escritos, indicam sempre na mesma direção: do conjunto das cláusulas e procedimentos básicos, a maioria está na dependência direta do poder do integrador e sobre os quais e sobre cujos elementos o camponês integrado não tem qualquer tipo de controle. Examinemos os pontos que podem ser considerados críticos para o camponês nesta relação:

- Em primeiro lugar, o direito de monopólio da empresa contratante no fornecimento dos insumos necessários à produção. Nenhum dos contratos examinados estabelece critérios de determinação, averiguação ou controle de seus preços. Estabelecem simplesmente que cabe à empresa:

"Mettre à la disposition de l'éleveur tous les aliments nécessaires à la production de veaux gras et la paille nécessaire pour les maintenir dans de bonnes conditions d'hygiène."<sup>114</sup>

"... que a partir da presente data o compromissário (o camponês)<sup>115</sup> passa a fazer parte da integração avícola da compromissária, pelo prazo de cinco anos obrigando-se portanto a enquadrar-se e seguir as normas da compromissária (empresa), quer na distribuição de pintos de um dia, quer no uso e na compra de rações."<sup>116</sup>

"... o integrado obriga-se: adquirir somente da Integradora ou de quem por esta for indicada, pintos e concentrados protéicos, estes por preços e condições de mercado..."<sup>117</sup>

"... para a criação das aves objeto desse contrato o 'Associado' deverá adquirir, além dos pintos, toda a ração, concentrados e medicamentos junto à 'cooperativa', ficando unicamente autorizado a adquirir milho de quem lhe aprouver."118

Toda a vez que nas cláusulas relativas ao fornecimento de insumos ocorre alguma espécie de referência à questão dos preços dos mesmos, tal referência é vaga, por exemplo, "... por preços e condições de mercado...", como no contrato da Borella Avícola, acima citado. Isso ocorre, aliás, quando a empresa não controla todas as fases da produção (não tem ainda sua própria fábrica de rações ou incubatório). Na prática, a empresa celebra, nestes casos, contratos de fornecimento exclusivo para seus integrados.

- Em segundo lugar, as empresas integradoras não estabelecem, nos contratos, critérios de pagamento de sua produção. Quando o fazem, a referência diz respeito a uma instância da qual o frigorífico é parte:

"A Integradora obriga-se a pagar no mínimo os preços fixados pela Associação dos Matadouros do Rio Grande do Sul - AMARS - des-  
contado o FUNRURAL do vendedor."119

As empresas não revelam, eu pelo menos não consegui obter essa informação e desconheço quem a possua, os mecanismos de fixação dos preços da produção do camponês integrado. Os próprios camponeses não sabem porque, uma vez feitos os acertos, isto é, subtraídos os adiantamentos, eles recebem tal ou qual quantia:

"Eu não sei de que jeito sobrou isso pra mim. Foi isso que me deram. Tem gente que reclama, mas eles (a empresa) dizem que se pagam mais, vão à falência. Um técnico me disse que eles usam uma fórmula européia, que é muito complicado de entender. Ele me deu uma explicação, mas eu não entendi nada. Acho que é pra enrolar a gente. Prá gente entender isso aí teria que fazer os custos de produção. Como é que a gente faz isso?"<sup>120</sup>

Evidencia-se neste depoimento, mais ou menos idêntico entre todos os entrevistados, que a empresa tem plenas condições de administrar os preços dos produtores, ou seja, o custo de produção do camponês é uma componente do custo de produção da fábrica. Ela controla, conseqüentemente, os preços da instância subordinada. Mas, o depoimento abria uma pista importante: em que consistia essa "fórmula européia"? Era preciso segui-la. Informações seguras coletadas entre técnicos e grupos independentes de assessoria aos camponeses, indicavam que a fórmula determinante do preço final, explicativa das diferenças de pagamentos de lotes de aves criadas no mesmo período e entregues no mesmo dia para a mesma empresa, ou para empresas diferentes, dependia do manejo das aves.

Manejo é o conjunto de procedimentos a serem executados ao longo do ciclo de produção de um produto agropecuário qualquer e, no nosso caso específico, das aves. Trata-se, simplesmente, da articulação e do ritmo de trabalho camponês embutido em exigências técnicas, de cujo não cumprimento o camponês é responsabilizado:

"O Integrado obriga-se a acatar e cumprir as instruções emanadas da assistência técnica na sua totalidade, ficando por sua responsabilidade os problemas que surgem pela não observância das instruções técnicas, especialmente manter as instalações em perfeito estado sanitário."121

A responsabilização pelo manejo inadequado acarreta a punição do preço final. Os contratos, por sua parte, não prevêm cláusulas que cubram as "áreas" próprias da produção, independentes do manejo. Compreende-se, agora, mais claramente porque a empresa intervém profundamente sobre o trabalho camponês. Um manejo ótimo, estabelecido pela empresa, fornece o teto máximo dos preços praticados. Os camponeses que se situam abaixo deste teto, inevitavelmente são penalizados e, neste caso, cabe-lhes inteira responsabilidade pelo prejuízo:

"Os frangos e esses porcos de raça são mais delicados do que crianças. Se você não está sempre de olho em cima, faltou água, ração, não baixa a cortina na hora certa, pronto, prejuízo certo. Esses bichos vivem melhor que meus filhos. Me dizem que na cidade tem creche. Olha só, meu chiqueiro tem maternidade e creche. O chiqueiro e o galinheiro é melhor que minha casa. Já não dá mais pra dizer como antigamente: essa casa parece um chiqueiro, tá sujo que nem galinheiro. Minha mulher fica bronqueando e me pergunta quando é que vamos fazer uma casa boa como o chiqueiro. Mas sabe como é, tem que ser assim, primeiro eles, depois nós. O porco manda, nós obedecemos. Se eles morrem nós vamos junto."122

O preço final do produto para o camponês, resultante do manejo, implica na combinação de pelo menos três elementos:

- Mortalidade: é o percentual de aves mortas ao longo do período de engorda. O percentual máximo admitido é 3%. Algumas empresas fornecem gratuitamente ao camponês um percentual a mais de pintos que oscila entre 2 e 2,5% sobre o número de aves do lote. Essas aves suplementares não entram no cômputo final para fins de determinação do percentual de mortalidade<sup>123</sup>;

- Conversão: é a relação que se estabelece entre a quantidade de ração consumida e o quilograma de peso do animal vivo. O teto considerado ótimo é de 2,200 a 2,300 kg de ração para um kg de peso vivo para as aves. A obtenção desse índice, independentemente das enfermidades que possam ocorrer no lote e da qualidade da ração, depende exclusivamente do manejo. Na França, por exemplo, onde os contratos de integração são regidos por uma legislação específica<sup>124</sup>, o preço é determinado na relação do peso médio do animal e o índice de consumo de ração<sup>125</sup>, muitas vezes combinado, como nos Estados Unidos, com bonificações e prêmios<sup>126</sup>;

- Finalmente, o último elemento é o tempo que, na verdade, é uma variante da conversão. Quanto maior for o tempo para a obtenção de um quilo vivo, maior será o consumo de ração e, conseqüentemente, mais negativo será o índice de conversão.

O escondimento dos critérios de pagamento ou sua complexa elaboração tem ensejado, por enquanto, claros sinais de descontentamento dos produtores integrados. As em-



presas têm combatido o descontentamento com argumentos intimidatórios e com desculpas do tipo: "não podemos pagar mais porque senão a empresa vai à falência e aí você fica sem na da"; "estamos operando com prejuízo"; "se você não está contente procure outro integrador"<sup>127</sup>. Veremos, mais adiante, que a luta por melhores preços é um dos componentes da resistência dos camponeses. É provável que o acirramento da luta obrigue as empresas não só a generalizar a prática dos contratos escritos, como a especificar neles, claramente, as fórmulas adotadas para o estabelecimento dos preços.

Em terceiro lugar, a prática do monopsônio , ga-rantido contratualmente pelo direito exclusivo de compra da produção camponesa. Essa cláusula confere às empresas um poder excepcional, reforçado pelo fato de que nenhuma empre-sa ousaria comprar a produção de um integrado de outra. Não é nesse plano que as empresas desenvolvem sua luta concor-rencial. Duas outras interveniências permitem o exercício do monopsônio :

- de um lado, a concentração da produção integra-da é tal que praticamente não existe a produção realizada por camponeses independentes. Em Santa Catarina o percen-tual da produção integrada é superior a 95% e a que não é feita nestes moldes, é de caráter muito primitivo e se des-tina ao abastecimento de pequenos abatedouros locais;

- de outro, os contratos estipulam severas mul-tas para os camponeses que "desviam" a produção: "Comprome

te-se o Associado a criar, pelo prazo de três anos, no mínimo, seis lotes de 12.000 frangos de corte por ano, não podendo, em hipótese alguma, comercializá-lo com terceiros, por sua condição de associado da cooperativa e por força do presente contrato. O não cumprimento desta obrigação por parte do associado, além das penalidades estatutárias, importará em multa contratual equivalente a vinte salários de referência por lote de frangos deixado de criar ou transacionado com terceiros"<sup>128</sup>. Além dessas penalidades contratuais, o integrado poderá ver-se privado do acesso aos insumos básicos (pintos, rações, medicamentos e assistência técnica) para continuar na produção:

"Se você quiser vender para outro não tem quem te compre. E se tivesse como é que eu iria sair daqui para ir para o Paraná ou o Rio Grande para vender? E depois que você se suja (sic) com uma (empresa) tá sujo com todas. Eles são combinados. Depois, se você quer comprar (insumos) não tem quem te vende. Você já viu um cachorro comer carniça de cachorro?"<sup>129</sup>

Os contratos de produção, além de negarem o que em tese os definem, são reforçativos da desigualdade e, como tais, embora funcionem com o poder que a relação contratual implica, apesar de não formalizados segundo os cânones jurídicos, são manejados sempre pela instância mais forte, e, sendo assim, não passam de uma "ordem de serviço".

Isto não significa que se deva deixar de lado a questão contratual e jurídica. Elas, ao contrário, podem ser um importante fator de esclarecimento dos mecanismos de do

minação. Como afirmam Danet e Durand:

"Et puis il est une autre raison plus prosaïque qui force à prendre le droit en sérieux et les paysans l'éprouvent chaque jour. C'est que si nous ne nous intéressons pas au droit, le droit, lui, s'intéresse à nous ... La place de l'étude juridique est certes restreinte. Mais elle doit d'abord expliquer comment chaque outil juridique réalise l'exploitation capitaliste. ... Il ne suffit pas d'affirmer l'existence d'un droit bourgeois. Encore il faut montrer comment dans ses structures plus fines... le droit participe de la formation sociale capitaliste..."<sup>130</sup>

#### 4.5 - O controle do trabalho do camponês integrado

As unidades camponesas onde se instauram os mecanismos de produção do tipo integrado são unidades fabris dispersas no campo. Aí o processo de trabalho e seus controles, embora diferenciados dos da fábrica, têm o mesmo rigor e a mesma eficácia. A produção confinada (de aves e suínos), a utilização de raças para animais com comportamento geneticamente pré-determinado a reagir a fatores insunísticos e manejos específicos, afasta a produção pecuária das áreas de produção que historicamente a marcaram. É neste espaço que se insere a necessidade de um trabalho camponês de novo tipo, e para o qual se requerem conhecimentos, habilidades e disciplina de trabalho novas. A ação da empresa se orienta no sentido de dar organicidade a um conjunto de ações das quais resultem os conhecimentos necessários, de vez que o camponês, em geral, ou não teve, em sua história pregressa,

qualquer experiência de produção no ramo em questão (de aves, por exemplo), ou se teve tal experiência (é o caso da criação de suínos) não é utilizável nesse patamar estabelecido pelo capital industrial. Mas, além dos novos conhecimentos que agora são imprescindíveis à produção, a ação da empresa visa a "educação", isto é, o controle do processo de trabalho. E é aqui que reside uma das questões básicas do sucesso ou não do empreendimento. O camponês não vira proletário disfarçado. Ele continua camponês, proprietário dos seus meios de produção. É preciso, porém, encontrar aí a forma de controle do trabalho. A empresa sabe que não pode vigiar o camponês da forma como o capataz vigia o operário. Da ação da empresa, portanto, deve decorrer uma habilitação nova para o camponês, e um novo camponês. Tais ações podem ser enquadradas em algumas categorias básicas:

#### 4.5.1 - Assistência técnica

Só pode ser aceito a fazer parte da integração o camponês que quiser incorporar os novos conhecimentos e se dispuser seguir à risca as normas ditadas pelo corpo técnico:

"Os colonos não sabiam criar aves em ritmo industrial. Nós ensinamos a eles como isso se faz. E eles aprendem rapidamente. Agora, pelo fato de terem aprendido, não significa que possam fazer o que bem entendem. Eles devem obedecer a nossa orientação. Quem não obedece é punido. Eles sabem que se não fazem o que mandamos, são responsáveis pelos

prejuízos. Eles têm medo disso."<sup>131</sup>

A incorporação de conhecimentos novos pelos camponeses é tal que podem chegar a efetuar diagnósticos instantâneos da situação sanitária do plantel:

"Quando morre uma galinha nós temos que registrar na planilha, e se a morte aconteceu de jeito estranho a gente pega a galinha morta e leva lá no laboratório. Eles abrem o bicho e olham para saber o que é. Eu não precisaria levar lá. Eu sempre sei de que que ela morreu. Não preciso olhar dentro dela. Mas os técnicos não querem saber disso. Só eles podem fazer isso e dar o medicamento. Tem técnico aí que eu sei mais do que ele. Agora, tem coisas que eles não ensinam. Acho que eles pensam que a gente não pode saber. Não deve. Quando eu sei, eu faço que não sei, ou quando eles erram o diagnóstico, aí eu falo porque aí o prejuízo vai ser meu."<sup>132</sup>

A assistência técnica não se atém ao "métier" técnico. É uma presença permanente da empresa dentro da unidade familiar. Os contratos, escritos ou não, prevêm sempre o direito da empresa de entrar na propriedade, sem prévio aviso e sem pedido de licença, para efetuar a inspeção e a fiscalização da produção: "O integrado obriga-se permitir o livre acesso dos representantes da integradora às dependências dos aviários, objetivando orientação e fiscalização"<sup>133</sup>. Essa presença permite que o técnico se transforme numa espécie de conselheiro econômico, político e sentimental, transmissor das vontades da empresa e coletor de informações precisas e detalhadas sobre as tendências políticas reinantes entre os camponeses, seus movimentos reivindicatórios, suas posições frente o sindicato e associações de

classe. As empresas que possuem organização mais eficiente evitam que seus técnicos aprofundem, para além do desejável, laços de amizade com os camponeses. O que poderia ensejar um abrandamento das exigências de controle sobre o trabalho do integrado, ou a criação de intrigas por força de tratamento discriminatório:

"Nós fazemos, de tempo em tempo, rodízio dos técnicos. Os que atendem uma área vão para outra e vice-versa. Isso dá a eles a oportunidade de conhecer de perto todos os integrados da empresa e evita as panelinhas, tratamento privilegiado. Esse negócio de churrasquinho prá cá, churrasquinho prá lá acaba em relaxamento e queixa dos outros. Nós técnicos são treinados a fazer relações públicas. Devem tratar bem a todos os colonos."134

A assistência técnica fornecida ao camponês pela empresa integradora é um dos indicadores seguros da necessidade que o capital industrial tem de subordinar a seus interesses o ciclo completo do processo produtivo. A forma como se efetua a assistência técnica é indicativa do estágio e do grau em que se encontra implantado o capital. Na sua etapa mercantil, ele apenas intervinha após a produção. Nas etapas posteriores, a intervenção se dá sob a forma de expansão do crédito supervisionado, de uso de insumos e de novos equipamentos. Esses componentes do capital moldam e depois completam a feitura das relações capitalistas que se articulam no campo. Por trás dos chamados "fatores" de produção se ergue aquilo que de fato é o capital: uma relação social e é nesta que se torna inteligível tanto o processamento técnico ou a "otimização dos fatores", quanto a necessidade

de vigiar os "corações e as mentes" dos camponeses cuja forma mais acabada é a "integração".

#### 4.5.2 - Ameaças e punições

Um camponês integrado a uma agroindústria é, por definição, um ameaçado. Pelo fato de estar subordinado e a subordinação estar reforçada por uma relação contratual, o universo que se lhe apresenta é de negação de outras alternativas que não as oferecidas pela empresa. Em consequência, a ameaça não precisa que seja explicitada. Ela existe sempre, é um a priori do fato de ser integrado. A presença sutil da ameaça se materializa em obrigações a serem cumpridas, em normas a serem observadas. Funcionam como poderosos elementos de controle do trabalho e das tentativas de resistência e busca de autonomia. A incorporação da ameaça permanente de punição faz com que esta dificilmente ocorra. São raros os casos de punição. Mas quando ocorrem, são massacrantes e exemplares.

A ameaça que paira sobre o camponês tem sua origem na perda de sua autonomia. Os investimentos de capital o obrigam a trabalhar nas condições que lhe são impostas e não nas condições que ele deseja:

"Já pensou se eles (a empresa) não me dá um lote de pintos? Que que eu faço? Vence a prestação do banco e no dia certo o dinheiro tem que estar lá. Você não faz como eles mandam, não ganha os pintos. Podem atrasar a entrega. Cada dia que atrasa, você perde.

Tem os compromissos, e se pãra o galinheiro eu vou pro mato."135

As ameaças de punição e as punições podem, a partir dos dados coletados, ser classificadas da seguinte forma:

- Ameaça de não fornecimento temporário de insumos (pintos e rações). A empresa pune o camponês atrasando a entrega dos pintos uma semana, quinze dias. Essas ameaças e punições decorrem do não cumprimento de normas técnicas, de manejo. Aparentemente, trata-se de uma ameaça e de punição leve. Mas, se considerarmos o fato de que um lote está pronto em quarenta e cinco dias, isso apresenta um terço do tempo necessário para o apronto. Um camponês foi punido por que manifestou desejo de criar um lote de perus em vez de um lote de frangos. A empresa o deixou de castigo por dez dias, findos os quais lhe trouxe treze mil pintos:

"Me disseram que se eu não fosse querer os pintos ia ficar de molho trinta dias e eles iam trazer de novos pintos e não peruzinhos. Eu peguei os frangos, já tinha o prejuízo de dez dias. Isso de criar frango ou peru eles decidem."136

- As punições mais violentas são as que implicam o fechamento do galinheiro por longos períodos (de dois a seis meses). A punição só ocorre quando se verificam transgressões das normas estabelecidas. E uma das graves transgressões se chama "desvio de ração". O desvio de ração consiste no uso deste insumo para outros fins que não os especificados pela empresa. Por exemplo, desviar a ração de en-



gorda de frangos para engordar suínos. Embora o integrado pague todos os quilos de ração que recebe, ele não pode destiná-la para outros fins. Como se vê, o desvio de ração não é roubo. Mas não é do interesse da empresa vender o máximo de ração, porém extrair da ração o máximo de carne. A empresa além de considerar a ração como um dos componentes de seus lucros, em conjunturas de fraca disponibilidade de milho, tende a controlar e dosar o uso destes insumos de tal forma que não venha a comprometer a continuidade da produção. Do ponto de vista da empresa, desviar ração é tão grave quanto vender para terceiros a produção realizada. E acarreta necessariamente punição.

A punição é um ato tão violento e de efeitos tão exemplares, que passo a relatar o caso de um camponês que foi "flagrado" pela empresa desviando ração. Punição: fechamento de galinheiro por seis meses.

Segundo o depoimento do punido, as coisas se passaram da seguinte forma<sup>137</sup>: toda a vez que o integrado entrega o lote de frangos terminados, a empresa recolhe a ração sobranete, que é um tipo de ração especial chamada "de terminação" ou de "engorda". O novo lote, de pintos de um dia, não pode se alimentar desse tipo de ração. Recebe uma ração especial chamada "inicial ou de crescimento". Em consequência, se a ração de engorda permanecer no aviário à espera de ser consumida na fase final de engorda do lote, além de perder algumas de suas propriedades, pode mofar e arruinar-se e acarretar enfermidades ao plantel, como diar-

rêias, infecções de várias espécies, transmitidas pelos fungos da ração. Em vista disso, a empresa recolhe, junto com os frangos terminados, a ração sobrante e a repassa para outro integrado que está com seu lote em fase de terminação. Os carregadores de frangos têm obrigação de anotar em ficha própria a quantidade de ração sobrante para que a empresa efetue sua baixa e proceda seu recolhimento. Mas o carregador se esqueceu de fazer isso e ele tão pouco se deu conta do fato. Quando, mais tarde, o carregador se apercebeu do ocorrido, tomou a ficha de controle do aviário e observou, por conta própria, que não havia sobrado ração. Na verdade havia sobrado alguma ração.

A produção de frangos é um processo de tal forma preciso que uma empresa integradora bem organizada, mediante controle do peso, idade, mortalidade do lote e da quantidade da ração fornecida, tem condições de saber se houve mau manejo, que se exprime na ocorrência de doenças, atraso no ganho de peso e mortalidade, ou desvio de ração. A assistência técnica que a empresa realiza sistematicamente tende a eliminar o mau manejo. O desvio de ração precisa de flagrante. O camponês confessa que sabia do perigo que corria se desviasse a ração. Mas como a ração havia ficado ali, resolveu usá-la para alimentar os suínos. A empresa também sabia que algo de anormal havia ocorrido. Começou a funcionar o esquema do flagrante. Os técnicos começaram a visitar mais freqüentemente o aviário do integrado, principalmente nos horários em que as pessoas adultas estavam na ro-

ça, entregues às atividades do cultivo da lavoura do milho e em casa só se encontravam as crianças menores.

"As crianças disseram pra eles que tinha sobrado ração. Levaram eles pro chiqueiro dos porcos. A ração estava lá depositada e tinha ração no cocho dos porcos."

Feito o flagrante, a punição foi drástica. O aviário seria fechado por seis meses. O camponês não podia aceitar pacificamente a punição pois significaria sua ruina. Tentou por todos os meios anular a punição. Recorreu a todos os escalões da empresa e pessoas influentes. Pediu até socorro para um vereador. Tudo em vão. Resolveu, então, apelar para um amigo, alto dirigente de outra empresa de integração. Este se comprometeu entrar em contato com o diretor de fomento da empresa à qual pertencia o integrado. O contato parecia ter dado resultado, pois o diretor de fomento garantiu que dentro de oito dias lhe seria entregue um lote de pintos. Passados oito dias nada aconteceu. Recorreu novamente ao amigo. Este telefonou imediatamente para o diretor mostrando-se ofendido pelo não cumprimento da palavra empenhada. Foi neste momento que toda a extensão do drama veio à luz: o diretor de fomento sugeriu a possibilidade de que o integrado fosse transferido para a integração de outra empresa. Justificou a sugestão dizendo que em hipótese alguma poderia suspender a punição, já que tinha sido ele o autor dos critérios e das punições. Se voltasse atrás se desmoralizaria frente aos funcionários. Se, por um lado, se abria uma nova possibilidade, a empresa se mostrava inflexível.

Ele fora punido por seis meses e seu perdão equivalia literalmente à expulsão.

Tratava-se, agora, de conseguir a transferência para o quadro de integrados da outra empresa. O dirigente desta se comprometeu de apresentá-lo ao corpo diretivo da nova empresa e recomendou-lhe que passasse tal dia no setor de fomento da empresa para tratar da transferência. No dia aprazado lá estava ele. Foi recebido pelo diretor de fomento e expôs-lhe todo o seu drama. Ouviu dele a resposta de que só começaria a pensar no seu caso se a empresa da qual recebera a punição e fora expulso lhe desse uma carta de liberação. Mas, mesmo com a carta de liberação, ele não poderia garantir que seria aceito. Estava montado o palco para a cena final. A nova empresa fingia que não queria aceitá-lo. Na verdade, as duas empresas negociaram a transferência do integrado e aproveitaram a oportunidade para dar uma lição para "... aqueles que acham que nós brincamos em serviço. Nós não sujamos nosso nome por causa de um integrado"<sup>138</sup>.

Passados dez dias depois do contato mantido com o diretor de fomento da nova empresa, lá retornou para saber da resposta definitiva. Nesta ocasião tudo parecia que nada fora decidido. Surpreendentemente, após uma breve conversa, acabou sendo "adotado" pela nova empresa e naquele mesmo dia recebeu um lote de pintos e pôde, assim, retornar a produção.

A exemplar punição do camponês foi devidamente en

tendida pelos demais. E essas punições, embora raras, o que demonstra sua eficácia, são um poderoso fator de controle e reforço do poder das empresas:

(Camponês) - "... nem queira imaginar o poder deles. Mandam até no governo. E o governo que só se interessa de aumentar a produção não vê e não quer ver isso. O governo só sabe o que a empresa diz e ele acha bom. Nós não somos ninguém. Que que é um colono enfiado nestes buracos? Nada. Prá eles não é nada. E se a gente não quer o que eles que rem eles dizem: tem quarenta na fila esperando, inscritos para botar galinheiro.

(Entrevistador) - Isso é parecido com o que sucede aos operários. O patrão os ameaça com a fila à espera de trabalho na porta da fábrica.

(Camponês) - Ah é!! Então tamo mais ou menos no mesmo barco."139

Em nenhum momento ocorreu ao integrado a possibilidade de levar à instância judicial a questão. Alegam que não adiante e acaba "sujando o nome da gente prá sempre. Que empresa vai aceitar um integrado que pegou advogado?"<sup>140</sup>.

O temor de "sujar o nome" se assemelha ao daqueles operários que aceitam acordos lesivos de medo de entrar na lista negra dos empresários ou de "sujar a carteira". O sindicato também não foi acionado. O então presidente do sindicato era um notório "pelego", "mais preocupado de agradar as empresas do que de defender os colonos. Foi para isso que resolvemos criar uma Associação de Criadores de Aves"<sup>141</sup>.

- O início de formas de resistência por parte dos

camponeses integrados, tem ensejado a que as empresas pusessem em funcionamento outro tipo de ameaça e que tem se mostrado bastante eficaz: realizar, por conta própria, a produção de matéria-prima. E, de fato, a partir de 1980, as grandes empresas iniciaram a construção de vários aviários próprios. Aparentemente, todas as empresas integradoras, exceção feita das empresas inteiramente verticalizadas que, aliás são muito raras, mantêm sob sua responsabilidade direta a produção de um percentual relativamente pequeno de matéria-prima. Esse percentual, verificável em todas as empresas do tipo agroalimentar a nível mundial, parece ter apenas uma função dissuasiva sobre os produtores quando estes podem, mediante suas organizações, barganhar melhores condições de tratamento e de preços. Trata-se de um percentual estratégico e seu montante está sempre diretamente ligado com a fragilidade do produto em questão ou com a rotatividade do ciclo produtivo. É difícilimo barganhar com frutas e verduras, porque não são estocáveis e são altamente perecíveis. A margem de barganha com frangos e suínos, quando a empresa impõe especificação do produto, é também muito pequena. Além do mais, a permanência de frangos ou de suínos nas instalações do camponês por uma semana a mais pode representar vultuosos prejuízos. Nos contextos de luta entre camponeses e empresas, estas podem resistir à pressão recorrendo a produtores independentes ou à sua própria produção. Não há informações de que, em regra geral, as empresas processadoras tenham a nível mundial mais do que 10% de produção por conta própria de matéria-prima:

"The extent of direct investment found among the leading food-processors activities is surprisiling small<sup>142</sup>. Studies of the United States Department of Agriculture during the 1960<sup>s</sup> and 1970<sup>s</sup> showed increasing direct ownership of farmaland by food processors and other corporations. In 1970, nearly five per cent of both livestock products (principally poultry) and crops (principally canning vegetables) were estimated to be directly produced by processors. In addition, more than 30 per cent of all livestock and nearly 10 per cent of crops were grown under contract. Although the contract forms of vertical integration are of undoubted and increasing importance, relatively few of the largest food processors show equity involvement in integrated production-processing operation. These arrangements are primarily in poultry, fisheries, bananas, canning crops, tea, vegetable oils and sugar. It would appear, in brief, that equity based integration by large processors has not increased in recent years, and, as seen the more detailed industry reviews, may have actually decreased."<sup>143</sup>

As empresas processadoras tendem a fazer apenas os investimentos minimamente necessários na área da produção agropecuária principalmente em virtude dos riscos inerentes a esse tipo de produção, as vultuosas imobilizações em terras e prédios e a dificuldade de exercer um controle eficaz sobre o trabalhador assalariado do campo. Para a empresa é infinitamente mais perigosa uma greve que atingisse suas granjas de produção do que as lutas dos camponeses integrados. Por isso, apesar da ameaça que lança sobre os integrados, a empresa não só não se interessa em investir, para além daquele montante "dissuasivo", como não teria as mínimas condições de fazê-lo. As entrevistas mostram que a intenção da empresa é nitidamente intimidatória e, em alguns casos, visa realizar experimentos piloto com novos tipos de

aviários ou de pocilgas que poderão ser mais tarde, constatada sua viabilidade, incorporados como prédios-padrão, de adoção obrigatória pelos camponeses integrados. Algumas empresas, juntamente com as pressões e ameaças de concorrer com seus integrados na produção de matéria-prima, difundem um discurso cheio de zelo pelos seus integrados, seus "bons" integrados, evidentemente:

"Se o Senhor X (o Diretor chefe do conglomerado industrial) descobre que nós sacrificamos um integrado, ele é capaz de morrer do coração (sic). A Souza Cruz não tem o mesmo espírito que nós. Eles não chorariam se um produtor perdesse um lote de frangos como não choram quando o colono perde a produção de fumo."<sup>144</sup>

Lágrimas de crocodilo à parte, o depoimento acima mostra que as empresas integradoras, além das pressões e ameaças que põem em risco a sobrevivência do camponês, são capazes de fazer pressões de outra ordem, não menos eficazes, a "chantagem afetiva", o agrado, a demonstração de apreço, a festa.

#### 4.5.3 - As festas e os prêmios

Todos os anos, em geral no mês de dezembro, as empresas integradoras realizam a "Festa da Integração". Os convidados de honra são os camponeses integrados e suas famílias. A festa é esperada com certa ansiedade. O acontecimento maior é a premiação dos melhores integrados. Mas a



premiação é antecedida por uma reunião onde falam os diretores da empresa. Projetam-se slides do desempenho da empresa: quantidade produzida, índices de produtividade, exportações e resultados financeiros. Essa demonstração visa criar uma espécie de orgulho de pertencer à empresa, de sentimento de pertencimento à empresa. Muitos camponeses falam, ao referir-se à integradora, de "nossa empresa", "minha empresa", "nós da empresa tal".

O chefe do fomento, responsável pela execução da política da empresa em relação aos integrados, faz, em geral, o pronunciamento de fundo. Repreende publicamente os integrados "relaxados", faz elogios aos integrados exemplares, "responsáveis", "trabalhadores" e "bem sucedidos". Segue-se a premiação dos melhores produtores. O critério de seleção é a média de desempenho obtido nos vários lotes, tendo como referência os índices de mortalidade, de tempo e conversão alimentar. Os prêmios distribuídos giram em torno de utilidades e futilidades domésticas: aparelhos de televisão (a cores), freezers, geladeiras, liquidificadores, balcões de cozinha, etc.

O serviço de relações públicas organiza as brincadeiras, distribuição de presentes às crianças, anima o almoço. Os premiados aparecem nos programas de rádio patrocinados pela empresa e são notícia de jornal:

"... a rádio falou de nós, que nós fomos premiados. Tenho aqui a foto do jornal quando eu e a mulher recebemos o prêmio."145

Para a empresa, a festa dos integrados é uma oportunidade de definir e premiar o tipo de trabalhador que ela deseja. Os camponeses parecem apreciar muito estas distinções. Sentem-se honrados. E com vontade de trabalhar mais e melhor para merecer novamente a distinção da empresa. Enquanto a empresa fizer festa e premiar as altas produtividades não corre o risco de ter que embutir esses prêmios nos pagamentos da produção. Alguns camponeses começam a se dar conta que a produtividade que eles alcançam paga não só os prêmios, mas a festa, e sobram bons lucros para a empresa<sup>146</sup>. Mas, para chegar a isso é preciso conseguir contratos escritos e, quando escritos, com cláusulas precisas que determinam os preços e as condições de pagamento. Até lá, haverá seguramente, todos os anos, a festa dos integrados.

#### 4.6 - A resistência dos integrados

Apesar dos eficientes métodos de subordinação postos em prática pelas empresas mediante a propaganda das vantagens da integração como alternativas de viabilização do campesinato, os mecanismos de seleção, o controle e a organização do trabalho camponês, e a incorporação da ideologia produzida pela empresa, a resistência surge um pouco por toda a parte como um cogumelo venenoso no solo fértil e úmido da exploração. Surge como "resmungo", queixa impotente, escondida, entre amigos:

"O pessoal se queixa, fica aí resmungando pelos cantos. Tem até os valentes que fazem e acontecem lá na bodega quando tão assim mais prá cá do que prá lá, mas, quando aparece o pessoal da firma, chega o doutor X (chefe do fomento) ficam olhando o chapéu em cima do joelho. Não abrem a boca. Se encaçam tudo ... Não. Não acho o colono covarde, é que a gente fica com medo, não temos prática de brigar. É preciso encontrar um jeito de pegar essa valentia, essa resmungação e atirá prá cima dos homens (da empresa)."147

É a impotência de não poder organizar a valentia e a raiva. A impotência até de organizar a manifestação do descontentamento, de jogá-lo no alvo certo, dar-lhe o destino: "... atirá prá cima dos homens...". A entrevista revela a nítida consciência de dar conteúdo político à queixa, dar-lhe força que só poderia nascer se superada a etapa do escondimento, do medo, e a experiência mínima de exprimir livremente seu pensamento, de experimentar pensar coletivamente a exploração:

" - ... tem aí importância os grupos de reflexão. A maioria dos agricultores participa dos grupos de reflexão.

- São as Comunidades de Base organizadas pela Igreja?

- São. Então o pessoal discute a vida. E essa questão da avicultura vinha trazendo um descontentamento bastante grande. Quando surgiu a idéia (de formar uma associação dos produtores integrados de aves) encontrou em toda essa reflexão que a turma fazia um fundamento e uma oportunidade para o pessoal entrar e apoiar. O pessoal começou a ver isso como uma resposta daquilo que sempre aparecia na discussão. O pessoal topou, vendo aí a possibilidade de uma organização."148

Os camponeses acabaram inventando um instrumento

que organizasse suas reivindicações:

"O surgimento da Associação dos Criadores de Aves - ACRAVE - surgiu pela maneira que as empresas tratavam o avicultor. Os produtores reclamavam do mau pagamento e recebiam em troca ameaças e diziam que o agricultor estava bom, estava bem e que não precisava de que reclamar. A gente reclamava, dialogava com eles em reuniões e sempre diziam que a empresa tinha prejuízo. ... E daí, numa certa ocasião o Diretor da Integração, numa reunião aqui na Colônia X (vilarejo do interior), pedi para ele donde que aparecia aquele dinheiro, o lucro extraordinário no balanço da empresa. Ele tentou enrolar. Em duas, três conversas encerrou a reunião. *Então nós pensamos de se organizar [grifo meu]*. Não adiantava dialogar com eles, não se resolvia nada. Então nós partimos para o trabalho."<sup>149</sup>

Um trabalho de organização que, no início, pelo menos, deveria cercar-se de cuidados para evitar a retaliação das empresas:

"... um trabalho assim meio sigiloso porque talvez podíamos ser cortados como tinha acontecido no ano anterior, surgiu um movimento noutra município, quando eles (a empresa) souberam, foram lá, ameaçaram e cortaram aquele grupo (fechamento temporário dos aviários). Nós decidimos por um grupo mais seguro. E em trinta dias, no máximo, nós tínhamos a formação da associação. Tinha que ser rápido por segurança ... começamos em quatro elementos na primeira reunião; na segunda nós estávamos em vinte e cinco ou trinta agricultores; na terceira, que era a assembléia de fundação, tinha aproximadamente trezentas pessoas, avicultores. E formamos a associação."<sup>150</sup>

O funcionamento dos esquemas de segurança dos camponeses tomaram de surpresa as empresas que se viram diante de uma associação formada, o que dificultava tanto a reta-

liação, embora não a impedisse, quanto a facilidade que os camponeses passaram a ter no momento em que estavam de posse de um instrumento de representação com poderes jurídicos definidos por seus estatutos de Associação. As lideranças e os associados poderiam mais facilmente denunciar as arbitrariedades de que fossem vítimas e, em caso de fechamento dos aviários, representar juridicamente o punido. As empresas perceberam com clareza a nova situação. Os dirigentes e os sócios não foram punidos. A estratégia adotada passou a ser a desmoralização da associação e de seus dirigentes:

"Logo de cara a luta principal foram as ameaças que a gente levava: de fechar (nossos) aviários; que eles (a empresa) iriam construir galinheiros por conta, porque nós éramos elementos mal informados, que a gente ia na conversa de Dom José Gomes<sup>151</sup>, do Doutor X, nosso assessor jurídico. ... E nós passamos muitas ameaças. Eles diziam que em seis meses a Associação já estava (estaria) falida, que os avicultores não ia dar apoio."<sup>152</sup>

E as empresas usaram todo o seu poder de organização e influência para falir a associação:

"... fizeram (a empresa) uma movimentação muito grande para evitar que o pessoal entrasse de sócio. Eles andaram passando em todos os avicultores... Muita gente não entrou de sócio por causa das ameaças. Os técnicos funcionam como os portadores das ameaças. Eles chegam na casa (do camponês integrado) e dizem que vão fechar o galinheiro. O pessoal fica com medo. Que que a gente vai fazer? Não tem contrato, não tem nada!!! Não foi fácil. Eu<sup>153</sup>, quantas ameaças recebi. Disseram, espalharam para os outros avicultores que eles iam me castigar. Mas depois que nós enfrentamos os técnicos da empresa e botamos todos os podres para fora, os técnicos deixaram de pressionar. ... Hoje<sup>154</sup> nós temos 362 sócios, isto representa uns trinta por cento

dos integrados de Santa Catarina."155

A pressão das empresas não se fez sentir apenas na sua relação imediata com os integrados. Elas tentaram também inviabilizar o reconhecimento jurídico da nova associação acionando a Associação Catarinense de Avicultura:

"Até um dia antes de formarmos a ACRAVE<sup>156</sup>, não sabíamos da existência da ACAV. Um amigo meu me telefonou avisando e com isso tivemos que mudar o nome da Associação que queríamos formar: seria ACAV. Foi assim que ficamos sabendo que ela existia. Na verdade, a ACAV não defende os interesses dos avicultores. Defende os interesses dos frigoríficos e das fábricas de ração. Por isso não divulgam a existência da ACAV para conseguir mais associados entre os avicultores. Todos os grandes já são sócios. Daí eles alegarem que não poderiam existir duas associações em Santa Catarina. Diziam que só poderia haver uma e que todos deviam se associar nela. Aí entraram em juízo pedindo o cancelamento do registro da ACRAVE. Na primeira instância, em Chapecó, o juiz foi favorável a nós. Eles recorreram. Agora vamos para um julgamento em Florianópolis."157

A determinação dos camponeses na defesa de sua associação obrigou as empresas a aceitarem sua existência. A própria Associação Catarinense de Avicultura que havia tentado impugnar o registro da ACRAVE e fora derrotada no foro de Chapecó e seguramente perderia no foro de Florianópolis, em segunda instância, passou a adotar um discurso conciliador e uma proposta de integração da ACRAVE à ACAV em nome de interesses maiores, comuns a todos os que se dedicam ao ramo da avicultura:

"Acho válido", diz o presidente da ACAV, "o agru-

pamento em torno de uma associação de todos os elementos que tenham as mesmas necessidades e os mesmos interesses. Portanto, acho válido também que os produtores de frango de corte, não somente do Oeste catarinense, mas de todo o Estado, se reúnam em torno de uma associação. ... A ACAV pretende ser essa associação, pois ela congrega todos os segmentos da avicultura, incluindo os criadores de frangos de corte. Não foi e nunca será uma associação dos integradores, embora os admita e os queira como associados, pois entende que se ela reúne todos os segmentos da avicultura, tem condições de resolver os interesses de todos. Estamos empenhados em ter em nosso quadro social um maior número de criadores de frangos, para que possamos defender melhor seus interesses". Embora admita a existência da ACRAVE, o presidente da ACAV insiste:

"A possibilidade existe (da coexistência das duas entidades). Mas eu não vejo razão para isso. Se a gente não se aglutinar, sempre sairemos divididos. Se entendemos a avicultura como um segmento importante de nossa economia, não podemos estar querendo dividir. A avicultura tem que estar coesa. Tem que estar unida para resolver os problemas, o que inclui, evidentemente, os problemas dos produtores de frangos. É claro que não se admite os produtores de frango sendo marginalizados, ganhando pouco. Isso não se admite. Tem que ser um bom negócio para eles. ... Não somos inimigos da ACRAVE. Nós somos amigos e somos defensores dos produtores de frango. E, portanto, o que nós queremos é eles juntos, dentro de nossa associação, para torná-la forte e poder resolver os problemas dos criadores de frangos, que são na verdade o interesse maior de nossa associação."158

A ACAV tentou várias vezes passar aos camponeses

a tese dos interesses comuns, da não divisão do segmento avícola. A tática evidentemente não surtiu efeito e os empresários, para evitar a segunda derrota, retiraram o processo que tramitava em segunda instância contra a ACRAVE. Mais uma derrota acabaria fortificando a associação camponesa. Os empresários entenderam também que não havia como não fazer algumas concessões importantes:

"No dia em que nós começamos o movimento, 30, 40 dias depois o (preço do frango para o produtor) já tinha subido mais de cem por cento. Então quer dizer que abafou aquele espírito (de luta) dos avicultores. ... Eles deram esse aumento por segurança pessoal (das empresas). Realmente, eles conseguiram abafar um pouco o movimento e satisfazer o avicultor, porque quando ele recebia 20 cruzeiros (por quilo vivo), passou a receber 40 cruzeiros, e sessenta dias depois ganhou 60, 65 ou 70 cruzeiros. Na hora, para nós, foi uma vitória extraordinária. Conseguir cem por cento já era uma vitória. Conseguir duzentos por cento foi um sucesso."159

Se, de um lado, as empresas se serviram de ameaças e intimidações para desorganizar os camponeses, principalmente a ameaça de instalar aviários próprios, os camponeses, de outro, utilizaram eficazmente intimidações e boatos para pressionar as empresas:

"... é que naquele tempo tinha uma cooperativa que ia instalar um abatedouro, aquele boato que a cooperativa podia dar toda a cobertura. Então eu acho que eles (as empresas) estavam com medo que talvez cada firma perdia seus avicultores, *isso desorganiza toda a produção* [grifo meu], aí resolveram fazer uma estratégia comum. Eles deram esse aumento por segurança. ... É preciso destacar que na prática foi uma conquista da ACRAVE, mas é também uma estratégia das empresas. Em vista, quem sabe, de tentar anular uma organi-



zação maior, ou um boicote que possivelmente a ACRAVE viesse a fazer."160

A ação da Associação ganha rápido impulso em todo o Oeste de Santa Catarina nas áreas de produção de aves, organizando os núcleos locais de associados e o encaminhamento da reivindicação de melhores preços:

"Em Videira (área de domínio da Perdigão Alimentos S/A) a situação é violenta. Lá foram violentas as ameaças. Lá o esquema é mais perfeito (opressivo) do que aqui (em Chapecó). Antes de nós chegar em Videira, o preço (do frango) estava em 28 ou 30 cruzeiros (o quilo), e aqui (em Chapecó) estava em 60 cruzeiros. Fomos lá, fizemos um trabalho e não apareceu cinqüenta por cento dos avicultores. Os avicultores ficaram loucos quando souberam que nós aqui ganhava 60 cruzeiros. ... Em Itaparinga começamos reunir o pessoal. Fomos dialogar com os diretores (da empresa SAFRITA - Frigorífico Itapiranga S/A). Atenderam (elevaram o preço) logo porque tinham medo que pegasse fogo."161

A expansão da associação obrigou as empresas integradoras não só a admitir sua existência, como se transformou no instrumento de negociação direta dos camponeses. Vieram-se inclusive na contingência de organizar-se para poder fazer frente à nova realidade:

"Depois que nós formamos a Associação, os frigoríficos passaram a se reunir mensalmente, discutem. Se reúnem com os chefes de fomento para discutir. Montaram uma estratégia conjunta para enfrentar a ACRAVE. Essa estratégia compreende a montagem de um trabalho conjunto de diretores das empresas, chefes ou diretores do fomento para defender os problemas deles frente os produtores."162

Mas, apesar dos avanços da organização dos campo-

neses, de sua capacidade de luta, eles reconhecem, de um lado, o poder das empresas, a eficácia dos mecanismos de subordinação que acionam e, de outro, o significado relativo das conquistas que obtiveram. Para uma grande maioria ainda impera o medo de associar-se, um medo que advém das dívidas e compromissos bancários assumidos, da possibilidade sempre presente de represálias e retaliações e o próprio nível de entendimento de sua situação em relação à empresa que os explora:

"Eles (os camponeses) temem perder o aviário, pois representa uma verdadeira alternativa econômica. Inclusive, para eles, a melhor alternativa econômica. ... Eles pensam em empréstimos e pagá-los e sobrar um dinheiro que eles chamam lucro. A exploração fica escondida. As empresas fortificam esses argumentos. Atrelam o destino da empresa ao destino dele continuar produzindo."163

É preciso, porém, vislumbrar algumas tendências que poderão se constituir na base de lutas e conquistas futuras dos camponeses integrados, tendências, aliás, que se consolidaram como caminhos efetivos de luta dos camponeses integrados pelas agroindústrias na França e nos Estados Unidos e, de forma incipiente, nas áreas de produção avícola no Brasil:

a) Controle dos custos de produção com vistas a determinação do preço mínimo a ser pago ao produtor. Como observamos anteriormente, as empresas não só administram seus próprios custos de produção, mas controlam também, como uma variável de seus custos, os custos da produção camponesa. E como a empresa pratica, em relação aos insumos que

fornece ao camponês, o controle de preços, o rompimento desse controle é visto como um atentado pela empresa e como um desafio pelo camponês. O Estado chegou a intervir no conflito com o clássico instrumento da fixação do "preço mínimo do frango" por decreto, mas como aconteceu com a fixação do preço mínimo do suíno, o preço não chegou a cobrir os custos de produção. O Ministério da Agricultura não divulgou e não forneceu aos produtores sequer os critérios adotados para a elaboração dos custos de produção e do preço mínimo<sup>164</sup>. A situação se tornou mais crítica ainda porque os camponeses reconhecem as dificuldades técnicas inerentes ao trabalho de elaboração de custos de um produto. As empresas, por sua vez, proibiram a uma instituição de ensino superior da região que estava iniciando trabalho de assessoria aos camponeses de continuar a fazê-lo:

"Estamos entrando em contato com um pessoal que possa nos dar uma orientação econômica. A Fundação (de ensino superior) que fazia isso para nós, não faz mais. Depois que formamos a associação, os frigoríficos, que têm controle sobre todos os setores, nos boicotaram na Fundação e nós não tivemos mais ajuda. Agora temos que procurar gente de fora."<sup>165</sup>

A organização de uma equipe de assessoria para ajudar a elaboração dos cursos de produção se constitui num passo importante da luta econômica dos camponeses. Além de representar um passo qualitativo na compreensão dos mecanismos que regem as relações econômicas, a determinação dos custos de produção se constitui numa poderosa alavanca para contrarrestar os argumentos mistificadores da empresa.

b) Denúncia dos contratos de integração existentes e das cláusulas e práticas ensejadas por tais contratos e que se resumem nos seguintes pontos:

- ausência de contratos escritos;
- ausência de qualquer equilíbrio no estabelecimento de responsabilidades mútuas;
- ausência ou falta de detalhamento dos deveres e responsabilidades de cada parte;
- ausência ou falta de clareza nos critérios de estabelecimento de preços, de classificação e pagamento;
- documentos inexistentes ou insuficientes sobre os métodos adotados para o cálculo de custos;
- dificuldades, chantagens e ameaças para evitar as reclamações dos camponeses integrados;
- possibilidade de rompimento de contrato por parte do integrador sem levar em conta os investimentos fixos executados na propriedade e que fora da relação contratual podem se tornar inúteis;
- descarga de riscos cada vez maiores sobre o camponês, sem que haja uma correspondente remuneração;
- excessivo controle de uma parte sobre a outra, ou controle total do integrador sobre o integrado e nenhum controle do integrado sobre o integrador;

- dubiedade ou vagueza na formulação dos contratos e/ou cláusulas do mesmo;

- manutenção de contratos verbais ou de tipo cadastro;

- ameaças ou instalações, por parte da integradora, de unidades próprias de produção de matéria-prima a fim de desencorajar a organização, os protestos e reclamações de integrados;

- favorecimento de um conjunto de integrados em detrimento de outros;

- adoção de punições, castigos e ameaças;

- proibição implícita ou explícita de participar do sindicato ou de associações;

- recusa sistemática do integrador de estabelecer contratos e negociações coletivas com os integrados<sup>166</sup>.

Alguns desses pontos começam nitidamente a tomar forma de confronto, particularmente, a exigência de contratos escritos e explícitos; definição dos critérios de pagamento e confrontos coletivos de camponeses e integradores.

É muito provável que as empresas se mobilizem rapidamente no sentido de impor contratos escritos. A questão principal parece residir no tipo de contrato que as empresas irão impor. Os camponeses integrados da França, a partir de suas experiências concretas, definiram em que devem

constituir os cuidados básicos a serem tomados pelos camponeses:

"O produtor integrado e sobretudo aquele que se dedica à produção de animais confinados, jamais deve assinar na hora, isto é, quando vos é apresentado um contrato, seja lá para que fim for, antes de assiná-lo é preciso lê-lo e estudá-lo muitas vezes, de cabeça descansada e a sós e mesmo levá-lo a pessoas competentes, ganhos para a nossa causa, as quais poderão dar-vos conselhos e dizer o que deve e o que não deve ser feito. É preciso sempre ler todas as linhas, inclusive aquelas com letras pequenas pois é nestas que estão escritas as cláusulas que nos prejudicam."<sup>167</sup>

Do ponto de vista das relações de força que se estabelecem nos contratos de integração, o camponês integrado, com ou sem contrato, aparece claramente como a parte subordinada. Seria ingênuo pensar que a discussão jurídica ou os mecanismos jurídicos, por si sós, fossem capazes de modificar essa situação. A situação poderá sofrer modificação, e então, receber nova expressão jurídica, mediante concentração de forças da parte subordinada. A destruição de contratos individuais, as ações diretas e de massa, negociações marcadas por relações de força e uma assessoria competente e comprometida são componentes seguros do avanço dos camponeses na modificação das relações de subordinação. Os camponeses podem compreender, então, que sua luta se desloca gradativamente do âmbito puramente econômico para o político<sup>168</sup>.

## NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO 4

<sup>1</sup> MORISSI, J. David. Agricultural modernization through production contracting. New York, Praeger, 1974. p.77.

<sup>2</sup> Veremos, mais adiante, que o camponês, subordinado às estritas formas de controle denominadas de integração ou produção por contrato, não se confunde com o operário.

<sup>3</sup> ROY, Ewell Paul. Contract farming and economic integration. Danville, The Interstate Printer and Publishers, Inc., 1972. p.3.

<sup>4</sup> DAVIS, John H. & GOLDBERG, Ray A. A concept of Agribusiness. Boston, Harvard University, Graduate School of Business Administration, 1957. p.4.

<sup>5</sup> Ibidem. "Agribusiness - a product of the dispersion of functions". p.6-7.

<sup>6</sup> Ibidem, p.6.

<sup>7</sup> A agricultura, uma vez "desintegrada", fica reduzida, na concepção teórica do Agribusiness, a uma função complementar.

<sup>8</sup> No capítulo 2º, colocamos detalhes do grau de integração verificado nos EUA na produção de aves e ovos. Mas não é só aí que a integração é imensa. Ela se estende aos demais produtos, principalmente os que apresentam graus elevados de perecibilidade ou requerem uso intensivo de mão-de-obra, tais como: leite, verduras, legumes, frutas, flores, tabaco, suínos. Em compensação, gado de corte e cereais são fracamente integrados, tanto vertical, quanto horizontalmente, provavelmente em virtude das políticas do Estado em relação a esse segmento estratégico, bem como da possibilidade de estocagem e da camada de capitalistas que articula esses produtos. Cf. a respeito: - UNITE NATIONS - Center on Transnational Corporations. Op. cit., p.15; GOLDBERG, Ray. Agribusiness management for developing countries. Op. cit., p. 24; USDA. National Commission on Food Marketing, organization and competition in the fruit and vegetables industry. Technical Study, nº 4, 1966. p.185-225.

<sup>9</sup> ROY, Ewell Paul. Contract farming and economic integration. Op. cit., p.3.

<sup>10</sup> Ibidem, p.3.

- 11 Ibidem, p.3.
- 12 Ibidem, p.3.
- 13 Ibidem, p.3.
- 14 Ibidem, p.3.
- 15 Ibidem, p.3-4.
- 16 Neste caso, quase-integração vertical.
- 17 GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p.123-4.
- 18 ROY, Ewell Paul. Op. cit., p.5.
- 19 Ibidem, p.5.
- 20 Ibidem, p.5.
- 21 Ibidem, p.6.
- 22 Ibidem, p.6.
- 23 Ibidem, p.6.
- 24 Ibidem, p.6. Gervais et alii observam que "o modo de ação dos grandes grupos cooperativos tende cada vez mais a assemelhar-se ao das grandes sociedades industriais privadas. Uma grande cooperativa chegou ao ponto de eliminar de seu quadro de associados uma multidão de pequenos produtores cujo peso econômico parecia comprometer seu desenvolvimento". GERVAIS Michel; JOLIVET, Marcel & TAVERNIER, Yves. La fin de la France Paysanne, de 1914 à nos jours. In: DUBY, Georges. Histoire de la France Rurale. Op.cit., p.137.
- 25 ROY, Ewell Paul. Op. cit., p.6.
- 26 Ibidem, p.8; GOLDBERG, Ray. Agribusiness management for developing countries - Latin American. Op. cit., p.58.
- 27 Os termos: contratado, produtor, integrado, camponês, farmer; contratante, empresa, integrador são utilizados aqui para indicar os dois pólos da relação, respectivamente.



28 O contratante, nesse par, é nitidamente beneficiado pela concentração dos produtores e da produção. O autor reconhece essa vantagem, mas não ignora que essa concentração pode ser perigosa para o contratante, já que facilita atos retaliativos por parte do produtor. Nesse sentido, a concentração contém um elemento forte de risco para o contratante. Mantém-se, assim, o par em oposição.

29 ROY, Ewell Paul. Op. cit., p.9-10.

30 Está pressuposto que as dez vantagens que o contrato de produção fornece ao produtor são não só vantagens, mas lucro.

31 ROY, Ewell Paul. Op. cit., p.11-2.

32 Ibidem, p.9.

33 Michael Gervais et alii fazem uma descrição viva e pungente da ação do capital sobre o campesinato francês: "Desde o início dos anos 60, um milhão de tratores entraram na produção. Os camponeses que não puderam comprá-lo sentiram-se definitivamente condenados. Entre os que o compraram, um certo número não pode reconstituir a poupança devorada nesta compra suntuária. Estes chegaram à conclusão que não poderiam livrar-se da exploração tradicional subsistente e aceder ao estatuto de agricultor que trabalha exclusivamente para vender suas colheitas. Todas as demais, enfim, aprenderam que uma máquina deve ser amortizada. É preciso, portanto, de um lado, utilizá-lo o mais possível, isto é, modificar a gama de suas produções e de seus métodos de trabalho, para favorecer-lhe o uso. Vê-se os os camponeses trabalhando à noite à luz dos faróis durante os períodos de pico, abandonando deste modo seu ritmo secular comandado a cada dia pelo sol. As cadências do trabalho foram impostas pela máquina ... É preciso, por outro lado, sacar sobre os ganhos realizados em cada ano um montante para quitar o empréstimo que permitiu a compra do trator ... e constituir a poupança que assegurará a compra de outro ... O dinheiro toma a forma passageira de bem de produção que, por sua vez, desaparecerão no ato produtivo para que a venda dos produtos reconstitua a soma inicial, acrescida, se possível, dos bens necessários para melhorar o nível de vida familiar. O campesinato francês aprende e pratica cada vez mais a vida cotidiana do capital". GERVAIS, Michel et alii, in DUBY, Georges. Op. cit., p.149.

34 BELATO, Dinarte. Sistemas integrados de produção. Boletim CRIAEC - análise especial, Ijuí, v.1, nº 5, ago. 82. p.15.

- 35 RAMA, Ruth & VIGARITO, Raul. Transnacionales en América Latina; el complejo de frutas y legumbres en Mexico. México, Editorial Nueva Imagem, 1980. p.35.
- 36 GOLDBERG, Ray A. Op. cit., p.58.
- 37 Convém lembrar que, para a teoria do Agribusiness, a ordenação consiste no controle do fluxo de capital no interior de uma cadeia alimentar.
- 38 MORISSY, J.D. Op. cit., p.4.
- 39 Ibidem, p.4.
- 40 ROTSCCHILD, K.W. "El oligopólio y la teoria de los precios". In: HUNTER, Alex, org. Monopólio y competencia; textos escojidos. Madrid, Editorial Tecnos, 1974. p.28.
- 41 HUNTER, Alex. "El monopólio y el analisis del bien estar". In: \_\_\_\_\_, org. Op. cit., p.19-23.
- 42 ROY, Ewell Paul. Op. cit., p.15-6.
- 43 Ibidem, p.23.
- 44 Ibidem, p.23.
- 45 Ibidem, p.23.
- 46 Ibidem, p.23.
- 47 Ibidem, p.61.
- 48 Ibidem.
- 49 Ibidem, p.61.
- 50 Ibidem, p.62.
- 51 Ibidem, p.62.
- 52 Ibidem, p.62-3.
- 53 Ibidem, p.64.

54 Ibidem, p.70.

55 "Observando os resultados obtidos com os métodos introduzidos ... em nossa (da empresa) suinocultura quanto à técnica e à higiene, chegamos à conclusão de que devíamos estudar uma forma de propagá-los num desses lugares mais frequentados no interior do município (de Concórdia-SC) - perto de uma casa de comércio ou de uma Igrejinha, uma dessas capelas onde o padre ia rezar missa - e tentar encontrar um lavrador que aceitasse as condições de nossa proposta: instalações adequadas e toda a higiene possível. Nós lhe fornecíamos as três matrizes sem despesa nenhuma por conta dele, a não ser a da ração, fabricada e fornecida por nós. É evidente que o lavrador selecionado deveria aceitar essas condições com o propósito de melhorar também a sua criação de suínos própria [grifo meu,DB]. E, realmente, foi visto que, desde os primeiros passos com essas fêmeas, que entregávamos mais ou menos em meia gestação, os resultados eram extraordinários. Mas não só os lavradores encarregados dessa experiência as testemunhavam, como também seus amigos, vizinhos, parentes, todas as pessoas que tomavam conhecimento dela...". FONTANA, Attilio. História da minha vida. Petrópolis, Vozes, 1980. p.134.

56 Ibidem, p.135-6.

57 As viagens de técnicos da empresa começaram quando o Ministério da Agricultura, na década de 50/60, organizava a convite do governo norte-americano, caravanas de fazendeiros brasileiros para visitar e conhecer os métodos adotados pelos agricultores, pecuaristas e empresas integradoras dos Estados Unidos. "Essa viagem (trata-se da primeira caravana de empresários organizada pelo Ministério da Agricultura) foi de grande proveito, pois trouxe de lá uma imagem do que de melhor se praticava na técnica da suinocultura e da avicultura, não só na América, como talvez no mundo inteiro". Ibidem, p.138-9. E acrescenta: "... devo dizer que nunca regateei despesas com viagens de estudos (dentro do nosso princípio de promover o progresso, ou de buscá-lo onde quer que ele se encontrasse) de nossos funcionários aos EUA, à Europa e até ao Japão ... essa orientação de investir em nossos técnicos para ampliarem seus conhecimentos, quer com parecendo a congressos internacionais, quer realizando viagens de estudo previamente preparadas através de indústrias que nos vendiam equipamentos no exterior...". Ibidem, p. 139.

58 "... mandamos um engenheiro agrônomo ... fazer um estágio nos EUA, segundo o mesmo programa preparado pelo governo brasileiro, em convênio com o governo americano. [O engenheiro agrônomo] foi e viu como se criam aves na América através de uma técnica altamente avançada". Ibidem, p.139-40.

59 Ibidem, p.169.

60 CEBRAE-CEAG-SC. Programa de desenvolvimento da indústria de frigoríficos de suínos e de aves de Santa Catarina. Florianópolis, CEAG, 1977: "A elaboração deste Programa de Desenvolvimento da Indústria de Frigoríficos de Carnes de Suínos e Aves de Santa Catarina possibilitou dimensionar o montante dos investimentos necessários para a ampliação e modernização do parque industrial, bem como suporte e viabilização desta programação. Um programa de desenvolvimento setorial propicia uma melhor orientação ao desenvolvimento de segmentos econômicos, promovendo a racionalização da utilização dos fatores produtivos, direcionando o crescimento do setor, através de medidas de política econômica e de assistência técnica compatíveis. p.1.

61 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SUPLAN, BID, IICA, ACARESC. Projeto de desenvolvimento da suinocultura catarinense; "PRO SUI". Florianópolis, ACARES, out.76. O projeto, ainda em execução, previa a implantação no período de 1975/85 de 2.570 "empresas suinícolas", com um total de 55.200 fêmeas, produzindo 900 mil suínos por ano para abate, na região do vale do Rio do Peixe e Oeste Catarinense (p.I-1). Os recursos financeiros foram fornecidos pelo BID, BC, BES - BRDE. Cf. também: SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO e EMPASC. Diagnóstico preliminar dos sistemas agrícolas vigentes na região de Santa Catarina. Florianópolis, EMPASC. Documentos, 28. p.31-87.

62 BOHRER, Pedro Benhur. "Sistemas integrados de suínos". In: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUÍNOS. Seminário nacional do porco carne. Porto Alegre, MA, ABCCS, 1975. p.39. Cf. também: BACK, Afonso. "Integrando o sistema". Avicultura Industrial, ano 74, nº 891, mar.84. p.20; e entrevistas diretas com empresários e funcionários das empresas integradoras.

63 BOHRER, Pedro Benhur. Op.cit., p.39; BACK, Afonso. Op.cit., p.20-1; entrevistas diretas.

64 O diretor de fomento do Grupo Sadia, Elvino Flores, observa, sob este aspecto, que "a propriedade é vista como um todo, razão pela qual no corpo técnico existem veterinários, agrônomos, técnicos agrícolas e engenheiros florestais". INTEGRAÇÃO na suinocultura. Suinocultura Industrial, nº 47, set.82. p.41.

65 SUINOCULTURA total. Suinocultura Industrial, ano 4, nº 39, dez.-jan.82. p.24.

66 BELATO, Dinarte. Tendências do desenvolvimento regional. Ijuí, "paper exploratório", 1981. p.8-13. mimeo. O Decreto-Lei define desta forma a carcaça suína: "Entende-se por carcaça suína, aquela decorrente do animal sangrado, de pilado, dividido longitudinalmente em duas meias partes, desprovido de rins, gordura peri-renal e unto, submetido a toalete, com retirada das unhas, permanecendo a cauda na meia carcaça esquerda. Ibidem, p.9.

67 Essa composição de capital está embutida nas vantagens da integração para o produtor que nós transcrevemos anteriormente: assistência técnica, reprodutores selecionados, equipamentos e insumos de qualidade e dimensionamento das instalações ao ritmo e montante da produção. Cf. também: EMBRATER, EMBRAPA, ACARESC. Sistema de produção para suínos; Santa Catarina. Florianópolis, ACARESC, Série Sistemas de Produção, Boletim nº 1, out.1978. 82p.

68 O Decreto-Lei estabelece a tipificação das carcaças segundo os critérios abaixo:

T I P O	CARACTERÍSTICAS	
	PESO	ESPESSURA DE TOUCINHO MÁXIMA
Extra	+ 70kg	2,5cm
	+ 80kg	3,0cm
1	+ 60kg	2,5cm
	+ 70kg	3,0cm
	+ 80kg	3,5cm
	+ 90kg	4,0cm
2	+ 60kg	3,0cm
	+ 70kg	3,5cm
	+ 80kg	4,0cm
	+ 90kg	4,5cm
3	+ 55kg	3,5cm
	+ 65kg	4,0cm
	+ 75kg	4,5cm

São consideradas "fora do padrão as carcaças tipificadas e não enquadradas nos critérios acima estabelecidos". BELATO, Dinarte. Op.cit., p.9-10; CORREIO DO POVO. Suplemento Rural do Correio do Povo, Porto Alegre, 21.08.81. p.15.

69 TIPIFICAÇÃO de carcaças suínas: técnicos indicam sistema inicial sem complicações". Correio do Povo Rural, Correio do Povo, Porto Alegre, 23.10.81. p.25.

70 BOHRER, Pedro Benhur. Op. cit., p.37.

- 71 ESTRUTURA fundiária; Santa Catarina. A Granja Avícola, ano 4, nº 45, jan.-fev. 83. p.29.
- 72 INTEGRAÇÃO na suinocultura. Suinocultura Industrial, nº 47, set.82. p.41.
- 73 Entrevista direta com o responsável do fomento, fev.80.
- 74 FÓRMULA de obter lucro é a atividade integrada. Agricultura de Hoje, Rio de Janeiro, Bloch Editores, ano 2, nº 21, dez.76. p.43.- Cf. também: A INTEGRAÇÃO torna a avicultura viável ao pequeno criador. Correio do Povo Rural - Edição Especial; Avicultura, Porto Alegre, 31.08.82. p.3-4.
- 75 Informação obtida junto aos produtores do Sudoeste do Paraná, em outubro de 1981. Cf. também: A CRISE da suinocultura; os criadores de porco estão desaparecendo. Chapecô, CPT, s.d. p.1-2. mimeo.
- 76 A grande massa de camponeses atingidos pelos massacres diretos ou indiretos de suínos não mais puderam retornar à produção em virtude da eliminação das matrizes e a incapacidade de repô-las por novas, de valor zootécnico elevado. Os que tentaram resistir foram eliminados pela queda de preços.
- 77 CEBRAE/CEAG-SC. Programa de desenvolvimento da indústria de frigorífico de carnes e de aves de Santa Catarina. Florianópolis, CEAG-SC, 1977. Ministério da Agricultura - SUPLAN - PROSUI; Projeto de desenvolvimento da suinocultura catarinense. Op. cit.
- 78 SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SC) e EM-PASC. Diagnóstico preliminar de sistemas agrícolas vigentes na região oeste de Santa Catarina. Florianópolis, EM-PASC/ACARESC, 1984. 93p.
- 79 Os contratos celebrados entre camponeses e agroindústrias quando formalmente elaborados obedecem às regras contratuais correntes.
- 80 AVICULTURA de corte funda associação. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 230, 30.06.80. p.2.
- 81 UNAC: força na avicultura de corte. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 231, 07.07.80. p.6-7.
- 82 PARA serem ouvidos. Avicultura Industrial, ano 71, nº 847, jul.80. p.16.

- 83 INTEGRAÇÃO: o destino da avicultura nacional. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 255, 22.12.80. p.16.
- 84 INTEGRAÇÃO: mais segurança para o avicultor. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 254, 15.12.80. p.7.
- 85 E EU não disse?. Avicultura Industrial, ano 71, nº 856, abr.81. p.21.
- 86 *Ibidem*, p.22.
- 87 LIBERDADE para superar a crise. Avicultura Industrial, ano 71, nº 850, cut.80. p.16.
- 88 BOHRER, Pedro Benhur. *Op. cit.*, p.37.
- 89 Entrevista com responsável do setor de fomento - Chape cô, SC, 1981.
- 90 *Ibidem*.
- 91 FEDER, Ernest. *Op. cit.*, p.353.
- 92 Entrevista direta realizada pelo autor.
- 93 INTEGRAÇÃO 3 - aves em lugar de uvas. A Granja Avícola, ano 4, nº 46, fev.83. p.15.
- 94 Entrevista direta.
- 95 INTEGRAÇÃO na suinocultura. Suinocultura Industrial, ano 5, nº 47, set.82. p.41.
- 96 Entrevista direta.
- 97 As empresas enfatizam continuamente as desvantagens do trabalho assalariado: o perigo de serem processadas na justiça do trabalho, o peão não trabalha aos domingos, exige férias, salário. É preguiçoso, relaxado. Não tem capricho. Não vale o que come. As empresas não inventam isso. Isso está na cabeça e na prática de inúmeros camponeses. Um camponês chegou ao extremo de me confidenciar: "- Quem não tem terra é negro". "- Por quê?" - lhe perguntei. "- Porque não tem um pedaço de terra onde cair morto". E como eu lhe fizesse reparos sobre o modo violento e injusto com que tratava seu peão, advertindo-o de que ele poderia usar o machado para partí-lo ao meio, ele me retrucou: "- Não, enquanto eu tiver um pedaço de terra. Pode ficar tranqüilo, eles se ma-

tam entre si quando estão cheios de cachaça". É uma situação extrema? Sem dúvida. Mas quantas mediações há entre as situações extremas, todas reforçativas, de uma forma ou outra, de preconceitos que separam trabalhadores.

98 "Toda a integração deve ter silos para armazenagem de milho, comprado na entressafra, quando o preço é mais compensador. Este milho é repassado, então, ao avicultor, em forma de ração. Daí, a necessidade de a empresa possuir uma fábrica própria de ração". FÓRMULA de obter lucro é a atividade integrada. Agricultura de Hoje, Rio de Janeiro, Bloch Editores, ano 2, nº 21, dez.76. p.43.

99 Entrevista direta.

100 Ibidem.

101 CEBRAE-CEAG-SC. Análise do sistema de integração agro-industrial em suínos e aves em Santa Catarina. Florianópolis, CEAG-SC, 1978. p.71-2.

102 Na linguagem popular "formigão" diz-se do homem casado de vida sexual "irregular", mulherego.

103 Entrevista direta.

104 Ibidem. "Bodega": boteco.

105 Ibidem. "Porta schitti" é uma expressão utilizada por camponeses descendentes de italianos, que significa literalmente: "carrega merda de galinha". Em português, embora de forma amainada, dizemos "fofoqueiro", intriguento. "Dormir na valeta" = cair de bêbado no caminho de casa.

106 Esse depoimento "patético" me foi dado por uma camponesa, em dialeto vênето. O texto, no original, tem uma força extraordinária, como se pode ver abaixo: "El papá l'e ndá lá e el ghe gá dá sù sô nome. Gheniera quaranta avanti. Il dotore ... ghe gá di que l'era par gner l'altra setimana. E lú l'e ndá. E luri i ghe gá di che l'era par gner l'altra setimana, che no i gavea ancor deciso gnente. E lu le ndá n'antra volta. E i ghe ga dito que l'era par gner l'altra setimana. E mi me gá scomincia gner el cor in mani, luri no i ghen vol a nautri. Ma no ghe gó dito gnente al me omo e gnanca par i fioi. Me amo al gá scomincia catar che i lo fea de gnoco. Noantri ghe ghemo dito che in citá l'e mia come qua in colonia che se fá tutto svelte. Che angonia, quaranta giorni cosi, maginate!! Um bel giorno l'e ndá n'antra volta e c'ol ritorna el gnea svelte e n'antri ghemo capito che ne aveimo stai acetti. Allora lu ne gá dito che



de desso si che cavemo la savata dal barro. A gavemo sufri tutti quaranta giorni. Mā gnansuni parlea par no rovinar le cose. Mi go dito que desso la vita ne corre meio. E i va veder luri com chi i se mete. E fá um bel tempo belche, dieze ani. E n'antri ghe gavemo ciapá dei bei presenti como buni laoratori. Ghemo ciapá una TV a colori, um frizer, uma geladeira, tutto perche ghe laoremo bem. E luri i e contenti".

107 ROY, Ewell Paul. Op. cit., p.499 e segs.

108 CEBRAE-CEAG-SC. Op. cit., p.143, quadro nº 30.

109 Ibidem, p.143.

110 Pesquisa direta, jan.81.

111 Ibidem. "Imagina-te" neste contexto significa: "onde é que se viu uma coisa dessas!!".

112 INTEGRAÇÃO na suinocultura. Suinocultura Industrial, a no 5, nº 47, set.82. p.41.

113 CEBRAE-CEAG-SC. Op. cit., p.139; ROY, Ewell Paul. Op. cit., p.499 e segs.; Análise de contratos de diversas empresas e pesquisa direta - jan.81.

114 CONTRACT de pension. Luttés des éleveurs intégrés; présentation, Bilan et Perspectives. Nantes, supplement à (la Revue) Vent D'Ouest, nov.1976. p.36. Cf. anexo 1, cap.4.

115 Trata-se de um "Termo de Compromisso" celebrado entre a compromissária: MAVEPAL (Matadouro de Aves Passofundense Ltda.) e o compromissário (o camponês).

116 "Termo de Compromisso" - MAVEPAL: Matadouro de Aves Passofundense Ltda. - (Passo Fundo - RS), 12.06.1979. Cf. Anexo 02 - cap.4.

117 "Contrato de compra e venda em forma de integração; Borella Avícola Ltda. - Marau - RS". Cf. Anexo 3 - cap. 4.

118 "Contrato de Criação de Frangos de Corte" - Cooperativa Avícola Vale do Taquari Ltda. - COOPAVE - Lajeado - RS. Cf. Anexo nº 4.

119 "Contrato de compra e venda em forma de integração; Borella Avícola Ltda. - Marau - RS". Cf. Anexo 3.

- 120 Entrevista direta - fev.81.
- 121 "Contrato de compra e venda em forma de integração; Borella Avícola Ltda. - Marau - RS". Cf. Anexo 3.
- 122 Entrevista direta - fev.81.
- 123 Essa prática é corrente em todas as empresas de grande porte como a Sadia e Perdigão. As empresas de menor porte e que não têm incubatórios próprios não passam essa vantagem a seus produtores. Entrevistas diretas - fev.81.
- 124 BELATO, Dinarte. A questão da integração e as lutas dos produtores integrados na França (paper exploratório). Ijuí, 1983. 12.p. mimeo. Cf. também: DANET, Jean & DURAND, Gerard. Formation socio-politique de la France de L' Ouest; politique des contrats en agriculture ( integration, cooperation, accords collectifs). Nantes, CRP, 1977. 255p.
- 125 CONTRAT pour la production à façon de poulets de chair". La Societé Tilly et Cie, Societé Anonyme. Cf. Anexo nº 5 - cap.4.
- 126 ROY, Ewell Paul. Op. cit., p.119-25. Cf. Anexo nº 6 - cap. 4.
- 127 Pesquisa direta - fev.81.
- 128 Contrato de criação de frangos de corte - COOPAVE - RS. Anexo nº 4.
- 129 Entrevista direta - fev.81.
- 130 DANET, Jean & DURAND, Gerard. Op. cit., p.2.
- 131 Entrevista direta - fev.81.
- 132 Ibidem.
- 133 "Contrato de compra e venda em forma de integração - Avícola Borella Ltda.".
- 134 Entrevista direta - fev.81.
- 135 Ibidem.
- 136 Ibidem.

- 137 Síntese de entrevista direta - fev.81.
- 138 Entrevista direta - fev.81.
- 139 Ibidem.
- 140 Ibidem.
- 141 Ibidem.
- 142 Surpreendente se se considera a prática antiga das empresas que se apropriavam das terras, da produção e dos governos das regiões onde atuavam. É conveniente não esquecer como agiam as empresas bananeiras, açucareiras, seringaleiras, etc., na América Central e Caribe, na Ásia e na África.
- 143 U.N. - Center on Transnational Corporation. Transnational Corporations in food and beverage processing. Op. cit., p.15.
- 144 Entrevista direta - fev.81.
- 145 Ibidem.
- 146 Ibidem.
- 147 Ibidem.
- 148 Ibidem.
- 149 Ibidem.
- 150 Ibidem.
- 151 Dom José Gomes é o Bispo de Chapecó. Esse Bispo tem marcado e marca sua ação pastoral por uma firme posição em favor dos camponeses e dos trabalhadores. Essa posição desagrada profundamente as direções das empresas integradoras (nota do autor).
- 152 Entrevista direta - fev.81.
- 153 Depoimento de um dos líderes da Associação.
- 154 Entrevista direta - fev.81.
- 155 Ibidem.

156 A Associação dos Criadores de Aves de Santa Catarina - ACRAVE - foi fundada em 12.09.79. Tem sede e foro em Chape-có - SC.

157 DUAS ENTIDADES buscam representatividade junto aos avicultores catarinenses. A Granja Avícola, ano 36, nº 14, jun.80. p.4.

158 ACAV propõe união das duas entidades. A Granja Avícola, ano 36, nº 14, jun.80. p.5.

159 Entrevista direta - fev.81.

160 Ibidem.

161 Ibidem.

162 Ibidem.

163 As empresas integradoras responsabilizam os camponeses pela eventualidade de virem a falir. É por esta razão que o argumento de "operar em vermelho", apesar de esdrúxulo, é convincente. Entrevista direta - fev.81.

164 ACRAVE apresenta reivindicações a ministros em Brasília. Avicultura Brasileira, ano XVII, nº 221, 21.4.81. p. 12.

165 DUAS ENTIDADES buscam representatividade junto aos avicultores catarinenses. A Granja Avícola, ano 36, nº 14, jun.80. p.5.

166 Entrevistas diretas - fev.81; BELATO, Dinarte. Sistemas integrados de produção. Op. cit., p.30-3; LUTTE des éleveurs intègres. Il Vent D'Ouest, Jorunal des Paysans Travailleurs pour l'Information et l'Action Syndicale. Paris, nov.76. 44p.; ROY, Ewell Paul. Op. cit., p.511.

167 CONSEILS pratiques d'un éleveur. In Lutte des Éleveurs Intégrés. Op. cit., p.29.

168 BELATO, Dinarte. Sistemas integrados de produção. Op. cit., p.33; LUTTE des Éleveurs Intégrés. Op. cit., p. 22-8.

## 5 - CONCLUSÕES

Talvez seja imprudente propor-se a investigação, num só fôlego, de uma problemática tão vasta e complexa como a que foi objeto deste trabalho. Mas é preciso, em certas circunstâncias, cometer essa imprudência, não para solucionar os problemas, e sim para defini-los. Não estava dada para mim, de um ponto de vista histórico, a questão do campesinato, particularmente os traços gerais da sua transformação após a segunda guerra mundial. Que o capital subverte o campesinato é realidade bastante evidenciada. O que é preciso poder visualizar é de que forma, em seus traços gerais, no período do após-guerra, o imperialismo monta uma estratégia global de subversão do campesinato. Em que consiste essa estratégia, de que peças se compõe? Que sustentação teórica e ideológica se produz no interior dessa estratégia? Para onde se encaminha essa transformação, que não é homogênea para todas as formas históricas de campesinato, nem percorre necessariamente as mesmas etapas, mas que tem determinados limites que parecem representar as formas mais avançadas e aperfeiçoadas de transformação do campesinato a partir dos pólos constitutivos das agroindústrias? E, finalmente, de que forma os camponeses responderam aos despojamentos e à dominação?

A tentativa de responder a essas questões me levou, aos poucos, a um universo complexo que me obrigou a efetuar escolhas que, ao mesmo tempo em que não perdesse a possibilidade de aclarar minimamente o perfil da evolução histórica, constituísse o fio condutor e unificador da trajetória. Assim é que escolhi a estratégia da extensão rural e do controle da geração e difusão da tecnologia agrícola e pecuária.

A extensão rural permitiu intervir duplamente sobre o campesinato: enquanto difusão de uma ideologia comunitária, portanto, de uma ideologia capaz de sofrer a mais completa despolitização e escamoteamento da natureza política da intervenção direta das agências imperialistas associadas com as agências e/ou agentes do estado receptor, ao mesmo tempo em que preparava as condições de penetração, por etapas, dos componentes do capital: crédito, insumos e equipamentos.

Os centros internacionais de pesquisa representam a outra faceta da transformação na medida em que mantêm sob rígido controle a geração de tecnologias adaptadas a canalizar para uma única direção as alternativas de desenvolvimento das forças produtivas no sentido de enquadrá-las nas perspectivas e interesses oligopolizados da indústria de máquinas e insumos. Esse controle tecnológico com direção única se torna hegemônico quando os Estados nacionais calibram suas políticas de pesquisa e de produção agropecuária a partir do modelo dos centros e em conformidade com

as estratégias imperialistas da política de produção de alimentos e matérias-primas.

Em consequência desse duplo movimento e sem considerar as demais forças em presença como as táticas da guerra fria ou quente, as pressões sobre os mercados nacionais exercidas pelo capital internacional, desencadeia-se a subordinação de contingentes populacionais camponeses de todos os continentes e uma rápida incorporação de terras e produtos agropecuários até então colocados à margem da ação direta do capital. A esse processo não ficam imunes os camponeses de países capitalistas que vêem suas condições de existência se modificarem rapidamente e de forma irreversível, como vem ocorrendo exemplarmente na França e Estados Unidos.

A transformação do campesinato se faz acompanhar, de um lado, por uma rápida concentração de capital nas empresas industriais a jusante e a montante da produção e, de outro, por teorias específicas iluminadoras da ação do capital oligopolizado. Tentei resgatar alguns elementos dessa teoria chamada "agribusiness". É nela que se aclaram as novas formas de divisão do trabalho em todo o universo da produção, distribuição e consumo da agricultura e pecuária, bem como as novas funções que a agricultura deve exercer no contexto do capital monopolista. É essa ferramenta teórica que permite calibrar estratégias concretas tanto a nível global, quanto principalmente por parte dos Estados imperialistas e das empresas que atuam em plano mundial simultanea

mente em vários segmentos da produção agropecuária. É essa teoria, finalmente, que fornece os fundamentos da divisão da produção agropecuária em cadeias verticais coordenadas, isto é, hegemônicas em algum lugar por um ou mais segmentos da cadeia situados a montante e a jusante. É dela que se extrai a necessidade - teórica - de controlar o processo de produção direta da agricultura e pecuária tanto no sentido de que seja crescentemente obrigada a absorver os componentes de capital produtivo sob controle dos segmentos da cadeia, quanto, e em consequência disso, no sentido de produzir mercadorias de rígida especificação de qualidade e quantidade. É a esta forma plena e total de articulação da agricultura ao capital que se chama integração, isto é, ponto ótimo de valorização do capital. É neste lugar estratégico que vai, aos poucos, se alinhando a nova produção camponesa. É aqui que o camponês deixa de ser camponês em sua dimensão histórica para se tornar um integrado, um trabalhador, totalmente novo, criação do capital e para o capital.

Mas é também neste lugar que o camponês integrado pelo capital começa a travar suas lutas, lutas que têm um novo perfil, uma nova temática, um novo inimigo. Um inimigo que se encarna numa empresa, num conglomerado industrial. Suas lutas e suas organizações ainda tímidas e frágeis lhe vão descortinando aos poucos todo o universo de articulação do capital. Ele descobre que esse inimigo imediato está umbelicalmente atado ao Estado e ao fluxo do capital internacional.



Esse novo campesinato, é lícito concluir, poderá aprender a importante lição de enfrentar, de sua trincheira, o capital monopolista nacional e internacional. É seguramente por essa via que ele pode lançar uma ponte de união de suas lutas com as dos operários urbanos.

É importante salientar aqui também os temas a serem investigados e aprofundados, presentes ao longo de todo o texto, e que são na verdade as lacunas e as falhas do trabalho. Em primeiro lugar, as bases teóricas foram elaboradas de forma muito incipiente e tosca. Não foi possível fazer uma discussão mais profunda da questão do imperialismo e dos vários enfoques da subordinação do camponês ao capital. Considero que os dados empíricos relativos à difusão da extensão rural, em plano mundial, bem como dos programas e projetos dos centros internacionais e sua repercussão direta sobre as agriculturas nacionais ainda são pouco variados. Em segundo lugar, é evidente a necessidade de efetuar pesquisas diretas sobre as formas de produção integrada e nelas verificar principalmente duas questões: os mecanismos de cálculo de custo e determinação de preços pagos aos produtores; estrutura e modalidades de celebração de contratos de produção. Quanto a estas questões é necessário que se encaminhem estudos comparativos das práticas levadas a efeito nos Estados Unidos e França, particularmente nesta última, onde existe uma legislação e uma jurisprudência que regulam as relações de contratação entre as empresas e os camponeses. Contratos de produção, controle de custos e preços

são pontos reais e potenciais de luta camponesa em seus enfrentamentos com as empresas. São questões que merecem ulterior investigação não apenas por seu interesse teórico, mas também por seu peso político e mobilizador.

## BIBLIOGRAFIA

### 1 - LIVROS

ALVES, Eliseu R. de Andrade. Making effective use of expatriate personal. Yogyakarta, 1980. Paper presented at workshop on increasing the productivity and impact of agricultural research. Gadjadara University, Yogyakarta, 1980.

\_\_\_\_\_. A EMBRAPA e a pesquisa agropecuária no Brasil. Brasília, EMBRAPA, Documento DID nº 2, 1980.

ANDERSON, R.G. Increasing competence in developing nations. In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in third world; a report on the conference: science and agribusiness in seventies. Toronto, Heath and Company, 1975.

ARENDT, Annah. Imperialismo e expansão do poder. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976.

ARROYO, Gonzalo. Transnationales et agriculture; bases théoriques et méthodologiques d'un project. Paris, CENTRAL, 1979.

AYER, Harry & SCHUH, G. Edward. Taxas de retorno social e outros aspectos da pesquisa agrícola: o caso da pesquisa do algodão em São Paulo, Brasil. In: ARAUJO, P.F. de & SCHUH, G. Edward. Desenvolvimento da agricultura; educação, pesquisa e assistência técnica. São Paulo, Pioneira, Série Estudos Agrícolas, 1975.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Relatório anual - 1977. Washington, BID, 1977.

BANCO MUNDIAL. Informe anual - 1975. Washington, World Bank, 1975.

BARROS, Mendonça de & GRAHAN, Douglas Home. Mercados financeiros rurais; níveis de crescimento agrícola e formação do capital no Brasil. São Paulo, USP-IPE, 1977.

- BEATY, Willard W. Lições colhidas nos programas internacionais e bilaterais de educação comunitária; progressos técnicos e científicos. In: HENRY, Nelson B., org. Educação comunitária. Porto Alegre, Globo, 1965.
- BELATO, Dinarte. Tendências do desenvolvimento regional. Ijuí, Fidene, 1981. mimeo.
- BELT, H. von et alii. Essays in rural sociology in honour of R.A. J. von Lier. Wigeningen, Department of Rural Sociology of the Tropics and Subtropics, 1981.
- BOHRER, Pedro Benhur. Sistemas integrados de suínos. In: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA e ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CRIADORES DE SUÍNOS. Seminário nacional do porco carne. Porto Alegre, MA, ABCCS, 1975.
- BRASIL-EMBRATER. EMBRATER: Marco geral de referência; estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho. Brasília, EMBRATER, Coleção Documentos, nº 3, 1975.
- BRASIL-EMBRAPA. Atos constitutivos. Brasília, EMBRAPA, Série Documentos Oficiais, nº 3, s.d.
- \_\_\_\_\_. EMBRAPA: ano 80. Brasília, EMBRAPA, Doc. nº 8, 1980.
- \_\_\_\_\_. Guia brasileiro de pesquisa agrícola em andamento; Projeto Bracaris. Brasília, EMBRATER/SNIR, 1977. v.1.
- \_\_\_\_\_. Modelo institucional de execução de pesquisa agropecuária. Brasília, EMBRAPA, s.d.
- \_\_\_\_\_. PRONAPA 80; Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. Brasília, EMBRAPA, 1980.
- \_\_\_\_\_. Proposta para a formulação de um sistema setorial de pesquisa agropecuária. Brasília, EMBRAPA, Série Documentos Oficiais nº 2, 1975.
- BURBACH, Roger & FLYN, Patrícia. Agroindústria nas Américas. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- CARD, L.E. & NESHEIM, M.C. Produccion avícola. Zaragoza, Acribia, 1968.
- CEBRAE-CEAG/SC. Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina. Florianópolis, CEAG/SC, 1978.
- \_\_\_\_\_. Programa de desenvolvimento da indústria de frigoríficos de suínos e aves de Santa Catarina. Florianópolis, CEAG, 1977.

CIMMYT - Centro Internacional de Mejoramiento de Maiz y Trigo. Memória; el mejoramiento del maiz a nivel mundial en la década del setenta y el papel del CIMMYT. El Batán, CIMMYT, 1974.

\_\_\_\_\_. Este es el CIMMYT. México, CIMMYT, 1978.

\_\_\_\_\_. Informe anual del CIMMYT, 1972, sobre el mejoramiento de maiz y trigo. El Batán, CIMMYT, 1972.

CHANDLER Jr., Robert F. New developments in rice research. In: AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in the third world; a report on the conference: science and agribusiness in seventies. Toronto DC., Heath and Co., 1975.

CHAUNU, Pièrre. A história como ciência social; a duração, o espaço e o homem na época moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

CORADINI, Odaci Luis. Estrutura agrária, classes sociais e cooperativismo no sul do Brasil. Tese de mestrado apresentada à UFMG, 1979. mimeo.

CORADINI, Odaci L. & FREDERICK, Antoniette. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

COSTA Fº, J. Wilson. O fator sucesso em avicultura. São Paulo, Sítios e Fazendas, 2e., 1948.

CUMMINGS, Ralph W. Expectations for future developments in sorghum, millets and legumes. In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in the third world; a report on the conference: science and agribusiness in seventies. Toronto DC., Heath and Co., 1975.

DANET, Jean & DURAND, Gerard. Formation socio-politique de la France de L'Ouest; politique des contrats en agriculture (integration, cooperation, accords collectifs). Nantes, CRP, 1977.

DALRYMPLE, Martha. The AIA story; two decades of international cooperation. Nova York, IBEC, 1968.

DAVIS, John H. & GOLDBERG, Ray A. A concept of agribusiness. Boston, Harvard University, Graduate School of Business Administration, 1957.

DATTA, A.K. Alguns aspectos da transformação social na Índia rural e o papel do programa de desenvolvimento comunitário. In: COSTA PINTO, L.A. & BAZZANELLA, W. Processos e implicações do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

- DONGHI, Túlio Alperin. História da América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- DORNER, Peter. Transformation of US agriculture: the past forty years. Agricultural Economics Staff Paper Series, nº 126, College of Agricultural and Life Sciences, University of Wisconsin, June 1977.
- DREYFUSS, René. A conquista do Estado - 1964. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ECKSTEIN, Salomon. El ejido colectivo en Mexico. México, Fondo de Cultura Económica, 1966.
- EMBRATER. Atos constitutivos. Brasília, Doc. nº 1, 1975.
- \_\_\_\_\_. Deliberação nº 036/78. Brasília, EMBRATER, Doc. nº 4, 1978.
- \_\_\_\_\_. Estrutura básica, funções e competências. Brasília, EMBRATER, Doc. nº 5, 1976.
- \_\_\_\_\_. Linhas de ação. Brasília, EMBRATER, Doc. nº 2, 1975.
- \_\_\_\_\_. Marco de referência; estruturação operacional, modelo e diretrizes de trabalho. Brasília, EMBRATER, Doc. nº 3, 1975.
- \_\_\_\_\_. Marco de referência para planejamento no SIBATER - 1977-79. Brasília, EMBRATER, Doc. nº 6, 1979.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa, assistência técnica e extensão rural. In Integração EMBRAPA/EMBRATER. Brasília, EMBRATER, Doc. nº 7, 1975.
- ENGLERT, Sérgio. Avicultura. Porto Alegre, Livraria e Editora Agropecuária, 3e., 1980.
- FONTANA, Attilio. História da minha vida. Petrópolis, Vozes, 1980.
- FRANTZ, Telmo Rudi. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola; o caso da Cotrijui. Ijuí, Cotrijui, 1982.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO - FIDERJ. Avicultura. Rio de Janeiro, FIDERJ, 1978.
- GRADILLE, Rolando. As políticas agrárias. Lisboa, Editorial Estudios Cor, S.A.R.L., 1974.
- GARREAU, Gerard. El negocio de los alimentos; las multinacionales de la desnutrición. México, Nueva Imagen, 1980.

- GEORGE, Susan. Comment meurt l'autre moitié du monde. Paris, Edition Robert Lafont, 1976.
- \_\_\_\_\_. Feeding the few: corporate control of food. Washington, Institute for Policy Studies, s.d.
- GERVAIS, Michel; JOLIVET, Marcel; TAVERNIER, Yves. La fin de la France Paysanne. In: DUBY, George. Histoire de la France rural. Paris, Seuil, 1976. v.4.
- GIULIETTI, Nelson et alii. Diagnóstico da avicultura no Brasil, 1970-78; contribuição para um programa de desenvolvimento. São Paulo, IEA, 1980.
- GOLDBERG, Ray, coord. Agribusiness management for developing; Latin America. Cambridge, Mass., Ballinger Publishing Co., 1974.
- GREEN, T.L. Lições de educação comunitária colhidas nos programas de assistência técnica. In: HENRY, Nelson B., org. Educação comunitária. Porto Alegre, Globo, 1965.
- GUIMARÃES, Mário Krueh. Crédito rural; enfoque de política agrária brasileira. São Paulo, 1974.
- FEDER, Ernest. Violencia y despojo del campesino: latifundismo y explotación. México, Siglo XXI, 1978.
- FINLAY, Keith W. Programa foraneo del CIMMYT. In: CIMMYT. Centro Internacional de Mejoramiento de Maiz y Trigo. Memoria; el mejoramiento del maiz a nivel mundial en la década del setenta y el papel del CIMMYT. El Batán, CIMMYT, 1974.
- FLORESCANO, Enrique, org. Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina (Simpósio de Roma). Mexico, Siglo XXI, 2e., 1978.
- HARRAR, J.G. Science and agricultural development. In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in third world; a report on the conference: science and agribusiness in seventies. Toronto DC, Heath and Co., 1975.
- HOBSBAWN, Eric. Un ejemplo de neofeudalismo: La convencion (Peru). In: SERENI, E. & ZANGHERI, R. Agricultura y desarrollo del capitalismo. Madrid, Alberto Corazon, 1974.
- HOLMBERG, Allan & DOBYNS, Henry F. The Cornell program in Vicos, Peru. In: WHARTON Jr., Clifton, org. Subsistence agriculture and economic development. Chicago, Aldine Publishing Co., 1970.
- HOLMES, Horace. Ensinando a auto-iniciativa aos camponeses asiáticos. In: HENRY, Nelson B., org. Educação comunitária. Porto Alegre, Globo, 1965.

- HOPPER, David W. World Food - Darkness and the light. In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in third world; a report on the conference: science and agribusiness in seventies. Toronto DC., Heath and Co., 1975.
- IANNI, Octavio. A formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- JOHNSTON, Bruce F. & KILBY, Peter. Agricultura e transformação estrutural; estratégias econômicas de países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- JULL, Morley A. Poultry husbandry. Nova York, McGraw-Hill, 1951.
- JULY, J.R.; PANETTA, J.R.; BOTTINO, J.A. Atualização em avicultura e ornitopatologia. São Paulo, Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, 1971.
- LAUSCHNER, Roque. Agroindústria cooperativa como agente de modernização da empresa rural. Rio de Janeiro, FGV, MA/SUPLAN, 1977.
- \_\_\_\_\_. Agroindústria y desarrollo. Santiago, Universidad de Chile, 1974; Porto Alegre, Sulina, 1980.
- \_\_\_\_\_. Estratégias de desenvolvimento agroindustrial na região sul do Brasil. Porto Alegre, FRH, 1976.
- LENIN. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Barcelona, Editorial Ariel, 1974.
- LOUREIRO, Maria Rita, org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1981.
- LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na Velha República. In: FAUSTO, Boris, coord. História geral da civilização brasileira. Brasil Republicano. Estrutura do poder e economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 3e., 1982.
- MAUCK, Wilfred. Os programas bilaterais americanos de educação comunitária: a Fundação Educacional Interamericana. In: HENRY, Nelson B., org. Educação comunitária. Porto Alegre, Globo, 1965.
- MATHIESON, William A.C. The emerging structure for world-wide support of agricultural research. In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in third world; a report on the conference: science and agribusiness in seventies. Toronto DC., Heath and Co., 1975.



- MENA, Antonio Ortiz. Agroindustry and the development of Latin America. In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in the third world; a report of the conference: science and agribusiness in seventies. Toronto DC., Heath and Co., 1975.
- MICHALET, Charles Albert. O capitalismo mundial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- MOLLARD, Ammedée. Paysans exploités. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1975.
- MORISSI, J. David. Agricultural modernization through production contracting. Nova York, Praeger, 1974.
- MYREN, Delbert T. The Rockefeller Foundation Program in corn and wheat in Mexico. In: WHARTON Jr., Clifton. Subsistence agriculture and economic development. Chicago, Aldine Publishing Co., 1970.
- NOHRA, Ruiz de Londoño & ANDERSEN, Per Pinstруп. Descripción de factores con bajos rendimientos de maíz en fincas pequeñas de tres departamentos de Colombia. In: CIAT, Cali, Série ES, nº 18, sept. 1975.
- ONU-FAO. A extensão rural na América Latina e Caribe. Roma, ONU-FAO, 1971.
- PAIVA, Miller; SCHATAN, Salomão; FREITAS, C.F.F. de. Sector agrícola do Brasil; comportamento econômico, problemas e possibilidades. São Paulo, Forense-USP, 2e., 1976.
- PARENTI, Michael. A cruzada anti-comunista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- PERCEVAL, Louis. Com os camponeses. Para uma agricultura moderna. Lisboa, Prelo, 1973.
- PINO, John A. Animal products in the world protein puzzle. In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in third world; a report on the conference: science and agribusiness in seventies. Toronto DC., Heath and Co., 1975.
- RAHIN, Syed A. The Comilla program in East Pakistan. In: WHARTON Jr., Clifton, org. Subsistence agriculture and economic development. Chicago, Aldine Publishing Co., 1970.
- RAMA, Ruth & VIGARITO, Raul. Transnacionales en América Latina; el complejo de frutas e legumbres en México. México, Editorial Nueva Imagem, 1980.

- REPUBLIQUE FRANÇAISE - Ministère de l'Agriculture. Service Central des Enquêtes. Graph-Agri/84. Annuaire de Graphiques Agricoles. Paris, SCEES, 1984.
- RIBEIRO, José Paulo & WHARTON Jr., Clifton. The ACAR Program in Minas Gerais, Brasil. In: WHARTON Jr., Clifton, org. Subsistence agriculture and economic development. Chicago, Aldine Publishing Co., 1970.
- \_\_\_\_\_. O Programa ACAR em Minas Gerais, Brasil. In: ARAUJO, Paulo F. C. de & SCHUH, G. Edward. Desenvolvimento da agricultura; educação, pesquisa e assistência técnica. São Paulo, Pioneira, Série Estudos Agrícolas, 1975.
- RICARDO, David. Princípios de economia política y tributacion. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.
- ROTSCHILD, K.W. El oligopolio y la teoria de los precios. In: HUNTER, Alex, org. Monopólio y competencia; textos escojidos. Madrid, Editorial Tecnos, 1974.
- ROY, Ewell Paul. Contract farming and economic integration. Danville, The Interstate Printer and Publishers, Inc., 1972.
- SANTOS, José Vicente. Colonos do vinho. São Paulo, Hucitec, 1978.
- SAYLOR, R.G. Análise custo/benefício social dos serviços de pesquisa e extensão agrícola em áreas cotonicultoras da Tanzânia Ocidental. In: ARAUJO, Paulo F.C. de e SCHUH, G. Edward. Desenvolvimento da agricultura; educação, pesquisa e assistência técnica. São Paulo, Pioneira, Série Estudos Agrícolas, 1975.
- SCHULTZ, Theodore W. A transformação da agricultura tradicional. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- SHANIN, Theodoro; HUMPREY, John et alii. Trabalho e dominação. São Paulo, Brasileira de Ciências; Petrópolis, Vozes, 1980. Estudos CEBRAP, nº 28.
- SILVA, Sérgio. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: SINGER, Paul et alii. Capitalismo e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, Col. Estudos Brasileiros, nº 7, 1977.
- SORJ, Bernardo et alii. Camponeses e agroindústria; transformações sociais e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- UNITED NATIONS CENTER ON TRANSNATIONAL CORPORATIONS. Transnational corporations in food and beverage processing. Nova York, U.N., 1980.

USDA-ARPAC. Basic problems of poultry research; research needs rated by a balloting system. Kansas City, ARPAC-USDA, Jul. 1975.

WELLHAUSEN, E.J. Problems and progress in the acceleration of maize production in the tropics". In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. Agricultural initiative in the third world; a report on the conference: science and agribusiness in seventies. Toronto DC., Heath and Co., 1975.

WOLF, Eric. Las luchas campesinas del siglo XX. México, Siglo XXI, 1975.

YEGANIANZ, Levon. Effective interaction of national research systems and international centers. In: Yogyakarta workshop on increasing the productivity and impact of agricultural research. Gadjaja Mada University, Yogyakarta, 1980.

## 2 - REVISTAS

AGRICULTURA HOJE, Rio de Janeiro, Bloch Editores, ano 2, nº 21, dez.1976.

AVICULTURA INDUSTRIAL, São Paulo, Gessulli Editores, nº 844, abr. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 845, maio 1980.

\_\_\_\_\_, nº 846, jun. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 847, jul. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 849, set. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 850, out. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 851, nov. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 852, dez. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 853, jan. 1981.

\_\_\_\_\_, nº 856, abr. 1981.

\_\_\_\_\_, nº 857, maio 1981.

\_\_\_\_\_, nº 859, jul. 1981.

\_\_\_\_\_, nº 865, jan. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 866, fev. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 867, mar. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 868, abr. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 873, out. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 876, dez. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 879, mar. 1983.

\_\_\_\_\_, nº 880, abr. 1983.

\_\_\_\_\_, nº 881, maio 1983.

\_\_\_\_\_, nº 883, jul. 1983.

\_\_\_\_\_, nº 884, ago. 1983.

\_\_\_\_\_, nº 889, jan. 1984.

\_\_\_\_\_, nº 890, fev. 1984.

\_\_\_\_\_, nº 891, mar. 1984.

\_\_\_\_\_, nº 895, jul. 1984.

CIMMYT. CIMMYT Review. El Batan, números relativos a 1978 e 1979.

DIRIGENTE RURAL, Rio de Janeiro, Grupo Visão, v.5, nº 6, mar. 1966.

\_\_\_\_\_, v.6, nº 3, dez. 1966.

\_\_\_\_\_, v.19, nº 5, maio 1980.

ESTUDIOS RURALES LATINOAMERICANOS, Bogotá, v.2, nº 2, maio-ago. 1979.

REVISTA EXAME, São Paulo, Abril, nº 204, jul. 1980.

O FRANGO, Lajeado, Coopave, nºs. 5-6, nov.-dez. 1981.

A GRANJA AVÍCOLA. Suplemento de A Granja, Porto Alegre, Centauro, nº 289, fev. 1972.

\_\_\_\_\_, nº 389, jul. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 13, maio 1980.

\_\_\_\_\_, nº 14, abr. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 23, mar. 1981.

\_\_\_\_\_, nº 25, maio 1981.

\_\_\_\_\_, nº 26, jun. 1981.

\_\_\_\_\_, nº 37, maio 1982.

\_\_\_\_\_, nº 45, jun. 1983.

\_\_\_\_\_, nº 52, ago. 1983.

\_\_\_\_\_, nº 53, set. 1983.

\_\_\_\_\_, nº 55, nov. 1983.

\_\_\_\_\_, nº 56, dez. 1983.

REALIDADE AGROAVÍCOLA, São Paulo, William Editores, nº 1,  
dez. 1978.

\_\_\_\_\_, nº 14, jan. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 25, dez. 1980.

\_\_\_\_\_, nº 28, mar. 1981.

\_\_\_\_\_, nº 32, jun. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 40, mar. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 41, abr. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 42, maio 1982.

\_\_\_\_\_, nº 43, jun. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 45, ago. 1982.

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, v.1, nº 3,  
jul.-set. 1981.

SUINOCULTURA INDUSTRIAL, São Paulo, Gessulli Editores, nº  
4, 1980.

\_\_\_\_\_, nº 39, dez.-jan. 1982.

\_\_\_\_\_, nº 47, set. 1982.

## 3 - BOLETINS E CIRCULARES

BOLETIM ANFAR, São Paulo, Associação Nacional dos Fabricantes de Rações, jan.-fev. 1982.

\_\_\_\_\_, mar. 1982.

\_\_\_\_\_, abr.-maio 1982.

\_\_\_\_\_, ago.-set. 1982.

\_\_\_\_\_, ago. 1984.

## 4 - JORNAIS

AVICULTURA BRASILEIRA, São Paulo, Lauriston von Schmidt, nº 210, 28.1.80.

\_\_\_\_\_, nº 216, 17.3.80.

\_\_\_\_\_, nº 218, 31.3.80.

\_\_\_\_\_, nº 220, 21.4.80.

\_\_\_\_\_, nº 231, 07.7.80.

\_\_\_\_\_, nº 232, 14.7.80.

\_\_\_\_\_, nº 242, 22.9.80.

\_\_\_\_\_, nº 245, 13.10.80.

\_\_\_\_\_, nº 247, 27.10.80.

\_\_\_\_\_, nº 251, 24.11.80.

\_\_\_\_\_, nº 254, 15.12.80.

\_\_\_\_\_, nº 255, 22.12.80.

\_\_\_\_\_, nº 257, 19.1.81.

\_\_\_\_\_, nº 258, 23.3.81.

\_\_\_\_\_, nº 266, 30.3.81.

\_\_\_\_\_, nº 267, 06.4.81.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, edição de 17.5.85.

CORREIO DO POVO. Suplemento rural, Porto Alegre, 21.8.81.

\_\_\_\_\_, 23.10.81.

\_\_\_\_\_, 31.08.82.

GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 8.9.81.

LE MONDE. Bilan Économique et Social, 1982. Paris, Le Monde, Suplement aux dossiers et documents du monde, jan. 1983.

A N E X O S



Anexo 1.1 - Empréstimos do Banco Mundial por região: América Latina e Caribe - 1964/1975

(em milhões de dólares)

ANOS	Média anual 1964-68	Média anual 1969-73	1973	1974	1975
Agricultura	46,6	109,2	256,4	223,5	422,0
Outros setores, inclusive agri- cultura	310,4	706,4	684,9	923,2	1.215,0
%	100,0	228,0	221,0	300,0	391,0

Fonte: Banco Mundial. Informe anual 1975 - Washington, Banco Mundial, p.24.

Anexo 1.2 - Empréstimos do Banco Mundial por região: Ásia Meridional - 1964/1975

(em milhões de dólares)

ANOS	Média anual 1964-68	Média anual 1969-73	1973	1974	1975
Agricultura	25,2	108,1	93,1	150,0	400,0
Outros setores, inclusive agri- cultura	256,1	479,5	745,6	657,9	1.189,6
%	100,0	187,0	291,0	257,0	465,0

Fonte: Banco Mundial. Informe anual 1975 - Washington, Banco Mundial, p.42.

Anexo 1.3 - Empréstimos do Banco Mundial por região: Oriente e Pacífico - 1964/1975

(em milhões de dólares)

ANOS	Média anual 1964-68	Média anual 1969-73	1973	1974	1975
Agricultura	28,8	88,2	113,5	189,5	193,0
Outros setores, inclusive agri- cultura	110,8	381,6	546,5	703,9	976,4
%	100,0	344,0	493,0	635,0	881,0

Fonte: Banco Mundial. Informe anual 1975 - Washington, Banco Mundial, p.48.

Anexo 1.4 - Empréstimos do Banco Mundial por região: Europa, Oriente Médio e Norte da África

(em milhões de dólares)

ANOS	Média anual 1964-68	Média anual 1969-73	1973	1974	1975
Agricultura	14,7	111,2	209,4	184,0	395,3
Outros setores, inclusive agri- cultura	179,4	581,2	832,5	1.321,5	1.434,2
%	100,0	324,0	464,0	737,0	799,0

Fonte: Banco Mundial. Informe anual 1975 - Washington, Banco Mundial, p.52.

NB - Países europeus beneficiados pelos empréstimos: Espanha, Finlândia, Grécia, Irlanda, Portugal, Romênia, Yugoslávia.

Anexo 1.5 - Empréstimos do Banco Mundial por região: África Ocidental (1964-1968)

(em milhões de dólares)

ANOS	Média anual 1964-68	Média anual 1969-73	1973	1974	1975
Agricultura	3,6	30,6	39,7	81,0	323,0
Outros setores, inclusive agri- cultura	59,6	177,5	176,6	281,7	424,2
%	100,0	298,0	296,0	473,0	712,0

Fonte: Banco Mundial. Informe anual 1975 - Washington, Banco Mundial, p.30.

Anexo 1.6 - Empréstimos do Banco Mundial por região: África Oriental - 1964-1975

(em milhões de dólares)

ANOS	Média anual 1964-68	Média anual 1969-73	1973	1974	1975
Agricultura	5,3	54,5	145,6	120,9	124,2
Outros setores, inclusive agri- cultura	70,3	214,0	341,9	408,4	656,4
Σ	100,0	304,0	486,0	581,0	934,0

Fonte: Banco Mundial. Informe anual 1975 - Washington, Banco Mundial, p.36.

Anexo 1.7 - Amostragem das fontes e destinação de recursos do Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo - CIMMYT - Anos selecionados

I - SOURCES OF SUPPORT FOR 1969

<u>General Support</u>	<u>Dollars</u>
- The Ford Foundation .....	730.000
- The Rockefeller Foundation .....	730.000
- USAID .....	425.000
- Sales and overhead from special programs ...	<u>87.000</u>
Total .....	1.972.000

Restricted Grants and/or Contracts

Ford Foundation

66.446A - West Pakistan Wheat Improvement - 2 years - begining April 24-1968 .....	360.000
68.848 - Maize and Wheat Program - United Ara be Republic, and North Africa - 2 years - begining september 10-1968	293.000
68.880 - Maize and Wheat Improvement Programs Argentina - 2 years begining - September - 68 .....	96.400
65.345 - Maize Program - Unit Arabe Republic 1 year - begining October 1968 .....	94.900
Special Projects in Mexico - November 1968 - through September 1969 ..	23.140

The Rockfeller Foundation

- Puebla Pilot Program - 1969 Calendar year ..	86.890
- Central America and Caribbean Crop - Project 1969 - Calendar year .....	15.000

- Wheat Project, Davis, California, 1969 .....	40.000
- East Africa Maize Improvement Project - Jan/ Jun 1969 .....	8.530
- 66-074 - Towards cost of headquarters in Me- xico (Balance in grant as of December 31, 1968) .....	2.310.000
- Protein Quality Laboratory, 1969 .....	45.065
- 69-994 - 12223 - International Potato Pro- gram, 1969 .....	42.000
- 68051 - West Pakistan Potato Program, 3 years begining June 1968 .....	130.000

#### USAID

- Weat Program, Tunisia and Morocco, contract Nº AID/ap. 573 - June 1968 to June 1970 .....	337.000
--	---------

Fonte: CIMMYT - Repport 1968-69. México, CIMMYT, 1969. p.  
122.

## II - SOURCES OF SUPPORT FOR 1970

### General Support

- The Ford Foundation .....	750.000
- The Rockefeller Foundation .....	750.000
- USAID .....	525.000
- Sales and overhead from special grants .....	<u>83.775</u>
Total .....	2.108.775



Restricted grants and/or contractsa) Ford Foundation

- 66-446A - West Pakistan Wheat Improvement - 2 years - begining April 68 - Renewal in process .....	360.000
- 68-848 - Maize and Wheat Program - United Arabe Republic and North Africa - 2 years, begining September 68 - Renewal process .....	293.000
- 68-880 - Maize ans Wheat Improvement Program Argentina - 2 years, begining September/68 - Renewal in process .....	96.400
- 65-345 - Maize Program - United Arabe Republic - 2 years, begining October 68 .....	94.900

b) The Rockefeller Foundation

- Puebla Pilot Program - 1970 .....	86.110
- Central America and Caribbean Crop Project 1970 .....	7.500
- Wheat Project, Davis, California - 1970 ....	37.000
- 66-074 - Towards costs of head quarters in Mexico (Balance in grant as of December 31, 1969) .....	2.200.000
- Protein Quality Laboratory - 1970 .....	47.000
- 69-946-12223 - International Potato Program 1970 .....	69.500
- 68-051 - West Pakistan Potato Program - 3 years begining June 1968 .....	130.000
- Masters Degree Scholarship Program, 2 years, begining January 1970 .....	80.000
- Post Doctoral Program in Entomology - 1 year - 1969 .....	12.500
- Study of daulength insensitivity in wheat - 1970/71 .....	15.000

- In Service training for Middle - East Scholar 1970 .....	9.000
- Proofreading maize and wheat bibliographies and compiling lists of Latin American Agricultural - Journals - 1 year - 1970 .....	15.000
- Support of special committees on preservation of maize and wheat germ plasm, 1 year .	13.800
- Costs of two conferences related to accelerating production by the small farmer - 1 year, beginning July 1970 .....	24.600
- In service training for wheat scientist from Turkey, 1 year, July 1970 .....	15.000

PNUD - ONU

- Development and utilization of high - lysine corn - 3 years, beginning march, 1970 .....	1.543.000
--	-----------

USAID

- Wheat Program - Tunisia and Marocco - contract Nº AID/A/r. 573 - from June 68, to June 70 - Renewal in process .....	337.000
--	---------

Fonte: CIMMYT - 1969/70 - Report on progress toward increasing yields of maize and wheat. Mexico, CIMMYT. p. 137.

III - FINANCIAMENTO DO CIMMYT - 1972

1 - Fundos básicos sem restrição:	US\$
- Governo da Dinamarca .....	100.000
- Fundação Ford .....	1.033.000
- BIRD .....	1.000.000
- Fundação Rockefeller .....	750.000

- USAID .....	1.090.000
- Projetos especiais e vendas .....	<u>325.000</u>
Sub-total .....	4.298.000

2 - Fundos básicos restritos - gastos atuais:

- Qualidade proteica do milho - projeto global 1 - PNUD .....	407.000
- Investigacion en triticales - Governo Canadense (CIDA) .....	260.000
- Plan Puebla (Mexico) - F. Rockefeller .....	77.000
- Proyecto de trigo de invierno, F. Rockefeller	20.000
- Donativos especiales, F. Rockefeller .....	<u>45.000</u>
Sub-total .....	809.000

3 - Programa Foraneo, gastos actuales (financiados por donativos especiales de los patrocinadores enlistados):

a) Trigo:

- Nor Africa - Fundação Ford .....	445.000
- Turquia - Fundação Rockefeller .....	73.000
- Nor Africa - USAID .....	76.000

b) Maiz:

- Egito - Fundação Ford .....	26.000
- Zaire - Governo do Zaire .....	233.000
- Nepal, USAID .....	27.000

c) Mayz y trigo:

- Argentina - Fundação Ford .....	35.000
- Pakistão - Fundação Ford .....	105.000

## d) Treinamento:

- BID .....	91.000
- Mestrado .....	19.000
- Vários - Fundação Ford .....	50.000
- Vários - outros .....	<u>69.000</u>
Sub-total .....	1.249.000
4 - Programa de Papa - Fundação Rockefeller ...	<u>139.000</u>
Sub-total .....	139.000
Total Geral .....	6.495.000

Fonte: CIMMYT - Informe anual del CIMMYT - 1972 - sobre mejoramiento de maiz y trigo - Mexico, El Batan, CIMMYT, p.155.

## IV - SOURCES AND APPLICATION OF FUNDS - CIMMYT - 1973

## 1 - Core unrestricted Income

- USAID .....	1.500.000
- BIRD .....	1.334.000
- Ford Foundation .....	750.000
- Rockefeller Foundation .....	750.000
- Government of West Germany .....	451.000
- Administrative charges and miscellaneous income .....	468.000

## 2 - Core Restricted Income

- Qualidade proteica milho - PNUD-ONU .....	493.000
---	---------

- Triticale Research Project - CIDA .....	331.000
- Puebla Project - Fundação Rockfeller .....	118.000
- Research on low temperature tolerant sorguns CIDA .....	12.000
3 - Special Projects Income	
- Ford Foundation: Projects in Algeria, Argentina, Egypt, Lebanon, Pakistan, Tanzania, Tunisia and Miscellaneous Training .....	997.000
- USAID - Projects in Marocco and Nepal, and miscellaneous training .....	248.000
- Programme National Maiz - Zaire - Government of Zaire .....	219.000
- The Rockfeller Foundation - Projects in Central America, Mexico, Pakistan, Turkey .....	154.000
- CIDA - International Triticale Workshop in Mexico, compertes equipment .....	56.000
- BID - Training in wheat and maize .....	55.000
- Pardue University - Maize - Symposium in Mexico .....	14.000
- International Institut of Tropical Agricultural (IITA) - Project in Tanzania .....	7.000
- Training grants from 7 donors .....	55.000
Total income .....	8.012.000

Fonte: CIMMYT - CIMMYT Report on Wheat Improvement - 1973.  
México, CIMMYT, p.113.

V - 1975 - CIMMYT SOURCES AND APPLICATION OF FUNDS -  
(in US\$ Thousands)

	US\$
<u>Core Unrestricted Income</u>	<u>6.048</u>
- Inter American Development Bank (BID) .....	1.786
- US Agency for International Development (USAID) .....	1.765
- The Ford Foundation .....	650
- The Rockefeller Foundation .....	625
- Government of West Germany .....	303
- Government of Denmark .....	150
- Overseas Development Ministry (UK) .....	110
- United Nation Environment Programme .....	70
- Institute Mondial du Phosphate .....	10
- Administrative charges and misc income .....	579
 <u>Core Restricted Income</u>	 <u>1.758</u>
- United Nation Development Program (UNDP) ...	1.018
- Canadian International Development Agency (CIDA) .....	562
- Inter-American Development Bank (BID) .....	121
- International Development Research Centre (Ca nadá) .....	55
 <u>Special Projects Income</u>	 <u>1.419</u>
- Ford Foundation .....	714
- Interamerican Development Bank (BID) .....	167
- The Rockefeller Foundation .....	128
- Government of Zaire .....	111

	410
- International Institute of Tropical Agriculture (IITA) .....	99
- Training grants from 13 donors .....	80
- International Potato Center (CIP) .....	75
- U.S. Agency for International Development (USAID) .....	38
- International Development Research Centre (Canadá) .....	7
 Total Income .....	 9.223
 <u>Core Operating Costs</u> .....	 <u>7.568</u>
- Wheat .....	1.638
- Maize .....	1.464
- Training .....	856
- Experiment station .....	758
- Information services and library .....	428
- Economics .....	200
- General services laboratories .....	105
- Statistical services .....	75
- Conferences .....	52
- Administration .....	899
- General operations .....	697
- Indirect costs .....	299
- Capital acquisitions .....	97
 <u>Special Projects Expenses</u> .....	 <u>1.550</u>
- Direct expenses .....	1.328
- Administrative charges .....	222

<u>Total Expenses</u> .....	9.118
- Reimbursements to donors and unexpended balances .....	105
<u>Total Expenses, Reimbursements and Balances</u> ..	<u>9.223</u>

Fonte: Centro Internacional de Mejoramiento del Mayz y del Trigo. CIMMYT Review - 1976. Mexico, El Batan, 1976. p.117.

#### VI - 1977 - CIMMYT INCOME AND EXPENDITURES - IN THOUSAND

1) Core Unrestricted Income	US\$
- CIDA .....	1.048
- Denmark .....	179
- Federal Rep. of Germany .....	437
- Ford Foundation .....	350
- BID .....	2.620
- BIRD .....	150
- IRAN .....	350
- Rockefeller Foundation .....	400
- Saudi Arabia .....	150
- United Kingdom .....	284
- USAID .....	<u>2.600</u>
Sub-total .....	8.568
2) Core Restricted Income	
- CIDA (Andean Region and East Africa) .....	533



- Federal Rep. of Germany (Collaborative Research) .....	36
- Japan (Wheat Patology) .....	150
- Netherlands (wheat disease surveillance) ...	219
- Switzerland (Central American and Caribbean Maize) .....	154
- PUND/ONU (Quality protein maize and East Africa economics) .....	1.490
- Unexpended balance from previous year .....	<u>152</u>
Sub-total .....	2.734

### 3) Extra Core grants and cooperating projects income

- CIDA (Peru) .....	18
- Federal Rep. of Germany (Training) .....	79
- Ford Foundation (projects in North Africa, Pakistan and miscellaneous training) .....	330
- BID (Training) .....	40
- International development research centre (triticale abstracts and ICRISAT sorghum project) .....	42
- International Potato Center (Regional research) .....	69
- Norwegian Agency for International Development (training) .....	29
- Rockefeller Foundation (Turkey) .....	8
- USAID (Projects in Nepal, Pakistan, Guatemala, Tanzania, Zaire and miscellaneous training) .....	441
- Zaire Government (National project of maize)	151
- Training and other miscellaneous grants ....	78
- Inexpended balance from previous year .....	19

- Earned income (not included else where) ....	<u>100</u>
Sub-total .....	1.304
Total Income .....	12.706

Fonte: The International Mayze and Wheat Improvement Center. CIMMYT Review, 1978. Mexico, El Batan, p. 137.

Anexo 3.1 - Quadro demonstrativo das empresas controladoras do material genético da avicultura -  
Brasil - (situação de 1980-81)

NOME DA EMPRESA	GRUPO EMPRESARIAL PRO PRIETÁRIO DA LINHAGEM	LINHAGENS			ESTADO	DISTRIBUIÇÃO
		CORTE	POSTURA	PERU (CORTE)		
Arbor Acres S/A Avicultura	Arbor Acres Farm - Glastonbury, USA.	Harco	Arco (vermelhos)		Rio Cla- ro - SP	Brasil e Améri- ca Latina
Big Biras S/A Produtos Avícolas	Big Birds - Inc. - USA	Corbbertt Ross			Tatui- SP	Brasil e Améri- ca Latina
Cobb do Brasil Avicul- tura e Comércio Ltda.	Cobb Inc. Concord, Mass-USA (subsidiária da UPOohn)	Cobb			Mogi Mi- rim-SP	Idem
Coop. Central Agrícola de São Paulo	Representante para a A.La- tina da Babcock		Babcock B-380		São Pau- lo - SP	Brasil
Cooper. Agríc. de Cotia - Cooperativa Central	Euribrid-European Hybrid Breeding Co. Holanda	Hybro	Hisex brown Hisex white		São Pau- lo - SP	Distrib. exclu- sivo p/Brasil
Dekalb Agrícola do Brasil Ltda.	Dekalb Ag. Research Inc. Illinois-EUA		K-163 (br.) XL-Link (br.) Dekalb Warren		Campina - SP	Brasil e Améri- ca do Sul
Granja Eldorado Agro- Avícola	Poultry Breeders Union Lt. Tel-Aviv - Israel	Anak	Yaniv (ovos brancos)		Valinhos - SP	Brasil
Organização Avícola Goto Ltda.	Organização Avícola Goto Japão		Goto 360 (vern.)		Tatui - SP	Idem
Granja Guanabara S/A Brasileira	Granja Guanabara S/A Brasileira	G-210	G-307 (br.) G-505 (vern.)		Rio de Ja- neiro-RJ	-
Granja H e N do Brasil Ltda.	H e N - Pfizer	Meat Nick	Brown Nick (vern) Nick Chick (br.)		Salto-SP	Brasil
Granja Ito Ltda.	Hy Line International Indian River-USA	I. River Hy Line	Hy Line (br.) LSL (br.)		S. André/ Camp.-SP	Brasil e Améri- ca Latina
Granja Resende SA	Hubbard Farms-divisão da Merck Sharp Dohme-USA	Hubbart Peterson			Uberlân- dia-MG	Brasil
Sadia Agropastoril Ltda. Hybrid Agropastoril Ltda.	Pilch's Poultry Breeding Farms Inc-USA Kennedian Turreys Coop. Canadá	Pilch		Peru Sadia	F. dos Gue- ses - SC F. dos Gue- ses - SC	Brasil e Améri- ca Latina Brasil
Shaver Avicultura Ltda.	Shaver Poultry Breeding Farms - Canada	Starbro	Starcross 288 (br.)		São Pau- lo - SP	Brasil
Isa Avícola Ltda.	Isa - França	Vodeto/ babc.				Brasil e Améri- ca Latina
Thompson Corp. do Brasil Ind. Com. Av. Ltda.		Duplo peito			Mogi Mi- rim-SP	Brasil

Anexo 3.2 - Produção mensal de matrizes de corte - 1977-1984

M Ê S	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Janeiro	476.377	520.393	665.664	796.528	1.026.460	808.354	750.425	725.637
Fevereiro	464.380	506.605	605.508	797.659	1.020.930	893.707	783.012	698.825
Março	474.979	608.965	634.940	918.514	1.056.485	1.010.099	985.902	807.461
Abril	415.548	583.874	634.046	983.248	958.285	910.446	903.255	
Maiο	549.305	599.340	608.730	1.002.066	1.004.638	921.531	897.350	
Junho	517.401	585.940	705.475	1.015.832	970.510	859.284	939.510	
Julho	555.803	601.523	726.934	1.083.514	883.672	1.011.850	959.975	
Agosto	594.731	633.163	817.557	1.063.277	891.981	993.449	946.193	
Setembro	527.882	648.985	875.099	1.160.782	1.094.681	918.417	982.318	
Outubro	550.295	637.520	884.373	1.156.367	1.065.730	903.782	798.955	
Novembro	552.480	674.938	798.273	1.983.415	986.617	1.082.509	844.908	
Dezembro	631.607	737.341	811.610	1.044.110	967.570	872.332	759.579	
T O T A L	6.310.788	7.312.427	8.768.209	13.005.312	11.962.146	11.185.860	10.551.382	

Fontes: Para 1980/81/82 - UBA - União Brasileira de Avicultura. In Agricultura Industrial, São Paulo, Gessulli Editores, ano 73, nº 880, abr.83. p.25.

Para 1983 - Avicultura Industrial, ano 74, nº 890, fev.84. p.43.

Para 1984 - Avicultura Industrial, ano 74, nº 894, jun.84. p.45.

Para 1979 - Realidade Agro-Avícola, São Paulo, Willian Ed., ano IV, nº 26, jan.81. p. 54.

Para 1977/78 - Idem, ano 2, nº 4, mar.79. p.14.

Anexo 3.3 - Produção mensal de matrizes - ovos brancos (postura)

M E S	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Janeiro	31.458	28.560	48.270	33.967	32.310	53.003	51.800	36.900
Fevereiro	28.520	41.430	47.052	71.052	42.000	51.260	17.464	32.000
Março	28.966	38.419	48.360	57.793	93.350	52.402	20.050	57.318
Abril	34.380	50.520	37.276	53.267	64.320	55.620	30.900	
Maio	48.360	56.232	52.480	48.499	66.310	68.188	31.500	
Junho	41.668	82.972	42.034	50.893	70.390	58.745	41.890	
Julho	34.040	41.370	54.750	45.317	66.971	65.600	63.340	
Agosto	32.096	50.300	68.378	74.970	73.970	43.578	56.100	
Setembro	63.332	48.365	59.734	58.562	50.370	50.730	30.200	
Outubro	59.034	43.088	45.070	63.282	56.780	53.738	41.990	
Novembro	33.960	47.700	26.290	50.651	50.998	53.630	31.480	
Dezembro	35.690	27.900	16.002	49.143	66.940	32.000	50.530	
T O T A L	471.504	556.848	545.808	657.329	734.709	638.497	467.244	

Fontes: Para 1980/81/82 - UBA - União Brasileira de Avicultura. In Agricultura Industrial, São Paulo, Gessulli Editores, ano 73, nº 880, abr.83. p.25.

Para 1983 - Avicultura Industrial, ano 74, nº 890, fev.84. p.43.

Para 1984 - Avicultura Industrial, ano 74, nº 894, jun.84. p.45.

Para 1979 - Realidade Agro-Avícola, Willian Ed., ano IV, nº 26, jan.81. p.54.

Para 1977/78 - Idem, ano 2, nº 4, mar.79. p.14.

Anexo 3.4 - Produção mensal de matrizes - ovos vermelhos (postura) - 1977-1984

M E S	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Janeiro	3.800	16.860	28.760	28.815	5.210	15.061	14.061	25.984
Fevereiro	12.942	19.611	26.000	25.800	4.256	17.746	10.760	25.490
Março	5.550	14.260	6.610	15.360	1.169	18.137	22.400	14.506
Abril	5.443	14.417	43.417	14.539	10.213	8.500	20.365	
Mai	13.200	22.080	25.832	29.833	13.871	14.450	21.800	
Junho	20.122	25.860	25.245	27.581	25.522	23.865	18.878	
Julho	13.020	5.980	27.090	16.581	30.929	15.135	27.595	
Agosto	15.125	5.120	30.553	26.533	21.130	30.007	15.356	
Setembro	17.466	10.175	13.618	12.072	34.475	40.006	18.269	
Outubro	15.834	20.096	23.061	14.969	23.069	38.960	11.900	
Novembro	14.480	23.630	26.817	31.834	20.413	20.260	4.000	
Dezembro	5.348	31.480	20.915	27.076	38.650	23.132	18.070	
T O T A L	142.380	209.549	297.912	270.993	228.905	269.259	203.718	

Fontes: Para 1980/81/82 - UBA - União Brasileira de Avicultura. In Avicultura Industrial, São Paulo, Gessull Ed., ano 73, nº 880, abr.83. p.25.

Para 1983 - Avicultura Industrial, ano 74, nº 890, fev.84. p.43.

Para 1984 - Avicultura Industrial, ano 74, nº 894, jun.84. p.45.

Para 1977/78 - Idem, ano 2, nº 4, mar.79. p.14.

Anexo 3.5 - Distribuição espacial do complexo avícola - Situação de 1980/81

ESTADOS E MUNICÍPIOS	INCUBATÓRIOS		PRODUTOS DE MATRIZES	FABRICAÇÃO DE RAÇÃO	DISTRIBUIÇÕES DE RAÇÃO	PRODUTOS VETERINÁRIOS	
	PINTOS CORTE	PINTOS POSTURA				REPRESENTANTES	FABRICANTES
SANTA CATARINA							
Blumenau	...			....	.....		
Chapecó	..			.	...		
Concórdia	.			..	..		
Crisciúma	..						
Fachinal dos Guedes	.				.		.
Florianópolis				.	.		
Herval do Oeste	.						
Imbituba	.				.		
Itajai							
Itapiranga	.			.	.		
Jaraguá do Sul	.				.		
Joinville	.						
Lages	.						
Ponte Alta do Sul	.						
Porto União	.				.		
São Lourenço do Oeste					.		
Tubarão	.			.	.		
Videira	.			.	.		
Xanxerê	.			.	.		
Xaxim	.						
RIO DE JANEIRO							
Barra Mansa	..				..		
Bom Jardim	.						
Campo Grande	.				.		
Campos					.		
Itaboraí							
Jacarepaguá							







Lucélia					...			
Marília					.....			
Mirandópolis								
Mirassol								
Mococa					.			
Mogi das Cruzes	..	.....		.	....	.		
Mogi Mirim	.		..					
Monte Mor	.							
Morungaba					.			
Nova Odissia					.			
Olimpia					.			
Ourinhos					...			
Penápolis					.			
Pinhal					.			
Piracicaba					..			
Pirajuí					.			
Pirassununga					.		.	
Piranguenas					.			
Presidente Prudente					.		.	
Promissão					.			
Registro					.			
Ribeirão Preto	.							
Rio Claro	....	.	.		....			
Ribeirão Preto	..	.		..	.....	....	..	
Salto	.	..	.					
Sta. Rita P. Quatro					.			
Santo André	.		.					
São Carlos					.			
São José dos Campos					.			
S. J. Rio Pardo					.			
S. J. Boa Vista	.				.		.	
S. J. Rio Preto					...		.	
São Manuel	.							
São Paulo	.....	....	....	.....	.....	....	.....	.....
São Roque					.			
Serra Negra					.			
Sertãozinho	..							
Sumaré	.				.			
Tagui					.			
Tapiratiba	.							
Tatuí	.	.	..					



BAHIA

Conceição da Feira	.		.	.
Feira de Santana		..	....	..
Itabuna			.	
Irecê	.	.		
Jequié				
Mata de S. João	.			
Salvador	.		.....	.....
Ipiaú			.	

---

CEARÁ

Fortaleza	.....	..	.....	.....	.....
Maranguape	...		.	.	
Pacajus	.				

---

PERNAMBUCO

Belo Jardim	.				
Carpina		.	.	.	
Caruaru	...				
Olinda	..		.	.	
Pandalho			.	.	
Recife	.....	..	...	....	.....
São Bento do Una	..	.			
São L. da Mata			.	.	

---

SERGIPE

Aracajú	.		.	...	.
---------	---	--	---	-----	---

---

ESPÍRITO SANTO

Afonso Cláudio				.	
Aracruz				.	
Cachoeiro de Itapemirim			.	..	
Castelo				.	
Cariacica				.	
Vila Velha	.				.
Vitória					
Sta. Tereza				.	
Domingos Martins	..	..		.	
Iconha				.	

---

Maceio  
Olho D'água das F.  
Palmeira dos Índios

PARÁ  
Belém  
benevides  
Castannal  
Stª I. do Pará  
Santarém

PARAÍBA  
Campina Grande  
João Pessoa

PIAUI  
Terezina

RIO GRANDE DO NORTE  
Natal

DISTRITO FEDERAL  
Brasília

GOIÁS  
Anápolis  
Goiânia  
Itumbrara

MATO GROSSO DO NORTE

MATO GROSSO DO SUL  
Campo Grande  
Dourados

MARANHÃO  
São Luis

ACRE  
Rio Branco

---

AMAPÁ  
Macapá

---

AMAZONAS  
Manaus

---

Fontes: Realidade Agroavícola, ano III, nº 25, dez.80.  
Jornal Avicultura Brasileira. Números relativos a 1980-81.

N. E. : Nestes dados não estão incluídos os criadores de aves que fabricam suas próprias rações.







Saborosa - Raç. Saborosa Ind. e Com.	x							x
Sania								xx xxx
Samrig - S/A Moinhos R. Grandense								x
São Cristóvão - Moinho S. Cristóvão Ltda.								x
Sipal - Sipal S/A Ind. Com. e Agr.								x
Socil - Socil Propecuária S/A	x			xx	x			x
Suely - Suley Rações S/A								x
SulBrasil-Coop. Central Agroc. SulBrasil								x
Sunivit - Moinho Cruzeiro do Sul								x
Supranor-Sup. Raç. Nordeste Ind. Com.								x
Distribuidores ou Produtores sem especificação	.	x.	... x xx x	x.	.. ... xx	xxx.		xx xxx xx xxx x.

Fontes: Realidade Agroavícola. Index 1980-1981, ano III, nº 25, dez.80.

N.B.: O primeiro nome da relação das empresas indica a marca do produto e o segundo o nome da empresa.

Símbolos: x indica fábrica

. indica filial, representante ou distribuidor.

Anexo 3.7 - Quadro demonstrativo do controle da produção de antibióticos, biológicos, desinfetantes, endoparasiticidas e raticidas, suplementos para rações (Situação de 1980-1981)

E M P R E S A S	P R O D U T O S	B I O L Ó G I C O S			D E S I N F E T A N T E S	E N D O P A R A S I T A S		Q U I M I O T E R Á P I C O S	R A T I C I D A S	S U P L E M E N T O P A R A R A Ç Õ E S
		A N T I B I O T Í C O S	A N T Í G E N O S	D I L U E N T E S		V A C I N A S	A N T I C O C C I - D I A N O S			
ALFA - Lab. Alfa Connaght do Brasil S/A		x					x	x.		x
AMICIL S/A - Ind. Com. e Imp.		x					x	x..		x
ANDROMACO - Lab. Anaromaco S/A								x.		
Bayer do Brasil S/A					x				x	x
Instituto Biológico de São Paulo			x							x.
Lab. Bio-Vet. Ltda.			x	x..			x	x		x
Lab. Bravet Ltda.										
Ceva do Brasil Prod. Vet. S/A			x...					x		x.
Chemitec Div. Quime Tec. do J.B. Duarte					x..		x			x..
Ciba Geigy Química S/A					x.	x		x	x	
Codelma Alimentos Ltda.					x					

Cooper - Lab. Wellcome S/A		x						
Cosmos Defensivos Ltda.								x
Cynamid Química do Brasil Ltda.	x		x	x	x	x		
Dayo Ind. Química Ltda.			x					
Diamond Sharmick do Brasil Ltda.								x
Lab. Norwich Eaton Ltda.	x		x.		x			x
Elanco Química Ltda.	x.			x	x			
Ind. Quím. Espargiria Ltda.								x
Lab. Fama Ltda.	x		x..		x			
Farmitalia-Montedison Farmacêutica S/A (Carlo Erba-Farmitalia)	x		x		x	x		x
Fatec Química Ind. S/A	x..		x.	x	x	x..		x...
Ind. Farm. Fontoura Wyeth S/A	x..				x			x
Lab. França Ltda.			x					
Lab. Hertape S/A			x.					
ISA - Lab. Isa S/A								x.
Johnson & Johnson					x			
Mapic S/A - Ind. Com. e Repr.			x			x		x
Merck Sharp & Dohme				x...		x		x.
Lab. Noli S/A						x.		x
Paraquímica S/A					x.			x...
Pearson Ind. e Com. Ltda.			x		x	x		x.



Fontes: Realidade Agroavícola - Index 1980-81, ano III, nº 25, dez.80.  
Jornal "Avicultura Brasileira", São Paulo, números relativos a 1980.  
A Granja - Suplemento avícola. Números referentes a 1980.

Tabela montada pelo autor.

N. B. : Os "x" e os "." indicam, respectivamente, o número de produtos que a empresa controla; p.ex., o Laboratório Salsbury, no item vacinas, tem um "x" e 7 pontos: produz 8 tipos diferentes de vacinas.





## Anexo 4.1 - Contrat de Pension

Entre les soussignés :

Monsieur :

Domicilié :

et

La S.I.A.M. (Société Anonyme au capital de 1 317 500.00 F) dont le siège social est à St PIERRE sur DIVES (14).

Il est convenu ce qui suit :

- 1°) Objet du contrat :  
L'engraissement par l'éleveur de veaux de 50 Kg environ pour assurer la production de veaux gras de 170 Kg vifs avec tolérance de plus ou moins 10 %. Les animaux demeurant la propriété de la S.I.A.M. sus-nommée.
- 2°) Obligation de l'éleveur :  
a) Mettre les veaux à engraisser dans des bâtiments agréés par la S.I.A.M.  
b) S'engager à n'engraisser dans son exploitation que les veaux propriété de la S.I.A.M., et à n'utiliser que les aliments qui lui seront fournis à cet effet.  
c) Appliquer le règlement technique ci-joint.  
d) Avertir par télégramme la S.I.A.M. de la mort éventuelle d'un ou de plusieurs veaux.  
e) En cas d'urgence, s'il ne peut pas prévenir la S.I.A.M. ou son représentant, l'éleveur devra convoquer son vétérinaire habituel dont les honoraires seront à la charge de la S.I.A.M.  
f) En fin d'engraissement, l'éleveur maintiendra les animaux à jeun depuis la veille au soir du jour prévu pour l'enlèvement (uniquement de l'eau au dernier repas).
- 3°) Obligation de la S.I.A.M. :  
a) Fournir à l'éleveur un lot de soixante douze veaux.  
b) Mettre à la disposition de l'éleveur tous les aliments nécessaires à la production de veaux gras, et la paille pour les maintenir dans de bonnes conditions d'hygiène.  
c) Faire ramasser les veaux prêts à l'abattage quand ils auront atteint un poids vif de 170 Kg avec une tolérance de plus ou moins 10 %.  
d) Si l'opération d'engraissement produit un solde créditeur, la S.I.A.M. s'engage à reverser à l'éleveur la part de ce solde lui revenant. L'éleveur aura toute possibilité d'assister à la pesée et au classement des carcasses. Le poids retenu sera le poids de la carcasse pesée chaude et diminuée d'une réfaction de 2 %.
- 4°) Durée :  
Le présent contrat est souscrit pour la durée nécessaire à l'engraissement des veaux ci-dessus désignés. Toutefois, la S.I.A.M. se réserve le droit, et pour quelque cause que ce soit, de mettre, sans avis préalable, un terme à ce contrat.
- 5°) Attribution de juridiction :  
En cas de contestation, il est fait attribution de juridiction au Tribunal de Commerce de CAEN.

Fait en deux exemplaires / /

Fonte: Luttés des éleveurs intégrés; présentation perspectives. Nantes, Supplement a Vent D'Ouest-nov. 1976.



Anexo 4.2 - Termo de Compromisso

Por este instrumento particular de termo de compromisso, que fazem entre si, de um lado a firma MAVEPAL - Matadouro de Aves Passofundense Ltda., pessoa jurídica de direito privativo, inscrita no CGCMF n. 92.050.376/0001-28, com sede na rua Felipe Muniterno, s/n, neste ato representada pelo seu diretor Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, industrialista, portador do C. P. F. nº \_\_\_\_\_, residente na rua \_\_\_\_\_, Passo Fundo, adiante denominada de COMPROMISSÁRIA, e, de outro lado o Sr. \_\_\_\_\_, residente em \_\_\_\_\_, portador do C.P.F. nº \_\_\_\_\_, adiante denominado simplesmente de COMPROMISSÁRIO, que têm justo e acertado o seguinte.

01. Que, a partir da presente data o Compromissário passa a fazer parte da integração avícola da Compromissária pelo prazo de cinco (5) anos, obrigando-se portanto a enquadrar-se e seguir as normas da Compromissária, quer na distribuição de pintos de 1 dia, quer no uso e na compra de rações e concentrados.

02. Que, o Compromissário obriga-se a vender à Compromissária toda a sua produção de aves.

03. Que, a Compromissária obriga-se a fornecer ao Compromissário pintos de 1 dia, de procedência de incubatório da região, zelando sempre pela boa qualidade dos mesmos, e

inclusive prestando-lhe assistência técnica.

04. Que, o prazo dos pintos de um dia, cobrado pela Compromissária, será o preço da tabela da ASGAV - Associação Gaúcha de Avicultura.

05. Que, a Compromissária obriga-se a adquirir toda a produção de aves do Compromissário, que ora fica estabelecida a quantidade de até 12.000 (doze mil) aves, para cada período de 75 dias aproximadamente.

06. Que, a qualidade de aves ora estabelecida poderá ser aumentada, isto se houver interesse de ambas as partes, mediante um novo termo de compromisso.

07. Que, a Compromissária pagará pelo frango pronto para abate o preço estabelecido pela AMARS - Associação dos Matadouros do Rio Grande do Sul.

08. Que, a Compromissária ficará desobrigada perante o Compromissário de cumprir o presente compromisso, caso o mesmo deixe de cumprir as cláusulas do presente instrumento.

09. Que, de comum acordo, elegem o foro da comarca de Passo Fundo - RS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

10. E, por estarem justos e compromissados, firmam o presente em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, com as

testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Passo Fundo, 12 de junho de 1979.

---

MAVEPAL

---

COMPROMISSÁRIO

TESTEMUNHAS:

Anexo 4.3 - Contrato de Compra e Venda em Forma de Integração

Por este instrumento particular de compra e venda em forma de integração, de um lado, BORELLA AVÍCOLA LTDA., empresa industrial estabelecida nesta cidade de Marau, à rua Duque de Caxias, nº 3, CGCMF sob nº 89.764.914/0001-32, inscrição estadual sob nº 075/0013389, neste ato representada por seu gerente infra firmado, doravante denominada simplesmente "INTEGRADORA", e de outro lado, CAMILO BORELA, CARLOS ANTONIO BORELA, CLAUDIO BORELA e CLOVIS LUIZ BORELA, doravante denominados simplesmente "INTEGRADO", visando a produção de frangos de corte e viabilizar a atividade criatória do INTEGRADO e a atividade industrial da INTEGRADORA, têm justo e contratado as cláusulas e condições seguintes:

1. O INTEGRADO se obriga a criar frangos para os entregar à INTEGRADORA, mediante as seguintes obrigações recíprocas:

a) A INTEGRADORA obriga-se:

- Fornecer assistência técnica e veterinária para o perfeito desenvolvimento e funcionamento da atividade criatória;

- Fornecer assistência e acompanhamento no projeto de construção ou reforma de galinheiros e instalações;

- Fornecer assistência e acompanhamento nas propostas de financiamentos bancários e creditícios, tanto de investimentos, como de custeio;

- Fornecer pintos de um dia, diretamente na unidade de criação do INTEGRADO, adquiridos de terceiros, dentro das condições do mercado;

- Fornecer na unidade integratória do INTEGRADO o concentrado para pintos e para galeto, a granel, pelo preço posto fábrica, desde que a distância não ultrapasse 30 km, caso em que será combinado um frete adicional;

- Retirar toda a produção de frangos nos dias previamente estipulados pela INTEGRADORA, nas condições de sua industrialização, podendo autorizar a venda para terceiros, se esta não tiver condições de absorver a produção do INTEGRADO;

- Pagar no mínimo os preços fixados pela Associação dos Matadouros do Rio Grande do Sul - AMARS, descontado o FUNRURAL do vendedor.

b) O INTEGRADO obriga-se:

- Acatar e cumprir as instruções emanadas da assistência técnica na sua totalidade, ficando por sua responsabilidade os problemas que surgem pela não observância das instruções técnicas, especialmente manter as instalações em perfeito estado sanitário;

- Adquirir somente da INTEGRADORA ou de quem por esta for indicada, pintos e concentrados protéicos, estes por preços e condições de mercado;

- Entregar as aves engaioladas e postas sobre o caminhão em prazo estipulado pela INTEGRADORA, de acordo com o fluxo de abate e as condições do mercado;

- Vender a totalidade dos frangos para a INTEGRADORA salvo autorização por escrito desta, para efetuar a venda a terceiros;

- Cumprir rigorosamente os prazos e condições estipulados nos contratos assinados de financiamentos bancários;

- Permitir o livre acesso dos representantes da INTEGRADORA às dependências dos aviários, objetivando orientação e fiscalização.

2. O peso das aves, para cálculo de preço, será de acordo com o recebido e abatido na indústria, descontadas as carcaças condenadas pela Inspeção Federal, obedecendo as normas higiênico-sanitárias vigentes, comprometendo-se o INTEGRADO a evitar que os frangos a serem entregues ingiram qualquer alimento durante as doze horas que antecedem a entrega.

3. Correção por conta do INTEGRADO o seguro dos lotes de frangos, manutenção, guarda e prejuízos que advie-

rem por mortalidade de qualquer tipo.

4. A parte que não cumprir o contrato aqui, no todo ou em parte, especialmente nos prazos ajustados, pagará uma multa convencional equivalente a 150 (cento e cinquenta) ORTN's além das perdas e danos, custas judiciais e honorários advocatícios.

5. O presente contrato terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da assinatura deste, sendo que a parte que desejar rescindir antes deste prazo, dará a outra um pré-aviso por escrito de 6 (seis) meses de antecedência.

6. A INTEGRADORA fica com direito de retenção de pagamentos para assegurar o pagamento por parte do INTEGRADO para terceiros fornecedores de pintos em negócios realizados através daquela.

7. As partes elegem o foro da comarca de Marau, RS, com expressa renúncia de qualquer outro, para solução de qualquer dúvida ou litígio decorrente deste contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor na presença das teste

munhas abaixo.

Marau,

Borella Avícola Ltda.

Integrado

---

CAMILO BORELA

---

CARLOS ANTONIO BORELA

---

CLAUDIO BORELA

---

CLÓVIS LUIZ BORELA

Testemunhas:



Anexo 4.4 - Contrato de Criação de Frangos de Corte

Pelo presente instrumento particular, entre partes COOPERATIVA AVÍCOLA VALE DO TAQUARI LTDA - COOPAVE, com sede na Avenida Benjamin Constant nº 1758, na cidade de Lajeado - RS, CGC nº 91.154.732/0001-91, a seguir denominada simplesmente "COOPERATIVA", neste ato representada por seu Presidente, Sr. \_\_\_\_\_, e o Sr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, associado da "COOPERATIVA", a seguir denominado apenas "ASSOCIADO", têm entre si justo e contratado a criação de frangos de corte, conforme cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - O "ASSOCIADO" é proprietário de uma área de terras \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, encontram edificados 1 (um) pavilhão próprio para a criação de frangos de corte, objeto do presente contrato, com capacidade para alojar, no mínimo, 12.000 (doze mil) pintos por lote.

SEGUNDA - Compromete-se a "COOPERATIVA" a entregar no estabelecimento do "ASSOCIADO" pintos de um dia para serem por este criados até a idade entre 42 a 65 dias, período em que serão recolhidos pela "COOPERATIVA". A entrega dos pintos de um dia efetuar-se-á pelo preço de mercado no dia da entrega, assegurando a "COOPERATIVA" ao "ASSOCIADO",

de outra parte, um preço pelos frangos nunca inferior aos concorrentes, apurado em comum pelas partes contratantes.

TERCEIRA - Compromete-se o "ASSOCIADO" a criar, pelo prazo de 03 (três) anos, no mínimo, 06 (seis) lotes de 12.000 (doze mil) frangos de corte por ano, não podendo em hipótese alguma comercializá-los com terceiros, por sua condição de associado da "COOPERATIVA" e por força do presente contrato. O não cumprimento desta obrigação por parte do "ASSOCIADO", além das penalidades estatutárias, importará em multa contratual equivalente a 20 (vinte) salários de referência por lote de frangos deixado de criar ou transacionado com terceiros.

QUARTA - Multa contratual igual à referida na cláusula anterior será imposta à "COOPERATIVA", caso não retirar do estabelecimento do "ASSOCIADO" os frangos dentro do período previsto na cláusula segunda, podendo o "ASSOCIADO", nesta hipótese, comercializá-los com terceiros.

QUINTA - Para a criação das aves objeto deste contrato o "ASSOCIADO" deverá adquirir, além dos pintos, toda a ração, concentrados, e medicamentos, junto à "COOPERATIVA", ficando unicamente autorizado a adquirir milho de quem lhe aprouver.

SEXTA - A "COOPERATIVA" fornecerá gratuita assistência técnica e veterinária, indispensável ao bom desenvolvimento das aves e a preservação de suas boas condições sa-

nitárias, obrigando-se o "ASSOCIADO" desde já seguir as orientações e recomendações que receber dos técnicos da "COOPERATIVA", quer quanto às suas instalações, ao manejo, sanitários, e quaisquer outras determinações do Departamento de Assistência Técnica da "COOPERATIVA".

SÉTIMA - Além da rigorosa observância do disposto na cláusula sexta, o "ASSOCIADO" deverá adquirir, por sua conta, o gás necessário, nas quantidades recomendadas pelos técnicos da "COOPERATIVA", arcando ele ainda com os gastos de luz, água e outros não especificamente mencionados neste contrato como sendo de responsabilidade da "COOPERATIVA".

OITAVA - As despesas de transporte, tanto de pintos, dos insumos, como da retirada dos frangos terminados, serão custeadas pela "COOPERATIVA".

NONA - O "ASSOCIADO" se compromete a aceitar os títulos emitidos pela "COOPERATIVA" para cobertura dos fornecimentos de pintos de um dia, rações, medicamentos veterinários, feitos em decorrência deste contrato.

DÉCIMA - O "ASSOCIADO" concorda expressamente, por si e por seus sucessores, a subscrever e integralizar tantas cotas-partes de capital social quantas a Assembléia Geral ou o Conselho de Administração da "COOPERATIVA" houverem por bem fixar, proporcionalmente à capacidade criatória dos associados.

DÉCIMA PRIMEIRA - Este contrato passa a vigorar a partir de \_\_\_\_\_.

DÉCIMA SEGUNDA - Para diminuir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Lajeado (RS).

E, por estarem em tudo conforme com as cláusulas e condições acima, assinam o presente instrumento em duas vias, forma e finalidade, na presença das testemunhas abaixo.

Lajeado (RS),

COOPERATIVA AVÍCOLA VALE DO TAQUARI LTDA

TESTEMUNHAS:

Anexo 4.5 -

## Contrat pour la Production à Façon de Poulets de Chair

ENTRÉ :

Monsieur ou Madame \_\_\_\_\_

né (e) le \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_

domicilié (e) à \_\_\_\_\_  
ci-après appelé (e) le PRODUCTEUR. d'une part.— La Société TILLY et Cie, Société Anonyme au capital de 3450 000 F, à GUERLES-  
QUIN (Finistère), représentée par M. Jacques TILLY, son Président Directeur Général. d'autre part

IL A ÉTÉ CONVENU ET ARRÊTÉ CE QUI SUIT :

**I : LIEU D'ÉLEVAGE**

Le présent contrat s'applique à l'élevage de poulets de chair du PRODUCTEUR situé

à \_\_\_\_\_  
Le PRODUCTEUR déclare qu'il est \_\_\_\_\_ du terrain et des  
installations d'élevage, lesquelles présentent une superficie de \_\_\_\_\_ mètres carrés.**II : OBJET DU CONTRAT**Le présent contrat a pour objet la production et la livraison de poulets de chair d'un  
poids moyen de 1350 grammes sous réserve des conditions stipulées à l'article VIII.Le PRODUCTEUR s'engage à élever, pour le compte de la Société TILLY, une quantité  
globale de \_\_\_\_\_ poulets en \_\_\_\_\_ bandes de \_\_\_\_\_  
poulets selon un calendrier établi ultérieurement par la Société TILLY. Le nombre de poulets  
prévu à ce calendrier sera susceptible de varier de 10 % en plus ou en moins. Ces dates ne  
seront données au PRODUCTEUR qu'à titre indicatif. Elles pourront être modifiées par la  
Société TILLY, en fonction des impératifs de production, de la nature même de ces pro-  
duits et des besoins de commercialisation.Il sera livré au PRODUCTEUR des poussins d'un jour, de l'une ou l'autre des souches  
suivantes :— P. 160, HUSBARD, VEDETTE, HYBRO, ROSS et éventuellement d'autres souches qui  
pourraient se trouver ultérieurement sur le marché.L'éleveur pourra indiquer sa préférence qui sera satisfaite par l'abattoir selon les dis-  
ponibilités des fournisseurs de poussins.L'aliment qui sera livré au PRODUCTEUR sera un aliment correspondant aux normes  
du commerce et comportant :

- 3 110 calories minimum
- 21,7 % de protéines minimum
- 6,6 % de matières grasses minimum
- 3,5 % de cellulose maximum
- 6 % de matière minérale maximum
- 14 % d'humidité maximum

auquel s'ajouteront les suppléments anticoccidiennes et les facteurs de crois-  
sance (antibiotiques).Les fournitures de poussins et d'aliments étant à la charge de la Société TILLY, leurs  
prix ne figurent pas au présent contrat.Les poussins et les aliments qui seront livrés en temps voulu à l'éleveur resteront  
la propriété de la Société TILLY qui enlèvera les poulets aux dates fixées par le calendrier  
d'élevage (sous réserve des tolérances prévues).Le PRODUCTEUR devra donner tous ses soins à l'élevage. Il prendra la charge des  
médicaments nécessaires. Il assurera, de plus, tous les frais accessoires (chauffage, eau,  
électricité, litières notamment).

**III : DURÉE DU CONTRAT**

Le présent contrat est conclu pour une durée de \_\_\_\_\_ réserve faite des cas de résiliation prévus aux paragraphes XIII et XIV ci-après. Le contrat entrera en vigueur le \_\_\_\_\_ et se terminera le \_\_\_\_\_.

A cette date, il se renouvellera par tacite reconduction aux conditions du présent contrat, pour une durée de deux ans renouvelable. Chaque partie pourra mettre fin au présent contrat par lettre recommandée adressée au cocontractant, six mois au moins avant la fin de la période.

**IV : PLAN D'ÉLEVAGE**

Le règlement technique faisant l'objet de l'annexe n° 1 du présent contrat est conseillé à l'éleveur.

En cas de perte en cours d'élevage, il devra en fournir la preuve matérielle.

En raison de l'accord passé entre la Société TILLY et le Groupement des Producteurs de Poulets de chair pour l'assistance du service technique, l'éleveur s'engage à apporter une contribution financière de :

- 1 centime par kilo vif pour un élevage de 0 à 50 000 poulets ;
- 0,60 centime par kilo vif pour un élevage de 50 à 75 000 poulets ;
- 0,60 centime par kilo vif pour un élevage de plus de 75 000 poulets.

qui lui sera retenue lors du règlement par l'abattoir. Ces contributions pourront évoluer en fonction des décisions prises lors des Assemblées Générales du Groupement des Producteurs.

**V : EXCLUSIVITÉ DE L'ÉLEVAGE SOUS CONTRAT**

Le PRODUCTEUR s'engage aux stipulations particulières, à n'élever dans son exploitation que les volailles faisant l'objet du présent contrat.

Il autorisera la S. A. TILLY à apposer son sigle sur son poulailler ou ses silos.

**VI : DROIT DE VISITE**

Le PRODUCTEUR reconnaît aux représentants de la Société TILLY un droit de visite sur les installations d'élevage et s'engage à faciliter les dites visites.

**VII : ASSURANCES**

Le PRODUCTEUR s'engage à assurer et à maintenir assurés contre tous risques d'incendie, d'étouffement, d'explosion, non seulement les bâtiments et le matériel d'exploitation dont il dispose pour les besoins de l'élevage mais encore le cheptel et les aliments qui lui sont confiés par la Société TILLY. Il devra présenter son contrat d'assurance à la simple demande d'un représentant de la dite Société, et être en mesure de justifier du versement des primes à la Compagnie d'Assurances. Pour information et plus spécifiquement pour les étouffés, voir avenant-type Caisse de Réassurances Agricoles de Landerneau.

**VIII : LIVRAISON DES PRODUITS PAR LE PRODUCTEUR**

La date des enlèvements sera déterminée par la Société TILLY qui, en fonction des impératifs de vente, se réserve le droit de modifier l'âge et le poids des poulets à enlever.

Les poulets seront livrés à l'abattoir aux jours et heures qui seront notifiés avec préavis de 48 heures minimum.

Ce transport sera assuré par la Société TILLY sous sa responsabilité et à ses frais.

Le PRODUCTEUR devra fournir le matériel nécessaire pour un chargement dans les conditions optimales de temps et d'efficacité.

La pesée des volailles sera effectuée sur les ponts-basculés de la Société TILLY. Le PRODUCTEUR aura toute latitude d'y assister ou de s'y faire représenter.

Le bulletin de réception mentionnant le date et le poids sera adressé au PRODUCTEUR.

Le nombre de poulets livrés devra servir à l'établissement du décompte du PRODUCTEUR sera celui reconnu lors de l'enlèvement.

**IX : PRIX PAYÉ AU PRODUCTEUR****A : INTERESSEMENT DE BASE**

Le PRODUCTEUR percevra un intéressement de 0,35 franc par kilo vif de poulet, lorsque l'équivalence entre le poids moyen unitaire de chaque lot et l'indice de consumma-

le poids du lot calculé sur le poids après vérification sanitaire, telle qu'elle résulte du tableau ci-dessous, sera réalisée :

POIDS MOYEN	INDICE DE CONSOMMATION
1000 à 1200 g	1,91
1201 à 1300 g	1,93
1301 à 1350 g	1,95
1351 à 1400 g	1,95
1401 à 1450 g	1,97
1451 à 1600 g	2,00
1601 à 1800 g	2,05
1801 et au-dessus	2,07

A partir des bases ci-dessus, le règlement sera fait directement au signataire suivant le décompte fourni par le groupement des producteurs.

Il est bien entendu que le prix indiqué ci-dessus, concerne les poulets de qualité saine, loyale et marchande; les lots malades ou de qualité nettement inférieure à la moyenne pourront être payés à un prix inférieur au tableau ci-dessus. Les lots jabotés subiront une réfaction de 40 à 100 grammes par tête selon l'importance du jabotage.

#### B : MODIFICATION EN FONCTION DE L'INDICE DE CONSOMMATION

##### A) Majoration

Le PRODUCTEUR percevra lorsque l'indice de consommation sera inférieur à la norme résultant du tableau ci-dessus, une majoration calculée sur la base de 0,01 franc par 10 g d'indice de consommation.

##### B) Minoration

Le PRODUCTEUR supportera lorsque l'indice de consommation sera supérieur à la norme résultant du tableau ci-dessus, une minoration calculée sur la base de 0,01 franc par 10 g d'indice de consommation.

#### C : MODIFICATION EN FONCTION DE LA DATE D'ENLEVEMENT

L'âge du poulet pour obtenir un poids moyen de 1,350 kg avec un indice de 1 950 g étant de 44 jours, la S.A. TILLY, en fonction de ses impératifs de vente, pourra être amenée à enlever les poulets avant cette date. Dans ce cas et si le poids moyen est inférieur à 1,350 kg, le PRODUCTEUR percevra une bonification de 0,0065 franc par kilo et par jour d'avance entre le jour d'enlèvement et le 44<sup>e</sup> jour.

Cette bonification ne sera pas due lors d'un enlèvement prématuré résultant d'un problème sanitaire ou de la volonté de l'éleveur de faire enlever son lot avant le 44<sup>e</sup> jour.

En cas d'enlèvement en plusieurs fois d'un lot élevé dans un même poulailler, il sera accordé au producteur une bonification de 0,05 franc par kilo de poulets sur les 2<sup>e</sup> et 3<sup>e</sup> enlèvements.

Il n'y aura pas d'autre bonification d'accordée à partir du quatrième enlèvement.

#### D : MINORATION EN FONCTION DU NOMBRE DE POUSSINS

Si le nombre de poulets livrés à l'abattoir est inférieur au nombre de poussins livrés à l'élevage, déduction faite des poussins remboursés par l'accouveur, il sera procédé à une minoration de 5,00 francs par poussin manquant.

#### E : GARANTIE DE REMUNERATION MINIMUM

A partir d'un contrat d'une durée minimum de 3 ans, la Société TILLY garantit, pour toute la durée du contrat, une rémunération de 0,25 franc par kilo vif.

Ladite garantie sera appliquée dans le seul cas où, pour l'ensemble des bandes offertes au présent contrat, le producteur n'aura pas reçu une rémunération directe ou indirecte au moins égale au poids des poulets qu'il aura livrés multiplié par 0,25 franc.

Aussitôt après la livraison de la dernière bande, les rémunérations directes ou indirectes acquises et à venir seront récapitulées et éventuellement complétées pour atteindre le minimum garanti.

#### F : LIVRAISON VRAC

Toutes les rémunérations s'entendent dans l'hypothèse de livraisons d'aliment en vrac. La majoration imposée par les fournisseurs d'aliment par kilo d'aliment consommé sera repercutée dans son intégralité aux producteurs recevant leur aliment en sac.

#### Y : CONDITIONS DU REGLEMENT

Les sommes dues par la Société TILLY au PRODUCTEUR seront adressées dans les 15 jours à l'ordre à 56 jours d'échéance.

*texte illégitime*

**XI : CLAUSES PÉNALES**

En cas de détournement par le producteur, de poussins ou d'aliment, la Société TILLY pourra, si bon lui semble, prendre toutes mesures conservatoires sur le patrimoine du PRODUCTEUR et engager des poursuites à son encontre après mise en demeure de restituer demeurée ~~sans résultat~~ <sup>sans</sup> résultat.

En cas de cession, même à titre gratuit ou occasionnel, à des tiers de sujets du troupeau, le PRODUCTEUR encourra une pénalité de dix francs (10,00 F) par sujet, qui sera payée comptant dès la constatation de l'infraction, ou qui pourra, au choix de la Société TILLY, être retenue sur les sommes dues au PRODUCTEUR à quelque titre que ce soit.

En cas de non-respect du planning établi par la Société TILLY, le PRODUCTEUR, sauf cas de force majeure, encourra une pénalité de 0,15/pour/poussin non démarré.

En cas d'inexécution de l'obligation d'assurance prévue à l'article VII du présent contrat, la Société TILLY pourra à son gré soit suspendre l'exécution du contrat, soit procéder elle-même à l'assurance des moyens de production, le coût d'établissement de la police d'assurance et le montant des primes pouvant être retenus sur les sommes dues au PRODUCTEUR à quelque titre que ce soit.

L'inexécution volontaire d'une des clauses du présent contrat entraînera sa résiliation aux torts de la partie défaillante. Indépendamment de la réparation du préjudice causé par ladite inexécution, la partie défaillante devra verser à l'autre partie, à titre de clause pénale, une indemnité de 1,00 F X par le nombre de poulets qui resterait à livrer jusqu'à l'expiration normale du présent contrat.

**XII : CONTESTATION**

En cas de litige pouvant survenir à propos de l'interprétation ou de l'exécution des clauses du présent contrat et de ses avenants les parties s'engagent à recourir à une procédure de conciliation préalable à toute instance judiciaire. L'instance conciliatrice comprendra outre deux producteurs choisis par chacune des parties sur une liste de noms qui est jointe en annexe II du présent contrat, un représentant de la Direction Départementale de l'Agriculture.

Si cette tentative de conciliation échouait, la partie la plus diligente porterait le différend devant le tribunal compétent de MORLAIX.

**XIII : CAS FORTUITS ET FORCE MAJEURE**

Le PRODUCTEUR et la Société TILLY s'engagent à respecter les décisions qui pourraient être prises par le Comité Economique Agricole Agréé, compétent pour la région, concernant la réduction dans une même proportion de tous les élevages de la région.

L'instance conciliatrice appréciera l'exonération dont pourra bénéficier le contractant défaillant arguant de cas fortuits et de force majeure dont il aura la charge de la preuve.

Seront considérés comme cas fortuits et de force majeure :

a) Pour le PRODUCTEUR :

- l'incendie
- les séismes
- la guerre
- le fait du prince.

b) Pour la Société TILLY :

- l'incendie
- les grèves
- les pannes prolongées
- les cataclysmes
- la guerre
- le fait du prince.

Sans que cette liste puisse être considérée comme limitative.

Tout cas fortuit ou de force majeure dûment reconnu exonérera totalement la victime de ses engagements, sans qu'il soit besoin de recourir à l'instance conciliatrice.

**XIV : CAS PARTICULIER DE RÉSILIATION**

Le présent contrat peut être dénoncé par la Société TILLY lorsque les résultats d'élevage font apparaître :

- soit pour deux bandes consécutives,
- soit pour trois bandes échelonnées sur une année

un indice de consommation supérieur de 5 % à la moyenne obtenue par les autres producteurs liés à la Société TILLY pendant la même période.

**XV : CAS PARTICULIERS DE RÉDUCTION DE L'ÉLEVAGE OU DE RETARD AU DÉMARRAGE D'UNE BANDE**

Par dérogation aux dispositions du paragraphe II, alinéa b, la Société TILLY aura la faculté d'imposer la réduction, dans une limite maximale de 40 % du nombre de poulets par bande, pendant la durée qu'elle jugera nécessaire, sous condition d'appliquer une réduction analogue à tous les producteurs pour lesquels elle est liée et de ne pas soumettre ces poulets à un élevage ultérieur.



Si cette réduction est inférieure à 10 %, aucune indemnité ne sera due au PRODUCTEUR. Quand la réduction sera comprise entre 10 et 30 %, l'indemnité devra couvrir l'amortissement des installations du PRODUCTEUR au taux prévu au paragraphe 15 du présent contrat.

Les mêmes conditions d'indemnisation sont valables pour le cas de réduction décidé par le Comité Economique Agricole.

La Société TILLY se réserve également la faculté, par dérogation aux dispositions du calendrier d'élevage, de retarder le démarrage d'une bande, sous les mêmes conditions que ci-dessus. Si le temps de retard impose excède de plus de 20 jours le temps de repos fixé par le règlement technique, il donne lieu au versement d'une indemnité au PRODUCTEUR, selon le barème précédent, en convertissant le retard en une réduction de l'élevage, selon la formule suivante :

$$R = \frac{J}{50} =$$

dans laquelle J représente le nombre de jours de retard imposé.

Si le retard s'accompagne d'une réduction du nombre de poulets dans la bande considérée, le pourcentage de cette réduction, et celui qui correspond au retard, se totalisent pour le calcul de l'indemnité.

#### XVI : CONDITIONS D'INDEMNISATION DU PRODUCTEUR EN CAS DE RÉDUCTION D'ÉLEVAGE

En conformité avec l'article XV du contrat, les indemnités suivantes pourront être versées pour couvrir les amortissements des installations du PRODUCTEUR.

- 1) En cas de diminution de 0 à 10 %, pas d'indemnité.
- 2) En cas de diminution supérieure à 10 %, l'indemnité sera calculée en prenant pour base 8 centimes par kilo de volailles produit, soit au mètre carré pour le poulet de chair :

- 30 kg × 8 centimes = 2,40 francs par mètre carré et par bande pour un poulailler statique,
- 35 kg × 8 centimes = 2,80 francs par mètre carré et par bande pour un poulailler dynamique.

Cette somme sera versée au PRODUCTEUR, affectée du pourcentage de retard ou de réduction, moins de 15 % de franchise.

Le règlement de cette somme aura lieu au moment du règlement du lot.

#### XVII : CESSATION D'ACTIVITÉ

Le PRODUCTEUR fera obligation à son successeur dans son élevage de continuer le contrat en cours et d'en faire respecter toutes les obligations.

#### XVIII : MODIFICATION AU CONTRAT

Aucune exception, modification ou adjonction aux dispositions du présent contrat ne peut être faite, sauf par un avenant écrit et signé par les parties.

Si, en raison des études en cours, les pouvoirs publics arrivent à la conclusion d'assimiler le présent engagement à un contrat de travail ouvrant obligatoirement paiement de charges sociales, ce contrat deviendrait caduc, il serait alors remplacé par une nouvelle formule préservant à l'éleveur sa fonction et son titre d'exploitant agricole à part entière.

#### XIX : UNITÉ DE CONTRAT

Le présent contrat et ses annexes représentent l'intégralité des conventions entre les parties, qui reconnaissent n'avoir passé entre elles aucun autre accord verbal ou écrit.

#### XX : NOTIFICATION DU CONTRAT

Le présent contrat sera établi en deux exemplaires, dont un sera remis au PRODUCTEUR et un à la Société TILLY.

#### XXI : VALIDITÉ DU CONTRAT

Le présent contrat deviendra caduc si, dans un délai d'un an à compter de sa date de signature, il n'a pas eu un commencement d'exécution par la mise en élevage d'une première bande de poulets.

#### XXII : REMPLACEMENT DU CONTRAT EXISTANT (s'il y a lieu)

Le présent contrat se substituera, à compter du \_\_\_\_\_  
au contrat précédemment conclu le \_\_\_\_\_

FAIT à \_\_\_\_\_ le \_\_\_\_\_

SOCIÉTÉ TILLY  
LE PRÉSIDENT-DIRECTEUR GÉNÉRAL,

Anexo 4.6 - Sample Broiler Chicken Contract

This Agreement made and entered into this day by and between \_\_\_\_\_ of \_\_\_\_\_ County, State of \_\_\_\_\_ (hereinafter called "Contractor"), and \_\_\_\_\_ (hereinafter called "Grower").

**WITNESSETH:**

In consideration of the mutual promises, covenants and obligations herein contained, the parties hereto agree and contract as follows:

Section 1. Purpose.

It is the intent and purpose of the parties hereto that this Agreement shall provide the terms and conditions upon which Grower, acting as an independent contractor and not as a partner, agent or employee of Contractor, shall house, feed and care for chickens owned and supplied by Contractor until marketable, after which Contractor will cause them to be picked up and marketed as broilers.

Section 2. Term.

The term of this Agreement shall be for one (1) year from the date hereof, and it is agreed and understood that during the term hereof Contractor will deliver to and pick up from Grower at least four (4) batches of chickens, each batch delivered to Grower to number not less than \_\_\_\_\_ nor more than \_\_\_\_\_ baby chicks.

Section 3. Contractor's Duties. Contractor shall:

- (a) Furnish and deliver said baby chicks and unload them in Grower's poultry house or houses on his farm in \_\_\_\_\_ County, State of \_\_\_\_\_.

- (b) Deliver FPLO-free chicks of good quality and performance potential. All mortality in excess of 3 percent during the first 48 hours, and not a result of mismanagement by Grower, shall be replaced by Contractor within five days at no penalty to Grower. (Alternative: Such mortality shall be compensated at the rate of four cents (4¢) per chick lost, excluding extras, at time of settlement).
- (c) Cull, debeak and vaccinate all chicks.
- (d) Furnish and deliver all litter required for raising birds.
- (e) Furnish and deliver such sterilants, sprayers for use in distributing same, drugs, medications and vaccines as may be needed to grow said chickens properly.
- (f) Furnish and deliver box lids and brooder guards for chicks when required.
- (g) Furnish and deliver to Grower feed of a sufficient quantity and quality as to assure at least a normal growth rate; provide Grower copies of weight tickets on each load of feed delivered; cause said feed to be checked and certified not to exceed twice during the time when any one batch of chickens is being raised if requested by Grower, feed to be taken from Grower's house(s) and such test to be made by the State Department of Agriculture or a recognized independent agency qualified to make such examination; and to report findings of such checks and certification to Grower.
- (h) Provide a competent serviceman who shall make visits to Grower's poultry house or houses to deliver materials and special equipment needed to administer or apply needed drugs, medications and vaccines, all as herein provided, and to act as liaison for Contractor with Grower.
- (i) Be solely responsible for catching, loading and hauling away chickens being removed from Grower's poultry house or houses; pay expenses incurred in such operation, including cost of chickens suffering mortality in such process; secure from grower a signed head count delivery certification at farm; and verify such head count at the processing plant.

- (j) Maintain records of all chicks, feed, materials and supplies used for the production of each batch and determine payment to the Grower.
- (k) Pay Grower at settlement time, as hereinafter defined, a heating allowance of \$10.00 per 1,000 chickens placed under electric or coal brooders in his poultry house or houses during the months of October, November, December, January, February and March; or pay for all gas used for brooding.
- (l) Follow good sanitation practices on Grower's farm.
- (m) Be responsible for damages to housing or equipment caused by Contractor's employees and catching crews, provided Grower is present or represented during loading of live broilers and unloading of feed, and the damage is reported within ten (10) days after it occurs.
- (n) Deliver a new batch of chickens as soon as practicable after a finished batch has been loaded and hauled away, in no event allowing a lapse of time between batches of more than four (4) weeks.
- (o) Provide an increased payment of at least one-quarter cent (1/4¢) per pound, or the equivalent, for a minimum of ten (10) flocks when insulation or concrete flooring is required by Contractor.
- (p) Contractor shall make his research information and service agent available for consultation with Grower.

Section 4. Grower's Duties. Grower shall:

- (a) Furnish the necessary land, poultry house or houses, equipment and utilities, and other facilities for the proper care and housing of said chickens and for the storage of feed.
- (b) Provide such labor and management as is necessary to properly house, water, feed, tend and otherwise care for said chickens.
- (c) Keep all records reasonably necessary for the proper and efficient management of the chickens.
- (d) Adopt and follow principles of sound poultry care and management.

(e) ~~Be present or represented during the catching and movement of Grower's birds.~~

(f) Notify Contractor or his serviceman if chickens become sick or otherwise appear unthrifty.

(g) Furnish Contractor a record of weight of all birds killed or otherwise removed for home use.

#### Section 5. Independent Contractor.

Grower shall perform this Agreement as an independent contractor, free of controls by Contractor over details and manner of performance of the work to be done by him hereunder.

#### Section 6. Title.

All chickens delivered to Grower hereunder shall at all times remain the property of Contractor.

#### Section 7. Right of Inspection.

Contractor shall have and is hereby given the right to inspect the poultry houses and other facilities used in caring for his chickens and the work and management program of Grower, and to that end and for the purpose of assuring Contractor of the full enjoyment of his rights under this Agreement, during the life of this Agreement, contractor and his duly authorized agents are hereby given the right to enter at reasonable times the property of Grower which is devoted to the growing of chickens hereunder.

#### Section 8. Right of Repossession.

In the event Grower shall default in any of his obligations hereunder, Contractor may, at his option, elect to either (a) enter upon the premises of Grower, take possession of its chickens in Grower's poultry house or houses and use Grower's premises to raise said chickens until they have been on Grower's premises for a period not to exceed nine (9) weeks; or (b) remove said chickens from Grower's premises and raise them for said period elsewhere, and in either case, Grower shall be liable for all reasonable expenses incurred by Contractor in raising said chickens for said period, and such expenses shall be deducted from any compensation which may be or become owing to Grower hereunder.

#### Section 9. Expansion.

If Contractor shall elect during the term of this Agreement to significantly expand the size of his broiler operations, Grower shall, if his performance has been average or above as compared with other growers raising chickens for Contractor, for the immediately preceding three (3) batches of chickens raised for Contractor (or for the batch or batches of chickens raised if less than three), be given the first opportunity to expand his operations to absorb a reasonable and economic portion of Contractor's expanded broiler growing operations.

#### Section 10. Yardage.

It is the intention of the parties hereto that chickens cared for by Grower hereunder shall remain in his poultry house or houses not less than six (6) nor more than nine (9) weeks. If, however, Contractor shall permit chickens to remain beyond said nine-week period, Grower shall receive as yardage payment 1/2¢ per bird per week for the 10th week or any part thereof, 3/4¢ per bird for the 11th week or any part thereof, 1¢ per bird for the 12th week or any part thereof, and 1¢ per bird for each week or fraction of a week thereafter.

#### Section 11. Time of Removal.

Contractor shall notify Grower of the proposed time of removal of chickens from Grower's poultry house or houses as far in advance of such removal as possible, but in no case less than 24 hours. After removal, the birds shall be weighed as soon as possible at the nearest state certified, inspected, or bonded scales when the point of processing is in excess of 2-1/2 hours from the Grower's farm. A copy of each scale weight ticket, showing the weight when loaded with chickens and the empty weight of the truck, shall be given by Contractor to Grower. Increases in weight during transportation before weighing shall benefit Grower; decreases shall benefit Contractor, and no adjustments to actual weights shall be made in either event.

#### Section 12. Payment.

(Basis of payment should be included here. Include among other things: amount per bird or per pound; definition of feed conversion, if payment based on this method; time of payment, defining settlement time; provisions for advancements, if desired; provisions on purchase of feed and supplies, if necessary; incentive bonus provisions; increases

resulting from market price increases; and minimum guarantee, if desirable.)

Section 13. Condemnation.

Net weights shown on settlement sheets and used as basis of payment shall be actual weights, as hereinbefore provided, with no deduction for condemned weights. Contractor shall provide Grower with copies of all USDA official inspection reports on chickens raised hereunder by Grower.

Section 14. Cancellation.

This Agreement may be cancelled by either party hereto giving written notice thereof, including a statement of the reason or reasons for cancellation, to the opposite party between the start of the third week and the end of the fifth week from the time the batch of chickens of Contractor then being cared for by Grower was delivered to Grower, such cancellation to become effective at the end of the ninth week such batch has been in Grower's possession.

Section 15. Notice.

All written notices herein provided for shall be deemed duly given and effective when they have been deposited in the United States mail, postage prepaid and properly addressed to the party to whom the notice is intended, at his last known address.

Section 16. Arbitration.

In the event that a controversy arises between the parties hereto that cannot be settled by the parties, each party shall appoint an arbitrator; the two arbitrators shall agree upon and appoint a third; the committee of three shall meet, hear both sides and decide the dispute, which decision shall be final and binding upon the parties, and the parties shall share equally the costs of arbitration.

Section 17. Continuance.

This Agreement shall be binding upon the heirs, executors, administrators, successors and assigns of each of

IN WITNESS WHEREOF, the parties hereto have signed, sealed and delivered this Agreement in duplicate original, this \_\_\_\_\_ day of \_\_\_\_\_, 19\_\_.

By: \_\_\_\_\_  
Grower

By: \_\_\_\_\_  
Contractor

Fonte: ROY, Ewell Paul. Contract farming and economic integration. Danville, The Interstate Printer and Publishers Inc., 1972. p.143-9.